policromias

Volume 11 • Número 1 • Janeiro/Abril 2026 • ISSN 2448-2935

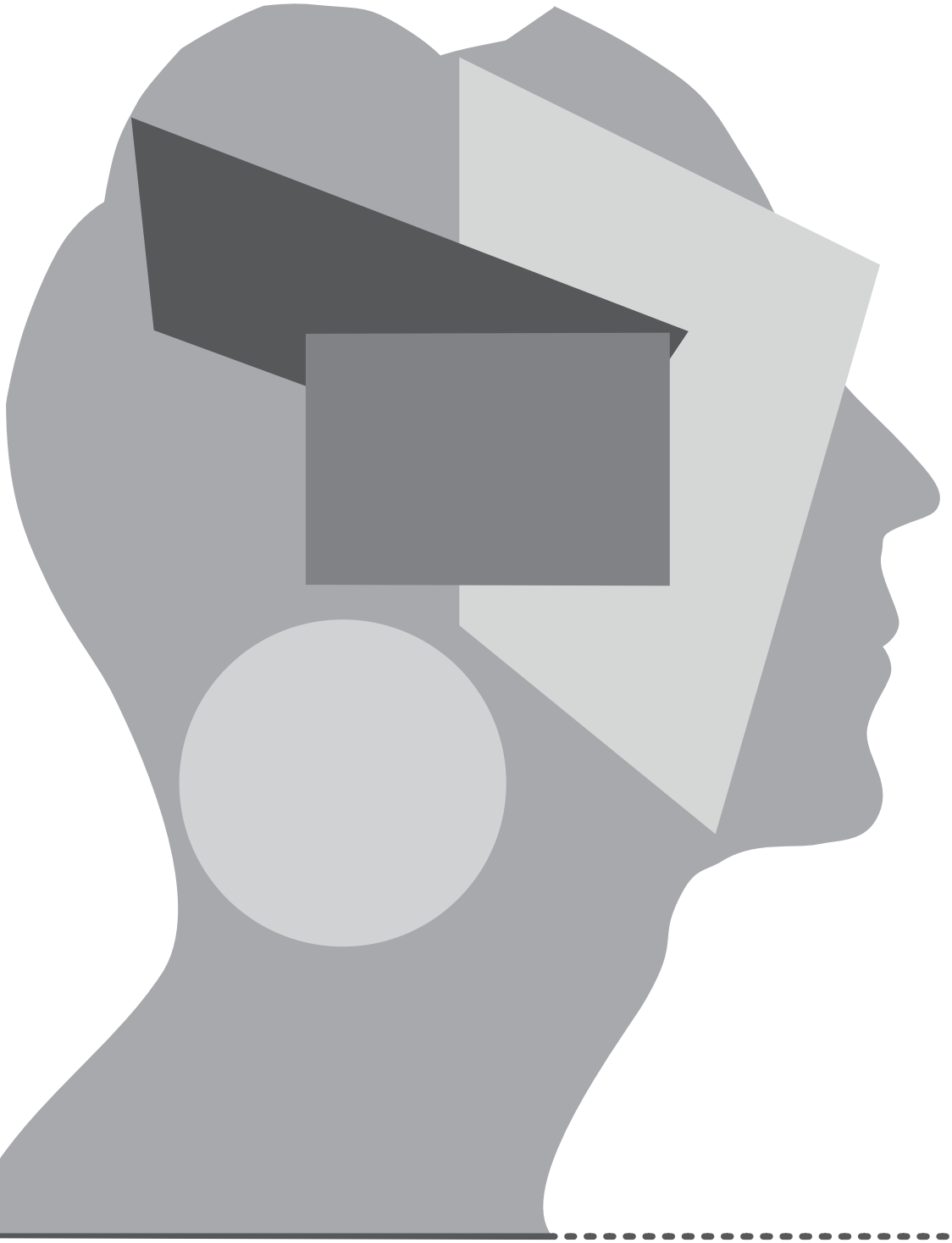
volume 11
Número 01

Revista de estudos do discurso, imagem e som

Revista do Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som • LABEDIS

policromias

Revista de estudos do discurso, imagem e som



Revista do Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som • LABEDIS

COMISSÃO EDITORIAL

ANA PAULA QUADROS GOMES - Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANTONIO FRANCISCO DE ANDRADE JÚNIOR - Universidade Federal do Rio de Janeiro
BEATRIZ PROTTI CHRISTINO - Universidade Federal do Rio de Janeiro
EDMUNDO MARCELO MENDES PEREIRA - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro
EVANDRO DE SOUSA BONFIM - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro
LEONOR WERNECK DOS SANTOS - Universidade Federal do Rio de Janeiro
LUIZ BARROS MONTEZ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
MÁRIO FEIJÓ BORGES MONTEIRO - Universidade Federal do Rio de Janeiro
PAULO CORTES GAGO - Universidade Federal do Rio de Janeiro
RAQUEL SOARES - Universidade Federal do Rio de Janeiro
RODRIGO PEREIRA DA SILVA ROSA - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro

CONSELHO EDITORIAL

ANA PAULA DE MORAES TEIXEIRA - Exército Brasileiro
ANDRÉS ROMERO FIGUEIROA - Universidad de Oriente, Universidad Católica Andrés Bello de Caracas
ANGELA CORRÊA FERREIRA BAALBAKI - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
ARISTIDES ESCOBAR - Universidad Católica de Asunción
BEATRIZ FERNANDES CALDAS - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
BETHANIA SAMPAIO CORRÊA MARIANI - Universidade Federal Fluminense
DOMINIQUE MAINGUENEAU - Université Paris - Sorbonne - Paris IV
CARLOS ALBERTO VOGT - Universidade Estadual de Campinas
EDUARDO ROBERTO JUNQUEIRA GUIMARÃES - Universidade Estadual de Campinas
ENI PUCCINELLI ORLANDI - Universidade Estadual de Campinas
EVANDRA GRIGOLETTO - Universidade Federal de Pernambuco
FREDA INDURSKY - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
JACQUES GUILHAUMOU - CNRS - UMR - MMSH, ENS de Lyon
JEAN-JACQUES CHARLES COURTINE - University of Auckland
JOSÉ HORTA NUNES - Universidade Estadual de Campinas
JUCIELE PEREIRA DIAS - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
KLEBER MENDONÇA - Universidade Federal Fluminense
LUCIANA MARINO DO NASCIMENTO - Universidade da Força Aérea
LUCIANA NOGUEIRA - Universidade Federal de São Carlos
MARIA ONICE PAYER - Universidade Estadual de Campinas
MIRIAM CABRAL COSER - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
MONICA GRACIELA ZOPPI FONTANA - Universidade Estadual de Campinas
NADIA RÉGIA MAFFI NECKEL - Universidade do Sul de Santa Catarina
PATRICK CHARAUDEAU - Université Paris - Sorbonne - Paris XIII
PEDRO DE SOUZA - Universidade Federal de Santa Catarina
ROBERVAL TEIXEIRA E SILVA - University of Macau
RODRIGO OLIVEIRA FONSECA - Universidade Federal do Sul da Bahia
SILMARA DELA SILVA - Universidade Federal Fluminense
SILVÂNIA SIEBERT - Universidade do Sul de Santa Catarina
SYLVAIN AUROUX - Université Sorbone Nouvelle - Paris III
VANISE GOMES DE MEDEIROS - Universidade Federal Fluminense
WEDENCLEY ALVES SANTANA - Universidade Federal de Juiz de Fora

Policromias | Revista do Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som,
Volume 11 | Número 1 | Publicação quadrimestral.

Editor responsável
Tania Conceição Clemente de Souza, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Editores associados
Rodrigo Pereira da Silva Rosa, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rosane da Conceição Pereira, Fundação de Apoio à Escola Técnica

Editor operacional e editoração eletrônica
Patricia Mabel Kelly Ramos, pattydesign/Brasil

Ficha catalográfica

Policromias | Revista do Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som – v 11, n. 1 (Janeiro-Abril/2026) -.- Rio de Janeiro:

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som.

Quadrimestral.

ISSN: 2448-2935

Editor responsável: Tania Conceição Clemente de Souza, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Editores associados:
Rodrigo Pereira da Silva Rosa, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rosane da Conceição Pereira, Fundação de Apoio à Escola Técnica

1. Linguística. 2. Análise do discurso. I. Título. II.

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som.

CDD 401.41

SUMÁRIO

EDITORIAL 8

EDITORIAL 9

ÉDITORIAL 10

AUTORES CONVIDADOS

"UFF TERRITÓRIO LIVRE DE FASCISTA":
EMBATES E COMBATES POLÍTICOS NA
DISPUTA POR SENTIDOS 13

Bethania MARIANI
Kitylla Gevezier PAREDES
Amanda Batista da SILVA

HISTORICIDADE DO DISCURSO DE ÓDIO
E A RETIRADA DE DIREITOS COMO BASILAR
DO ESTADO DE EXCEÇÃO 40

Fabio NEUHAUS
Nádia NECKEL

DISCURSO INSINUANTE: UMA ANÁLISE DO
DISCURSO JORNALÍSTICO E A PROMOÇÃO DE
COMENTÁRIOS FALSOS NO "X" ENSINO 64

Ronaldo Adriano FREITAS
Vitória Cordeiro MANHÃES

NOMES, VESTÍGIOS E PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA:
RELIGIÃO, CULTURA E ORALIDADE NA
CASA DAS MINAS/MA 89
Glória Abreu FRANÇA

O AVESSO DO DISCURSO DA MINERADORA
EM MACEIÓ-AL: AS AÇÕES-FEITIÇO 115
Zoroastro Pereira de ARAÚJO NETO

EVANGELIZAÇÃO E GESTOS DE RESISTÊNCIA:
O CASO DO "MANTO" YAMMO WAIWAI FAB 136
Tania Conceição Clemente de SOUZA
Simone Cristina Menezes MARTINS

ARTIGOS

A UTILIZAÇÃO DO SILÊNCIO COMO DESLOCAMENTO
DAS CONVENÇÕES NOS FILMES DE TERROR 153
Alexandre Remuzzi FICAGNA
Clarice Treml GOMES

O CORPO-COMUN(IDADE) DE BACURAU COMO
MATERIALIZAÇÃO DO SUJEITO-GENTE 173
Daniel Macedo LANES
Renata Marcelle LARA
Thiago Henrique RAMARI

ANTAGONISMO DE CLASSES SOCIAIS
EM DISCURSIVIDADES PRESENTES EM
TIRAS DE MAFALDA 199
José Antônio Teixeira de MORAIS
Sóstenes Ericson Vicente da SILVA

ENTREVISTAS

A MATERIALIDADE DA VOZ: PEDRO DE SOUZA
E A ENUNCIAÇÃO DO PODER VOCAL 222
Pedro de SOUZA
Jonathan Ribeiro Farias de MOURA

EDITORIAL

A Revista Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, vinculada ao Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som (LABEDIS) e ao Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – publica estudos nacionais e internacionais referentes à contemporaneidade da teoria do discurso, em áreas do conhecimento em que a linguagem se faz presente, tais como Linguística, Letras e Artes, Ciências Sociais, Ciências Humanas, entre outras.

Policromias tem como Missão e objetivo principal ser um espaço de análise e reflexão sobre estudos críticos, teóricos e práticos, de âmbito simbólico, social e histórico sobre a linguagem verbal e não verbal, em sua relação com aspectos políticos, culturais, sociais, tecnológicos e de ensino. Sua meta é publicar, dentre outros, textos sobre fotos e vídeos, que assinalem qualitativamentequestões locais e de cunho internacional sob o escopo proposto.

Busca-se, assim, servir a estudiosos e pesquisadores, no sentido de divulgar pesquisas originais, relevantes e inovadoras para o conhecimento humano, constituindo tanto um espaço de reflexão quanto uma política de memória.

Prof. Dr. Tania Conceição Clemente de Souza - Editor-chefe

Museu Nacional | Universidade Federal do Rio de Janeiro

LABEDIS - Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som

Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som

http://www.labedis.mn.ufrj.br/

labedis@mn.ufrj.br

EDITORIAL

The journal Policromias - Journal of Speech, Image and Sound Studies, linked to Laboratory of Speech, Image and Sound Studies (LABEDIS) and National Museum of the Federal Universityof Rio de Janeiro (UFRJ) - publish esnational and international paper sabout the contemporaneo usnessofd is course theory, in area sof know ledge in which language is present, such as Linguistics, Letters and Arts, Social Sciences, Human Sciences, amongothers.

Policromias has as its mission and main objective to be a space for analysis and reflection on critical, the oretical and practical studies, with a symbolic, social and historical scope on verbal and non verbal language, in relation to political, cultural, social, technological and education. Its goalistopublish, amongothers, texts about photos andvideos, which qualitatively highlight local and international issuesunder the proposed scope.

It seeksto serve scholars and researchers in the sense of disseminating original, relevant and innovativere search for human know ledge, constituting both a space for reflectionand a policy of memory.

Profa. Dra. Tania Conceição Clemente de Souza - Editor-chefe
Museu Nacional | Universidade Federal do Rio de Janeiro
LABEDIS - Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som
Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som
http://www.labedis.mn.ufrj.br/
labedis@mn.ufrj.br

ÉDITORIAL

Policromias » — Journal d'étudesduDiscours, l'Image et leSon, liéau-Laboratoire de RecherchéduDiscours, l'Image et leSon (LABEDIS) et auMuséeNational de l'UniversitéFédéraledu Rio de Janeiro (UFRJ) — publiedesétudesnationales et internationalessurlathéoriecontemporaineduDiscours, danslesdomaines de laconnaissance que la langue est présente, commelalinguistique, lalittérature et desarts, sciencessociales, scienceshumaines, entre autres.

Policromias » a lamission et l'objectif principal d'êtreun espace d'analyse et de réflexionsurdesétudes critiques, théoriques et pratiques, dedanslecontextsymbolique, sociale et historiquesurle verbal et non verbal, danssarelationavecdesaspects politiques, culturelles, sociales, technologiques et de l'enseignement. Votrebut est fairepublier, entre autres, lestextessurlesphotos et vidéos, quisoulignequalitativementlequestionsrelevant de naturalitélocale et internationaleduchamp d'applicationproposé.

Ainsi, l'idéecentrale est servir leschercheurs, avecl'intention de diffuserlesrecherchesoriginales, novatrices et pertinentes à laconnaissancehumaine, cequiconstitue à lafoisun espace de réflexion et une politique de mémoire.

Prof. Dr. Tania Conceição Clemente de Souza - Editor-chefe
Museu Nacional | Universidade Federal do Rio de Janeiro
LABEDIS - Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som
Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som
http://www.labedis.mn.ufrj.br/
labedis@mn.ufrj.br

Revista Policromias
Volume 11 | Número 1

AUTORES CONVIDADOS

"UFF TERRITÓRIO LIVRE DE FASCISTA": EMBATES E COMBATES POLÍTICOS NA DISPUTA POR SENTIDOS

"UFF TERRITÓRIO LIVRE DE FASCISTA": POLITICAL CONFRONTATION AND STUGGLE IN THE DISPUTE OVER MEANING

Bethania Mariani[1]
Kitylla Gevezier Paredes[2]
Amanda Batista da Silva[3]

RESUMO

Em maio de 2025, na Universidade Federal Fluminense, a entrada de um grupo alinhado à extrema-direita provocou uma série de confrontos entre tal grupo e a comunidade acadêmica, resultando em agressões físicas. Filiados à Análise do Discurso materialista, podemos dizer que esse embate/combate remete a uma memória de luta política ao mesmo tempo em que a atualiza em face das presentes condições de produção, a saber, a atualidade das formas de ocupação de grupos de extrema-direita em espaços públicos visando a fiscalizar supostas práticas ideológicas, registrá-las em vídeos e postar em suas redes sociais. Nesse ponto de encontro entre memória e atualidade, esse 'acontecimento discursivo' (Pêcheux, 2012 [1983]) produziu enunciados, materialidades significantes que este trabalho teve como objetivo analisar. Tais enunciados dão a ver, na materialidade da língua, diferentes posições em jogo. Dentre eles, uma faixa, afixada na entrada da Universidade, no dia seguinte ao ocorrido.

[1] Professora titular do Departamento de Ciências da Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF), bmariani@id.uff.br, https://orcid.org/0000-0001-9333-1439.

[2] Doutoranda em Estudos de Linguagem (bolsista CNPq), todas as formações pela Universidade Federal Fluminense (UFF), aniakgevezier@gmail.com, https://orcid.org/0000-0001-9618-3152.

[3] Doutoranda em Estudos de Linguagem na Universidade Federal Fluminense (UFF), amandabatista.letras@gmail.com, https://orcid.org/0009-0006-5608-2190.

MARIANI, B.; PAREDES, K. G; SILVA, A. B. da. "Uff território livre de fascista": embates e combates políticos na disputa por sentidos. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 13-39, 2026..

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72830

A partir dos dizeres “UFF território livre de fascista”, um gesto de análise permite dizer que a faixa constitui uma forma de resistência no simbólico, ‘testemunho de resistência’ (Mariani, 2021) frente ao memoriável da violência.

PALAVRAS-CHAVE

Análise do Discurso. Dessignificação. Testemunho de resistência.

ABSTRACT

In May 2025, at the Federal Fluminense University, the entrance of a group aligned with the far right triggered a series of confrontations between this group and the academic community, resulting in physical assaults. From the standpoint of materialist Discourse Analysis, one may argue that this confrontation/struggle refers back to a memory of political struggle and actualizes such memory under the present conditions of production, namely, the current forms of occupation of public spaces by far-right groups seeking to monitor alleged ideological practices, record them on video, and post them on their social media platforms. At this point of encounter between memory and actuality, this “discursive event” (Pêcheux, 2012 [1983]) produced statements, signifying materialities that this study set out to analyze. Such statements make visible, in the materiality of language, the different positions at stake. Among them, a banner displayed at the entrance of the University on the day following the incident stands out. Based on the statement “UFF território livre de fascista”, meaning “UFF territory free of fascists,” an analytical gesture allows us to argue that the banner constitutes a form of resistance in the symbolic order, a “testimony of resistance” (Mariani, 2021) in the face of the memorizable dimension of violence.

KEYWORDS

Discourse Analysis. De-signification. Testimony of resistance.

1. INTRODUÇÃO

Na França, no começo da década de 1960, tem início a teorização da Análise de Discurso materialista, campo teórico que trabalha no entremeio da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise a partir dos trabalhos do filósofo Michel Pêcheux. Não se trata de uma justaposição ou de uma interdisciplinaridade, mas sim de uma construção teórica que, fazendo intervir os conceitos de ideologia e inconsciente, desloca as noções

de sujeito, língua e sentido tal como eram pensados nas teorias linguísticas, sociológicas e psicológicas, então regidas pelo formalismo, pelo empiricismo ou pelo historicismo (Pêcheux, 1975). De acordo com Pêcheux (1969, 1972, 1975, 1983), a língua é a base material na qual os sentidos se constituem em relação às posições ideológicas e às condições sócio-históricas, e o sujeito não é a origem do dizer, é dividido pelo inconsciente e sempre-já "um indivíduo interpelado em sujeito" (Pêcheux, 1975, p. 141).

No Brasil, a partir do final dos anos 70 do século XX, as ideias de Pêcheux foram introduzidas e reterritorializadas por Eni Orlandi. Na França, "as conjunturas intelectual e política favorecem o questionamento a práticas de leitura e a mecanismos de interpretação vigentes" (Mariani; Dela Silva, 2019, p. 226). Já no Brasil, a reterritorialização se dá como gesto de resistência frente a ditadura civil-militar que perdurava desde 1964. Além disso, em território brasileiro, havia uma resistência teórica pela predominância de abordagens linguísticas formalistas. Segundo Mariani e Dela Silva (2019, p. 228), "quando se pratica análise do discurso no Brasil, não se trata simplesmente de um uso conceitual, a mera transposição de uma teoria – o que seria posição aplicacionista – mas sim de fazer essa teoria trabalhar e avançar a cada gesto de análise dos fatos de linguagem".

Constituído como (in)disciplina de entremeio, o campo do saber da Análise do Discurso, tem o discurso como seu objeto teórico, definido como efeito de sentidos entre locutores (Pêcheux, 2014 [1969]), ou como propõe Mariani (2024, p. 95), *efeito de sentidos entre...*, ou seja, "produzidos nas *lutas entre...*, que são constitutivas das formações sociais". Dessa forma, busca compreender como se processa, na base material da linguagem, o funcionamento discursivo, considerando que a produção de sentidos é determinada historicamente (Mariani *et al.*, 2023).

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72830

As inquietações teóricas da Análise do Discurso estão na base do gesto de leitura que empreendemos neste trabalho, objetivando compreender e analisar uma manifestação pública e com posicionamento político-ideológico em funcionamento na UFF. Em maio de 2025, no campus Gragoatá da Universidade Federal Fluminense, um embate político resultou em um combate. Um conflito que, provocado a partir da entrada de um grupo conhecido por sua posição alinhada à extrema-direita, escalou para agressões físicas. **Tal embate/combate** produziu distintas discursivizações na medida em que provocou reações de diversos grupos, internos e externos à comunidade acadêmica da UFF. Nessas condições histórico-políticas, após o embate/combate**,** uma faixa vermelha com o dizer "*UFF território livre de fascista*" foi afixada nos portões de entrada da universidade.

No jogo entre o dito e o não-dito, a leitura da faixa reclama sentidos tanto para os que participaram dos conflitos quanto para aqueles que não souberam nem acompanharam os embates discursivos e os combates físicos. A faixa dá materialmente a ler um recorte na memória político-ideológica recente da Universidade e, ao mesmo tempo, produz efeitos para uma memória do futuro.

De imediato, como gesto inicial de leitura discursiva da faixa, podemos formular alguns questionamentos: tal embate/combate, aqui considerado como um acontecimento (discursivo), poderia ser pensado a partir do que Mariani (2021) define como um testemunho de resistência? Que dizeres anteriores e exteriores atravessam tal formulação e sustentam a filiação a certa memória discursiva na produção de sentidos? Como as diferentes discursivizações acerca do referido acontecimento dão a ler, na materialidade da língua, as diferentes posições colocadas em jogo pela ideologia e pela história?

MARIANI, B.; PAREDES, K. G; SILVA, A. B. da. "Uff território livre de fascista": embates e combates políticos na disputa por sentidos. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 13-39, 2026.

Nossa proposta é ler discursivamente esta faixa "*UFF território livre de fascista"* bem como notas publicadas na rede social *Instagram* em reação ao acontecimento, a saber, a nota de repúdio formulada em nome da Universidade (rede oficial da UFF), a nota do Diretório Central dos Estudantes da UFF (rede do DCE – UFF) e a nota da União da Direita Nacional Rio (rede da UDN – RJ). As notas em nome da Universidade e da rede da UDN foram publicadas no dia seguinte ao acontecimento. A nota da rede do DCE analisada aqui foi publicada no dia 19 de maio. É importante frisar que, no mesmo dia (15/05), logo após o ocorrido, a rede do DCE postou um vídeo que relatava o embate/combate dos grupos. A nota da UDN faz referência a esse vídeo, negando o modo como o DCE significou o ocorrido. Anteriormente a esse acontecimento, ataques à Universidade por parte de grupos ligados à extrema-direita já haviam ocorrido. Na primeira vez, a pedido do DCE, o Conselho Universitário (CUV) aprovou uma moção de repúdio a esses ataques, publicada no Instagram do DCE no dia 13 de maio.

Em síntese, nosso propósito é analisar a formulação do dizer na faixa e nas demais discursividades em estão em relação, no encontro da atualidade dos embates/combates com uma memória. E, com isso, discutir a questão das manifestações políticas na Universidade brasileira, considerando a circulação de discursos de ódio às universidades a partir do governo Bolsonaro (Mariani; Moreira, 2025).

A fim de compreender os processos de produção de sentidos em jogo, propomos um gesto de análise que, tendo em vista tais condições materiais de produção, mobiliza conceitos caros à AD como os de 'acontecimento discursivo' (Pêcheux, 2012 [1983]), 'memória discursiva' (Pêcheux, 1999 [1983]; Orlandi, 2022; Mariani, 1998), 'testemunho de resistência' (Mariani, 2021), entre outros que se inscrevem na rede de sentidos desse campo de estudos.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72830

2. ACONTECIMENTO, ESCUTA E RESISTÊNCIA: ATUALIDADE E MEMÓRIA EM ANÁLISE

Em *Discurso: estrutura ou acontecimento*, Pêcheux (2012 [1983]) propõe uma posição de trabalho para o analista do discurso no entrecruzamento de três caminhos: "o do acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação" (p. 19-20). Para tanto, o autor define discursivamente o *acontecimento* como algo que se produz "no ponto de encontro de uma atualidade com uma memória" (p. 17), a partir do qual "uns e outros vão começar a 'fazer trabalhar' o acontecimento (o fato novo, as cifras, as primeiras declarações) em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e que já começa a reorganizar" (*id.*, *ibid.*, p. 19). Como nos explica Mariani (1998, p. 40), "um acontecimento remete para o que é acidental, singular, descontínuo, não previsível".

Nessa tensão entre a repetição e o deslocamento, o político, aqui compreendido como sentidos divididos em que as relações de poder são simbolizadas, assim discursivizado, não cessa de produzir efeitos de sentidos. Ou seja, um acontecimento convoca significações (em face de um) outras a partir de já-ditos, atualizando a memória do dizer. Como afirma Pêcheux

> face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (Pêcheux, 1999 [1983], p. 52).

Sob o choque do acontecimento, explica Pêcheux (1999 [1983]), há um jogo de forças entre a regularização e a desregulação dessa rede de implícitos, de modo que a própria repetição/recorrência de itens lexicais e enunciados permite uma divisão que esburaca a memória. Ainda, conforme

nos relembra Mariani (1998, p. 41), "trabalhar com a memória discursiva é estar lendo retomadas e/ou disjunções nada pacíficas, uma vez que se trata de conflitos pela regularização e hegemonia de sentidos".

Nesse jogo entre repetição e deslocamento, diante da possibilidade do sentido outro, esse furo caracteriza a incompletude da linguagem, que "nos leva a apreciar a "errância dos sentidos (a sua migração), a vontade do 'um', (da unidade, do sentido fixo), o lugar do *non sense*, o equívoco, a incompletude (lugar dos muitos sentidos, do fugaz, do não-apreensível)" (Orlandi, 2007 [1992], p. 12). É, pois, na incompletude da linguagem, na relação entre a unidade e multiplicidade, a fixidez e o deslocamento, entre o dito e o não-dito, que o sujeito trabalha sua contradição constitutiva (*id., ibid.,* p. 24), abrindo espaços de resistência.

Lagazzi-Rodrigues (1998), a fim de compreender o papel da resistência nas possibilidades de deslocamento no interior do próprio assujeitamento do sujeito, define a resistência "enquanto perspectiva de mudança na contradição entre a sujeição [ao poder] e a luta [contra o poder]" (p. 115), "por mudança e contra a mudança" (p. 78). Isto é, ao contrário do que o imaginário revolucionário moderno dá a ver, a resistência do sujeito não encontra materialidade na individualidade revolucionária, que intencionalmente se posiciona por mudanças, mas na possibilidade de deslocamento que deriva da contradição constitutiva do assujeitamento, entre a sujeição e à luta por e contra suas determinações.

Inscrita na constitutiva divisão do sujeito, tal contradição abre uma fenda por onde irrompem as formas de resistência. Na materialidade da língua, "o sujeito marca sua presença, abrindo rachaduras nos rituais sociais com seus aparentes pontos de estabilidade na fala" (Mariani, 2023a, p. 37).

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72830

Dessa fenda, emergem discursividades como forma de resistência, fazendo irromper aquilo que Pêcheux (2012 [1983]) chama de "circulações cotidianas tomadas no ordinário do sentido" (p. 48), de modo que uma escuta dessas circulações cotidianas tem sido um compromisso da Análise do Discurso, que se formula na definição de 'escuta social' (Pêcheux, 2011 [1966]).

Em analogia à escuta psicanalítica, Pêcheux (2011 [1966]) propõe uma 'escuta social' a fim de fazer uma leitura sintomática do ordinário do sentido, no encalço dessas circulações cotidianas. Isso significa "também escutar seus restos enigmáticos e lacunares, que assinalam a presença dos efeitos do inconsciente no social e na história" (Mariani, 2023b, p. 38) de forma a apreender "pequenas reverberações significantes, fugazes e efêmeras, que constituem mudanças nos processos de significação vigente. Formas fugazes de resistência e revolta, formas fugazes de presença de alterações" (Mariani, 2011, p. 54).

A fim de compreender a materialidade da presença do inconsciente no social, que "irrompe e rompe com o logicamente estabilizado das malhas do ordinário dos sentidos" (p. 38), Mariani (2023a) propõe um deslocamento da noção de 'escuta social', definindo o conceito de 'escuta discursiva', como a "possibilidade de uma escuta do sujeito se movimentando (resistindo e se revoltando) na sociedade" (p. 39). Retomando de Pêcheux e Fuchs (1990 [1975]) a expressão *grãos de enunciação* e reterritorializando-a em um gesto de escuta das pequenas políticas de resistência ou de revolta, a autora propõe flagrar o instante em que paráfrase e polissemia, no movimento do sujeito, se encontram no grão de enunciação. Para Mariani (2021, p. 155),

> é enquanto resistência, produzindo traços de memória do futuro de um acontecimento histórico-político ainda não realizado, que nesses grãos de enunciação vai se processando um formular-fazer-trabalhar sentidos engajados a partir das diferentes materialidades.

Desse modo, compreendemos que os modos de discursivização dos acontecimentos, na produção de sentidos outros, está no trabalho do encontro entre uma atualidade e uma memória. Levando em consideração o "equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico" (Pêcheux, 2012 [1983], p. 51), é no movimento de repetição e deslocamento que se dão a ver gestos de resistência à dominação. Em nosso trabalho, os enunciados formulados frente a um acontecimento, a saber, os dizeres na faixa e nas notas publicadas, nos convoca a pensar as posições aí representadas nas formas das entidades signatárias.

3. DISCURSIVIDADES NAS CIRCULAÇÕES COTIDIANAS: A FAIXA COMO RESISTÊNCIA POLÍTICA

Uma forma de discursividade de resistência presente nas circulações cotidianas é a faixa de manifestação política, que há muito tem sido objeto de apreciação/leitura e análise na Análise do Discurso. Ressaltando a relação constitutiva da língua com a história e com a ideologia, bem como a não-transparência da linguagem, Orlandi (2001) analisa uma faixa situada na entrada da universidade que, nas condições de eleições no campus universitário, diz "'vote sem medo!', com uma explicação sobre o fato de que os votos não seriam identificados" (p. 29). Tendo em vista a assinatura na faixa, que compreende nomes de entidades de representação de funcionários e professores, a autora analisa a produção da faixa em relação à memória da luta política e às posições em jogo determinadas linguístico-historicamente.

No que é possível relacionar, o fato de que a faixa analisada por Orlandi tenha sido situada na entrada da universidade, assinada por entidades de representação filiadas à esquerda (p. 29), nos remete a uma memória: da

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72830

luta política na universidade, que se repete no acontecimento que mobiliza este trabalho, e das formas de resistência que circulam no ordinário desse espaço. Contudo, as cores de cada faixa, funcionando como materialidade significante, produzem, cada qual, sentidos diferentes quando analisadas no jogo com a formulação e com as posições-sujeito envolvidas nos respectivos acontecimentos discursivos. Além disso, a atualidade do acontecimento mais recente, ocorrido na UFF, deixa a ver a reverberação dessa luta para além do espaço físico, com desdobramentos no espaço virtual.

Na faixa analisada por Orlandi (2001), o jogo entre a formulação, as posições-sujeito envolvidas e as cores - preta, escrita com letras brancas - dá a ver uma contradição. Tal contradição marca a divisão dos sujeitos contra uma determinada forma de poder ao mesmo tempo em que deixa a ver vestígios da sujeição a essa mesma forma de poder: apesar de as posições-sujeito envolvidas serem "todas de esquerda" (p. 29), a cor da faixa remete à memória das políticas de (extrema) direita: "se a observamos do ponto de vista da cromatografia política, o negro tem sido a cor do fascismo, dos conservadores, da 'direita' em sua expressão política" (p. 29). A faixa negra, conclui, é um vestígio de uma filiação e uma respectiva posição (moralista) (p. 41), determinada pela ideologia e pela história.

A cor esperada para a produção de uma faixa alinhada às políticas de esquerda, argumenta Orlandi, seria a cor vermelho, "ligada historicamente a posições revolucionárias, transformadoras" (Orlandi, 2001, p. 29). Tal cor comparece na faixa afixada na UFF. Ao trazer o enunciado escrito com tinta branca sobre o fundo vermelho, a faixa se inscreve nessa rede de sentidos historicamente ligada a posições revolucionárias, como dito por Orlandi (2001). Assinada pelos movimentos CILU (Comitê Independente

de Lutas da UFF) e NOVO MEPR (Novo Movimento Estudantil Popular Revolucionário), o jogo entre as posições-sujeito envolvidas na produção da faixa não contradizem a memória da luta de esquerda. Em vez disso, demarca, no jogo com a formulação, uma posição contrária a uma forma de poder alinhada à extrema-direita.

Na análise de Orlandi (2001), a faixa negra "mobiliza o medo. Argumenta contra, no entanto faz presente a questão do medo" (p. 29). De acordo com a autora, isso se deve ao modo como o enunciado "vote sem medo!" sugere um perigo, uma ameaça, e faz suspeitar que algum candidato estaria ameaçando quem não votasse nele. A formulação esperada em uma filiação revolucionária, transformadora, propõe a autora, seria um enunciado na forma "vote com coragem!", de modo que "sobre o fundo branco, as palavras "com coragem" fazem um apelo à vida, ao futuro, à disposição de luta" (p. 29).

No caso da faixa "UFF território livre de fascista", como analisaremos, o enunciado mobilizado pelo acontecimento em questão demarca a presentificação da ameaça fascista no território livre (e democrático), interditando, contudo, essa presença, no jogo entre *território livre* e *território livre de*. Na materialidade discursiva do dizer formulado na faixa, podemos depreender uma posição discursiva frente ao acontecimento: *há fascistas circulando/atacando. Esse espaço não é para fascistas*. Localizada na entrada do *campus*, produz um gesto de resistência em defesa do espaço público e, estritamente, da universidade pública, espaço esse constantemente atacado por grupos de extrema-direita.

3.1. Adensando a compreensão

Em nosso gesto de análise, o enunciado *UFF Território livre de fascista* nos leva a questionamentos tais como: por que território, território

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72830

livre e território livre de fascista? Tomamos aqui o que Mariani (2021) nos chama a atenção: aos rumores da língua, principalmente aos sentidos não-ditos socialmente, processos de produção de sentido que, constituídos pelo funcionamento ideológico, são apagados. Interessam-nos, segundo Mariani (2021), "os dizeres urgentes que irrompem no cotidiano dos sentidos".

Propomos uma análise dos sintagmas em funcionamento na formulação, que, em *território livre* evoca uma memória do espaço público, retomada como argumento por grupos de extrema-direita para a ocupação desses espaços. Valendo-se do discurso jurídico para circular nesses espaços e "flagrar" aquilo que combatem, *território livre* desloca para território *livre de regras*, em que se pode "tudo", inclusive a ofensa e a injúria (Mariani, 2023b). Nas condições desse embate político, o significante apropriado pelo discurso da extrema-direita *território livre* pode ser compreendido na seguinte rede de paráfrases:

Par_1: território livre de regras

Par_2: espaço público livre de regras

Par_3: espaço de direito livre de regras

Par_4: espaço de liberdade de expressão e de pensamento livre de regras

Esse sistema de paráfrases indica uma matriz de sentidos neoliberal em que o *livre de regras* é constituinte da formação discursiva dominante. Nas condições de produção do acontecimento, *território livre* remete a um argumento desses grupos alinhados à extrema-direita, que, no jurídico, garante que eles adentrem um espaço, transformando-o em um espaço de caos e desrespeito. Na lógica neoliberal da propriedade privada deslocada ao espaço público, o fato de a Universidade ser financiada "com o dinheiro de todos" –

como veremos comparecer em uma sequência discursiva analisada na próxima seção –, isto é, pelo recolhimento de impostos, implica compreender o espaço público como propriedade de todos. Isso se torna argumento para exigir o direito à livre circulação nesses espaços de propriedade, que, associado ao que compreendem ser o direito à livre expressão, os autorizariam a entrar e a dizer o que quiser, despolitizando o debate.

Em um outro encadeamento significante, *livre,* nessa regência, produz um complemento nominal na forma *livre de fascista*. Aqui, *livre* pode significar *a salvo de x. Livre de fascistas, a salvo de fascistas*, funciona como predicativo de *território*, que, por efeito metafórico, é palavra de ordem que intervém na entrada livre. Em face do ir e vir garantido no jurídico, a faixa se marca sem impedir, mas *intervindo*, *vindo entre*, inscrevendo-se em uma rede de formulações:

Par_5: A UFF é território

Par_6: O território é livre

Par_7: O território é livre de fascistas

Par_8: O território está a salvo de fascistas

No efeito de sentidos produzido em "o território é livre de fascistas", o modo indicativo não indica a constatação de um fato, como descreve a gramática. Afinal, em face do acontecimento, a UFF não está a salvo, ao contrário, está aberta e, por manter sua entrada aberta, demanda segurança para que o debate não se transforme em combate. No simbólico, uma faixa, em sua fragilidade material, não interdita por força material, mas por força discursiva, por ser suporte de um dizer, que é um testemunho de resistência.

Na sequência *Território livre de fascista* o complemento nominal desestabiliza os sentidos de *livre* da extrema-direita e encontra 'ressonância

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72830

discursiva' (Serrani, 1994) junto a uma memória outra, que diz dos gestos de resistência contra a repetição do acontecimento referido. O próprio significante *território* já se inscreve em uma memória de lutas sociais, de resistência. A questão da *terra*, retomada como raiz em *território*, se repete significativamente nos movimentos sociais, como na luta pela *demarcação de terras indígenas, pela reforma agrária,* bem como no movimento *Palestina livre*. Isto é, o modo como tal significante remete à luta de/por espaços que se veem ameaçados pela lógica capitalista funciona retomando essa memória.

O que está em jogo no embate simbólico materializado na faixa, portanto, é o significante *livre*, que, a depender da regência e da rede de sentidos a qual se filia, produz efeitos de sentidos ora de dominação, ora de resistência. Desse modo, o complemento nominal em *livre de fascista,* constitui um gesto de resistência frente os acontecimentos recentes; o não-dito *livre de regras*, que atravessa o discurso da extrema-direita, constitui um sentido de espaço como lugar em que se pode tudo, inclusive disseminar o ódio ao outro, deslegitimando-o. Ou seja, trata-se de uma formulação que materializa/que em sua materialidade dá a ler/ redes de sentidos em disputa.

3.2. Posições em jogo na discursivização do acontecimento: território livre em disputa

Para a Análise do Discurso, as condições de produção relacionam-se tanto às possibilidades de formulação dos enunciados em um determinado período histórico quanto ao equívoco, aquilo que escapa e desloca os sentidos (Mariani, 1998). Com isso, as condições de produção são inseparáveis da análise discursiva, ou seja, é nesse movimento da relação entre língua e história que se pode observar os processos discursivos. Como nos explica De Nardi (2020, YouTube), o processo discursivo resulta da composição das

condições de produção e do sistema linguístico. Assim, pensar as condições de produção é pensar o movimento dos discursos na história.

No Brasil, a conjuntura político-histórica, pensada entre os anos 2018 e 2022, foi marcada por discursividades autoritárias e ofensivas. No governo de Bolsonaro, determinadas formulações, na sempre-já-lá relação com a memória discursiva, ao se retomarem e se repetirem, se estabelecem como evidência, a exemplo das formulações que constroem o imaginário de uma ameaça comunista (Mariani, 1998; 2019). Tais formulações, em suas várias formas, seguem ecoando em diferentes instâncias e espaços públicos, especialmente no meio digital, produzindo certos efeitos de sentidos. Ao analisar o funcionamento de *fake news* e processos de identificação, Mariani (2018) propõe pensar a discursividade *prêt-à-porter*, na qual

> o que se altera atualmente são as condições históricas de produção. O que há de diferente está na historicidade do acontecimento do meio digital, que, nas atuais condições de produção, amplifica consideravelmente a circulação das discursividades, atingindo e afetando de forma mais próxima o um-a-um, as condições individuais de existência (Mariani, 2018, p. 11).

No meio digital, portanto, o funcionamento e o alcance das *mídias* sociais intervêm no excesso de polarização, promovendo uma dessignificação e uma despolitização que, segundo Mariani (2024), atu(ar)am como modos de desorganização e desestabilização das formas políticas de oposição. Outro ponto relevante para nossa discussão, está no funcionamento da *língua de pedra*, nome dado por Mariani para o funcionamento da discursividade uma política autoritária, praticada por aqueles que não suportam "a divergência de posições nem os sentidos no movimento de sua divisão incessante" (Mariani, 2023b, p. 114).

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72830

Na polarização política e nos ataques de grupos de extrema-direita às universidades, o embate/combate ocorrido na Universidade Federal Fluminense se dá em um espaço público e físico e, a partir disso, outras discursividades são formuladas e passam a circular nas *mídias* digitais. As notas – da UFF, da rede UDN e da rede DCE – publicadas na rede social *Instagram*, tecem discursividades frente o acontecimento como podemos ver nas sequências discursivas a seguir:

SD1: **Comprometida com a democracia, os direitos humanos e o respeito à diversidade**, **a UFF não endossa, sob nenhuma circunstância, práticas ou discursos que incentivem a violência física, o racismo, a homofobia, as violências de gênero ou qualquer outra forma de discriminação**. (Nota de repúdio UFF).

SD2: Portanto, **é fundamental que a comunidade universitária não ceda a provocações que buscam criar um espaço de caos e desrespeito.** (Nota de repúdio UFF).

SD3: **Diante de qualquer indício de conflito ou ameaça, deve-se acionar imediatamente a equipe de segurança da universidade**, por meio dos porteiros, zeladores ou integrantes da vigilância no prédio. **Em casos de agressão física ou ameaças, é imprescindível que as vítimas procurem uma delegacia de polícia e façam registro de boletim de ocorrência** e, havendo ferimentos, realizem exame de corpo de delito, **garantindo assim a formalização adequada dos fatos e a defesa de seus direitos**. (Nota de repúdio UFF).

SD4: **A gestão** da UFF **está tomando as providências para intensificar as rondas de vigilância nos campi, com o objetivo de reforçar a segurança da comunidade interna e visitantes** (Nota de repúdio UFF).

Nas formulações da nota de repúdio da UFF, na institucionalização da produção de saber inscrita na dominância da ideologia neoliberal, o espaço da universidade, em sua determinação pública concebida no jurídico, é espaço de direitos, que incluem a livre circulação, logo, a circulação do contraditório. Ainda que aí possa circular ideias opostas, esse não é um espaço para ceder a provocações que buscam criar um espaço de caos e desrespeito (SD2).

Na textualização da nota, aparecem significantes como *acionar imediatamente a equipe de segurança da universidade, procurar delegacia de polícia e fazer registro de boletim de ocorrência, exame de corpo de delito, formalização adequada dos fatos e a defesa de seus direitos*. Nessas materialidades discursivas, podemos apreender uma posição a partir da identificação à forma-sujeito de direitos e deveres. O sujeito-de-direito, como nos diz Orlandi (2001, p. 51), "é efeito de uma estrutura social bem determinada: a sociedade capitalista". As relações sociais são reconhecidas a partir da formalização pelo jurídico, sendo o discurso institucional também afetado por esse processo. A posição da Universidade é a de permanência da abertura e do resguardo aos direitos tanto da comunidade acadêmica quanto dos visitantes.

A livre circulação, nas condições ideológicas da extrema-direita, é interpretada como espaço de dizer e fazer o que quiser, transformando o

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72830

que deveria ser um debate (segundo os preceitos da democracia) em combate (no sentido físico da luta). Tal inscrição se marca na posição da União da Direita Nacional (UDN), que, em nota, argumenta pelo direito a ocupar o espaço público a partir de uma noção jurídica de liberdade:

SD5: Membros do Partido Liberal e do Partido Novo foram brutalmente hostilizados **por simplesmente pensarem diferente**. **Não houve debate, não houve diálogo** — apenas ódio, agressividade e **expulsão** (Nota oficial UDN).

SD6: Fomos nós que fomos **expulsos de um espaço público,** uma universidade que é **mantida com o dinheiro de todos** — inclusive o nosso (Nota oficial UDN).

SD7: Não vamos permitir que a **liberdade de pensamento e expressão** seja sufocada por aqueles que só toleram quem pensa como eles (Nota oficial UDN).

SD8: **Liberdade se defende com coragem** — e é isso que estamos fazendo (Nota oficial UDN).

Segundo Mariani (2024, p. 105), no deslizamento de 'liberdade de expressão' de uma posição à esquerda à enunciação de um lugar da extrema-direita, "o que está em funcionamento é uma 'linguagem emprestada', como bem disse Robin (2016, p. 41 e ss), em sua análise dos discursos de direita, visando a desconstrução do imaginário revolucionário e libertário com suas formas de agir e pensar".

Ao ser enunciada a partir da posição da extrema-direita, o funcionamento de 'liberdade de expressão' produz efeito de dessignificação que, segundo Mariani (2024, p. 109), "incide no pré-construído, nos sentidos já-lá postos como certezas na memória das lutas democráticas". Significando a partir de

uma outra formação discursiva, o que parece haver nessas formulações é um sujeito de direito sem deveres, ou seja, um sujeito que pode *defender a liberdade com coragem* (SD8), mesmo que isso se faça valer por discursos de ódio e de ataque simbólico/físico ao outro e reduzindo a distância entre regimes democráticos e governos autoritários.

Assim como na faixa, a questão do território reverbera discursivamente tanto na nota da União da Direita Nacional quanto na nota do Diretório Central de Estudantes da UFF, materializando duas posições em disputa. Para a UDN, a questão a se notar é a suposta expulsão de um espaço público, mantido com dinheiro público (SD5 e SD6). Isso nos permite supor, em paráfrase, que, conforme defendido por esse grupo, o espaço público é de livre circulação, logo, qualquer expulsão desse espaço de livre circulação constitui a violação de um direito.

Os motivos dessa circulação, contudo, não estão explicitados na nota, o que nos leva a questionar: Por que entraram? Pela mera valência de um direito de livre circulação? O que estavam fazendo lá? "Simplesmente pensando diferente" (SD5)? À procura de um diálogo, de um debate sem ódio, agressividade ou expulsão, como faz supor a SD5? Nessas condições, o direito à livre circulação e a "pensar diferente", em paráfrase, significa um direito à permanência, que desliza para o direito à ocupação desse espaço público com finalidade político-ideológica. Finalidade esta dissimulada na forma do "simplesmente pensar diferente" (SD5).

Na nota do DCE, comparece o que significa essa ocupação com finalidade político-ideológica que se dissimula pelo "simplesmente pensar diferente":

SD9: Na tarde do dia 15 de maio, um grupo de cinco homens ligados ao Partido Novo **entraram no campus Gragoatá da UFF e**

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72830

se dirigiram para o ICHF (Instituto de Ciências Humanas e Filosofia) em mais uma **tentativa de deslegitimar a universidade pública**. **No local**, **fizeram panfletagens de cunho conservador, provocaram e debocharam de estudantes e professores e gravaram vídeos de seus rostos sem nenhuma autorização**. **A primeira medida adotada foi o diálogo, feita pela comunidade presente, exigindo que se retirassem e cessassem as provocações** (Nota política DCE UFF).

SD10: Essa foi **a segunda vez neste ano que esse grupo direitista entrou na UFF**. Na primeira ocasião, apresentamos **uma moção** ao Conselho Universitário (CUV) que **foi aprovada por consenso, posicionando a UFF enquanto território antifascista, contra esse tipo de ação nas universidades públicas** (Nota política DCE UFF).

SD11: Porém, **contra agressões não nos defenderemos só com moções aprovadas nos espaços de deliberação da universidade** (Nota política DCE UFF).

SD12: Incentivamos que os Centros e Diretórios Acadêmicos, Atléticas, Laboratórios de pesquisa e ensino, Coletivos e toda a comunidade acadêmica se posicionem por uma **UFF democrática, pública**, **sem espaço para a violência e para a intimidação** (Nota política DCE UFF).

Na nota do DCE, por sua vez, a questão do território como substantivo passível de entrada, permanência *e retirada* se marca nos significantes "entraram", "dirigiram-se", "que se retirassem" (SD8). No entanto, o problema a se notar não reside na mera entrada e permanência desses grupos, como

faz supor a nota da UDN, mas no jogo entre o fato da entrada e o que se faz em decorrência dessa entrada, que se torna causa de uma exigência de retirada (SD8).

Na enunciação formulada na nota do DCE, o grupo adversário faz do *território livre* entrada para, nesse espaço, ser livre de regras, inclusive valendo-se de provocações e deboches (SD8). Aqui, podemos dizer que *defender a liberdade com coragem* (SD7) desliza para *provocar e debochar de estudantes e professores* (SD8). Assim, produz efeito de sentidos de equivalência entre defender a liberdade e provocar e debochar do outro. Segundo Mariani (2023b, p. 115), "de um modo geral, quem ofende não pratica uma hospitalidade de escuta nem se deixa pegar no desconcerto que o convívio com a diferença produz". Reformulando o deslize de enunciados anteriormente, poderíamos afirmar que, no ponto de vista da extrema-direita, *defender a liberdade com coragem É provocar e debochar do outro que não pensa como nós*, ainda que, para eles, essa posição é assumida por estudantes e professores da universidade pública.

Além das provocações, o ato é seguido por gravações de vídeos sem autorização. Aqueles que se dizem no direito de usufruir de um espaço público mantido com o dinheiro de todos, inclusive o deles (SD1), se vale do seu direito para negar o direito do outro que, aqui em análise, é a gravação sem autorização. Impulsionado pelo funcionamento das *mídias* digitais, esse tipo de conteúdo é postado nas redes em uma tentativa de viralização e engajamento, constituindo o que Mariani (2018, p. 4) denomina como discursividades *prêt-à-porter*, essas definidas como "materialidade discursivas prontas para o uso e consumo". Provocam, deslegitimam o espaço público e desqualificam o outro, produzindo efeitos de autopromoção que legitimariam as ações do grupo de extrema-direita.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72830

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação político-ideológica promovida por grupos de extrema-direita, dissimulada por um 'simples' pensar diferente, com fins de engajamento, alimenta a polarização política na qual *debate* se intensifica e se transforma em *embate*. Nessa dissimulação, em que liberdade é justificativa para se dizer/fazer o que se quiser e coragem é justificativa de enfrentamento, o embate se transforma em *combate*, perpetuando a violência política.

Passível de ser cenário desse combate, o lugar que se define na rede sinonímica "Universidade ≈ espaço público ≈ espaço de livre circulação" abriga o paradoxo do território livre em disputa. Isto é, quando o significante *público* comporta o paradoxo "é de todos, então não é de ninguém", o território livre, em sua divisão, abriga a diferença, a contradição em que reside a luta política. É, pois, quando essa luta importa uma disputa por poder e influência nesse território livre, inflamada por uma polarização regida pelo ódio, que o combate, sinônimo de uma luta física, é produzido como efeito.

Como nos relembram Mariani e Moreira (2025), tal polarização regida pelo ódio, desde o governo Bolsonaro, tem retomado, da memória da ditadura militar, uma retórica que torna alvo o espaço da universidade pública. Na atualização dessa memória, a "discursividade de descrença, dúvida e ofensa" (p. 61) constitui uma prática discursiva que se mostra mais eficiente nas tentativas de deslegitimação da Universidade do que as práticas de controle inscritas na memória da ditadura. Ao silenciar determinados sentidos e evidenciar outros em meios de comunicação de massa, esses grupos determinam o que é dito e o que é visto nos espaços de circulação de suas bolhas digitais.

Ainda, "não sendo possível – nem impossível –, na chamada democracia iliberal ou "democratura", instituir a violência física ou pichações – como

na ditadura civil-militar no Brasil" (Mariani; Moreira, 2025, p. 70), novas formas de ataque se dissimulam nas supostas visitas pacíficas e não-violentas. Dessa forma, as provocações dissimuladas nas supostas tentativas de debate visam a produzir o que esses grupos querem fazer ver: "ódio, agressividade e expulsão" (SD5) por parte dos membros da Universidade. Com isso, a comunidade acadêmica, que, contra agressões, não pretende se defender apenas com moções (SD10), devendo não ceder a provocações (SD2) e não estando em posição de impedir o ingresso nesse espaço público, encontra formas de resistência no simbólico, como a faixa que, posicionada na entrada, não tem poder de materialmente impedir o ingresso de ninguém. Contudo, interpondo-se, interdita, (se) marca (em) um dizer entre a entrada e não-entrada, entre o *livre* e o *livre de*.

Produzida na atualização de uma memória, a faixa é monumento do acontecimento, constituindo um 'testemunho', isto é, "presença material de um traço, um vestígio de um acontecimento que já foi" (Mariani, 2021, p. 125). Tal testemunho, ao reagir a um acontecimento que se inscreve na memória do fascismo, configura-se como um testemunho de resistência, isto é, daqueles "que retornam ao indizível da história para não deixar cair no esquecimento o que foi uma violência. São *testemunhos* que lutam por justiça social, repetem à exaustão denúncias cometidas pelo Estado ou por familiares" (*id.*, *ibid.,* p. 20).

Podemos, para efeitos de fechamento deste artigo, concluir que o enunciado "UFF território livre de fascista" produz um efeito de "politização realizado sem ofensa ao outro e sem dessignificação de sentidos já lá" (Mariani, 2024). A faixa, pendurada na entrada do espaço público, é significante de uma resistência no simbólico.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72830

Nos portões de entrada, abertura para a entrada de todos, inclusive desses grupos, intervém uma palavra de ordem: *UFF território livre de fascista*.

REFERÊNCIAS

DE NARDI, F. Videoverbete: Condições de Produção. 2020. Vídeo (5min44seg). Publicado no canal Encidis. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FrToVjnXwVk. Acesso em 20 de fev. de 2026.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. M. **A discussão do sujeito no movimento do discurso**. 124 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1998.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais. Campinas, Rio de Janeiro: Editora da UNICAMP & Editora Revan, 1998.

MARIANI, B. Uma proposta de arquivo sobre o sujeito da cidade do Rio de Janeiro: uma pesquisa sobre o discurso em farrapos. *In*: DI RENZO, A.; MOTTA, A. L. A. R.; OLIVEIRA T. P. (org.). **Linguagem, História e Memória:** discursos em movimento, Campinas: Pontes, 2011, p. 43-64.

MARIANI, B. Discursividades prêt-à-porter, funcionamento de fake news e processos de identificação. **Entremeios**. Revista de estudos do discurso. Volume 17. UNIVAS: Universidade do Vale do Sapucaí, p. 3-18, jul/dez. 2018.

MARIANI, B. As formas discursivas e a ameaça comunista. **Língua e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, n. 44, p 270-289, jul/dez. 2019.

MARIANI, B. **Testemunhos de resistência e revolta:** um estudo em análise do discurso. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

MARIANI, B. Uma proposta de escuta discursiva. *In*: GRIGOLETO, E.; CARNEIRO, T. C. C. (org.). **Diálogos com analistas do discurso:** reflexões sobre a relevância do pensamento de Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2023a, p. 34-40.

MARIANI, B. Língua de pedra: a ofensa (injúria e difamação) na discursividade política. **Revista Leitura**, [S. l.], v. 1, n. 76, p. 111-125, 2023b. DOI: 10.28998/2317-9945.202376.111-125. Disponível em: https://seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/14262. Acesso em: 20 fev. 2026.

MARIANI, B. Dessignificação, despolitização e resistência: discurso político e o político no discurso. *In*: MARTIN. E. V. *et al.* (org.). **Perspectivas interculturais:** discurso, linguagem e poder. Rio de Janeiro, RJ: Edições Makunaima; Niterói, RJ: EdUFF, 2024.

MARIANI, B.; DELA SILVA, S. Ideias teóricas em circulação entre a França e o Brasil: a análise do discurso de M. Pêcheux e E. Orlandi. *In*: JOBIM, J. L. *et al.* (org.). **Diálogos França-Brasil:** circulações, representações, imaginários. Rio de Janeiro: Makunaima, 2019, p. 219-238.

MARIANI, B.; ESTEVES, P. M. da S.; MEDEIROS V. Análise do Discurso materialista. In: ESTEVES, P. M. da S.; DELA-SILVA, S. (org.). **Teorias do Texto, do Discurso e da Tradução**. Coleção Estudos de Linguagem, v. 2. Niterói: Eduff, 2023, p. 93-128.

MARIANI, B.; MOREIRA, C. Ódio às universidades. *In*: JOBIN, J. L.; SOUZA, R. A. de (org.). **Literatura, cultura e política. A obra de João Cezar de Castro Rocha em questão**. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2025, p. 58-77.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007 [1992].

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72830

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2011 [1987].

ORLANDI. E. P. **Discurso e texto:** formulação e circulação de sentidos. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

PÊCHEUX, M. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. *In*: PÊCHEUX, M. **Análise de discurso**. Textos selecionados por Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2011 [1966], p. 21-54.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.) **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 2014 [1969], p. 61-162.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 2014 [1975].

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. *In*: Achard, P. *et al*. **Papel da Memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999 [1983], p. 49-57.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: Estrutura ou acontecimento. 6. ed. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012 [1983].

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma Análise Automática do Discurso:** Uma introdução a obra de M. Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990 [1975]. p. 163-252.

ROBIN, R. **A memória saturada**. Tradução de Cristiane Dias, Greciely Costa. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

SERRANI, S. Análise de ressonâncias discursivas e micro-cenas para estudo da identidade linguístico-cultural. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, n. 24, p. 79-90, jul./dez. 1994.

REFERÊNCIAS DO *CORPUS*

UFFOFICIAL. *Em virtude dos ocorrido ontem, dia 15 de maio, no campus do Gragoatá, a Universidade Federal Fluminense* [...] Niterói, 15 de maio de 2025. *Instagram:* @uffoficial. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DJuXUijtOQO/?utm_source=ig_embed&ig_rid=fd03c71d-4194-45d3-861b-1fd8746165cc. Acesso em 20 de fev. de 2026.

DCEUFF. *NOTA POLÍTICA | UFF CONTRA O FASCISMO!*. Niterói, 19 de maio de 2025. *Instagram:* @dce_uff. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DJ1sadEx2Gn/?img_index=1. Acesso em 20 de fev. de 2026.

UDNRIO. Nota oficial sobre os criminosos da UFF e o "ódio do bem". [...] Niterói, 15 de maio de 2025. *Instagram: @udn.rio*. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DJuBnRrtHY3/?utm_source=ig_embed&ig_rid=0276762e-a559-496c-96b5-8687ada5bed3. Acesso em 20 de fev. de 2026.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73488

HISTORICIDADE DO DISCURSO DE ÓDIO E A RETIRADA DE DIREITOS COMO BASILAR DO ESTADO DE EXCEÇÃO

THE HISTORICITY OF HATE SPEECH AND THE WITHDRAWAL OF RIGHTS AS A FOUNDATIONAL ELEMENT OF THE STATE OF EXCEPTION

Fabio Neuhaus[1]

Nádia Neckel[2]

RESUMO

O presente artigo analisa a historicidade do discurso de ódio e sua relação com a retirada de direitos, compreendida como elemento estruturante do estado de exceção. A partir da Análise de Discurso materialista franco-brasileira, investiga-se como os sentidos de intolerância e exclusão são produzidos e naturalizados em formações discursivas atravessadas por ideologia, política e religião. O estudo evidencia que o discurso de ódio não é um fenômeno isolado, mas resultado de processos históricos e sociais que constroem o "outro" como ameaça, legitimando práticas de discriminação e violência. Por meio de recortes empíricos do cenário político brasileiro recente, demonstra-se como tais discursos podem extrapolar o plano simbólico e materializar-se em ações concretas, inclusive letais. Discute-se, ainda, o papel do Direito enquanto discurso normativo que, embora se apresente como garantidor de direitos, também atua como aparelho ideológico capaz de reproduzir desigualdades. Conclui-se que o enfrentamento do discurso de ódio exige não apenas respostas jurídicas, mas uma compreensão crítica de suas condições de produção e circulação na sociedade contemporânea.

[1] Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999); Possui graduação em Direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2014); Mestrado em Ciências da Linguagem (UniSul) doutorando na mesma instituição, https://orcid.org/0009-0007-4757-0608, fabio.neuhaus71@gmail.com.

[2] Docente do Programa de Doutorado em Ciência da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina (UniSul). Campus Pedra Branca. Pesquisadora do Instituto Ânima, https://orcid.org/0000-0003-3833-2863, nadia.neckel@animaeducacao.com.br; nregia75@gmail.com

NEUHAUS, F.; NECKEL, N. da. Historicidade do discurso de ódio e a retirada de direitos como basilar do estado de exceção. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 40-63, 2026.

PALAVRAS-CHAVE

Discurso de ódio. Extremismo. Intolerância.

ABSTRACT

This article analyzes the historicity of hate speech and its relationship with the withdrawal of rights, understood as a foundational element of the state of exception. Grounded in the Franco-Brazilian materialist Discourse Analysis framework, it examines how meanings of intolerance and exclusion are produced and naturalized within discursive formations shaped by ideology, politics, and religion. The study demonstrates that hate speech is not an isolated phenomenon, but rather the result of historical and social processes that construct the "other" as a threat, thereby legitimizing practices of discrimination and violence. Through empirical excerpts from the recent Brazilian political context, it shows how such discourses may transcend the symbolic level and materialize into concrete actions, including lethal outcomes. The article also discusses the role of Law as a normative discourse which, despite presenting itself as a guarantor of rights, operates as an ideological apparatus capable of reproducing inequalities. It concludes that confronting hate speech requires not only legal responses but also a critical understanding of its conditions of production and circulation in contemporary society.

KEYWORDS

Hate speech. Extremism. Intolerance.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo pretendemos percorrer os efeitos de sentidos do chamado "Discurso de Ódio" e sua circulação em notícias veiculadas na *Internet*. Para tanto lançaremos mão da inscrição teórica da Análise de Discurso Materialista Franco-Brasileira estabelecendo uma escuta para a construção do dispositivo teórico-analítico a partir do campo jurídico.

Do campo dos estudos jurídicos tomamos a seguinte formulação a respeito dos sujeitos que propagam o chamado discurso de ódio:

> aquele que avalia negativamente um grupo vulnerável ou um membro de um grupo vulnerável, a fim de estabelecer que ele é menos digno de direitos, oportunidades ou recursos do que outros grupos ou indivíduos

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73488

> membros de outros grupos, e, consequentemente, legitimar a prática de discriminação ou violência (Gomes; Salvador; Luccas, 2020, p. 20).

Essa formulação faz encontrar e sobrepor dois funcionamentos: o ódio e a intolerância, fortemente ancorados por um sentimento narcísico, ou seja, enxergam o outro, que é "diferente" como uma ameaça. E, como consequência, a negação e o não reconhecimento dos mesmos direitos, oportunidades ou recursos. Como justificativa para tal alijamento pode estar na cor da pele, na dissidência de gênero, ou, simplesmente ser oriundo de outra região geográfica. Tais condições são determinantes para limitar direitos e promover todos os tipos de discriminação e de violência física e moral.

Podemos tomar o exemplo dos refugiados (apátridas) constantemente perseguidos e violentados em seus direitos civis, pois:

> Um refugiado costuma ser uma pessoa obrigada a procurar refúgio devido a algum ato cometido ou por tomar alguma opinião política. Agora "refugiados" são aqueles de nós que chegaram à infelicidade de chegar a um novo país sem meios e tiveram que ser ajudados por comitês de refugiados (Arendt, 2013, p. 7).

Esses refugiados, ao chegarem ao país de destino sem as mínimas condições de sobrevivência, precisam ser acolhidos por grupos humanitários; ainda assim, não são poupados de críticas severas e até de insultos por parte da sociedade, que não admite sua permanência em seu território e, muitas vezes, os vê como uma ameaça. É importante marcar que esses fluxos migratórios não decorrem de uma escolha voluntária ou de mero desejo, mas são motivados por condicionantes político-institucionais e pela precarização das condições materiais de sobrevivência nos países de origem.

Sem opções, recorrem a outras nações, na esperança de encontrarem abrigo e recomeço do direito básico de existência digna. E, comumente, o que na realidade encontram, na maioria das vezes, é rechaço, preconceito e desprezo.

NEUHAUS, F.; NECKEL, N. da. Historicidade do discurso de ódio e a retirada de direitos como basilar do estado de exceção. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 40-63, 2026.

Cada vez mais presente em nossos dias, a intolerância com o diferente torna-se a base do chamado discurso de ódio. O outro, o diferente, o que não nos é espelho, é tomado como ameaça.

O intolerante não o é por obra e graça divina. Ele é interpelado por um processo de identificação e reconhecimento do grupo dominante. As formações imaginárias são de cunho sócio-histórico-ideológicas, uma vez capturado/interpelado o sujeito passa a identificar-se com a formação discursiva que o domina e os sentidos produzidos ali são reconhecidos como verdade absoluta.

Podemos pontuar a formação discursiva (FD) como dominante nestes grupos, que funciona por meio de um processo parafrástico que reforça os sentidos de autoritarismo e conservadorismo próprios de regimes totalitários. Sabemos que uma FD se sustenta pelo processo de identificação dos sujeitos/sentidos determinados pelas Formações Ideológicas recortando o que pode e deve ser dito em uma determinada circunstância, considerando a posição-sujeito que se materializa no fio do discurso. Dito de outro modo, se constitui e se formula pelo interdiscurso e circula pelo intradiscurso. Como os efeitos de sentido se marcam por regularidades parafrásticas, o sujeito passa a se reconhecer neles e, por um efeito ideológico elementar de um sentido literal, imagina que ele, o sujeito, seja a origem deste sentido, passando a ter a ilusão de ser "dono" do seu dizer, completamente identificado com a FD dominante.

Esse esquecimento de que o sujeito não é origem do dizer, pois já existe um já dito, é tratado por Orlandi (2020) como esquecimento ideológico:

> ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos preexistentes. Esse esquecimento reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73488

> primeiras palavras que **significariam apenas e exatamente o que queremos** (Orlandi, 2020, p. 33, grifos nossos).

O esquecimento narrado por Orlandi é constitutivo de todo sujeito. Assim, o sujeito é levado a esquecer o "efeito já lá", por produzir um efeito de ser dono da verdade, como se tivesse descoberto algo novo, que ninguém mais tem acesso àquela informação, não tendo consciência do já dito e do já lá, ou seja, age inconscientemente, pois enquanto sujeito, não é "dono" de suas vontades.

Também podemos nos remeter a Paul Henry (2013, p. 33), que assim reflete: "O sujeito é sempre, e ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação."

Assim, quando falamos da dificuldade de "lidar" com ideias diferentes, estamos tratando diretamente com os processos de identificação que sustentam as FDs. Exemplos de tais posições podem ser encontradas cotidianamente: nas torcidas de futebol, nas discussões sobre religião ou sobre política, ou até mesmo na dúvida a respeito de fatos históricos, ou, científicos, como, por exemplo, o formato do planeta terra.

Como veremos, a intolerância e o discurso de ódio são efeitos da divisão política que é historicamente construída. Flores e Neckel nos lembram que:

> A tomada das ruas, as revoltas e as revoluções historicamente marcam-se por pautas de luta por igualdade social. Mas, e quando as massas populares viram massas de manobra? Bom, de certo modo é isso que assistimos no Brasil desde 2013. Movimentos que culminaram no golpe midiático/jurídico/parlamentar em 2016 e depois disso o tom inflamado de ódio de classe só fez aumentar. Outra marca deste período nebuloso, foi a apropriação, pela extrema direita, de enunciados de lutas que historicamente marcam os movimentos de esquerda, deslocando-os e deturpando os sentidos de resistência, tomando-os justamente para a manutenção de um poder opressor completamente alinhado a exploração do capital. (2023, p. 222).

Presente na atualidade, o discurso de ódio ou de intolerância é comumente circulante nos meios que detém os modos de produção. Flores e Neckel nos lembram ainda que "uma divisão entre os que definem as práticas políticas por meio das forças de produção, temos, de um lado, a classe dominante que detém os meios produtivos e a propriedade, e, de outro, a classe que tem como propriedade apenas a sua força de trabalho." (2023, p. 225). Dito de outra maneira, se trata fundamentalmente de uma questão de luta de classes, pois a classe dominante (aqueles que detêm os meios de produção) possui interesses de acúmulo de capital, diferentemente das necessidades de quem emprega apenas sua força de trabalho. Se pensarmos nas condições históricas de produção em nosso País veremos que desde o início da República, a classe dominante continua sua mantença e jamais perdeu o controle do que antes chamavam de colônia. Os massacres históricos pela disputa de terras, por exemplo, marcam muito bem essa posição. O extermínio indígena, a economia escravocrata, as capitanias hereditárias, os períodos ditatoriais, deixam marcas profundas na formação imaginária do que conhecemos como Brasil.

A desumanização do dominado, "corpos sem alma" no discurso do colonizador, corpos-trabalho no discurso escravagista, corpos-hereges no discurso religioso cristão, corpo-comunista no discurso da extrema direita, etc. faz circular o sentido de que o corpo outro pode ser exterminado e sustentam posições historicamente constituídas no laço social brasileiro. O outro é esse perigo, que para manter o *status quo* do soberano, precisa ser eliminado.

2. PRIMEIRO RECORTE: "VAMOS FUZILAR A PETRALHADA".

Como primeiro recorte trazemos uma declaração do ex-"presidente" da República, do período 2019/2022, em que, em visita ao Estado do Acre, em

NEUHAUS, F.; NECKEL, N. da. Historicidade do discurso de ódio e a retirada de direitos como basilar do estado de exceção. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 40-63, 2026..

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73488

2018, utilizou-se de um tripé de uma câmera para simular uma metralhadora, e ao performar como se estivesse atirando, disse: "*Vamos fuzilar a petralhada*", referindo-se à eliminação dos apoiadores do Partido dos Trabalhadores, que governava aquele estado há 20 anos, na época.

Metralhar retoma o sentido de muros de fuzilamento. Uma prática de guerra que extermina inimigos e prisioneiros sem chance de defesa.

As imagens da declaração do então candidato à presidência, circularam amplamente em várias *mídias* e redes sociais.

Imagem 1: Vamos Fuzilar a Petralhada

PODER 360

No Acre, Bolsonaro fala em 'fuzilar a petralhada' e enviá-los à Venezuela

'Mas lá não tem mortadela, só capim'

Militar esteve no Acre no sábado

Fonte: No Acre, Poder360 (2018)

Em meio às filmagens e sorrisos de apoiadores, o homem simula metralhar o inimigo, exterminá-lo. Sentidos que colam em regimes de dominação e estados de exceção. É conhecida deste mesmo personagem a

existência de enunciados como "O erro da ditadura foi torturar e não matar!"[3] O uso da força desproporcional, tortura e assassinatos são, historicamente, o *modus operandi* de regimes totalitários e antidemocráticos. A estratégia argumentativa antidemocrática também apresenta suas regularidades como o questionamento de valores familiares, religiosos, de segurança entre outros.

Como bem nos lembra Michel Pêcheux, "as palavras, expressões, proposições, etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam" (1995, p. 169).

Sabemos das consequências político-sociais da frase "vamos fuzilar a petralhada" ao ser dita por um candidato à presidência de um país, naquele mesmo pleito, foram várias as mortes de eleitores noticiadas, durante a campanha eleitoral de 2022, ocasionadas por motivos torpes e sem chance de defesa[4].

Outra passagem envolvendo discurso de ódio contra as "minorias" ocorreu em 2014, quando, em rede nacional de televisão, o então candidato a presidente da República, Levy Fidelis, assim se manifestou:

> Pelo que vi na vida, dois iguais não fazem filho. E digo mais: desculpe, mas aparelho excretor não reproduz. É feio dizer isso, mas não podemos jamais, eu que sou um pai de família e um avô, deixar que

---

[3] Ver conjunto de enunciados na referência Brasil (2021).

[4] **Motivo torpe:** qualificadora prevista no art. 121, §2º, I, do Código Penal Brasileiro, consistente na prática do homicídio por razão moralmente reprovável e socialmente abjeta, reveladora de acentuada perversidade do agente. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça exige que a torpeza seja aferida à luz de critérios ético-sociais objetivos, não se confundindo com o motivo fútil. **Recurso que dificultou ou impossibilitou a defesa da vítima:** qualificadora prevista no art. 121, §2º, IV, do Código Penal Brasileiro, caracterizada pelo emprego de meio, modo ou circunstância que suprime ou reduz significativamente a capacidade de reação da vítima (v.g., surpresa, emboscada, dissimulação). Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, exige-se a efetiva demonstração de que a vítima teve sua defesa concretamente inviabilizada.

NEUHAUS, F.; NECKEL, N. da. Historicidade do discurso de ódio e a retirada de direitos como basilar do estado de exceção. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 40-63, 2026..

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73488

> estes que aí estão achacando a gente no dia a dia, querendo escorar essa minoria à maioria do povo brasileiro. Como é que pode um pai de família, um avô, ficar aqui escorado porque tem medo de perder voto? Prefiro não ter esses votos, mas ser um pai, um avô, que tenha (sic) vergonha na cara! (...) Eu vi agora o (...) Papa expurgar (sic) (...) do Vaticano um pedófilo. Está certo! (...) Eu, [se eleito] Presidente da República, não vou estimular [a união homoafetiva].
>
> [...]
>
> O Brasil tem 200 milhões de habitantes. Se começarmos a estimular isso aí, vai reduzir para 100 [milhões]. (...) Vamos ter coragem, nós somos maioria! Vamos enfrentar essa minoria! Vamos enfrentá-los, não ter medo! (...) E o mais importante é que esses, que têm problemas, realmente sejam atendidos no plano psicológico e afetivo, mas bem longe da gente, bem longe mesmo, porque aqui, não dá (Fidelis, 2014, *apud* Gomes; Salvador; Luccas, 2020, p. 219).

Como se vê, as regularidades entre a imagem de um candidato e a fala de outro se sobrepõem aos sentidos de que o "outro" representa o perigo e por isso precisa ser alijado de seus direitos civis e, no limite, eliminado. Tal normativa coaduna com o estado de exceção em termos agambenianos. Ao eliminar as "minorias" as quais não compartilham dos ideais de sua inscrição ideológica de "Pátria, Família, Valores Cristãos e Propriedade", o Estado, segundo a visão conservadora, ficaria povoado apenas por aqueles que o soberano julgar que são merecedores, segundo suas próprias leis. Tais ideais, como já visto historicamente, retomam estados de exceção, como as ditaduras, ou, ainda, com o extremismo religioso ou como o Estado da Alemanha nazista da Segunda Grande Guerra -que defendia a "raça ariana" como a ideal, sem "manchas" e sem "defeitos".

Neste sentido, temos Agamben, que assim nos ensina:

> O totalitarismo moderno pode ser definido, neste sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas

> também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político (2004, p. 13).

É exatamente o totalitarismo moderno, analisado por Agamben, que estamos vivenciando nos dias atuais, onde há perseguição a todos que pensam diferente, ou que têm um posicionamento político contrário, ou que têm uma orientação sexual que não comungue com a do intolerante.

Nos dois casos aqui apresentados ("fuzilar a petralhada" e "não vou estimular [a união homoafetiva]"), está embutido um projeto eugenista e violento. Na instância jurídica várias entidades ingressaram com representações na justiça, porém sem êxito, demonstrando como o Direito não protege a todos e nem que a lei é igual para todos, pois o Direito, como diz Althusser (2008), ao ensinar sobre Aparelhos de Estado, é repressivo e ideológico, e, assim, ao ser ideológico, perpetua as desigualdades impostas pela classe dominante, perseguidora das "minorias".

Essa negação do outro, que não lhe é espelho, o que é "diferente", que não pode conviver com os "normais", normais estes "protegidos por Deus" e defensores da família, da pátria e da propriedade, se assemelha com a Alemanha nazista e eugenista de Hitler. Tal negação se perpetua não só com o outro, como aqui nos referimos, mas também com os acontecimentos mais dolorosos da história, que foi no período do nazismo.

Robin (2016) assim se manifesta sobre tais negacionistas:

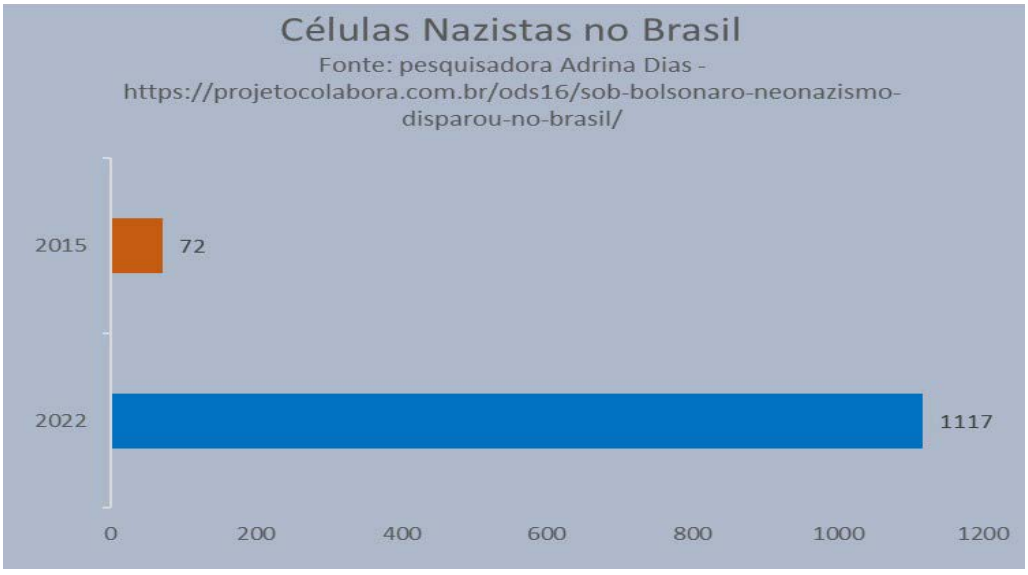
> [...] Os negacionistas destilam um discurso de ódio dissimulado atrás de uma argumentação que consiste em fazer acreditar em suas teses são matéria de debate, que podemos indagar de maneira válida sobre a existência dos campos de concentração, das câmaras de gás, que o que eles apresentam é uma tese dentre outras, e que sua *liberdade de expressão* está sendo restringida, ao não aceitarmos o debate proposto por eles. É muito difícil saber como parar essa onda mundial e por quais meios fazê-los (Robin, 2016, p. 221, grifo nosso).

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73488

Grifamos o termo "liberdade de expressão" justamente por entendermos que esse é um argumento que aparece com certa regularidade nas declarações de posições-sujeito negacionistas inscritos no discurso de ódio quando desafiados ao diálogo com interlocutores aos quais eles consideram nocivos e buscam no direito constitucional a garantia do direito de expressarem-se, mas "esquecem-se" e ignoram outros direitos igualmente importantes e necessários, incluindo a dignidade das minorias.

Esse entendimento dos intolerantes, aliados ao incentivo ao ódio, promovido pelo ex-mandatário da nação (2019 a 2022) fez crescer exponencialmente o número de células neonazistas no Brasil, no período de 2016 a 2022, conforme reportagem do *Projeto Colabora* (2022), que mostra a pesquisa de Adriana Dias, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 1: Células Nazistas no Brasil



Fonte: Noronha, https://projetocolabora.com.br/ods16/sob-bolsonaro-neonazismo-disparou-no-brasil/. Acesso em: 31 maio 2023.

Células nazistas são grupos formados por neonazistas (pessoas que resgatam os ideais nazistas, como nacionalismo, racismo, xenofobia e a crença em uma raça ariana, pura). Em 2015, existiam 72 células no Brasil, e em 2022, último ano do "presidente" que representa a extrema direita no país, passou para 1.117 células, um acréscimo de 1.451%.

Importante observar que essas células encontraram no então "presidente" um representante para seus anseios e ideais. Por ser homem, branco, olhos claros, de origem europeia e defensor dos "bons costumes", da pátria, da família e da propriedade (Deus, pátria, família e propriedade!), sendo também crente em Deus (Brasil acima de tudo, Deus acima de todos) e conservador (a favor da meritocracia e contra direitos sociais), logo caiu nas graças de toda a ultradireita brasileira, inclusive dos neonazistas.

No caso do nazismo, permanece, como já dissemos, não só o negacionismo, como também os defensores desse modelo autoritário e de governo (por meio do estado de exceção), que tenta extirpar e perseguir as "minorias".

Novamente Robin (2016) contribui sobre esse atentado à memória nazista:

> Diante desse atentado inaudito à memória de um povo cujo um terço foi aniquilado, a comunidade judaica, os intelectuais, os historiadores, mas também os críticos reagiram de uma maneira simétrica. É preciso dar provas de tudo, neutralizar os negacionistas em seu próprio terreno, pôr em evidência os testemunhos dos sobreviventes, evidenciar também os objetivos pedagógicos de qualquer documento sobre a *Shoah,* multiplicar as manifestações, as comemorações, as leis, as proibições, os julgamentos, provar tudo contra a mentira, atestar o real do passado contra a ficção. A suspeita em relação à ficção, à representação, tem grande peso. É o efeito perverso da vigilância extrema: transformar os negacionistas em interlocutores legítimos, enquanto se procura reduzi-los ao silêncio, levar a sério a sua postura, seus argumentos, se situando em seu terreno (Robin, 2016, p. 221).

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73488

Sobre o atentado inaudito à memória do nazismo, a autora sugere muito bem quais as "providências" necessárias de enfrentamento aos negacionistas. Não basta apenas provar os acontecimentos. É preciso admitir que eles, os negacionistas, existem. Além disso, acreditamos que o endurecimento por parte do Estado, através de punições mais severas e exemplares, podem contribuir para diminuir a quantidade de células nazistas e de grupos defensores de Hitler, nas redes sociais.

A seguir, trazemos um segundo recorte sobre que marca as consequências de enunciados que produzem efeito de liderança e mostra que linguagem fascista pode, sim, matar.

3. SEGUNDO RECORTE: O CASO DO TESOUREIRO DO PT, MARCELO ARRUDA

Muitos foram os casos de intolerância, de racismo e de violência contra as "minorias", no truculento governo federal entre 2019 e 2022[5].

Por "minorias", compreendemos aqui, nas retomadas dos sentidos que aparecem com regularidade nas falas da extrema-direita, estão as mulheres, o povo preto, os homossexuais, a população vulnerável, sejam os imigrantes ou pessoas na linha de pobreza extrema. Ou, em termos agambenianos, toda a potencial vida nua exposta ao poder soberano.

A história nos mostra inúmeras vezes que a linguagem fascista mata. É nesse sentido que trazemos um segundo recorte que retoma os sentidos postos da primeira imagem, demonstrando que a expressão "vamos fuzilar a petralhada" pode funcionar como ordem, ou, pelo menos como legitimação

[5] Antes disso, já mantinha uma legião de fãs, mas ficava mais restrita ao Estado do Rio de Janeiro, onde se manteve como deputado federal, por quase 30 anos, além de seus filhos, que também exercem cargos políticos no mesmo Estado.

de uma violência que sai do campo linguístico no sentido stricto, para a ação social na práxis. Trazemos aqui o caso do tesoureiro do Partido dos Trabalhadores de Foz do Iguaçu – PR. No dia 9 jul. 2022[6], ano de eleição para presidente da República, onde o exército fascista, aliado a grupos religiosos, derramavam todo o seu ódio contra quem pensava diferente deles, ou que agiam (na visão deles) contrariamente a seus princípios (Deus, Pátria, Família e Propriedade), o guarda municipal e também tesoureiro do PT Marcelo Arruda, comemorava seu aniversário de 50 anos, na sede da Associação Recreativa Esportiva Segurança Física de Itaipu, com aproximadamente 40 pessoas, quando, de repente, foi surpreendido pelo bolsonarista e agente penitenciário federal Jorge José da Rocha Guaranho, que, gritando a frase "aqui é Bolsonaro", prometendo retornar posteriormente e assim o fez.

Imagem 2: Caso do assassino Guaranho

Fonte: https://www.itatiaia.com.br/brasil/decisao-da-justica-de-soltar-bolsonarista-que-matou-tesoureiro-do-pt-acontece-um-dia-apos-condenacao/. Acesso em: 08 abr.2026.

[6] https://www.dw.com/pt-br/dirigente-petista-é-assassinado-por-bolsonarista-em-foz-do-iguaçu/a-62425985 acessado em: 17 mar. 2026

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73488

Em seu retorno, cerca de 20 minutos após os gritos intimidadores contra Arruda, Guaranho voltou, e, não dando as mínimas condições de defesa para a vítima, disparou três tiros contra o tesoureiro do PT, que infelizmente não sobreviveu, deixando esposa e quatro filhos.

Como consequência, o assassino foi condenado, pelo Tribunal do Júri, em fevereiro de 2025, a 20 anos de prisão pelo homicídio de Arruda, com duas qualificadoras: motivo torpe e por colocar outras pessoas em risco.

A posição-sujeito completamente identificada com os sentidos de (Deus, pátria, família e propriedade) revela uma controvérsia: embora o sujeito se identifique como religioso e seguidor da Bíblia, ele ressignifica ou despreza as escrituras em favor de uma formação discursiva extremista. Nesse processo, operam os esquecimentos nº 1 e nº 2 de Pêcheux: o sujeito mergulha na ilusão de que é a origem absoluta do seu dizer e de que suas palavras são inéditas, ignorando a determinação histórica e ideológica que o atravessa.

Para corroborar com esse entendimento, citamos o 5º mandamento da Lei de Deus. Mandamento este ignorado por "cristãos" bolsonaristas, que seguem a cartilha de seu líder, que deseja o mal e manda fuzilar a petralhada.

Segundo o Livro do Êxodo, o quinto mandamento assim nos ensina "Não matar".

Ao idolatrar seu "mito", como o ex-presidente é chamado por seus apoiadores, o patriota segue os conselhos do seu líder para fuzilar a petralhada, desrespeitando o quinto mandamento[7].

[7] Ao disparar *fake News* para prejudicar quem pensa diferente ou adversários políticos, deixa de seguir o 8º mandamento "Não levantar falso testemunho" e ao desejar o poder a qualquer custo, inclusive com golpes (2016 contra a Dilma e em 2023, tentativa contra o Lula), é o mandamento 10 "Não cobiçar as coisas alheias" que é ignorado. Por ser um ato do mandatário e não dos patriotas, deixaremos de citar o escândalo das joias, onde o Messias "pegou emprestado" do Estado brasileiro, vendeu nos EUA e depois recomprou com ágio, para repor no acervo do planalto.

No caso trazido aqui, do assassino Jorge José da Rocha Guaranho, que "fuzilou" o petista e tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, Marcelo Arruda, teve uma pena de 20 anos de prisão, pelo crime de homicídio, duplamente qualificado, sendo por motivo torpe e por colocar a vida de outras pessoas em risco.

Parece-nos que a pena de 20 anos foi branda, diante dos acontecimentos. O assassino exercia, na época, o cargo de policial penal federal (posteriormente exonerado) e possuía conhecimento da legislação penal. Sabia muito bem o que estava fazendo e mesmo assim, invadiu uma festa privada e, sem ser provocado, atirou contra o aniversariante (Marcelo Arruda), única e simplesmente pelo fato de ser um "diferente" comemorando com a temática do presidente Lula.

A polícia civil do Paraná, à época, ao enviar o inquérito ao Ministério Público, entendeu não se tratar de crime de ódio ou de crime com motivação política.

Policiais responsáveis por investigar um crime bárbaro, cometido por outro policial e deixando de incluir no inquérito o crime de ódio e por motivação política, parece que o corporativismo falou mais alto. Será mesmo que o assassino não seguiu as ordens de seu "mito", de "fuzilar a petralhada"?

É muito clara a identificação entre uma parte dos policiais e de integrantes das forças armadas com o "capitão", com o "mito". Assim, não se pode duvidar que a atitude do assassino de Arruda foi motivada pelas palavras de incentivo e de ódio do mandatário máximo do país, entre os anos de 2019 e 2022.

Freud (2024, p. 98) diz que "a identificação é conhecida pela psicanálise como a manifestação mais precoce de uma ligação emocional com outra pessoa [...]."

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73488

Essa ligação entre os extremistas e religiosos fez que ódio se fizesse presente entre as pessoas, por mais simples que seja o assunto ou objeto em análise. Tudo passou a ter um viés político-ideológico (esquerda e direita). Até mesmo questões delicadas, como o projeto para controle parental das redes sociais para crianças e adolescentes, teve essa divisão no congresso nacional. Não interessa mais se o assunto é importante. O que interessa é quem apresentou o projeto. E esse discurso extremista foi trazido pelo presidiário que esteve no poder nacional de 2019 a 2022.

Neste sentido, o Direito cumpre sua missão, do ponto de vista materialista, de controlar a sociedade, principalmente quando operado por alas extremistas que desprezam os verdadeiros interesses da sociedade, para defender seus privilégios.

4. O DIREITO COMO DISCURSO NORMATIVO: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Althusser, o Direito faz parte tanto dos aparelhos ideológicos quanto repressivos do Estado.

Seu discurso é de proteção dos sujeitos, onde todos estaríamos amparados pelo seu guarda-chuva de normas institucionais, ou punidos com o rigor da lei, em caso de desobediência.

Sendo o Direito não a lei em si, mas um conjunto discursivo, que, embora tenha aparência de neutralidade, é uma ferramenta utilizada pelo Estado para controlar, manipular e "extasiar" a população.

Seus operadores (legisladores, juristas, juízes e advogados) são indivíduos interpelados pela ideologia, fazendo que uma decisão tomada por um juiz, por exemplo, seja totalmente diferente se tomada por outro, ou, ainda, decisões diferentes para dois casos concretos e idênticos, pelo mesmo juiz.

Um juíz terrivelmente evangélico dificilmente julgará um caso de aborto provocado por um estupro com a mesma isenção de um juiz ateu, por exemplo. A lei é a mesma, mas a FD religiosa do julgador irá pesar no momento da sentença.

E assim o Direito vai moldando a sociedade, através de leis produzidas para, na maioria dos casos, garantir a continuidade do capitalismo, punindo reivindicações justas, como a reforma agrária e a luta por melhores condições de trabalho no campo.

O discurso dos sujeitos patriotas sempre enaltece o Direito, o Estado democrático, a religião e a propriedade. Entre o discurso e a prática tem-se um distanciamento controverso: ao mesmo tempo que pedem o retorno dos militares ao poder (ditadura), exigem democracia, principalmente a liberdade de expressão, mas perseguem opositores e todos aqueles que pensam e agem diferentes. Na religião, têm a bíblia como um ritual a ser seguido, mas oram para pneus e abandonam Deus para idolatrar um líder nefasto, fascista e presidiário! Defendem a propriedade, condenam o Movimento dos Sem Terras, mas invadem edificações públicas, destruindo o patrimônio do povo, inclusive obras de arte, com altíssimo valor cultural, como o ocorrido em 08/01/2023, em Brasília, em mais uma tentativa de tomar o poder pela força. Como bem descreveram Flores e Neckel:

> Entre as peças destruídas pelos vândalos que invadiram os prédios públicos, estão obras de imenso valor artístico e simbólico, que representam o Brasil e que compunham o acervo de artes do Planalto. Chega a ser alegórico a destruição de "As Mulatas" (1962) de Di Cavalcanti, assim como tantas outras obras de arte e peças históricas. Os invasores, inflamados pelo discurso de ódio como prática comunicativa do antigo governo brasileiro destruíram tudo que viam pela frente. Tal destruição se fez alegoria de um estado de exceção. (2023, p. 221)

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73488

Entre invasores e insufladores que financiaram o deslocamento de pessoas até Brasília no 8 de janeiro vemos que o grau de instrução e formação das pessoas são determinantes neste ato, pois os mentores e financiadores não se fizeram presentes fisicamente. Recorremos a Le Bon, *apud* Freud (2013, p. 48)[8], assim se manifesta sobre o comportamento dos indivíduos nas massas:

> Além disso, pelo mero fato de pertencer a uma massa organizada, o ser humano desce vários degraus na escala da civilização. Em seu isolamento, era talvez um indivíduo culto; na massa, é um bárbaro, isto é, um ser instintivo [*Tribwesen*]. Possui a espontaneidade, a violência, a ferocidade e também o entusiasmo e o heroísmo dos seres primitivos".

A compreensão de Le Bon sobre o comportamento do ser humano ao fazer parte da massa, é de que esse ser humano se torna bruto, bárbaro! Massa esta que, no caso da extrema direita, despreza o conhecimento científico e se engaja para produzir *fake news*, na tentativa de destruir o outro e de divulgar o negacionismo, sempre na perspectiva de criar uma "verdade" paralela, como no caso das vacinas e da teoria da terra plana.

Estranhamente esse discurso da massa pertencente à extrema direita brasileira se confunde muito com o discurso religioso, mesmo sendo o Brasil um Estado laico, sem religião oficial.

Discurso que prega intolerância, mas ao mesmo tempo exige reconhecimento de sua crença, como se fosse a única possível e a única que deveria ser aceita na sociedade. Assim, os adeptos de outras religiões (geralmente que não são neopentecostais), são perseguidos e acusados de satanismo, principalmente os seguidores das religiões africanas.

---

[8] Freud, Sigmund. Psicologia das Massas e análise do eu. Porto Alegre – RS, L&PM, 2024.

Há uma identificação no posicionamento de quem defende sua religião como sendo a única aceita por Deus e de quem entende que seu ídolo político é um mito, o único capaz de salvar a nação dos "comunistas", argumento este retoricamente repetido antes dos golpes antidemocráticos. Tudo fica ainda mais perigoso quando há uma fusão desses dois grupos (religiosos e idólatras de políticos da extrema direita).

Com essa fusão, as leis canônicas se misturam com as leis dos homens (Direito Positivo)[9], causando militância religiosa, com forte perseguição às "minorias", entendendo como "minorias" todos aqueles que estão fora daqueles aceitos pelos neopentecostais, principalmente homossexuais e simpatizantes da esquerda.

A maioria dos países tem essa separação das leis civis e religiosas, mas isso não garante que o Estado seja realmente laico, como é o caso do Brasil.

Paveau (2015, p. 133), formulando sobre blasfêmia, contribui com nosso gesto de leitura na medida em que nos lembra que:

> Atualmente, na maioria dos países do mundo, as normas religiosas não constituem prescrições legais, exceto nos países que não separam Estado e religião, e também em alguns Estados laicos nos quais as leis podem incidir sobre questões religiosas. As repúblicas islâmicas (por exemplo, Afeganistão, Irã, Mauritânia, Paquistão) ou os Estados cujo sistema jurídico comporta em diferentes níveis a *charia* (lei islâmica), como a Arábia Saudita, os Emirados Árabes, o Catar ou a Líbia, possuem leis que punem a **blasfêmia** (na Arábia Saudita, até mesmo possuir uma bíblia é passível de punição). Isso também ocorre com alguns países ocidentais laicos como Dinamarca, Grécia, Polônia, Portugal, Alemanha, Itália e Suíça. Um país como a Irlanda recentemente produziu uma nova lei sobre a difamação que comporta um delito de **blasfêmia**. (grifos nossos).

[9] Direito positivo é o conjunto de normas jurídicas produzidas pelo país e dotadas de coercibilidade, destinadas à regulação da vida social.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73488

Entendendo a blasfêmia como um discurso insultuoso àquilo que é considerado sagrado ou respeitável pelos seguidores de uma religião, fica evidente que o Estado tenta proteger a religião, mas não necessariamente para todas as religiões, ou seja, somente para aquela permitida ou aceita por ele.

Voltando para a realidade brasileira, embora a nossa Constituição Federal garanta a liberdade de credo e o nosso código penal puna as ofensas e perturbações a culto, em seu art. 208, não raro verifica-se destruição de templos e imagens, principalmente de matrizes africanas, bem como perseguição a seus seguidores. Mas não são somente a eles. Aqueles que se identificam como ateus, sem ter uma crença, também são severamente criticados e perseguidos, como se criminosos fossem.

À luz da Análise do Discurso, o fenômeno do discurso de ódio revela-se não como um desvio pontual, mas como efeito de formações ideológicas historicamente constituídas, que produzem e sustentam relações de exclusão.

O sujeito, longe de ser origem autônoma de seu dizer, encontra-se interpelado por essas formações, operando sob a ilusão de liberdade e originalidade, conforme evidenciado pelos conceitos de esquecimento ideológico e já-dito. Nesse processo, discursos que promovem a intolerância e a violência são naturalizados e legitimados.

A articulação entre discurso político, religioso e midiático potencializa a circulação desses sentidos, criando condições para sua materialização em práticas concretas de violência, como demonstrado no caso analisado.

O Direito, por sua vez, ao mesmo tempo em que se apresenta como garantidor de direitos, revela-se atravessado por contradições, atuando também como aparelho ideológico que pode reproduzir desigualdades e silenciar determinadas vozes.

NEUHAUS, F.; NECKEL, N. da. Historicidade do discurso de ódio e a retirada de direitos como basilar do estado de exceção. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 40-63, 2026.

Dessa forma, o enfrentamento do discurso de ódio não pode se limitar à dimensão normativa ou punitiva. Exige a compreensão de seus mecanismos discursivos, de suas condições de produção e das formações ideológicas que o sustentam.

Mais do que refutar conteúdos, é necessário desestabilizar os processos de significação que os tornam possíveis. Trata-se, portanto, de um desafio que ultrapassa o campo jurídico, demandando uma abordagem crítica e interdisciplinar capaz de intervir nos modos de produção de sentido na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ARENDT, Hannah. **Nós, os refugiados**. Tradução de Ricardo Santos. Covilhã: LusoSofia, 2013.

BÍBLIA. **Êxodo 20**. Almeida Corrigida Fiel (ACF). Bíblia Online. Disponível em: https://www.bibliaonline.com.br/acf/ex/20. Acesso em: 14 abr. 2026.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Discurso da Deputada Professora Rosa Neide (PT-MT) nas Breves Comunicações. **Diário da Câmara dos Deputados (Detaq)**, Brasília, DF, 31 mar. 2021. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?Data=31%2F03%2F2021&dtHoraQuarto=09%3A40&dtHorarioQuarto=09%3A40&etapa=5&nuInsercao=3&nuOrador=3&nuQuarto=387934&nuSessao=19.2021.B&sgFaseSessao=BC&txApelido=PROFESSORA+ROSA+NEIDE&txEtapa=&txFaseSessao=Breves+Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Outro+Evento. Acesso em: 14 abr. 2026.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73488

BRITO, Vinícius. Decisão da Justiça de soltar bolsonarista que matou tesoureiro do PT acontece um dia após condenação. **Itatiaia**, Belo Horizonte, 14 fev. 2025. Disponível em: https://www.itatiaia.com.br/brasil/decisao-da-justica-de-soltar-bolsonarista-que-matou-tesoureiro-do-pt-acontece-um-dia-apos-condenacao/. Acesso em: 14 abr. 2026.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. **O surgimento e expansão dos grupos neonazistas no Brasil**. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FLORES, Giovanna Benedetto; NECKEL, Nadia Régia Maffi. **Estado/estados, corpos. Propriedade de quem?** Rizoma, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 220-237, 2023. DOI: 10.17058/rzm.v12i1.18375. Disponível em: https://seer.unisc.br/index.php/rizoma/article/view/18375. Acesso em: 09 abr. 2026.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu**. Porto Alegre: L&PM, 2024.

GOMES, Fabrício Vasconcelos; SALVADOR, João Pedro Favaretto; LUCCAS, Victor Nóbrega (coord.). **Discurso de ódio:** desafios jurídicos. 1. ed. São Paulo: Almedina, 2020.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita:** língua, sujeito e discurso. Tradução de Maria Fausta P. de Castro. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

NO ACRE, Bolsonaro fala em 'fuzilar a petralhada' e enviá-los à Venezuela. **Poder360**, 03 set. 2018. Disponível em: https://www.poder360.com.br/eleicoes/no-acre-bolsonaro-fala-em-fuzilar-a-petralhada-e-envia-los-a-venezuela/. Acesso em: 07 dez. 2023.

NORONHA, PH. Sob Bolsonaro, neonazismo disparou no Brasil. **Projeto Colabora**. [S.l.], 19 abr. 2023. Disponível em: https://projetocolabora.com.br/ods16/sob-bolsonaro-neonazismo-disparou-no-brasil/. Acesso em: 23 maio 2023.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso:** princípios & procedimentos. 13. ed. Campinas: Pontes, 2020.

PAVEAU, Marie Anne. **Linguagem e moral:** uma ética das virtudes discursivas. Tradução de Ivone Benedetti. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi *et al*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Tradução de Cristiane Dias e Greciely Costa. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

STRUCK, Jean-Philip. Petista é assassinado por bolsonarista em Foz do Iguaçu. **DW Brasil**, 10 jul. 2022. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/dirigente-petista-%C3%A9-assassinado-por-bolsonarista-em-foz-do-igua%C3%A7u/a-62425985. Acesso em: 17 mar. 2026.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.68259

DISCURSO INSINUANTE: UMA ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO E A PROMOÇÃO DE COMENTÁRIOS FALSOS NO "X"

INSINUATING DISCOURSE: AN ANALYSIS OF JOURNALISTIC DISCOURSE AND THE PROMOTION OF FALSE COMMENTS ON "X"

Ronaldo Adriano Freitas[1]

Vitória Cordeiro Manhães[2]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal investigar, pela Análise do Discurso pechetiana, o funcionamento discursivo do Jornal *Estadão* no aplicativo *X* (antigo *Twitter*) e como a construção da notícia com o que aqui denominamos *discurso insinuante* contribui para a promoção de comentários apoiados em *fake news*. Para demonstrar o funcionamento do *discurso insinuante* utilizamos como *corpus* uma notícia política do jornal acerca das eleições venezuelanas no ano de 2024, e os comentários desta notícia. A análise empreendida mostra como, ao denunciar fraudes eleitorais em países "autoritários" e não nomear tais países, a postagem propicia que determinados sujeitos associem erroneamente a construção discursiva ao Brasil. Ao analisar esse funcionamento demonstra-se um modo de funcionamento do *X* que pode fundamentar pesquisas futuras sobre o discurso jornalístico em *mídias* sociais.

PALAVRAS-CHAVE

Discurso insinuante. Discurso jornalístico. Comentários. *X*.

[1] Doutor em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense - (UFF) Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), ronaldo.freitas@iff.edu.br, https://orcid.org/0000-0001-6081-5146.

[2] Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), vitoria.cordeiro@gsuite.iff.edu.br, https://orcid.org/0009-0002-1493-9871.

FREITAS, R. A.; MANHÃES, V. C. da. Discurso insinuante: uma análise do discurso jornalístico e a promoção de comentários falsos no "X". Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 64-88, 2026.

ABSTRACT

The main objective of this article is to investigate, using Pechetian Discourse Analysis, the discursive functioning of the Estadão newspaper in the X application (formerly *Twitter*) and how the construction of the news with what we call insinuating discourse contributes to the promotion of comments based on fake news. To demonstrate how the insinuating discourse works, we used as a corpus a political news item from the newspaper about the Venezuelan elections in 2024, and the comments on this news item. The analysis shows how, by denouncing electoral fraud in "authoritarian" countries and not naming those countries, the post encourages certain subjects to erroneously associate the discursive construction with Brazil. By analyzing how this works, we demonstrate a way in which X works that can inform future research into journalistic discourse on social media.

KEYWORDS

Insinuating discourse. Journalistic discourse. Comments. X.

1. INTRODUÇÃO

O estudo da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, surgiu na França nos anos 1960. Essa disciplina estuda e analisa o discurso, e este é definido por Pêcheux (1994) como o efeito de sentido, considerando as condições de produção, o contexto sócio-histórico e ideológico. Como diz Orlandi (2001), "Na análise de discurso procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história" evidenciando o caráter social e histórico da linguagem.

Nessa perspectiva, esse artigo tem como temática central o discurso jornalístico e a promoção de comentários falsos no X. Diante disso, analisa-se a construção desse discurso e como seu funcionamento contribui para propagação das *fake news*. Para isso, serão investigados os efeitos de sentido produzidos por uma notícia política acerca das eleições presidenciais da Venezuela em 2024, e como a forma utilizada para a circulação desta notícia

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.68259

faz funcionar o que aqui denominamos discurso insinuante[3], que formula implícitos que promovem a circulação de comentários sustentados em fake news. O espaço para os comentários do post é reservado para a exposição da opinião do sujeito-leitor, possibilitando não somente a interação em tempo real, mas sim sendo um lugar em que o sujeito irá marcar seu posicionamento. Conforme Dela-Silva (2013) aponta:

> E nos questionamos sobre a possibilidade de analisar os espaços destinados aos sujeitos-leitores nas publicações, com foco nas possibilidades que os sujeitos-leitores têm de trazer para as suas respostas outros dizeres que escapam àqueles em circulação na *mídia*, constituindo assim os espaços para os seus dizeres na *mídia* como lugares de interlocução e não apenas de interação via novas tecnologias. (Dela-Silva, 2013, p.1218)

Sob essa ótica, este trabalho visa, de forma geral, analisar as estratégias discursivas utilizadas pela grande imprensa brasileira, especificamente o Jornal *Estadão*, no aplicativo *X* e como esse *discurso insinuante* alavanca comentários falsos. Além disso, objetivos específicos o norteiam, tais como: i) Identificar as estratégias discursivas usadas pelo Jornal *Estadão* no aplicativo *X*; ii) Verificar a relação entre a notícia e a propagação de comentários falsos na postagem; iii) Analisar a resposta e o engajamento dos usuários à postagem desta notícia.

Esta pesquisa justifica-se diante do destaque mundial do termo *fake news* que ganhou força durante as eleições presidenciais dos Estados Unidos em 2016, na qual o termo popularizou-se alcançando diversos países. No Brasil, durante o pleito presidencial de 2018, o termo ganhou ainda mais visibilidade diante de notícias virais espalhadas pela extrema direita (Bucci, 2019), no qual o candidato Jair Messias Bolsonaro foi eleito. Assim sendo,

[3] Esse conceito será desenvolvido ao longo do trabalho.

FREITAS, R. A.; MANHÃES, V. C. da. Discurso insinuante: uma análise do discurso jornalístico e a promoção de comentários falsos no "X". Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 64-88, 2026.

as *fake news*, segundo Bucci (2019b, p. 41) "agem contra a democracia em toda parte do planeta, (...) uma nova modalidade de mentira" e possuem papel significativo em diversos cenários, principalmente no político.

A disseminação de informações falsas sempre existiu na sociedade, diante das diversas interpretações individuais dos indivíduos, mas com a popularização e uso das redes sociais, os sujeitos passam a compartilhar suas interpretações de forma online e são conduzidos a ideias de pessoas e grupos semelhantes através do algoritmo, e o que antes era chamado de boca a boca passa a ter registro por meio das redes sociais. Desse modo, as informações e notícias são filtradas de acordo com os interesses dos usuários (e das empresas que controlam esse fluxo), baseados nos cliques e na navegação dos usuários (Santaella, 2020).

Nesse sentido, com o desenvolvimento e crescimento do número de usuários nas redes, a disseminação de *fake new*s tornou-se um assunto comum e problemático. Muitos veículos jornalísticos, tomados como a grande *mídia* (Azevedo, 2018), aderiram à versão digital, fazendo com que o acesso à informação seja ainda mais rápido, a exemplo do *X,* um aplicativo com milhões de usuários utilizado pela maioria das grandes empresas de comunicação[4]. Nas redes sociais, esses jornais, que atingem alto índice de leitores e são referência de fonte confiável pela grande massa da população, ampliam seu papel na formação de opinião e fomentação de ideias que passam a ser consumidas de modo alternativo, em especial na possibilidade de interação com essas produções; como expõe Dela-Silva (2013)

[4] Por ocasião da proibição do X no Brasil, de que trataremos na próxima seção, a Associação Nacional de Jornais publicou nota em que dizia que a decisão do Supremo Tribunal Federal prejudicava o trabalho dos jornalistas no Brasil. (https://www.poder360.com.br/poder-midia/bloqueio-do-x-afeta-o-trabalho-da-imprensa-diz-associacao-de-jornais/).

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.68259

> A rede eletrônica amplia as possibilidades de interação do sujeito e, no caso de sua relação com a *mídia*, permite que o sujeito leitor-internauta desempenhe certas ações antes impossíveis, como uma manifestação de opinião após a leitura de cada notícia ou a discussão de um tópico em um fórum de discussão. Ao mesmo tempo, é próprio da interação a exclusão de outras ações, parafraseando Grigoletto (2011). O que não se pode é afirmar a interlocução pela simples interação, e pensamos que esse é um ponto relevante a se considerar diante das mudanças proporcionadas pela rede eletrônica. (Dela-Silva, 2013, p.1221)

Nesse sentido, o presente trabalho se propõe a contribuir para compreender as mudanças retratadas pela autora na produção de sentidos de textos jornalísticos na rede eletrônica, especialmente o efeito das postagens em redes sociais e a produção de comentários que podem parafrasear, contradizer, questionar ou complementar sentidos em circulação nas postagens oficiais desses veículos.

Considerando esse movimento, para que os objetivos fossem alcançados, o projeto constitui-se metodologicamente a partir da Análise do Discurso proposta por Michel Pêcheux (1969, 1975, 1983), que fornece a base teórica sobre a AD destacando o caráter social e ideológico dos discursos. Isso significa que ao definir e empregar os dispositivos teóricos que guiarão a análise, simultaneamente, serão alcançados os dispositivos metodológicos. Busca-se, portanto, uma exaustividade vertical:

> Essa exaustividade vertical, em profundidade, leva a consequências teóricas relevantes e não trata os "dados" como meras ilustrações. Trata de "fatos" da linguagem com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade linguístico-discursiva. (Orlandi, 2001, p. 62)

Desse modo, a busca por essa exaustividade vertical leva em conta os objetivos da pesquisa, considerando como os conceitos de memória, ideologia e materialidade linguístico-discursiva podem auxiliar na compreensão desse tipo de discurso.

FREITAS, R. A.; MANHÃES, V. C. da. Discurso insinuante: uma análise do discurso jornalístico e a promoção de comentários falsos no "X". Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 64-88, 2026.

Após a definição do dispositivo teórico-analítico, analisa-se o *corpus* que será constituído por uma notícia do Jornal *Estadão* em formato de *post* no aplicativo *X* e os comentários desta notícia, bem como as condições de produção que sustentam a produção de sentidos nessa postagem. A notícia refere-se ao momento político da Venezuela em 2024 frente a reeleição do candidato Nicolás Maduro e diante das polêmicas de "fraude" nas eleições. Investiga-se como a formulação do discurso jornalístico produzido pelo *Estadão* sustenta comentários do *post* com interpretações que contém *fake news* acerca da eleição brasileira.

Assim, a metodologia adotada envolve uma combinação de análise textual e interpretação crítica baseada na teoria do discurso, buscando evidenciar como a construção do *discurso insinuante* corrobora para a propagação dos comentários falsos, partindo do princípio de que os sujeitos são interpelados pela ideologia desde sempre.

2. O "*X*" DA QUESTÃO

Para a realização dessa pesquisa faz-se necessário descrever o lugar, funcionamento e histórico da rede social *X*, como parte das condições de produção do *corpus* analisado. O *X* é resultado da renomeação do *Twitter,* rede criada em 21/03/2006 por Jack Dorsey, Evan Williams, Biz Stone e Noah Glass, nos Estados Unidos[5]. A rede social *Twitter* permitia aos usuários compartilharem mensagens curtas a qualquer momento e publicar microtextos a partir da pergunta "o que você está pensando?" O limite de caracteres de cada publicação era de 140, oferecendo a proposta de ser similar às mensagens de texto de telefones celulares (SMS: Serviço de Mensagens Curtas, em inglês Short Message Service).

[5] https://www.meioemensagem.com.br/midia/historia-do-twitter

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.68259

Em 2017 o limite passou a ser de 280 caracteres para não assinantes e em 2023, 23 mil caracteres para assinantes (permanecendo 280 caracteres para não assinantes). Em abril de 2022, o empresário Elon Musk comprou a plataforma por US$ 44 bilhões, promovendo mudanças como sistema de personalização de recomendações de postagens, selos de verificação de autenticidades pagos e limitação de leitura por usuário[6]. Em seguida modificou o nome de *Twitter* para *X*, e em 2023 a rede passou a contar também com uma Inteligência Artificial, a *Grok*.

O bilionário Elon Musk nasceu em junho de 1971, em Pretória, na África do Sul e em 2002 tornou-se cidadão americano. Musk é formado em Física pela Universidade da Pensilvânia e fundador e CEO da SpaceX (empresa de foguetes) e Starlink (rede de satélite de *internet*), CEO da marca de carros elétricos Tesla, entre outras empresas. Sua fortuna é avaliada em US$ 342 bilhões (R$ 1,95 trilhão) e é concentrada principalmente na SpaceX e da Tesla. O homem mais rico do mundo[7] ocupa os holofotes da imprensa nacional e internacional e é conhecido por seu envolvimento em polêmicas de ordem pessoal e política.[8]

Uma dessas polêmicas envolve o bilionário e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. A tensão começou após o resultado das eleições presidenciais de 2022, em que o candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi eleito com 50,90% dos votos contra 49,10% do

[6] https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/07/25/alem-do-x-veja-10-mudancas-no-twitter-sob-o-comando-de-elon-musk.ghtml

[7] https://forbes.com.br/forbes-money/2025/04/lista-dos-bilionarios-da-forbes-2025-3-mil-pessoas-somam-um-patrimonio-de-us-16-trilhoes/

[8] https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2022/05/01/elon-musk-relembre-tretas-e-polemicas-que-o-bilionario-causou-na-internet.htm

FREITAS, R. A.; MANHÃES, V. C. da. Discurso insinuante: uma análise do discurso jornalístico e a promoção de comentários falsos no "X". Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 64-88, 2026.

candidato Jair Bolsonaro (PL) da oposição[9]. Após o resultado do pleito, em 8 de janeiro de 2023, apoiadores do candidato derrotado, inconformados com o desfecho, invadiram o Palácio do Planalto e a Praça dos Três Poderes e vandalizaram e depredaram o patrimônio público nacional[10].

Diante do ocorrido, o STF iniciou as investigações sobre o ato e a disseminação de conteúdos falsos em direção às autoridades brasileiras e ministros do STF. Diante disso, a Procuradoria Geral da República (PGR) determinou a abertura de inquéritos para investigar financiadores, executores, autoridades envolvidas no ato antidemocrático de 2023[11].

Moraes, relator dos inquéritos que apuram disseminação de *fake news*, ordenou ao *X* o bloqueio de diversas contas de usuários acusados de conspirar contra a democracia do país e descredibilizarem o processo eleitoral. A atitude de Moraes gerou grande repercussão, apoiadores de Bolsonaro e eleitores da direita o acusaram de censura e violação da liberdade de expressão. Por outro lado, a decisão de Moraes foi apoiada por ministros do STF, que destacaram que "a liberdade de expressão não deve ser confundida com a permissão para desrespeitar leis ou promover ideais antidemocráticos"[12].

Elon Musk, então, concordou com os direitistas, acusou o ministro de censura, e não cumpriu as determinações do STF, deixando os perfis ativos na plataforma, o que só aumentou a tensão. No dia 15 de agosto de 2024, Moraes então estabeleceu multa diária, antes de R$50 mil, para R$200 mil por descumprimento das decisões. Em seguida, no dia 17 de agosto,

---

9 https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/apuracao/presidente.ghtml

10 https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4gdqq882140

11 https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/01/08/8-de-janeiro-saiba-as-investigacoes-e-processos-que-ainda-estao-em-analise-no-stf.ghtml

12 https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4gdqq882140

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.68259

Musk declarou no próprio *X* que o escritório da rede social no Brasil seria fechado diante de ameaças de prisão por descumprimento das exigências do STF contra a responsável legal pela plataforma no Brasil. Mesmo com o fechamento do escritório a rede continuou operando normalmente no país.

Em 28 de agosto de 2024, o ministro determinou que a empresa do bilionário deveria nomear em até 24 horas um novo representante legal para continuar a atuar no país. Em caso de descumprimento, poderia ocorrer o bloqueio da rede em todo território nacional. Em resposta a determinação, Musk publicou no dia 29 de agosto de 2024 em seu perfil na plataforma diversos ataques ao ministro o comparando a vilões de filmes como *Harry Potter e Star Wars* e também sugeriu que não cumpriria a determinação[13].

No dia 30 de agosto, o ministro do STF, Alexandre de Moraes determinou a interrupção imediata da rede social em todo solo brasileiro até que as decisões judiciais determinadas anteriormente fossem cumpridas, incluindo a nomeação de um novo representante legal e o pagamento de multas. O uso de VPN para acessar a plataforma também foi proibido, e uma multa no valor de R$ 50 mil foi fixada para aqueles que descumprissem a determinação judicial[14].

Após pouco mais de 1 mês da suspensão, em 8 de outubro de 2024, a rede social *X* voltou a operar no Brasil após o cumprimento das exigências da Corte brasileira como bloquear os perfis que disseminavam informações falsas e nomear um novo representante legal no país, também efetuou o pagamento total das multas que somavam R$ 28,6 milhões[15].

---

[13] https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2024/08/29/elon-musk-meme-alexandre-de-moraes-x.ghtml

[14] https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-determina-suspensao-do-x-antigo-twitter-em-todo-o-territorio-nacional-2/

[15] https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-autoriza-o-retorno-imediato-do-x-e-determina-que-anatel-adote-providencias-para-a-retomada-do-servico/

FREITAS, R. A.; MANHÃES, V. C. da. Discurso insinuante: uma análise do discurso jornalístico e a promoção de comentários falsos no "X". Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 64-88, 2026.

3. O ESTADÃO

Em 04 de Janeiro de 1875 na cidade de São Paulo, ainda em meio a monarquia de D. Pedro II, nasce o jornal "*A Província de São Paulo*". Criado por cafeicultores ligados aos interesses republicanos e também pertencentes ao Partido Republicano Paulista (PRP). O jornal contava com quatro páginas, sendo uma dedicada à publicidade[16].

A partir de 1885, o jornal coloca-se em favor da abolição da escravidão e em defesa da república, porém estudos apontam que até 1884 o periódico exibia diversos anúncios sobre leilões de escravos e escravos fugidos, conforme é apontado no trabalho de Guilherme (2018) "*A imprensa como partido político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo*". Após a abolição da escravidão, no ano de 1889 o periódico anuncia a mudança na nomenclatura para "*O Estado de São Paulo*" (que só ocorre de fato em 1890). Em 1892 a grafia passou a ser "*O Estado de S. Paulo*", com abreviatura da palavra "São". Em 1902 Júlio Mesquita ocupa a posição de único dono do jornal.

No próprio site do jornal *Estadão* (*Estado de S. Paulo ou OESP*) encontram-se os princípios do jornal e destaca-se a missão do noticiário "presta serviço à causa da liberdade, aos valores republicanos e ao progresso do Brasil". Na mesma página do *Estadão* são listados 10 princípios para alcançar essa missão, dentre eles destaca-se: "(...) O *Estadão* é um jornal que diz o que precisa ser dito e defende o que acredita ser o certo. Não é por outra razão que, há 150 anos, o *Estadão* é a consciência crítica de seu

[16] https://www.estadao.com.br/acervo/estadao-faz-148-anos-veja-a-primeira-edicao-e-conheca-a-historia-do-jornal/?srsltid=AfmBOoqXnTH4hVDzz7tBwlsllO4yBCwCeXW8RlVigvnNHIv5y1OZJaIT

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.68259

tempo”[17]. Evidenciando assim que o jornal chama para si o papel de construir a “consciência crítica” dos leitores.

Ainda no trabalho de Guilherme, são analisados diversos editoriais do *OESP* e demonstrada a posição política expressa pelo periódico ao longo dos seus mais de 100 anos de história, posição política essa ligada a ideais direitistas e neoliberais conforme o professor deixa explícito “Ao longo de centenária história, é possível observar a militante atuação política, claramente a favor dos partidos à direita e das alternativas econômicas liberais ou neoliberais” (Guilherme, 2018, p. 220).

O *Estadão* viveu períodos diferentes e ocupou diversas posições. Surge com uma proposta abolicionista e republicana e se coloca a favor da Revolução de 30, em meados do século XX, se opõe ao Estado Novo de Getúlio Vargas. Apoiou o golpe militar de 1964 e assumiu uma postura política partidária quando defendeu “de forma reiterada a todos os candidatos presidenciais de centro-direita que polarizaram com os candidatos do Partido dos Trabalhadores” (Azevedo, 2018, p.276). Ainda hoje, como aponta Azevedo (2018) nas páginas de opinião do jornal, não há espaço para debates e diversidade interna, imperando visões liberais ou conservadoras que “estruturam as tendências políticas de centro-direita”.

4. A ANÁLISE

A relação social entre os sujeitos está cada vez mais vinculada a dispositivos digitais. A *internet* torna possível uma comunicação dinâmica, rápida e interativa por intermédio dos aparelhos tecnológicos, com grande

[17] https://www.estadao.com.br/150-anos/a-missao-do-estadao/?srsltid=AfmBOoqXt_EH9q4O18SQTzWP2r2d6n3dtwjp7PKGobeza7aGyvlM7AJJ

destaque para a participação das redes sociais digitais na constituição desses sujeitos. Sendo assim, o enfoque desta pesquisa será dado ao discurso desenvolvido em um lugar específico da *internet*: a rede social *X*. Para isso, primeiramente, é preciso firmar o conceito de Análise do Discurso que aqui assumimos. Para Orlandi:

> A Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: como o estudo do discurso observa-se o homem falando. (Orlandi, 2001, p. 15)

Dessa forma, é importante destacar que a Análise do Discurso trata o discurso como prática da linguagem, considerando as condições de produção e o contexto social, político, histórico e a ideologia do sujeito.

Para Gregolin (2007), a relação entre Análise do Discurso e *mídia* é de extrema importância na temática atual, pois a *mídia* exerce um papel fundamental na produção da verdade e as suas narrativas contribuem para a construção da realidade, não possui apenas a função de relatar/refletir o fato.

> A criação dessa ilusão de "unidade" do sentido é um recurso discursivo que fica evidente nos textos da *mídia*. Como o próprio nome parece indicar, as *mídias* desempenham o papel de mediação entre seus leitores e a realidade. O que os textos da *mídia* oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta. (Gregolin, 2007, p. 16)

Para melhor compreensão da análise é importante conceituar o termo "Manchete". Segundo o glossário de jornalismo[18] "É o título principal que indica a notícia mais importante do jornal." Ou seja, é através da manchete

[18] https://unicamp.br/unicamp/manual-de-relacionamento/glossario/

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.68259

que o leitor irá decidir se aquela notícia é importante ou não e se irá lê-la na íntegra. Nesse caso, como se trata de uma notícia virtual, a manchete é o título da notícia que está no *post* "Como a Venezuela e outros governos autoritários fraudam eleições para permanecer no poder". Essa notícia só pode ser acessada na íntegra por assinantes do *Estadão*, portanto os usuários não assinantes não têm acesso ao conteúdo integral, constituindo a manchete a própria postagem, materialidade discursiva que em circulação no digital, produz o efeito de completude de um texto. Abaixo a notícia publicada pelo veículo jornalístico:

Imagem 1: *Print* da publicação do *Estadão* no *X*

Fonte: Página do *Estadão* no *X*[19]

[19] Disponível em: https://x.com/Estadao/status/1819035359252279332. Acesso em: 27 set. 2024.

A notícia política foi publicada em 01/08/2024 pelo jornal em seu perfil oficial na plataforma: @estadão. O *post* alcançou mais de 120 mil visualizações, 1 mil comentários, 5 mil curtidas e 1 mil repostagens. Neste trabalho serão analisados os 10 primeiros comentários da postagem, que são ordenados como "mais relevantes" pelo *algoritmo* do *X* que filtra os comentários através do engajamento, interação e contas verificadas.

O título da notícia "*Como a Venezuela e outros governos autoritários fraudam eleições para permanecer no poder*" foi construído em meio a situação atual do país diante dos resultados das eleições de 2024. A eleição presidencial da Venezuela, ocorrida em 28/07/2024, ocupou os noticiários do mundo pela forma em que o então presidente, Nicolás Maduro, alcançou a reeleição. Diversos países contestaram a eleição como Estados Unidos, Reino Unido, Chile, Alemanha, Argentina, Uruguai e outros[20]. A reeleição foi discutida principalmente devido ao Conselho Nacional da Venezuela (CNE), que declarou o candidato reeleito com 51,2% dos votos válidos, ser presidido por um aliado de Maduro, o que causou desconfiança pela falta de transparência, já que as ATAS eleitorais não foram disponibilizadas pelo órgão. A oposição, por sua vez, afirma que venceu o pleito com mais de 70% dos votos, após coletarem as ATAS eleitorais de seção, que foram analisadas por Organizações Internacionais que as legitimaram[21].

A construção do título da notícia não expõe em sua chamada quais são os outros países de regime autoritário que fraudam eleições, a cargo dos usuários deduzirem quais são esses países. Esse discurso é o que aqui chamamos de *discurso insinuante*, pois não diz abertamente do que se trata,

[20] https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/07/29/venezuela-eleicoes-repercute.ghtml

[21] https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/01/10/apos-dizer-sem-provas-que-venceu-eleicao-maduro-toma-posse-na-venezuela-em-meio-a-violencia-autoritarismo-e-isolamento.ghtml

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.68259

insinua e deixa para a interpretação do sujeito que imediatamente aciona o interdiscurso, ou seja, os sentidos que o antecedem e que foram esquecidos e isso vai determinar a resposta dos usuários e explicitar as suas posições ideológicas. Desse modo Orlandi aponta:

> Consequentemente, podemos dizer que o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas "tiram" seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. (Orlandi, 2001, p. 42)

Não é objeto da análise do discurso afirmar se foi a intenção ou não do jornalista escrever a matéria dessa forma, mas analisar seu efeito, pois ao escolher palavras como "outros governos" e "fraudam" ocupa-se uma posição de acordo com a ideologia do jornal, e cada sujeito receberá esse discurso de uma forma de acordo com a sua posição ideológica, pois:

> O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas "nossas" palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. Por isso é inútil, do ponto de vista discursivo, perguntar para o sujeito o que ele quis dizer quando disse "x" (ilusão da entrevista *in loco*). O que ele sabe não é suficiente para compreendermos que efeitos de sentidos estão ali presentificados (Orlandi, 2001, p. 32).

A construção do enunciado traz elementos que estão presentes na memória do jornalismo, que o próprio jornalista desconhece, mas que advêm de um processo de identificação vivenciado em algum momento da história e já esquecido. Portanto, o discurso do jornal possui a sua formação discursiva, e essa é expressa na matéria mesmo que de forma inconsciente, pois o sujeito não tem controle sobre o modo em que a língua e a história o afetam.

FREITAS, R. A.; MANHÃES, V. C. da. Discurso insinuante: uma análise do discurso jornalístico e a promoção de comentários falsos no "X". Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 64-88, 2026.

Da mesma forma, esse discurso afeta outros sujeitos de acordo com as suas posições políticas e ideológicas, por exemplo, na notícia analisada neste trabalho os leitores expressam a sua posição ideológica através dos comentários. Mesmo sem ter acesso a quais governos autoritários a notícia refere-se, a partir do *discurso insinuante* da matéria, que ao deixar implícito permite deduzir tratar-se do Brasil, e que o país está sob regime autoritário. Esse sentido deriva das condições históricas do momento do Brasil, especificamente da tentativa de golpe do dia 08 de janeiro de 2023, e o discurso que tenta legitimar esse golpe com a afirmação de ter ocorrido fraude nas eleições brasileiras.

Voltando um pouco a essa face da história brasileira, esses sentidos advêm de um discurso que já circulava pelo Brasil antes mesmo das eleições de 2022. Em janeiro de 2021, durante a contagem dos votos da eleição presidencial em que o candidato Donald Trump era derrotado, um grupo de seus apoiadores invadiu o Capitólio dos Estados Unidos protagonizando cenas de violência[22]. Jair Bolsonaro, presidente do Brasil à época, em conversa com apoiadores disse que "Aqui no Brasil, se tivermos o voto eletrônico em 22, vai ser a mesma coisa. A fraude existe. Aí a imprensa vai falar: 'Sem provas, diz que a fraude existe'. Eu não vou responder esses canalhas da imprensa mais, tá certo? Eu só fui eleito porque tive muito voto em 18." E ainda complementou fazendo previsões para a eleição que ocorreria no ano seguinte: "Se nós não tivermos o voto impresso em 22, uma maneira de auditar o voto, nós vamos ter problema pior que os Estados Unidos."[23]

---

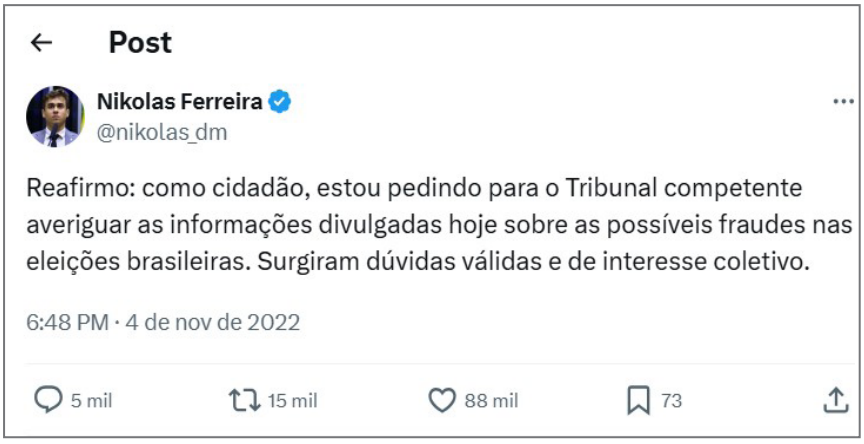
[22] https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/06/manifestantes-pro-trump-invadem-congresso-americano.ghtml

[23] https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/01/07/um-dia-apos-a-invasao-do-capitolio-bolsonaro-volta-a-dizer-sem-provas-que-houve-fraude-na-eleicao-dos-eua.ghtml

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.68259

Após as eleições brasileiras de 2022 esse discurso continuou a percorrer o Brasil e na rede social *X,* apoiadores do candidato derrotado continuaram a espalhar, sem provas, que houve fraude nas eleições, abaixo um *post* feito na mesma rede social pelo deputado federal mais votado em 2022, Nikolas Ferreira (PL-MG):

Imagem 2: *print* de postagem feita por Nikolas Ferreira em seu perfil oficial no *X*



Fonte: página do deputado no X[24]

Ou seja, antes da publicação do jornal *OESP* já circulavam sentidos de que o Brasil era um governo que frauda eleições. Essa memória é acionada pela leitura da notícia veiculada pelo jornal em 2024, uma vez que:

> A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pre-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (Orlandi, 2001, p. 31)

[24] Disponível em: https://x.com/nikolas_dm/status/1588649394126979072. Acesso em: 20 abr. 2025.

Partindo desse ponto, dos 10 comentários destacados pelo *X*, 9 depreenderam "outros governos autoritários que fraudam eleições" como o Brasil; e que a última eleição presidencial (2022) foi fraudada assim como a da Venezuela. O sujeito resgata da sua memória discursiva o discurso já dito em algum lugar e momento da história de que houve fraude nas eleições brasileiras, conforme explicitado anteriormente. Sendo assim, Orlandi (2001 p. 34) afirma: "Ao falarmos nos filiamos a redes de sentidos, mas não aprendemos como fazê-lo, ficando ao sabor da ideologia e do inconsciente." Abaixo os comentários do *post*:

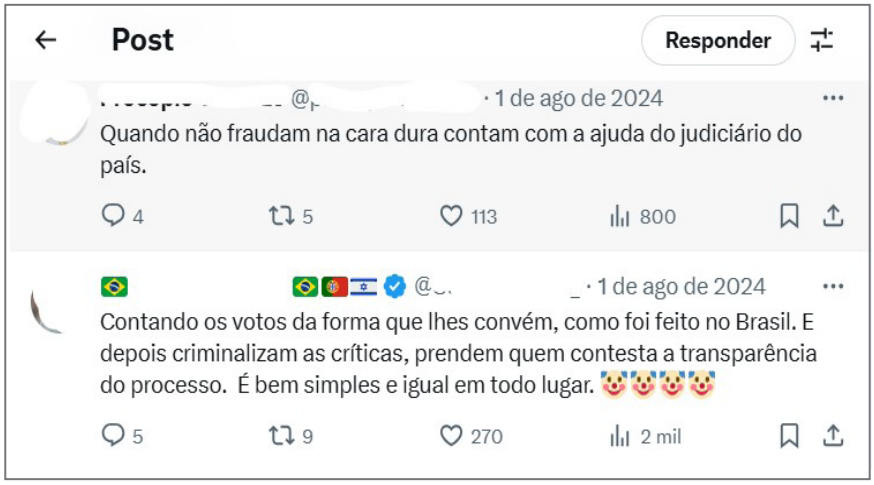
Imagem 3- *print* dos comentários dos usuários

Fonte: *X* [25]

[25] Disponível em: https://x.com/Estadao/status/1819035359252279332. Acesso em: 27 set. 2024.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.68259

Imagem 4- *print* dos comentários do usuários



Fonte: *X* [26]

Imagem 5- *print* dos comentários dos usuários

Fonte: *X*[27]

[26] Disponível em: https://x.com/Estadao/status/1819035359252279332. Acesso em: 27 set. 2024.

[27] Disponível em: https://x.com/Estadao/status/1819035359252279332. Acesso em: 27 set. 2024.

Imagem 6- *print* dos comentários dos usuários

Fonte: *X* [28]

Para a AD os gestos de interpretação são atos no domínio do simbólico que produzem os sentidos, considerando que determinado fato está na memória, no inconsciente do indivíduo. Por exemplo, no primeiro comentário o usuário diz "Brasil... Por que vocês ainda omitem isso?" Ou seja, o leitor tem consciência de que os nomes dos países foram omitidos, e acusa o jornal de

[28] Disponível em: https://x.com/Estadao/status/1819035359252279332. Acesso em: 27 set. 2024.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.68259

fazer isso de forma proposital para esconder que seria o Brasil, acusando o jornal de se posicionar ao lado do governo por não dizer explicitamente sua opinião, o que produz um sentido ainda mais "engajador" para o comentário, que figura na primeira posição.

É a partir do Simbólico que alcançou-se essas interpretações, pois o sujeito é interpelado pela ideologia, pois como diz Orlandi:

> Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia. Essa relação se complementa com o fato de que, como diz M. Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em ideologia pela ideologia e é assim que a língua faz sentido (Orlandi, 2001, p. 17).

Em outro comentário de um usuário com as bandeiras de Israel, Portugal e Brasil no nome, é dito "Contando os votos da forma que lhes convém, como foi feito no Brasil. E depois criminalizam as críticas, prendem quem contesta a transparência do processo. É bem simples e igual em todo lugar." Ele faz referência aos presos no ato antidemocrático de 08 de janeiro, alegando que os envolvidos foram presos por contestar os resultados das eleições e não por terem cometido crimes, o que se liga ao sentido de "governos autoritários" presentes na postagem do OESP.

Como conclui Orlandi (2001. p. 30) "Os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos", por isso não nos interessa a intenção do jornal e sim os efeitos que esse *discurso insinuante* provocou. Nesse sentido as palavras ditas no discurso do *OESP* não possuem um significado fixo e sim depende da historicidade do sujeito, pois:

> (...) As palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições. Isto é, em referência às formações ideológicas (...) (Pêcheux, 1995, p.160).

As acusações são feitas sem citar nenhum tipo de comprovação, o que contribui para o caráter desinformativo, pois a onda de comentários contendo inverdades sobre a corrida eleitoral brasileira alcança diversos usuários da plataforma através do engajamento. Esse cenário é preocupante considerando a rápida propagação de informações, em entrevista Indursky (2020) discute questões relacionadas a Análise do Discurso e a leitura crítica de notícias, uma vez que a utilização das redes sociais impulsiona o avanço e propagação de notícias falsas:

> Trata-se de uma discursividade que exige interpretação, pois essa prática se reveste e joga com a opacidade da linguagem de que as *fake news* se revestem em sua materialização para produzir um efeito de verdade. A circulação das falsas notícias causa impacto pelo que divulga, por um lado, e por outro, joga com uma memória fluida, esburacada, atravessada pelo esquecimento e pelo desconhecimento com o que o leitor/espectador vai ler essa falsa notícia. Em função disso, creio que as falsificações e seu uso político encontram espaço para serem analisadas à luz da AD. (Indursky; Rodrigues, 2020 p. 20)

Portanto, os comentários relacionando o Brasil como país que fraudou eleições está ligado diretamente ao ato antidemocrático de 08 de janeiro, que faz com que a ideia de que é um país fraudulento e que foi um ato democrático já que para esse grupo existiu a fraude eleitoral. Ao apenas insinuar quais são os países fraudulentos e dizer somente no corpo da matéria quais são os outros países de fato, o jornal deixa em aberto o sentido, mas não sem conhecer o seu leitor e entender o funcionamento sistemático do *X,* o que nos permite compreender o *discurso insinuante* como um modo específico

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.68259

de funcionamento do *cinismo como prática ideológica*, tal qual descrevem Baldini e Di Nizo (2015).

O *discurso insinuante* consiste, portanto, num falso não-posicionamento que não permite a imputação de responsabilidade legal que regula as práticas jornalísticas, mas que sustenta um posicionamento que se materializa à frente, temporal e espacialmente. Num lugar diferente das redes sociais, especificamente do *X,* esse discurso produziria efeito apenas na interpretação, mas no *X* isso vai gerar comentários que por vezes tem mais destaque que a própria postagem jornalística, e nelas materializar a posição ideológica que se deixou subentendida. Sendo assim, de certa forma o jornal produz o discurso da notícia para que os comentários produzam esse efeito de sentido e tragam esse tipo de engajamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo nos propusemos a pensar no funcionamento do *discurso insinuante* e em como a construção desse discurso promove comentários pautados em *fake news* que advêm das concepções de um posicionamento que possui a sua posição ideológica contrária ao atual governo brasileiro e defende que a tentativa de golpe de 08 de janeiro como legítima, uma vez que, nesse discurso o Brasil é um país fraudulento, já que o candidato que os representa foi derrotado e o próprio fez acusações ao sistema eleitoral brasileiro, colocando em dúvida a transparência desse sistema.

Para entender esse discurso fizemos uma análise da rede social *X,* das condições sócio-históricas dos países, do processo eleitoral venezuelano e brasileiro e demonstramos que de alguma forma o contexto dos países está interligado, já que a notícia não faz menção ao Brasil, mas os leitores

FREITAS, R. A.; MANHÃES, V. C. da. Discurso insinuante: uma análise do discurso jornalístico e a promoção de comentários falsos no "X". Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 64-88, 2026.

imediatamente associam-no pois ativam a memória discursiva do já-dito que houve fraude nas eleições brasileiras, e pelo fato do governo venezuelano também ser de esquerda, igualando os processos.

Após a conclusão do funcionamento desse discurso, analisamos os comentários e a manchete e verificamos que os comentários gerados mostram que o *discurso insinuante* funciona, já que os sentidos em circulação de determinada posição foram retomados majoritariamente, produzindo o efeito de que, de fato o país fraudulento é o Brasil e não outros como aqueles mencionados na matéria completa. Cabe pensar então que esse discurso é um modo de funcionamento do *X* advindo da sobreposição do discurso jornalístico com as redes sociais, e que sua recorrência pode ser melhor mapeada em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando Antônio. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). **Opinião Pública**, v. 24, p. 270-290, 2018.

BALDINI, Lauro José Siqueira, DI NIZO, Patrícia Leal. O cinismo como prática ideológica. **Estudos da Língua(gem)**. Vitória da Conquista, BA: UESB/PPGL, 2015. v. 13, n. 2 (dez., 2015), p. 131-158. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12733/1663292. Acesso em: 01 abr. 2025.

BUCCI, Eugênio. Seriam as fake news mais eficazes para campanhas de direita?: uma hipótese a partir das eleições de 2018 no Brasil. **Novos Olhares**, v. 8, n. 2, p. 21-29, 2019.

BUCCI, Eugênio. *News* não são *fake* -- e *fake news* não são *news*. Em: **Pós-verdade e *fake News***: Reflexões sobre a guerra das narrativas. Rio de Janeiro: Cobogó Ed., 2019b, p. 37- 48.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.68259

DELA SILVA, Silmara Cristina. Das cartas de leitores às redes sociais: o espaço para o sujeito na revista Superinteressante. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, v. 42, n.3, p. 1214-1228, 2013.

DELA SILVA, Silmara Cristina. "Checar fatos e desmentir boatos": *fake news* e discurso jornalístico no Brasil. **Fórum Linguístico**, ISSN-e 1984-8412, v. 18, n. 2, p. 5949-5961, 2021. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8075324. Acesso em: 27 set. 2024.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e *mídia*: a (re) produção de identidades. **Comunicação, *mídia* e consumo**, v. 4, p. 11-25, 2007.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. A imprensa como ator político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo. **Dimensões**, n. 40, p. 199-223, 2018.

INDURSKY, Freda; RODRIGUES, Andréa. Entrevista com Freda Indursky. **Pensares em Revista**, n. 17, 2020. Disponível em: DOI: https://doi.org/10.12957/pr.2020.47301.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2001.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, Eni P. (org) [*et. al.*]. **Gestos de leitura**: da história no discurso. Tradução de Bethânia S. C. Mariani [*et. al*]. Campinas: Editora da Unicamp,1994, p. 55-66 (Coleção Repertórios).

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso** (AAD-69). *In:* GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução ao pensamento de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

SANTAELLA, Lúcia. A semiótica das fake news. **Verbum**, v. 9, n. 2, p. 09-25, 2020.

NOMES, VESTÍGIOS E PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA: RELIGIÃO, CULTURA E ORALIDADE NA CASA DAS MINAS/MA

NAMES, TRACES, AND PRACTICES OF RESISTANCE: RELIGION, CULTURE, AND ORALITY IN CASA DAS MINAS, MARANHÃO, BRAZIL

Glória Abreu França[1]

RESUMO

Este artigo analisa os modos pelos quais nomes, práticas religiosas e formas de oralidade na Casa das Minas, em São Luís do Maranhão, funcionam como materialidades discursivas de resistência. Inscrito na perspectiva materialista da análise do discurso, o estudo mobiliza um arquivo heterogêneo composto por textos antropológicos, historiográficos, documentos institucionais e registros da cultura popular na *mídia*. O objetivo é problematizar a constituição e circulação de discursos sobre origem, segredos e "declínio" da Casa, em tensão com práticas que reinscrevem sua presença ao longo do tempo e na contemporaneidade. Articula-se a noção de materialidades discursivas (Pêcheux, 2016 [1981]), oralitura e tempo espiralar (Martins, 2021) e testemunho (Mariani, 2021a, 2021b). A análise aborda o funcionamento contraditório dos nomes — da fundadora, dos voduns e da casa —, enquanto, no discurso científico, são tomados como índices de origem, nas práticas do Tambor de Mina constituem-se como aquilo que se resguarda no não-dizer. Além disso, a presença da Casa como vestígio testemunhal fura o arquivo oficial e midiático, reinscrevendo-se nas práticas populares. Esses funcionamentos materializam formas de resistência sustentadas na memória discursiva dominante em sua relação com lugares de resistência, com outros ambientes de memória e suas práticas de transmissão, que aqui chamamos de memória ancestral (França, 2024; França; Zoppi-Fontana, 2025).

PALAVRAS-CHAVE

Casa das Minas. Oralitura. Memória ancestral. Resistência. Testemunho

---

[1] Professora Adjunta Depto. de Letras, Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras/BACABAL - Universidade Federal do Maranhão (UFMA), gloria.franca@ufma.br, https://orcid.org/0000-0002-3783-5576

FRANÇA, G. A. Nomes, vestígios e práticas de resistência: religião, cultura e oralidade na Casa das Minas/MA. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 89-114, 2026..

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73668

ABSTRACT

This article analyzes the ways in which names, religious practices, and forms of orality in Casa das Minas, in São Luís, Maranhão, operate as discursive materialities of resistance. Grounded in the materialist perspective of Discourse Analysis, the study draws on a heterogeneous archive composed of anthropological and historiographical texts, institutional documents, and records of popular culture in the media. Its aim is to problematize the constitution and circulation of discourses on origin, secrecy, and the "decline" of the Casa, in tension with practices that reinscribe its presence over time and in the contemporary moment. The analysis articulates the notions of discursive materialities (Pêcheux, 2012), oraliture and spiraling time (Martins, 2021), and testimony (Mariani, 2021a, 2021b). It examines the contradictory functioning of names—those of the founder, the voduns, and the Casa itself—which, in scientific discourse, are taken as indices of origin, while in Tambor de Mina practices they are constituted as that which is preserved in non-saying. Furthermore, the presence of the Casa as a testimonial vestige disrupts the official and media archive, reinscribing itself in popular practices. These dynamics materialize forms of resistance sustained within dominant discursive memory, in relation to sites of resistance, other environments of memory, and their modes of transmission, here conceptualized as ancestral memory (França, 2024; França; Zoppi-Fontana, 2025).

KEYWORDS

Casa das Minas. Oraliture. Ancestral memory. Resistance. Testimony.

1. INTRODUÇÃO[2]

> *A cultura de um povo é um conjunto de textos, eles mesmos conjuntos, que o antropólogo tenta ler por sobre os ombros daqueles a quem eles pertencem* (Geertz, 1978, p. 321)[3]

[2] Este artigo é uma versão do trabalho apresentado no simpósio temático 48: materialidades discursivas da resistência e da revolta do 14º congresso internacional da Abralin – interab 2026, em recife, de 02 a 06 de março de 2026 coordenado por Agnaldo Almeida e Bethania Mariani. Agradeço pelas trocas aos coordenadores e a Ana Josefina Ferrari, Mariana Cestari, Mónica Zoppi-Fontana, e Tânia Clemente de Sousa. A Tânia agradeço ainda por ter me enviado posteriormente a imagem do cetro e do trono do rei africano Agongono que menciono neste artigo. A respeito do trono, a sua presença no museu nacional era considerada como uma comprovação de que o rei Ghézo havia retaliado seu antecessor por conta da deportação de sua mãe

[3] Epígrafe em Sergio Ferretti "Festa do Divino no Tambor de Mina—Estudo de ritos e símbolos na religião e na cultura popular"

Este estudo, situado na análise do discurso de vertente materialista, insere-se em uma série de investigações e problematizações desenvolvidas no Gepedis[4], no âmbito do projeto de pesquisa financiado pelo CNPq intitulado Processos de identificação e resistência na cultura popular maranhense[5]". Minhas pesquisas têm se concentrado em problematizar os processos de racialização que estruturam a formação social brasileira, profundamente marcada pela colonização e pela colonialidade em seus efeitos[6]. Tenho assim buscado não somente descrever e desnaturalizar os processos de dominação, mas também tomar uma posição que contemple as possíveis práticas de resistência. Esse esforço é o de evitar que a análise recaia sobre a costumeira reprodução de imagens de controle, ou ainda pretendo minimizar a recorrência dessas imagens e de formulações racistas e sexistas pré-construídas, ancoradas em uma memória incontornavelmente marcada pelos racismos e sexismos na forma específica como estes se constituíram e se reconstituem no Brasil. Essas imagens e formulações verbais consideradas racistas e violentas ainda que usadas sob forma de denúncia, a meu ver, sempre que possível podem e devem ser evitadas de serem postas em circulação. É tomando partido pela busca de contribuir com imagens e discursos que ponham em circulação as possíveis práticas de resistência que este estudo constrói.

---

[4] Grupo de Estudos e Pesquisas em discursos, interseccionalidades e subjetivações, UFMA/CNPq/ PPxx http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/386211

[5] Processo 404078/2023-0 edital universal CNPq (2024-2026)

[6] Mariana Cestari, Ana Josefina e Rogério Modesto são também colegas aos quais associo-me para, situados no campo da análise do discurso materialista, problematizar, perspectiva racial e de gênero enquanto centrais na teoria.

FRANÇA, G. A. Nomes, vestígios e práticas de resistência: religião, cultura e oralidade na Casa das Minas/MA. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 89-114, 2026..

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73668

Para tanto, concentro-me em torno de formulações sobre a origem, "declínio"[7] e existência da Casa das Minas. A Casa Grande das Minas ou Casa das Minas Jêje, situada no Centro Histórico de São Luís do Maranhão – mais precisamente na rua São Pantaleão, n. 857 – está, desde 2005, entre os terreiros tombados como patrimônios culturais brasileiros pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan[8]). Para descrever essas formulações sobre a casa tomo como materialidades[9] registros de antropólogos e historiadores, relatórios de etnografias, que mesmo tendo sido publicado com algumas décadas de diferença, pouco variam em relação à narrativa de origem e à perspectiva de ler - a respeito do seu processo próximo ao seu tombamento pelo Iphan - um "declínio" ou mesmo de ali ver

---

7 A respeito da interrupcão e descontinuidade dos rituais de iniciação Cavalcanti (2019, p. 392) afirma que "Mãe Andresa, segundo Ferretti (1985), teria assumido o comando da casa de 1914 a 1954 e foi sua última grande chefe, pois o ritual que completaria o processo de iniciação de novas gonjai´, de modo a incorporar novas gerações à possibilidade de expressão religiosa plena, nunca foi promovido por ela [...]"

8 Considera-se que o tombamento da Casa das Minas constitui-se como parte do mesmo processo de expansão do próprio conceito de patrimônio cultural, que veio a se tornar o chamado patrimônio cultural imaterial. Esse processo iniciou-se nos anos 80 com a patrimonialização da Serra da Barriga, onde se localiza o quilombo de Palmares.

9 O arquivo que montei e a partir do qual pretendo desenvolver um projeto de pesquisa é composto por materialidades heterogêneas, a lista a seguir não é exaustiva, eis alguns exemplos: monografias antropológicas; inventários; obras publicadas por ou com líderes de terreiros maranhenses; um relatório da UNESCO referente ao evento ocorrido em 1985, e que descrevo neste artigo; registros jornalísticos em especial os do jornal A pacotilha/O Globo; cantos transcritos por Sérgio Ferretti e os localizados em outras etnografias; narrativas orais, em particular aquelas coletadas por Sérgio e Mundicarmo Ferretti, além das que tem sido por mim coletadas; performances festivas; os romances, "Os Tambores de São Luís", de Josué Montello, e "Agontimé, rainha na África, Mãe de Santo no Maranhão", de Judith Gleason; "Um defeito de cor", de Ana Maria Gonçalves; o documentário comumente chamado de "Casa das Minas - O santuário empoeirado". Documentário poético sobre o famoso culto dos vodu em São Luís do Maranhão, nas trilhas do autor Hubert Fichte, que passou nove meses em São Luís em 1982. Leimgruber, Edith; Leimgruber, Hilli; Woernle, Jens. *Casa das Minas: os voduns reais de São Luís*. Brasil/Suíça: Filmkollektiv Zürich; Petit Grégoire Videolabor, 2010. 1 DVD (85 min), son., color.

um tipo de "suicídio cultural". Utilizo ainda no corpus a circulação midiática de formulações sobre a casa na atualidade. Neste trabalho, em específico, dou destaque ao livro *Querebentã de Zomodônu, etnografia da Casa das Minas do Maranhão* e demais produções do antropólogo maranhense Sérgio Ferretti, e a uma retomada sintética de seus trabalhos em Cavalcanti (2019), por meio dos quais se tem acesso a uma grande quantidade de relatos colhidos nas pesquisas etnográficas desse e de outros autores. De acordo com Cavalcanti (2019, p. 389), "tambor de mina é a denominação ampla dessa variante da religiosidade afro-brasileira que tem por divindades os voduns e espalhou-se por outras regiões do país". Chamada também de a maçonaria negra, consta que no estado do Maranhão se tem 2 mil terreiros, e no território brasileiro não se tem dados a respeito, considerando-se que nas pesquisas não se formulam perguntas direcionadas sobre esta religião, havendo apenas referência a *religiões de matriz africana*[10].

Assim, constituiu-se um arquivo que retoma além desses textos, que passam a ser produzidos sobre a casa a partir de 1940, também formulações contemporâneas, que, a meu ver, textualizam a presença da casa funcionando enquanto um discurso testemunhal sob forma de um vestígio, deslocando os sentidos do declínio afirmado nos discursos da antropologia, e outros. Para desenvolver a reflexão analítica me apoio na noção de oralitura (com seus desdobramentos conceituais em torno da noção de "tempo espiralar"), de Leda Maria Martins, em *Performances do tempo espiralar* (2021) e *Afrografias* (1997); e da noção de testemunho, elaborada por Bethania

[10] Cf. https://editoratiradentes.com.br/wp-content/uploads/2025/07/CARTILHA-INFORMATIVA-SOBRE-DIREITOS-HUMANOS-E-AS-TRADICOES-RELIGIOSAS-DE-MATRIZES-AFRICANAS.pdf. Acesso em 08 abr. 2026. Ver também Prandi (2004).

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73668

Mariani, em diálogo com a noção de resistência, de Michel Pêcheux (2016), a quem recorro para pensar as materialidades discursivas aqui mobilizadas.

De acordo com Martins (2021, p. 141):

> Os saberes da oralitura indicam a presença de um traço estilístico, mnemônico, culturalmente constituinte, inscrito na grafia do corpo em movimento, em suas sonoridades e vocalidades imantadas. Como um estilete, esse traço cinético inscreve saberes, valores, conceitos, visões de mundo e estilos. Assim, todo traço de memória, seja ele inscrito como letra, como voz, gesto, corpo, grafa-se na constituição dos sujeitos como repertórios de conhecimento, como inscrição, grafias alternas do conhecimento. Nessa perspectiva podemos pensar, afinal, que não existem culturas ágrafas, pois muitos povos e sociedades inscrevem, resguardam, nutrem e veiculam seus repertórios de conhecimento em outros ambientes de memória, entre eles suas práticas performáticas. [...] O corpo bailarino produz, transfere, transcria e transfere os saberes.

Aproximo essa reflexão sobre transmissão e diferentes formas de inscrição da/na memória dos estudos sobre a noção de testemunho em Mariani, inicialmente, tomados de forma ampla: "como presença material de um traço, um vestígio de um acontecimento que já foi" (2021a, p. 125). Assim como para Mariani, é a ideia de circulação cotidiana dos sentidos, citada a partir de Pêcheux (1990 [1983]), que me leva a pensar nesse testemunho, problematizando os modos de existência da própria Casa das Minas em práticas discursivas espontâneas na atualidade. A pergunta em torno da qual construo meus gestos analítico-interpretativos é: como os nomes nos relatos sobre a casa (da fundadora, dos voduns), e a própria Casa, funcionam como materialidades que discursivizam e testemunham resistências?

2. "RELATOS, PRIVADOS OU OFICIAIS, VERÍDICOS OU IDEALIZADOS...": CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO, ARQUIVO, MATERIALIDADES[11]

Deparei-me com uma vasta produção científica, imagética, audiovisual, artística, historiográfica, antropológica e literária que se desenvolveu em torno da Casa das Minas ao longo do século XX. Concebo essa produção extensa e que muitas vezes se autorreferencia, enquanto materialidades discursivas: "a questão teórica das materialidades discursivas [que seria] aquilo que resulta como heterogeneidade irredutível: um remoer de falas ouvidas, relatadas ou transcritas, uma profusão de escritos mencionando falas e outros escritos" (Pêcheux, 2016, p. 23). Com essa concepção, é que se pode fazer os *recortes, extrações, deslocamentos, reaproximações* de que nos fala Pêcheux. Em outro trecho, o autor parece estar descrevendo o rico e diverso arquivo, como uma *série de retomadas e profusões*, que constituí em torno dos discursos sobre a casa das minas: "Relatos, privados ou oficiais, verídicos ou idealizados, murmúrios secretos e gritos, cartas de todos os tipos, profissões de fé, promessas, acusações e confissões, poemas, romances e canções, réplicas de teatro (em cena e na cidade) [...]". (Pêcheux, 2016, p. 24).

As origens controversas da Casa remontam ao início do século XIX, em torno do ano de 1831. Segundo estudiosos, a Casa das Minas é considerada a mais antiga, e talvez tenha sido a única no Brasil que tenha cultuado exclusivamente os voduns do Reino de Daomé[12]. A identificação e comparação

---

[11] Agradeço à Camila Cutrim e à Danielle Castro pelas trocas e informações passadas em conversas a respeito da vivência do tambor de Mina em algumas casas no Maranhão. A Danielle, agradeço ainda por todo o acervo emprestado sobre a cultura do maranhão.

[12] Atual República do Benim desde 1975, após sua independência da França.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73668

dos nomes desses voduns, realizada por pesquisadores em outros países colonizados, confirmaram sua origem no Benin. A narrativa descreve como essas entidades foram trazidas por mulheres escravizadas no século XIX, que teriam carregado consigo as chamadas "pedras de assentamento" para a construção da Casa e a evocação dos voduns ou deuses ou entidades africanas. Essas mulheres são frequentemente descritas como pertencentes à família real de Daomé, vendidas como escravas por motivos de guerra interna, e já iniciadas desde África na religião que no Brasil se chamaria Tambor de Mina.

A partir dos anos de 1940 tem-se registros dos primeiros estudos sobre a casa que formulam as indicações que vinculam "os voduns nele adorados com ancestrais históricos da realeza do antigo Daomé, [e] configuraram a singularidade desse centro religioso." (Cavalcanti, 2019, p. 390). Ainda sobre as narrativas, nos anos 50, o Institut Français de l'afrique noire (IFAN) e, em paralelo, a Unesco conduzem pesquisas sobre a experiência brasileira de relações entre negros e brancos e os resultados de um contato social que ignoraria "as temíveis e ameaçadoras tensões que se pode observar alhures", nas palavras do diretor do IFAN. Em 1953, atraído por esses primeiros estudos, Pierre Verger (1953, p. 16 *apud* Cavalcanti, 2019, p. 398) formula sua hipótese:

> seria bem possível que o culto das divindades dos reis de Abome´ tenha sido estabelecido na 'Casa das Minas' de São Luís do Maranhão por Nã Agontime´, viúva do rei Agongono (ou Agonglô), mãe de Ghézo (1818-1858) que, com uma parte de sua família, foi enviada como escrava por Adandozan (1797-1818) e que Dossouyévo e Migan Atindebacou procuraram por tanto tempo em fazendas das duas Américas.

Consta em diferentes registros que a antiga escritura está no nome da africana Maria Jesuína, sendo esta a primeira proprietária da casa[13]. A este respeito Ferretti (1996 [1985], p. 59) afirma: "Pode-se supor que Maria Jesuína era a mesma Nan Agontimé que teria nascido na década de 1770, tendo menos de oitenta anos de idade em 1847, ano da aquisição do prédio atual. Se não foi a fundadora, Nan Agontimé teria sido mãe-de-santo de Maria Jesuína".

O grande interesse pela Casa e pelos voduns daomeanos motivou a realização de um Colóquio, em 1985 na Universidade Federal do Maranhão, "As sobrevivências das tradições religiosas africanas nas Caraíbas e na América Latina[14]", organizado pela Unesco em conjunto com aquela instituição. A hipótese de Pierre Verger esteve no cerne do evento, focado na "presença" e "sobrevivência"[15] dessa cultura. O relatório do congresso, disponível no site da UNESCO em inglês, português e francês, registrou a participação de professores, historiadores e pesquisadores de diversos países. O diretor-geral da Unesco foi representado pelo diretor da Divisão dos Estudos e Difusão Cultural, Maurice Glélé, e vale a pena saber que Glélé, do Benin, se apresentou como um descendente direto do rei Ghézo.

De acordo com esse relatório:

---

[13] https://www.meli-bees.org/bandeira-de-aco-diarios-de-sao-luis/#:~:text=No%20documento%20mais%20antigo%20de%20que%20se,terminou%20sendo%20chamado%20tamb%C3%A9m%20Tambor%20de%20Mina. Acesso em 10 de abril de 2026.

[14] Conforme descrito no relatório, assistiram à reunião peritos da Nigéria, Benim, Haiti, Brasil, Zaire, Trinidad e Tobago, Cuba, França, Congo, Angola, Gabão, Guiana, EUA, Colômbia. Representantes brasileiros do Ministério da cultura, do Ministério das relações exteriores, além de organizações brasileiras e africanas convidadas pela Unesco.

[15] As formulações em torno de "sobrevivência" e "integração" parecem materializar ideologias que de algum modo projetam um certo imaginário de harmonia racial, análise que pretendo aprofundar principalmente no relatório da Unesco que estou tratando aqui.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73668

> São Luís e a experiência original da Casa das Minas, fundada no Brasil pela Rainha Agontime´, mãe do rei Ghézo, condenada à deportação a seguir a um ajuste de contas no seio da família real, antes que o seu filho acedesse ao trono do Daome´ em 1818 e lançasse uma vasta operação em busca da mãe [...] [Na comunidade da Casa das Minas] as sujeições rituais decorrentes da sua origem fon não excluem de maneira alguma as exigências de integração profunda no contexto sociocultural e político-econômico brasileiro (Unesco, 1986, p. 34).

Os diferentes estudos "expressam de modo notável a força simbólica da ideia de origem nos estudos socioantropológicos das religiões afro-brasileiras" (Cavalcanti, 2019, p. 391). Além de efeitos de sentido contraditórios e por vezes pautados em evidências científicas da época, em torno da ideia de "sincretismo", havia por vezes teses culturalistas ou que buscavam africanismos puros, segundo Cavalcanti a formulação atual "religiões de matriz africana" retoma de algum modo essa busca por origens que marca algumas das fases dos estudos sócioantropológicos[16]. Na seção a seguir irei me concentrar em alguns dos recortes, dentre os diversos caminhos que ainda irei explorar a partir dos materiais coletados.

3. FORMULAÇÃO E CIRCULAÇÃO: OS NOMES

Do arquivo descrito acima, para este texto, recortei três eixos de enunciados, em torno das seguintes regularidades. Por um lado, em torno do nome, de Nã Agontimé e dos nomes dos Voduns da casa, e do que se formula como segredo, não dizer, silêncio, e que é explicitado por estudiosos; por

[16] Pretendo futuramente analisar os pré-construídos e imaginários em torno de alguns registros que figuram como centrais e que contribuíram para pautas, leis, e políticas públicas que tem sido desenvolvidas em torno da questão racial, sobretudo nas últimas décadas, em grande parte movidas pelo movimento negro e militância acadêmica. Refiro-me por exemplo ao Estatuto da Igualdade racial, à lei de cotas e às políticas afirmativas, dentre outros.

outro lado, as regularidades se delineiam em torno daquilo que se identifica como uma memória que persiste em se reinscrever como prática ou que pelo menos permanece, nos vestígios da casa. Nesse último recorte penso a noção de resistência atrelada à de testemunho e à de escritoralidade.

3.1. De Agontimé e dos Voduns: a circulação de um não-dizer

No Tambor de Mina, há um profundo respeito - e mesmo um segredo em torno dos - nomes, evita-se falar no nome do Vodun, muitas das vezes recorrendo a metáforas ou apelidos, "meu senhor", "o dono de minha cabeça", pedrinho, mariinha, minha entidade, meu vodun etc. Registros indicam que o nome de Nã Agontimé não era publicamente conhecido, conforme mencionado, há ainda a versão de que Nã agontimé seria o nome da Vodun ou entidade que acompanhava a cabeça de Maria Jesuína. Em uma outra versão, Agontimé teria sido rebatizada como Maria Jesuína. Isto condiz, de fato, com o contexto do Brasil colonial[17], em que os escravizados recém-chegados eram rebatizados com nomes de seus senhores, nomes cristãos, referências geográficas ou apelidos, apagando o nome africano.

Para contextualizar a tensão em torno dos nomes e pela busca por narrativas de origens no campo etnográfico, separei dois trechos de relatos dos antropólogos reunidos na obra de Cavalcanti, que nos elucidam sobre esse funcionamento da busca pelo nome que aqui irei tratar.

[17] Ainda que esta referência seja sobre Luanda, o funcionamento do batismo no Brasil colonia se apoiava na mesma base daquela descrita neste texto: Apagando a nota que diz escrava Efigênia da Silva, o batismo, o compadrio, os nomes, as cabeças, as crias, o tráfico, a escravidão e a liberdade (Luanda, c. 1770-c. 1811). (2020). *Almanack, 1*(26), 1-57. https://periodicos.unifesp.br/index.php/alm/article/view/9793.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73668

Cavalcanti cita Nunes Pereira, filho da casa e primeiro a publicar um estudo sobre a mesma)[18]:

> Ali, há mais de um século, alguns Negros Minas se constituíram em sociedade genuinamente africana, com as suas leis, os seus deuses, os seus costumes e as suas tradições". Nunes Pereira queria saber da "fundação dessa Casa, isto é, do ato social, político, religioso tradicional que a estabeleceu lá na antiga São Pantaleão!". A resposta lhe chegou pela oralidade: "A Tradição, falando através da boca de Andresa Maria, diz que quem a 'assentou' foi contrabando". E, segundo Almerinda, sua madrinha, era "gente vinda diretamente da África, Mina-Gêge. Trouxeram o pegi das divindades cultuadas consigo". "Nós é que estamos zelando", afirma sempre a dona da Casa. (Nunes Pereira, 1947, p. 19-47, *apud* Cavalcanti, 2019, p. 392)

Cavalcanti também recorre ao estudo publicado por Otávio da Costa Eduardo (1948, p. 14-15 *apud* Cavalcanti, *op. cit.*, p. 393-395):

> Se invertermos nossa ênfase e tentarmos descobrir a data de chegada mais antiga para uma ou ambas as tribos [povos iorubanos e daomeanos], encontramos certos fatos relativos ao grupo de ascendência daomeana que devem ser mencionados aqui. Como será visto mais adiante esse grupo está familiarizado com o nome do rei daomeano Agongolo ou Agongoro, que governou Daomé de 1789 a 1797, segundo Le Herissé, e de 1789 a 1818, segundo Burton e Skertchly.30 Esse nome, [...] como pronunciado no Daomé, é dado também a uma das divindades cultuadas pelo grupo e pode ser tomado como indício de que os escravizados daomeanos chegaram ao Maranhão no final do século XVIII ou início do século XIX. Isso não significa que escravos daomeanos não foram trazidos mais tarde, mas é bastante intrigante descobrir que o nome do grande rei Ghézo, que reinou de 1818 a 1858, é totalmente desconhecido para essas pessoas. Se dados posteriores confirmarem o que esses materiais indicam, pode-se dizer que o grupo daomeano manteve sua identidade no Maranhão durante mais de 150 anos. [...] O grupo daomeano do Maranhão não sabe que essas divindades têm os nomes dos reis daomeanos, mas é difícil acreditar que isso não era

[18] Trata-se da monografia, publicada em 1947, "A Casa das Minas. Contribuição ao estudo das sobrevivências daomeianas no Brasil". Em 1948, também sobre a casa das Minas, Octávio da Costa Eduardo (1948) publicou "The negro in Northern Brasil. A study in acculturation"..

> do conhecimento de seus antepassados [...] O fato de que os nomes dos reis daomeanos são dados a divindades adoradas pelo grupo daomeano é prova suficiente de que a adoração dessas figuras reais daomeanas prossegue hoje por esse grupo no Brasil, ainda que sem saber. [...] Inventários regionais atestam a presença relevante de grupos de escravos daomeanos que teriam chegado ao Maranhão em torno de 1815[e] padrão dos agrupamentos de divindades de culto em famílias, bem como a mitologia da Casa das Minas, daqueles existentes no culto aos voduns no Daomé [...]. Os nomes das divindades seriam impressionantemente semelhantes quando não idênticos àqueles dos reis de Daomé.

A descrição que esses relatos e análises antropológicas nos fornecem demonstra que seus estudos baseiam-se na busca por evidências que comprovassem vínculos, esses estudos etnográficos muitas vezes se apoiaram no rastreio de presenças/ausências de nomes. Descrevo e analiso a seguir um funcionamento que identifico como algo que escapa, que ressoa de outro modo e que é tensionado quando tomamos as formulações selecionadas abaixo que retomam dizeres sobre as filhas da casa, os Voduns e sobre Agontimé:

SD1: "As filhas da casa não mencionam ou desconhecem o nome de Agontimé" (Costa e Silva, 2004, p. 104 *apud* Cavalcanti, 2019, p. 392).

SD2: "Os voduns são discretos e não apreciam revelações." (Cavalcanti, 2019, p. 390)

SD3: "Agontimé, e sua lenda, rainha na África, mãe de santo no Maranhão" - (Gleason, 2022 [1970])[19]

[19] Esse é o título do romance de Judith Gleason, publicado em inglês em 1970, e traduzido para o português em 2022.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73668

Aqui me concentro mais no não-dizer o nome de Agontimé, nos dizeres dos filhos da casa, de acordo com relatos fornecidos aos historiadores e antropólogos: as filhas *não mencionam*, os Voduns *não apreciam revelações*; e, por outro lado, volto-me ao modo como isso é de alguma forma retomado e reformulado em narrativas dos estudos feitos *sobre* a casa, ora com recursos de veracidade ora formulado como fabulação, mito ou lenda, como é o caso do romance que selecionamos como textualização dessa regularidade encontrada em muitos outros escritos e dizeres. O romance explicita e traz para a formulação linguística o nome de Agontimé e seu vínculo com a África e com o Maranhão.

Da mesma forma, os nomes dos voduns eram fornecidos em entrevistas, mas geralmente evitava-se mencioná-los, recorrendo-se a apelidos de forma respeitosa e discreta. Essa não nomeação e o segredo, características do Tambor de Mina, são sugeridos por alguns estudiosos como estando inclusive na base do suposto e comentado "declínio" da Casa, que envolvia segredos fornecidos a poucos iniciados que faleceram em rápida sucessão, sem tempo hábil para preparar novos iniciados. Esses nomes apenas se textualizam nos cantos produzidos durante as rodas de tambor de mina, acompanhados do toque de tambor e da dança dos Voduns incorporados nas Vodunci, ou seja, uma vez o próprio Vodun incorporado é que pode falar de si, e assim seu nome é dito, ou melhor entoado, cantado, dançado[20]. Temos aí já uma entrada para se pensar a dimensão da memória, em particular da memória

[20] Sergio Ferretti chegou a transcrever mais de 100 cânticos em línguas africanas, dentre os que coletou durante as rodas e giras na Casa das Minas, e outros espaços religiosos.

ancestral,[21] em outros ambientes, sobre o qual voltarei mais adiante e de que nos fala Martins (2021, p. 63) sobre "a voz e o corpo desenhados nos âmbitos das performances da oralidade e das práticas rituais".

O que destaco aqui é essa tensão entre discursividades e memórias. São justamente os nomes, aqueles sobre os quais se deve guardar segredo (seja por respeito, seja por precaução diante do contexto colonial), que serviram a antropólogos, historiadores e curiosos como pistas cruciais para localizar o vínculo da Casa das Minas com o Reino de Daomé. Segundo Cavalcanti (2019, p. 397): "Os nomes de voduns de uma família em especial dessas divindades, citados em 1948 por mãe Andresa em São Luís do Maranhão, teriam sido imediatamente reconhecidos pelo principal sacerdote de Abomé como correspondendo àqueles dos antigos reis do Daomé". Além de ter possibilitado a identificação da origem espacial, também orientou a confirmação da data de fundação da casa, já que como nenhum vodun da lista apresentada por Mãe Andresa era posterior ao rei Agongono, ou seja, os filhos da casa desconheciam o nome dos sucessores da família real daomeana.

Ao analisar esses relatos, chama atenção o fato de que é justamente nos nomes, que correspondem aquilo que se deve proteger e guardar em segredo na cultura do Tambor de Mina, que o saber científico se apoia para estabelecer a filiação entre a Casa das Minas no Maranhão e as religiões do

[21] Tenho pensado a dimensão da memória a partir de uma "transmissão de saberes amplos, inscritos na letra das canções entoadas e performadas coletivamente, e que se dá no movimento da dança e do canto, relacionados com a dança como lugar de memória de conhecimentos ancestrais". (França e Zoppi-Fontana, 2025, p. 9) Considero a memória ancestral, na qual traços culturais da religiosidade afro-ameríndia-cristã coexistem de modo fusionado, a partir de "processos discursivos que se sustentam no cruzamento de memórias de diferentes ordens - do mito ao historiográfico, do sagrado e encantado ao social e coletivo [... essas] memórias que sustentam dizeres de uma identificação às brasilidades múltiplas, diversas e contraditórias são também compostas por sua dimensão ancestral e racializadas (França, 2024, no prelo).

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73668

Reino de Daomé. Destaco, a partir desses diferentes relatos etnográficos, o funcionamento contraditório, e mesmo paradoxal, dos nomes: se para os estudiosos os nomes se projetam como verdadeiros índices que guiam e ajudam a compreender e desvendar as origens da Casa das Minas; por outro lado, na discursividade dos *filhos e das filhas da Casa* o nome seria aquilo que se precisa preservar, que não se pode dizer, sobre o que se deve guardar segredo. Na busca de se compreender as origens e aquilo que já se anunciava como o "declínio" da Casa, identifico um funcionamento de *uma outra ordem*, pautada em uma temporalidade que projeta um tempo não linear, tanto nos segredos em torno da fundação e dos nomes dos Voduns, quanto nos discursos da Casa enquanto vestígio monumental na atualidade.

3.2. Da casa: Casa das Minas, Jeje, Casa-Mãe

Segundo (Cavalcanti, 2019, p. 388), a casa traz em seu nome o nome do grupo de africanos que a criou: "eram negros minas ou minas-jêje. Mina ou Minas é termo que se refere aos escravizados vindos da região da antiga Costa do Ouro (atual Gana e mais amplamente toda a região do golfo de Benim na África Ocidental) ou ainda relativa ao empório de escravos situado no leste do Castelo de São Jorge de Mina[22]. A autora relata ainda registros de referências à casa encontrados na edição do jornal A pacotilha/O Globo, de 22 de junho de 1887, em um pequeno anúncio. Nesse mesmo jornal algumas décadas depois, em 1953, é publicada uma matéria especial intitulada "Casa

[22] A autora traz na nota 9 do seu livro a seguinte informação: "O termo "mina", embora designe o grupo étnico do Gana e esteja associado ao forte de São Jorge da Mina ou Elmina, na Costa do Ouro, serviu para rotular os negros sudaneses introduzidos no Brasil à época do tráfico: mina-fanti, mina-mahi, mina-popo, mina-jeje, mina-nagô, entre outros."

das Minas. Segredos e mistérios"[23].

Em geral, há uma regularidade ao se nomear a casa, principalmente quando se trata de descrevê-la na sua relação com as outras casas e na importância da mesma enquanto lugar de culto e de transmissão. Passo neste breve tópico a analisar o funcionamento dessa regularidade em torno do nome da casa, a partir da sequência abaixo:

SD4: "Considerada a casa-mãe de outros tambores de mina do Maranhão e da Amazônia, embora formalmente não haja outras que lhe sejam filiadas" (Ferreti, 1985: 16).

Detenho-me nesta metáfora da mãe, fala-se também em a *casa-mãe de outras casas*. Aponto para o trabalho contraditório trazido pelo próprio intradiscurso - uma *casa-mãe* - mas não há *outras que lhe sejam afiliadas*. Uma mãe sem filhos. Essa metáfora ainda se desdobra. Segundo uma das narrativas, Agontimé teria sido localizada pelos embaixadores enviados e retornado ao Benin quando seu filho Ghézo ocupou o trono, essa versão nos levaria a pensar nos filhos e filhas de santo da casa então destituídos de uma mãe. Se tomarmos um outro caminho narrativo, aquele em que os embaixadores de Ghézo jamais teriam encontrado Agontimé, temos do mesmo modo um filho sem mãe. Essa metáfora não seria ela mesma a discursivização do indizível do que foi o trauma da colonização, dos dois lados do Atlântico?

No contexto da cultura em nossa formação sócio-histórica, opto aqui por destacar nessa imagem da "mãe sem filhos" o seu funcionamento como

[23] É possível ter acesso aos números do jornal por meio do acervo digitalizado da Biblioteca Nacional: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=403962&utm_source=chatgpt.com&pagfis=9.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73668

estratégia de manutenção e de transmissão de um saber por sua vez atravessado por uma impossibilidade, já que de um modo ou de outro, há perda, e que de todo modo, há trauma. Retomo a ideia sobre aquilo que é da ordem do não dizer, funcionando como talvez a única possibilidade de existência em um mundo em que - parafraseando Pêcheux - o "inenunciável" de uma ideologia dominada precisa seguir em níveis linguísticos não descritíveis. Com isto, aquele funcionamento do segredo e do não-dizer em torno dos nomes materializaria aquilo que aponta para outro lugar, ou ainda, outro "ambiente de memória", para mencionar a formulação de Pierre Nora, em diálogo com Martins (2021, p 70). De que como essa metáfora segue comparecendo nos registros atuais de discursos espontâneos da cultura popular?

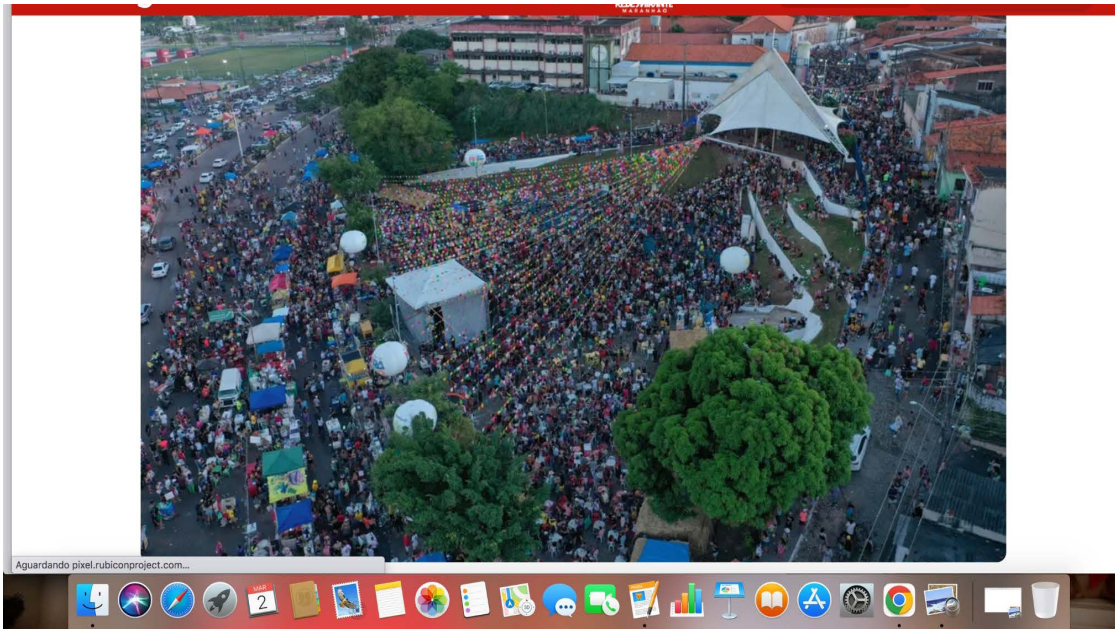
4. A CASA: ACONTECIMENTO, TESTEMUNHO, VESTÍGIO

Analiso neste último tópico a forma como a casa se manifesta na cultura popular nos dias atuais, apesar de não constar no calendário oficial das secretarias de cultura, e nem haver qualquer referência à religião do Tambor de Mina nas *mídias* oficiais[24]. Principalmente nas festas da cultura popular, como durante o carnaval, os blocos tradicionais visitam a Casa, pedindo proteção, dançam no pátio interno ou na frente da casa para/com os Encantados e voduns, atualizando a memória das festas que, embora tenham diminuído dentro da Casa, permanecem vivas e atuais

[24] Algumas análises vinculadas aos projetos de pesquisa mencionados anteriormente têm identificado os apagamentos e silenciamentos em torno da cultura popular no modo como esta é formulada desde lugares institucionais do dizer. Alguns estudos têm sido desenvolvidos a partir dos seguintes planos de trabalho PIBIC "A discursivização de culturas e religiões de matriz africana no MA: sentidos de fé e festa em análise", "Culturas e discursos oficiais na *mídia*: processos de dominação e resistência" e "Processos de identificação e culturas e expressões populares maranhenses" desenvolvidos pelas discentes Cassia Franca, Carine Sousa e Luciara dos Santos.

na comunidade. A Casa é reverenciada nas manifestações espontâneas de milhares de grupos que a visitam, especialmente nas noites de São Pedro e São João. O São João associa-se a divindade Noche Nae, os grupos de boi passam a noite de 28 para 29 e o dia inteiro do 29 diante da casa das minas, dançam e muitos em incorporação. Na sequência passam para a Capela de São Pedro, onde a multidão presencia a fila de incorporados em meio a uma festa popular. Destaco que de modo algum esta prática que entre participantes, admiradores e curiosos atrai milhares de pessoas comparece nas formulações midiáticas oficiais.

Imagem 1: Imagem aérea de multidão circulando entre a Casa das Minas e a Capela de São Pedro. São Luís, MA.



Fonte: G1[25] Acesso em 15 de fev. 2026.

[25] https://g1.globo.com/ma/maranhao/saojoao/noticia/2024/06/19/festejo-de-sao-pedro-e-realizado-ate-dia-29-de-junho-em-sao-luis-veja-a-programacao-completa.ghtml

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73668

O meu olhar analítico aqui se volta para a própria textualização dessa presença materializada em muitas imagens como a que trouxe acima. Circulam imagens, principalmente na *mídia* alternativa, dos grupos adentrando a casa, tocando, dançando, e/ou em incorporação. Nesses momentos de festa, pode-se identificar que as narrativas sobre a origem da Casa, a presença dos voduns, as pedras de assentamento e a própria arquitetura (que, segundo estudiosos, segue o padrão de casas africanas, em especial na Nigéria) se atualizam na figura da Casa na memória das centenas de milhares de pessoas que a visitam. Ainda que eu não aproxime estritamente tais formulações ao "relato testemunhal", há algo no que nos diz Mariani que pode nos ajudar a pensar essa presença que muitas das vezes passa pelo não formulado ou mesmo por indizíveis. Para Mariani (2021a, pg. 108): "o imperativo da urgência do relato testemunhal é compreendido como a necessidade de descrever singularmente o memorável na história dada a violência de um acontecimento que provocou a iminência de uma disjunção ou desarticulação e descontinuidade de uma subjetivação no sócio histórico". A autora descreve em suas pesquisas dois tipos de funcionamento para o testemunho, os testemunhos de resistência e os testemunhos de revolta. Para a autora:

> Os testemunhos de resistência correspondem aqueles que com dizeres possíveis lutam contra os sentidos dominantes das ideologias hegemônicas que retornam para não deixar cair no esquecimento o que foi a violência. São testemunhos que lutam por justiça social, repetem à exaustão denúncias cometidas pelo Estado ou por familiares. São sujeitos que querem falar, ser ouvidos e divulgar o que dizem (Mariani, 2021a, p. 20).

Públicos e descritos na *temporalidade do só-depois*, eles têm a ver com aquilo que é discursivizado pelo poder político como legítimo, com repressão, com políticas de silenciamento, trata de sujeitos que querem falar e querem ser ouvidos, aceitam fazer documentários, dão entrevistas,

escrevem livros, constroem e circunscrevem sua significância as quais podem ou não vir a se inscrever na memória social [...]. A temporalidade é, de algum modo, um eixo diferenciador entre esses dois tipos de testemunho descritos por Mariani.

Por sua vez, o testemunho de revolta correspondem àqueles:

> que se propagam no calor da historicidade em que o laço social foi atingido, são flagrados no cotidiano. São discursividades em que não é preciso ousar para se revoltar, a revolta acontece no sujeito. A revolta se impõe ao sujeito. Os testemunhos de revolta se discursivizam na forma de gritos que não ficam calados, mas que rasgam o ar como acontecimento real no sujeito do dizer que emerge na estrutura. Nos testemunhos de revolta o inesperado do pensamento comparece para o sujeito, fazendo o enunciar o sentido do que fora recalcado. (Mariani, 2021a, p. 21)

Segundo a autora, este segundo tipo de testemunho se dá na ordem do acontecimento, constituindo um dizer incontido, mas analisável enquanto discursividade (Mariani, 2021b, s/p). Compreendo que a Casa funciona como um determinado relato testemunhal. Por um lado, aproxima-se do testemunho de resistência, na medida em que luta contra os sentidos dominantes, no entanto, a Casa e os discursos que a atravessam (e que nela se constituem) correspondem a dizeres que beiram o impossível. Por outro lado, a Casa como relato testemunhal afasta-se do testemunho de revolta na medida em que não se trata de uma enunciação que se projeta *no calor da historicidade*. Há momentos e acontecimentos na história em que a certas ideologias dominadas não cabe o que é da ordem da enunciação. Trata-se de uma luta, pelas bordas e brechas, por meio da transmissão oral de/por formas de se inscrever na memória aquilo que é da ordem do inenunciável, *que não chega a se articular*, que só se soletra depois. E essa inscrição se dá de um modo específico: a essa específica forma de inscrição chamo de testemunho de vestígio.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73668

O nome dos Voduns é transmitido por cantos e muito mais raramente por dizeres que os formulem explicitamente, há algo do funcionamento dessa oralidade que foge às amarras de uma expectativa pragmática e linear. O Vodun se presentifica de modo muito mais explícito por meio dos objetos que usa quando incorporado, pelas danças, pelos gestos, dentre outros. Ou seja, é de fato a própria Casa que faz esse testemunho, considerando-se que ali já não há mais culto, os Voduns já não dançam, mas a casa permanece.

A própria Mariani (2021a, p. 127) nos dá pistas para pensar esse outro funcionamento do testemunho: "um vestígio discursivo, um testemunho mudo em relação à memória do que havia e não há mais, do que se dizia e ainda se diz sem que se saiba exatamente o que significa". Nesse sentido, concebo os desencontros de narrativas em torno de Agontimé e dos Voduns da Casa das Minas como materializações do próprio "desencontro entre sujeitos, línguas, memórias e culturas [...]" de que nos fala Mariani (*op. cit.*, p. 135), um desencontro "de uma língua – maternal esquecida da infância – à outra, língua de uma coletividade, língua imposta ou adotada". Esses desencontros, os silêncios, os segredos, já por si funcionam como "testemunho [pois tem] a ver com a transmissão singular de uma experiência discursiva indizível em sua totalidade, [e] aponta para um falar urgente, para não esquecer, para não deixar os outros esquecerem.". Vejo aqui algo próximo daquilo que Pêcheux descreve como o *inenunciável de uma ideologia dominada*. Proponho chamá-lo de testemunho de vestígio.

Essa concepção dialoga com minha proposta de identificar o funcionamento da memória ancestral, mencionada anteriormente, que nos leva a escuto essa transmissão não como linearidade, mas como uma reinscrição, em que a oralidade e a corporeidade configuram-se centrais

FRANÇA, G. A. Nomes, vestígios e práticas de resistência: religião, cultura e oralidade na Casa das Minas/MA. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 89-114, 2026..

nesse funcionamento, e aqui refiro-me, além dos corpos das Vondusi, também ao corpo da casa, sua arquitetura, seus desenhos. Para Leda Maria Martins (2021, p. 65), a memória também se inscreve, se grafa e se postula: "na voz e no corpo desenhados nos âmbitos das performances da oralidade e das práticas rituais". Segundo a autora, os saberes africanos se restituem e se reinscrevem nas Américas pelo corpo e voz "portal de inscrição de saberes". É nesse ponto em que Martins (2021, p. 26) retoma a distinção feita por Pierra Nora entre os lugares de memória e os ambientes de memória. Estes correspondem aos "repertórios orais e corporais, gestos, hábitos, cujas técnicas e procedimentos de transmissão são meios de criação, passagem, reprodução e de preservação dos saberes".

Finalizo retomando a formulação sobre os "grãos de enunciação" da resistência – expressão que Mariani (2021b, s/p) descreve a partir de sua leitura de Pêcheux, para pensar nesses gestos que "dão forma e substância a modos de fazer resistência ainda não totalmente estruturados". Pêcheux (2016 [1981]) nos pergunta se há um sujeito para dizer o inenunciável de uma ideologia, acredito que há acontecimentos na história em que faz-se necessário um deslocamento nesse questionamento, por vezes não se trata de dizer o inenunciável, mas de mantê-lo funcionando, ainda que enquanto vestígio.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender como os nomes — da fundadora, dos voduns e da própria Casa das Minas — operam como materialidades discursivas que testemunham e produzem formas e práticas de resistência. O arquivo heterogêneo, composto por registros antropológicos, historiográficos, relatos orais, documentos institucionais e formulações midiáticas contemporâneas, textualiza os sentidos sobre a Casa das Minas que não se estabilizam, mas

FRANÇA, G. A. Nomes, vestígios e práticas de resistência: religião, cultura e oralidade na Casa das Minas/MA. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 89-114, 2026..

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73668

circulam de modo contraditório, tensionados entre discursos de origem, declínio e permanência. Do ponto de vista teórico, a articulação entre a noção de oralitura, memória e a concepção de testemunho permitiu compreendê-la como acontecimento discursivo, atravessado por temporalidades não lineares e por uma memória que insiste em se reinscrever. No plano analítico, destacou-se o funcionamento paradoxal dos nomes: enquanto, para o discurso científico, eles operam como índices de verdade, permitindo rastrear origens e filiações históricas, na discursividade da Casa constituem-se como aquilo que deve ser resguardado e não explicitado. Propus considerar a Casa e os discursos que as constituem enquanto testemunho de vestígio em uma relação com o funcionamento da memória ancestral. Por fim, além daqueles pontuadas ao longo do texto, permanecem como desdobramentos possíveis investigações mais aprofundadas sobre: (i) os modos de circulação contemporânea desses discursos em *mídias* digitais e espaços urbanos; (ii) as relações entre políticas patrimoniais e os processos de significação da Casa; (iii) a análise mais detalhada das práticas performáticas enquanto formas de inscrição de memória; e (iv) os efeitos de sentido produzidos por categorias como "religião de matriz africana" no campo acadêmico e institucional.

REFERÊNCIAS

"A CASA das Minas: segredos e mistérios". **A Pacotilha**. São Luís, 1953. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/403962. Acesso em: 10 dez. 2025.

CAVALCANTI, M. L. V. de C. "A Casa das Minas e a tradição jeje no Maranhão". **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 387-429, maio/ago. 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752019v923. Acesso em: 20 abr. 2026.

FERRETTI, S. F. **Festa do Divino no Tambor de Mina***:* estudo de ritos e símbolos na religião e na cultura popular. São Luís: EDUFMA, 1985.

FERRETTI, S. F. **Querebentã de Zomadônu***:* etnografia da Casa das Minas do Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2009.

FRANÇA, G. A. "Por uma memória ancestral e racializada na análise de discurso materialista". *In*: **SEMANA DE LETRAS**, set. 2024, Universidade Estadual do Maranhão. **Anais** *[...].* UEMA, 2024b (no prelo).

FRANÇA, G. A.; ZOPPI-FONTANA, M. G. "Culturas e resistências: corpos, autorias, ancestralidades". *In*: FLORES, G. G. B.; NECKEL, N. R. M. (org.). **Espaços de discursivizações e afetos***:* textualizações com Sol. Campinas: Pontes Editores, 2025. p. 205-228.

GLEASON, J. **Agontimé e sua lenda:** rainha na África, mãe de santo no Maranhão. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. Organização de Carlos Eugênio Marcondes de Moura; Henrique Borralho. São Luís: Editora UEMA; Pitomba, 2022.

MARIANI, B. **Testemunhos de resistência e revolta**. Campinas: Pontes Editores, 2021a.

MARIANI, B. **Análise de Discurso**: linguagem, ideologia e inconsciente no gesto de análise. Associação Brasileira de Linguística, 11 ago. 2021b. Disponível em: https://aovivo.abralin.org/lives/analise-de-discurso/. Acesso em: 10 fev. 2026.

MARTINS, L. M. **Afrografias da memória**: o reinado do Rosário no Jatobá. São Paulo: Perspectiva, 1997.

MARTINS, L. M. **Performances do tempo espiralar***:* poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73668

"MILHARES de devotos e grupos de bumba meu boi prestam homenagens a São Pedro em São Luís; veja fotos". **G1 Maranhão**. São Luís, 29 jun. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/ma/maranhao/saojoao/noticia/2025/06/29/milhares-de-devotos-e-grupos-de-bumba-meu-boi-prestam-homenagens-a-sao-pedro-em-sao-luis-veja-fotos.ghtml. Acesso em: 15 jan. 2026.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 1990 [1983].

PÊCHEUX, M. "Questões iniciais". *In*: CONEIN, B. *et al*. **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016 [1981]. p. 17-25.

PRANDI, R. "O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso". **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 223-238, 2004.

UNESCO. **As sobrevivências das tradições religiosas africanas nas Caraíbas e na América Latina:** relatório final do colóquio realizado em São Luís do Maranhão. Paris: UNESCO, 1986.

O AVESSO DO DISCURSO DA MINERADORA EM MACEIÓ-AL: AS AÇÕES-FEITIÇO

THE OUTSIDE OF THE MINING COMPANY'S SPEECH IN MACEIÓ-AL: THE SPELL-ACTIONS

Zoroastro Pereira de Araújo Neto[1]

RESUMO

À luz da Análise Crítica do Discurso e da Retórica, este artigo objetiva descortinar as significações discursivas de uma realidade trágica: o possível afundamento de cinco bairros em Maceió-AL, provocado pela empresa Braskem, ao explorar o subsolo para extração do minério sal-gema, desde 1976, expulsando mais de cem mil famílias de suas casas, a partir de 2018. O *corpus* deste trabalho é um Informe Publicitário divulgado pela empresa, em fevereiro de 2021, a partir de termos de acordos (TACs) com as autoridades públicas – os Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual, a Prefeitura de Maceió e o Governo do Estado. A pesquisa é qualitativa e os constructos teóricos são os de Aristóteles (2005), Fairclough (2001), Ferreira (2015, 2021), Perelman; Olbrechts-Tyteca (2014), Santos (2011), Souza (2001, 2020), entre outros. Dessa maneira, ao entrelaçar argumentos discursivos ancorados pelo verbal e pelo não verbal), percebe-se o uso de elementos referentes para construir uma tessitura imagética *de si* (Braskem) descolada do problema causado *por si* – o maior desastre socioambiental do mundo em curso, pela relação linguagem-mundo, quando publiciza ações benevolentes em prol das famílias catapultadas de seus bairros. Essas ações – as ações-feitiço – agem como uma nuvem que mascara a realidade.

PALAVRAS-CHAVE

Discurso verbal. Discurso não verbal. Persuasão. Significações retórico-discursivas.

[1] Doutor em Linguística, pela Universidade Federal de Alagoas. Instituto Federal de Alagoas e PPGLL-Ufal, zoroastronetoprofessor@gmail.com, https://orcid.org/0000-0002-5647-928X.

ARAÚJO NETO, Z. P. de. O avesso do discurso da mineradora em Maceió-AL: as ações-feitiço. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 115-135, 2026..

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72722

ABSTRACT

In light of Critical Discourse Analysis and Rhetoric, this article aims to unveil the discursive meanings of a tragic reality: the possible sinking of five neighborhoods in Maceió-AL, caused by the company Braskem, as it explores the subsoil for the extraction of rock salt since 1976, expelling more than one hundred thousand families from their homes starting in 2018. The corpus of this work is an Advertising Report released by the company in February 2021, based on terms of agreements (TACs) with public authorities – the Federal Public Prosecutor's Office and the State Public Prosecutor's Office, the Municipality of Maceió and the State Government. The research is qualitative and the theoretical constructs are those of Aristotle (2005), Fairclough (2001), Ferreira (2015, 2021), Perelman; Olbrechts-Tyteca (2014), Santos (2011), Souza (2001, 2020), among others. In this way, by intertwining discursive arguments anchored by the verbal and the non-verbal, one perceives the use of referential elements to construct an imagistic texture of itself (Braskem) detached from the problem caused by itself – the greatest socio-environmental disaster in the world currently underway, through the language-world relationship, when it publicizes benevolent actions in favor of the families catapulted from their neighborhoods. These actions – the spell-actions – act as a cloud that masks reality.

KEYWORDS

Verbal discourse. Nonverbal discourse. Persuasion. Rhetorical-discursive meanings.

1. EXÓRDIO: INQUIETAÇÕES INICIAIS

A memória se constitui elemento articulador das categorias retóricas e mobiliza paixões que se mesclam entre sentimentos de amor e ódio, saudade e repulsa, alegria e tristeza, revolta e conformação, justiça e injustiça. Nada mais atual para os moradores dos bairros Pinheiro, Bebedouro, Cambona, Mutange, Bom Parto e parte do Farol, em Maceió-AL, do que os versos da música de Adoniran Barbosa: "Foi aqui seu moço/ [que] construímos nossa maloca/ mais um dia/ nem quero me lembrar/ veio os homens com as ferramentas/ o dono mando derruba", após um tremor de terra, em 2018, provocado pela técnica de exploração do subsolo e extração do minério sal-gema, e famílias serem expulsas de suas casas, tornando a petroquímica Braskem proprietária de todos os terrenos daquela região.

A Braskem extraí o minério sal-gema do subsolo que compreende a geografia de cinco bairros de Maceió, desde 1976, com uma técnica que abre crateras, conhecidas como subsidências, que equivale a uma área de 255 campos de futebol, ao levar o solo ao colapso, e comprometer, ao longo dos anos de exploração, a estrutura das residências e das vias dos bairros, a segurança dos moradores e sobretudo, provocar medo e adoecimento, sob o discurso de que aquela região ia afundar.

Dito isto, as inquietações que provocaram esta pesquisa e contribuíram para a percepção de mundo por parte dos sujeitos, na construção da referenciação, foram: 1) por um dos pesquisadores ser morador do bairro Pinheiro e vivenciar cada etapa do processo de expulsão e apropriação dos imóveis e do imaterial dos bairros; e, 2) a partir das leituras dos Informes Publicitários divulgados pela empresa causadora do problema nos cinco bairros de Maceió-AL, perceber que a Braskem tenta dar outros sentidos ao mostrar ações-feitiços de ajudas maquiadas pelo fato *em si*: a extração do minério sal-gema pela petroquímica, desde 1976, levou à abertura de crateras/subsidências no solo das ruas dos bairros, à rachaduras e afundamentos nos imóveis, à expulsão de mais de cem mil moradores, à desorganização urbano-espacial, ao adoecimento, entre outras consequências da lógica da expansão do capitalismo.

Logo, a inquietação centra-se em compreender, como o uso de elementos retórico-discursivos (verbal e não verbal) nos Informes Publicitários contribuiu para as elocuções acerca do caso *Pinheiro*[2]? Concorda-se com Cavalcante *et al.,* (2020), há sempre, no discurso argumentativo "intencionalidade e tenta influenciar o outro a repensar pontos de vistas" (2020, p. 131).

[2] O caso ficou assim denominado por ter afetado, inicialmente, o bairro Pinheiro.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72722

É na tessitura desse repensar pontos de vistas que os dizeres do discurso da mineradora Braskem, no Informe Publicitário *Entenda*, constrói rupturas do fato/problema real, com o encadeamento de argumentos persuasivos forjados pela enunciação de "ações benéficas" e da apresentação de imagens irreais que (re)produzem diferentes sentidos carregados de efeitos que produzem impactos fortes, ao mostrar que aquela situação/realidade sinistra/funesta, mesmo que tenha sido causada pela empresa, tem um "desfecho favorável" para os atingidos pela movimentação do solo, provocando o maior problema socioambiental do mundo ainda em curso.

2. RETÓRICA E ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: PONTOS DE INTERSECÇÃO

Compreende-se que a Retórica flana dizeres que se desdobram em argumentos persuasivos para embotar uma realidade posta: a exploração e extração, pela Braskem, do minério sal-geral no subsolo em área urbana em Maceió-AL, que traz consigo diversos elementos de linguagem verbal e não verbal que ajudam a construir a tessitura da verossimilhança.

No mesmo contexto, predominam formas ideológicas e há os princípios centrais que estruturam formal o discurso retórico, entre eles: as provas técnicas e não técnicas; o *ethos*, o *pathos* e o *logos*, como formas de persuasão; e o entimema, como "veículos por excelência da argumentação retórica" (Aristoteles, 2005, p. 37), isto é, o corpo da prova, o silogismo retórico.

Concorda-se com Reboul (2004), ao dizer, "a retórica não é aplicável a todos os discursos, mas somente àqueles que visam a persuadir" (2004, p. XIV). Logo, aportam-se na Retórica, então, os acordos que permitem construir sentidos e moldam o convívio em sociedade com (e entre) as pessoas,

através do verossímil (*eikos*), ou pela Dialética, como afirmava Aristóteles, com o objetivo de persuadir o interlocutor, pela linguagem.

Pelo verossímil, segundo Aristóteles (2005), buscavam os argumentos e os contra-argumentos que pudessem convencer pela verossimilhança, em uma situação semiótica de verdade que dá sentidos à realidade objetiva que se expressa quando, pelo encadeamento do uso correto da linguagem, nos faz conhecer, a proposição, a ideia, a essência, não primordial, mas usualmente aceita pela opinião comum (Perelman, 2004).

Assevera Santos (2011), "para a consecução de um discurso, é preciso, antes de tudo, procurar saber sobre o que esse discurso vai versar, estabelecendo-se um tipo de discurso específico, num gênero que convier ao assunto" (2011, p. 34), ou seja, elementos preparatórios e constitutivos das fases do sistema retórico.

Pelos fundamentos da Análise Crítica do Discurso (doravente ACD) que visam compreender os mecanismos de produção, de distribuição e de consumo do discurso, que expressam, assim, uma determinada forma de poder hegemônico, ao analisar, pelo discurso, "a reprodução do sexismo e do racismo; da legitimação do poder; a manipulação do consentimento; o papel da política e dos *medias*; a produção discursiva da relação de dominação entre grupos; os desequilíbrios na comunicação e informação internacionais" (Pedro, 1997, p. 23).

Se "é de laço e de nó", como canta Renato Teixeira, que se funda o trem da vida, os fios, que se entrelaçam nos urdumes do discurso da Braskem sobre o problema causado *por si*, em Maceió-AL, se constituem por um processo cambiante entre a linguagem, os sujeitos em interação, o contexto, o poder, a ideologia e a memória, mobilizando sentidos, "ao tornar visível e

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72722

manifesto aquilo que antes pode ter sido invisível e aparentemente natural" (Pedro, 1997, p. 22) pelo engendramento ilusório.

Desse modo, a *interface* da Retórica com a Análise do Discurso Crítica, neste trabalho, assenta-se nas rupturas dos dizeres que embotam os sentidos que revestem a versão da Braskem sobre o fato, disposto nas peças publicitárias que a própria empresa produz, distribui e faz consumir uma "verdade incontestável", isto é, um discurso encapsulado pelas circunstâncias do pêndulo da relação capital X apropriação do meio ambiente X lucro.

Destaca-se, aqui, que o material estudado é debulhado, é desconstruído à luz do que assevera Borges (2018), ao afirmar que a desconstrução elucida como os sentidos são "assombrados por um restante que não é contemplado na representação, pelo que permanece a ser pensado, calculado ou experimentado, demonstrando que tudo aquilo que é só o pode ser na medida em que é estruturado também por aquilo que lhe falta ou se perde" (2018, p.92).

É (des/re)velador o arranjo linguístico no uso das estratégias retórico-discursivas da Braskem para dizer/enunciar/persuadir, pelo texto, ancorado na escolha do gênero discursivo; da composição sequencial do texto; da organização dos tópicos; dos recursos intertextuais; dos processos de referenciais; das retomadas recategorizadoras e das marcas enunciativas. Daí, concorda-se com Custódio Filho (2017), ao afirmar que nas argumentações que transitam pela polêmica, o interlocutor (aqui, é a mineradora) não expõe os referentes mais focalizados: no caso, o do problema do afundamento causado pela empresa.

Isso posto, partindo do visível e do que está enunciado na Série *Entenda*, pelo Informe publicitário, cujo conteúdo foi produzido e foi distribuído pela própria empresa nos diversos meios de comunicação, entre julho de 2020 e dezembro de 2021, persuadindo e manipulando a realidade do fato, além

de provocar desconforto àqueles moradores com o discurso de empresa preocupada com àquela situação.

Assim desvelar o verossímil pela ADC é mobilizar a dimensão crítica do discurso para explicitar o exercício do poder da Braskem nas relações sociais, econômicas, políticas e de comunicação no estado, porque os aspectos linguísticos também são sociais e medeiam uma relação de controle e de manipulação do real/realidade pela voz institucional que reverbera, dá sentido e reforça o ideológico.

Percebe-se que essa empresa se utiliza dos Informes para naturalizar as causas e as consequências do afundamento dos bairros provocadas por *si*, mecanismo que reforça as relações de poder, segundo Pedro (1997), ao apresentar um conjunto de estratégias retórico-discursivas para convencer o leitor de que ela (a empresa) tem um compromisso ético e socioambiental com a cidade e com os moradores catapultados que estavam em uma possível área de risco.

O material foi observado, em consonância com os estudos qualitativos, que indicam não haver dados construídos *a priori*, mas no seu processo; o pesquisador os localiza, estuda-os e elabora análises no seu fazer, por se interessar "[...] pelas rotinas diárias e pela produção da realidade social" (Flick, 2011, p. 29). Podem entrar na constituição do seu universo entrevistas com moradores, fotografias da situação-tragédia, vídeos da plataforma do *YouTube*, materiais jornalísticos, entre outros. No entanto, optou-se por estudar o Informe Publicitário, definido como gênero textual que apresenta uma matéria jornalística que foi construída por uma empresa de publicidade contratada pela petroquímica.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72722

O Informe é construído a partir dos elementos: impacto/relevância (a consequência do fato na vida do leitor); proximidade (o acontecimento deve ser tangível ao público); curiosidade (pode ser algo inusitado ou um conhecimento específico); notoriedade (proeminência de uma pessoa pública ou de uma empresa); amplitude (o grau de impacto do fato na sociedade), além do uso de imagens que servem para reforçar os aspectos persuasivos.

Como em um urdume, o Informe apresenta argumentos de que a empresa está preocupada com a situação, e apresenta um discurso de que ela não é a causadora do problema, mas está contribuindo com a solução, ajudando "os moradores das áreas de risco" prejudicados pelo "fenômeno".

3. ENTRE O FATO E A *MÍDIA*: OS FIOS DA TRAMA REAL

Em 1964, instala-se, em Maceió-AL, a mineradora Salgema Indústrias Químicas S.A., fruto das políticas de desenvolvimento da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), à época, que visavam diminuir os desequilíbrios regionais entre os estados da região Nordeste e os demais, considerados desenvolvidos economicamente no país.

A pedido do Conselho Nacional de Petróleo (CNP), naquele momento, o empresário Euvaldo Luz, após manutenção de equipamentos para perfuração de poços de petróleo em Maceió-AL, percebe a presença de fragmentos de sal-gema nas brocas e descobre, após estudos geológicos no subsolo do bairro de Bebedouro, enormes jazidas desse minério na sua forma mais pura – a *halita*, matéria-prima básica para a obtenção de soda cáustica e do cloro.

Lembra Lustosa, "o projeto inicial, que visava a produção de 100 mil t/ano de soda cáustica, foi aprovado pela Sudene, em 18/01/1967. No entanto, até 1975 houve várias mudanças na composição acionária da empresa, além de indefinições quanto à técnica de exploração da jazida" (1997, p. 10). Esses

impasses técnicos denotam a exploração sem limite do subsolo, fruto da concepção capitalista da relação *exploração do meio ambiente – lucro*, em nome do desenvolvimento socioeconômico.

Contudo, como lembra Lustosa, "a reserva recuperável da jazida é de 125 milhões de toneladas, pois uma maior exploração levaria ao rebaixamento do solo do Bairro de Bebedouro, localizado em Maceió" (1997, p. 9). Ou seja, já havia um estudo sobre o limite de exploração daquela região para se evitar a tragédia que ocorreu em 2018 e trouxe danos às famílias e à economia local dos bairros, provocando um movimento de expulsão da comunidade com o discurso do afundamento.

Registro, aqui, algumas unidades da materialidade da tessitura desse discurso do afundamento dos bairros Pinheiro, Bom Parto, Bebedouro, Cambona, Mutange e parte do Farol, em Maceió, lidas em matérias jornalistas, a partir de março de 2018: "*O bairro vai ser engolido*"; "*O fenômeno ameaça engolir o bairro*"; "*Problema surgiu em 2018 em um bairro e depois atingiu bairros vizinhos*"; "'*Não existe, hoje, área amarela ou laranja, está tudo vermelho', diz Defesa Civil de AL no Senado sobre área de risco no Pinheiro*"; "*Hoje, mais de 29 mil moradores já foram realocados...*"; "*Contagem regressiva: bairros começam a afundar em 2021*", entre tantas outras.

Concordando com Marcuschi (2008), "o sentido é um efeito produzido pelo fato de se dizer de uma ou outra forma esse conteúdo" (2008, p. 76), pois o "sentido não está no leitor, nem no texto, nem no autor, mas se dá como um efeito das relações entre eles e das atividades desenvolvidas" (Marcuschi, 2008, p. 242). Logo, há no *discurso* efeitos de sentidos que transitam e provocam mudanças na realidade na qual é tecido. É o discurso que dá voz à mudez do real a partir das práticas discursivas que articula ação e interação, pessoas e mundo material.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72722

Nesse sentido, e a partir das múltiplas marcas retóricas que irromperam no contexto do "fenômeno geológico" provocado pela técnica de extração do sal-gema, desde 1976, é que emerge o interesse pela compreensão desse discurso sobre o afundamento, à luz do confronto discursivo em articulação com as condições de produção da materialidade analisada, em meio à não-transparência da linguagem, para desestabilizar sentidos aparentemente sedimentados no discurso de um possível afundamento dos bairros, em Maceió.

Convém observar, ainda, que esse afundamento foi provocado pelo processo de subsidência da técnica de extração do minério adotada pela Braskem, como assevera Galindo (2022), "causando deformações que chegam até a superfície. É aí que ocorre a subsidência. Esses grandes afundamentos, na área das minas, têm reflexos diretos no seu entorno" (Galindo, 2022, p. 50). Daí porque o imbricamento do discurso retórico da multinacional em utilizar a força da publicidade para naturalizar o problema causado por ela.

Assim, concorda-se com Santos (2011), "a Retórica se constitui uma linha de pensamento que procura persuadir e raciocinar sobre a verossimilhança e as opiniões" (2011, p. 27), despertando sentidos, movimentando a memória e alinhavando interpretações diversas e silenciando outras. Há uma idiossincrasia complexa na produção persuasiva e de sentidos no discurso sobre o afundamento dos bairros, entre a inter-relação do fato real com o processo de extração do sal-gema e a manipulação do contexto, para "legitimar o controle, naturalizando a ordem social, especialmente, as elações de poder" (Santos, 2011, p. 51).

Dito isso, é pertinente observar que a produção de sentido só se efetiva quando o texto/discurso, e na proposta, o Informe publicitário – *Entenda* o que a Braskem VEM FAZENDO POR MACEIÓ, é processado sócio historicamente pelos leitores, em consonância com a multiplicidade de seu entorno, a partir

da inter-relação entre interdiscurso, processualidade discursiva e a tríade: formação social, formação ideológica e formação discursiva.

O texto/discurso do afundamento dos bairros se constrói como um mosaico que legitima o fato como sendo, ora culpa do morador por não ter realizado manutenções na estrutura ou ora a culpa é a exploração da mineradora Braskem. Logo, é na enunciação que se possibilitará a singularidade do texto, a partir das entonações dos interlocutores, constituindo-se em um todo de sentidos, configurando e reconfigurando o signo [do afundamento] em uma dada conjuntura determinada.

Mesmo sendo a culpada pelo problema nos bairros, a mineradora constrói um discurso de empresa preocupada com a situação e salvadora da população, com ações que mesclam ajudas de profissionais e sociais, compensação financeira, cuidado dos animais, entre outras práticas que camuflam a expulsão das famílias de suas casas. Ou seja, tentam convencer ou persuadir o leitor para aceitar, sem questionar, aquilo que está sendo comunicado como verdade, nos Informes Publicitários, enquadrando um silêncio vinculante à lógica da situação, como vemos na imagem abaixo.

Imagem 1: Informe Publicitário da Braskem

Fonte: Jornal Tribuna Independente, 25 e 26/julho/2020, p. 10-11

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72722

Concorda-se com Mateus (2018), "a essência da Retórica é a persuasão, mas o princípio sobre o qual opera é a argumentação" (2018, p. 91), e com isso a Braskem constrói dizeres contrários à realidade daquela região maceioense. Realidade observada pela impressão da expulsão das famílias e destruição dos imóveis, residências, escolas, templos religiosos, prédios culturais, espaços de convivências, além dos negócios que ali existiam, com o discurso do afundamento forjando o real: tornar-se proprietária da região para manter o monopólio extrativista do sal-gema.

Ao trazer, no início do folheto e com toda as letras maiúsculas – PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA E APOIO À REALOCAÇÃO, a Braskem já sinaliza sobre o quê vai dizer naquele encarte. Mais ainda, dar uma ordem para o leitor: "Entenda como a Braskem faz a COMPENSAÇÃO FINANCEIRA". Observa-se, inclusive, o destaque em negrito para o assunto/tema daquele Informe: COMPENSAÇÃO FINANCEIRA. E desencadeia o como a Braskem calcula e paga as indenizações aos moradores. Aqui, vemos a progressão continuada tópica, como afirmam Koch e Elias (2021), "o uso de estratégias que possam garantir a manutenção dos tópicos em andamento, de modo a não prejudicar a construção da coerência" (2021, p. 114).

Sem dúvida, o Informe publicitário se caracteriza como uma máscara do real, apresentando procedimentos que, fora do contexto, a partir da manipulação imagética da situação decorrente da técnica de exploração do subsolo dos bairros para extração do sal-gema pela Braskem, forja uma (i) realidade. Lembra Koch (2011), "a presença de elementos de recorrência num texto produz quase sempre um efeito de intensificação, de ênfase, isto é, tem função retórica. 'Martela-se' na cabeça do ouvinte/leitor, repetindo palavras, estruturas, conteúdos semânticos, recursos sonoros, etc., [...] e ele acabe por criar um hábito ou aceite sua orientação argumentativa" (Koch, 2011, p. 123).

O jogo das imagens do anúncio que estão no lado direito do Informe, as quais compõem o discurso publicitário da Braskem como argamassa dos fios que formam a trama persuasiva daquele Informe, a partir da perspectiva da arquitetura do não verbal, cunhada por Souza (1997, 2001, 2018), ao conceber a compreensão de imagens com a linguagem verbal, como uma rede de sentidos que interdita a memória do auditório, que aparece no *corpus* pesquisado e tenta conduzir o leitor a desfazer o que a imprensa apresentava sobre a tragédia causada pela petroquímica e suas consequências aos moradores, comerciantes, empresários e aos serviços púbicos.

Nascimento (2019) assevera que a publicidade, por ser um campo de dizer, torna-se um instrumento/*modus operandi* da sociedade moderna para propagar seus interesses. Ainda mais, partindo do princípio do uso da linguagem como prática social, apreende-se uma manobra argumentativa quando a Braskem diz: "É bem simples de entender", quando se refere ao como a empresa calcula e paga das indenizações aos moradores das áreas de risco.

Ao modalizar o discurso, "É bem simples...", a Braskem naturaliza o problema causado pela técnica da extração e desconstrói o discurso da dificuldade de receber a compensação financeira, porque os moradores atendidos no Programa "contam com **assistência durante todas as etapas**" (*grifo* no Informe). Ainda mais, o **fluxo de compensação** (*grifo* no Informe) é, pela bondade da empresa, agilizado por um **facilitador** (*grifo* no Informe), contratado pela mineradora, assim como os honorários do advogado, que vai "defender"/orientar/acompanhar a família atendida, são pagos pela piedosa Braskem-AL.

Além do mais, destaca-se que os moradores da área de risco estão sendo "realocados", recebendo uma "compensação financeira", e uma "ajuda

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72722

justa e adequada" da mineradora, mas o Informe não traz o motivo, nem contextualiza o porquê de ter famílias em área de risco nos bairros Pinheiro, Mutange, Cambona, Bebedouro, Bom Parto e parte do Farol.

Sob os encantos dessas ajudas, a Braskem reforça a apropriação sistêmica da acumulação e reprodução das relações capitalistas para obtenção de lucro. E ao destacar um facilitador para ajudar à família a reunir todos os documentos e ainda continuar acompanhando o morador, ou mesmo "ficar à disposição todo o tempo para orientar o melhor caminho", revela a intenção da instituição: a de ter a certeza de que aquelas famílias vão desocupar os imóveis, aquela área.

Há ainda um encadeamento de enunciados por justaposição, quando os moradores atendidos no Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação contam com a assistência de "***Profissionais especializados***" (*grifos* no Informe), ao ajudar "a reunir os documentos necessários, abrir uma conta bancária, fazer a mudança, encontrar abrigo para os animais ou uma casa temporária para a família", caracterizando, também, uma progressão linear das ações do *como* a Braskem faz a compensação financeira. Aqui, observa-se uma contradição, pois os artifícios e as táticas discursivas escolhidos pela empresa podem até confundir o leitor, mas expressam sofrimento e adoecimento social e mental dos moradores das áreas de risco.

Nota-se, também, uma conjunção de argumentos que se entrelaçam na progressão linear descrita acima com o – *e* –, em "e ainda oferecem apoio psicológico", cuja função é somar argumentos a favor de uma mesma conclusão/pressuposição, a de que a Braskem se preocupou também com o apoio psicológico, não apenas com a compensação financeira, diante daquela realidade. O sentido dessa "preocupação" em – *ainda* – oferecer

apoio psicológico se traduz pelo artifício de mascarar a ação opressora e mitigadora motivada pela prática exploratória da mineradora, fazendo o leitor acreditar que a Braskem, de fato, está em ato de contrição pelo que fez. Ledo engano!

É preciso que o leitor leia o Informe e se atenha à tragédia causada pela empresa quando decidiu pela extração do minério em uma região urbana de Maceió, desde 1976, utilizando-se de uma técnica operacional que poderia causar um afundamento dos bairros envolvidos, mesmo que a Braskem não assuma o fato. Mas assume o prejuízo e os danos causados àqueles moradores – mais de 100 mil pessoas expulsas! E a empresa ao criar estratégias de manipulação pelo texto/discurso do Informe Publicitário, demarca, assim, a "[...] reprodução das estruturas de pode e dominação" (Pedro, 1997, p. 26), eficazes para persuasão, dissimulação e controle do que se quer dizer sobre aquela realidade causada por *si*, objetivando mais lucro.

Lembra Ferreira (2021), "a leitura retórica não pretende dizer se o texto tem ou não razão: limita-se a mostrar como os elementos persuasivos tomam forma, como se configuram os argumentos, como os recursos de convencimento são infiltrados no discurso" (2021, p. 53), e faça sentidos para quem o lê, naturalizando o problema e flanando o que de fato é real. E aqui reforça o Informe, quando tenta persuadir ao não dizer a causa e nem as consequências do problema causado por *si*, mas constrói um texto/discurso que descaracteriza a sua relação com os efeitos da exploração do sal-gema, e produz um efeito de sentido mascarado pelo engodo do apoio à realocação e de todas as ações que manipulam àquela realidade plamada.

Outro aspecto, no conjunto das imagens do *corpus* em análise, que se entrelaça com o verbal, percebe-se o pêndulo das circunstâncias, onde a

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72722

Retórica é o fio condutor do discurso que tangencia, se cruza e se sobrepõe na interlocução entre o fato, a *mídia* e o auditório. As imagens do anúncio ajudam a "entender a imagem como discurso, [...] favorecendo a compreensão das associações de ordem simbólica e ideológica (discurso)" (Souza, 2001, p. 74), além de articular e ratificar as ações-feitiço que a Braskem **VEM FAZENDO EM MACEIÓ**, acompanhadas de perto, como anunciado no Informe, pelas autoridades públicas.

Mais ainda, observa-se a imagem em sua materialidade retórico-discursiva na relação com o discurso, como afirma Souza, "na ordem do icônico, a imagem vem sendo definida em termos de uma eficácia simbólica ou 'significante' (reportando-se a Barthes), dado que alimenta o debate sobre o modo de significar o ícone" (2000, p. 13).

É no simbólico do discurso do "Entenda como a Braskem faz..." que observamos, como aponta Fairclough (2001 [1985]), a distorção da realidade causada pela multinacional, desde 1976, ao utilizar uma técnica cujos efeitos, com uma maior exploração das jazidas do sal-gema, "nas entranhas de falhas geológicas, provocou fenômenos de subsidência" (Bezerra, 2022, p. 65) daqueles bairros.

Expulsam/Catapultaram milhares de famílias, fecham centenas de negócios, levam à falência a economia e o comércio locais, criam um cenário de pós-guerra, entre outros fatos reais de rupturas com a cultura, com a religião, com o cerceamento do acesso aos serviços públicos, sob os discursos da realocação das pessoas, compensação financeira, assistência e apoio com profissionais especializados, apoio na mudança (que é paga pela Braskem), cuidado e proteção dos animais, entre outras ações que a Braskem faz para mascarar e legitimar a relação de poder econômico sob os moradores e o Estado, que se converte em mais lucro para *si*.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: É DE ARREPIAR!

Retomando a inquietação inicial, que centrava em compreender como o uso de elementos retórico-discursivos contribuiu para as elocuções acerca dos bairros atingidos pela extração do sal-gema pela Braskem, desde 1976. Ou seja, a compreensão da realidade posta à luz da (e pela) linguagem provocativa do Informe publicitário da empresa, concebe-se a relação exploração sem limite, como causa, e as consequências, como efeito.

Ao descortinar as significações discursivas de uma realidade trágica: o afundamento de quatro bairros em Maceió-AL: Pinheiro, Bebedouro, Mutange, Cambona, Bom Parto e parte do Farol, provocado pela empresa Braskem, ao explorar o subsolo da região, expulsando/catapultando mais de cem mil famílias de suas casas, percebe-se o processo de referenciação pelo movimento de manipulação da realidade do fato em si, causado pela mineradora, na escolha dos argumentos que forjam o real, ou tentam forjar. Aqui, destaca-se, aquele que ler o Informe publicitário interage/interpreta a partir da sua posição social e do contexto em que se encontra diante daquela situação trágica.

Fazer a comunidade aderir a verdade da Braskem sobre o caso Pinheiro é perceber o movimento retórico-discursivo, ao tentar convencer de que o fato foi "natural", e não provocado pela exploração do subsolo daquele bairro, desde 1976, para extrair a matéria-prima sal-gema que traz lucros para aquela indústria. Reforça a técnica da argumentação retórica de que é possível questionar os assuntos polêmicos, para produzir uma adesão pelos argumentos verossímeis.

Assim, ao entrelaçar argumentos discursivos com imagens, cujo objetivo é manipular o leitor para embotar o verdadeiro sentido do feitiço da ajuda,

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72722

percebe-se que a empresa utiliza elementos retóricos para construir uma tessitura imagética *de si* descolada do problema causado *por si*, porque a língua é ação social. E há no Informe publicitário a gentileza, a preocupação, o respeito, a acolhida, a presteza, a simetria dos pontos de vistas da empresa, do outro, há a ganância que visa mais lucro em detrimento do sofrimento das pessoas assujeitadas àquela realidade.

Ou seja, a publicidade institucional da Braskem ganha intensidade com os instrumentos de persuasão carregados de afetividade e sutiliza, que objetivam convencer aquele auditório de que a empresa está ajudando às famílias atingidas com ações que vão desde a realocação, passando pelo acolhimento com serviços sociais e profissionais especializados, até o pagamento de auxílio aluguel, auxílio mudança, realocação da moradia, compensação financeira com a compra do imóvel atingido, acolhimento e cuidados de animais abandonados, entre outras. Ou seja, ações que são feitiços de ajudas confirmadas pelos referentes que se articulam em rede no texto – *com a garantia, durante todas as etapas, ainda oferecem, vão agilizar, durante todo o fluxo, fica à disposição, continua acompanhando*, entre outros.

Desbagoar os elementos retórico-discursivos, pela Análise do Discurso Crítica, interpolados pela ancoragem de texto e imagens, presentes no gênero Informe publicitário da Braskem, sobre os problemas causados por ela mesma, ao decidir pela extração do mineiro sal-gema em área urbana de Maceió-AL, desde 1976, percebe-se a sutileza da persuasão sob o *pathos* pelo feitiço de uma ajuda manipulada em prol do lucro pela exploração do meio ambiente e o apagamento da realidade.

O discurso apresentado nos Informes encapsula o real a partir da compreensão do que de fato aconteceu, em Maceió, a partir de março 2018,

com o tremor de terras após intensas chuvas que caíram na capital alagoana: um colapso no solo – conhecido como subsidência – em razão da exploração de sal-gema em área urbana realizada pela empresa petroquímica Braskem.

REFERÊNCIAS

ARISTOTELES. **Retórica**. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

BEZERRA, Edson. Elementos para uma sociologia do desastre ou: a destruição dos arcos das memórias. *In*: FRAGOSO, Elias (org.). **Rasgando a cortina de $ilêncios:** o lado B da exploração do sal-gema de Maceió. Maceió: Instituto Alagoas, 2022.

BORGES, Lorena Araújo de Oliveira. **"Meu corpo, minhas regras"**: representações e identidades de gênero nos discursos de ativistas (trans) feministas. Universidade de Brasília. Tese de doutorado. Brasília-DF, 2018.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães *et al*. **Linguística Textual e Argumentação**. Campinas, SP: Pontes editores, 2020.

CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. Rediscutindo o princípio de construção negociada dos objetos de discurso. **Revista Letras**, Fortaleza, v. 2, n. 36, p. 63-77, jul./dez. 2017.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FERREIRA, Luiz Antônio. Os contornos retóricos do medo. *In*: MAGALHÃES, Ana Lúcia; FERREIRA, Luiz Antônio; FIGUEIREDO, Maria Flávia. (org.). **Retórica do medo**. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Grupo ERA, 2015.

FERREIRA, Luiz Antônio. **Leitura e persuasão:** princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2021.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72722

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

GALINDO, Abel. Aspectos técnicos de uma mineração desastrosa. *In*: FRAGOSO, Elias (org.). **Rasgando a cortina de silêncios:** o lado B da exploração do salgema de Maceió. Maceió: Instituto Alagoas, 2022.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2021.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. **O Pólo Cloroquímico de Alagoas**. Série Apontamentos, n. 14. Maceió: Edufal, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATEUS, Samuel. **Introdução à Retórica no séc. XXI**. Portugal: Editora LabCom.IFP, 2018.

NASCIMENTO, Danielle Cândido da Silva. Se eu temo, então você também vai ter medo de perder: os bens de fortuna e a "publicidade de choque" da Oi. *In*: AMARAL, Maria Virgínia Borges; ERICSON, Sóstenes (org.). **Do discurso:** fundamentos e análises. Maceió: Edufal, 2019.

PEDRO, Emília Ribeiro (org.). **Análise Crítica do Discurso**. Uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

PERELMAN, Chaïm. **Retóricas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação:** a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane. **Análise de Discurso (para a) Crítica:** o texto como material de pesquisa. Campinas (SP): Pontes, 2011.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, Maria Francisca Oliveira. **As marcas retórico-críticas no gênero editorial**. Maceió: Edufal, 2011.

SOUZA, Tânia Conceição. **Carnaval e Memória:** das imagens e dos discursos. Artigo apresentado no XV encontro da ANPOLL, 2000. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ANPOLL_2002/arquivos/pdf/002_analise_discurso/tania_clemente.pdf. Acesso em: 27 maio 2022.

SOUZA, Tania da Conceição Clemente de. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. **Rua**, Campinas, SP, v. 7, n. 1, 2001.

SOUZA, Tania da Conceição Clemente de. Perspectiva da análise do (in) visível: a arquitetura discursiva do não verbal. **Rua**, n. 24, v.1, p. 17-35, 2018.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73673

EVANGELIZAÇÃO E GESTOS DE RESISTÊNCIA: O CASO DO "MANTO" YAMMO WAIWAI

EVANGELIZATION AND GESTURES OF RESISTANCE: THE CASE OF THE YAMMO WAIWAI "MANTLE"

Tania Conceição Clemente de Souza[1]

Simone Cristina Menezes Martins[2]

RESUMO

Nosso trabalho tem como meta discutir formas de resistência entre os Wai Wai, povo Caribe. Como objeto de análise tomamos uma vestimenta de um antigo pajé chamado Ewka. Nomeamos essa vestimenta de manto, levando em conta todo o valor e a "força sagrada" que revestiu essa peça e toda a significância que a constitui até hoje. Depois de meio século, guardado pelos que ainda referenciam Ewka, o manto acabou por ser entregue a uma das autoras desse trabalho, a fim de que não viesse ser destruído pela instituição religiosa MEVA, presente nas terras Wai Wai. Pelo viés da escola materialista de Análise do Discurso, discutiremos esse acontecimento – o desprendimento do manto sagrado – tanto como gesto de resistência, quanto como salvação do manto, sempre alojado na guarda da memória.

PALAVRAS-CHAVE

Análise de Discurso. Gestos de resistência. Povo Wai Wai. Pajé Ewka

ABSTRACT

Our work aims to discuss forms of resistance among the Wai Wai, a Caribbean people. As our object of analysis, we have chosen a garment belonging to an ancient shaman named Ewka. We refer to this garment as a mantle, taking into account all the value and "sacred

[1] Professora Titular do Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Pesquisadora Emérita da Universidade Federal Fluminense (UFF), tania.clemente@mn.ufrj.br

[2] Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sicrismenezes@gmail.com

SOUZA, T. C. C. de. MARTINS, S. C. M. Evangelização e gestos de resistência: o caso do "manto" Yammo Waiwai. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 136-151, 2026.

power" that imbued this piece and all the significance it holds to this day. After half a century, kept by those who still speak of Ewka, the mantle was eventually handed over to one of the authors of this work, so that it would not be destroyed by the MEVA religious institution, present on Wai Wai lands. Through the lens of the materialist school of Discourse Analysis, we will discuss this event — the removal of the sacred mantle - both as a gesture of resistance and as the salvation of the mantle, always preserved in the custody of memory.

KEYWORDS

Discourse Analysis. Gestures of resistance. Wai Wai People. Shaman Ewka

1. INTRODUÇÃO

A memória é como se o passado nevasse sobre nós.

Regine Robin

Nosso trabalho[3] tem como meta discutir formas de resistência entre os Wai Wai, povo Caribe, cujas terras no Brasil se estendem por três Territórios Indígenas (TI): TI Wai-Wai, ao sudoeste de Roraima; TI Nhamundá-Mapuera, ao noroeste do Pará e norte do Amazonas e TI Trombetas-Mapuera, compreendendo uma grande área entre o extremo sul de Roraima, o extremo norte do Amazonas e o noroeste do Pará.

Tomamos como objeto de análise uma vestimenta de um antigo pajé chamado Ewka, nascido no final do século XIX e morto por volta de 1970. Chamamos essa vestimenta de manto, levando em conta todo o valor e a "força sagrada" que revestiu essa peça e toda a significância que a constitui até hoje.

Por meio século, esse manto vinha sendo guardado pelos que ainda referenciam Ewka. Com medo pela destruição do manto, este é doado a uma das autoras desse trabalho, Simone Martins.

---

[3] Esse trabalho teve uma primeira versão apresentada no XIV INTERAB, Recife 2026.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73673

Pelo viés da escola materialista de Análise do Discurso, discutiremos esse acontecimento – o desprendimento do manto sagrado – tanto como gesto de resistência, quanto como salvação do manto, sempre alojado na guarda da memória. O manto tem um capuz feito com um tecido (pele) retirado do buritizeiro e do açaizeiro, uma máscara tecida em tear com fios de algodão tingido com três tonalidades e uma capa de palhas de buriti.

Buscamos entender como os descendentes (familiares ou não) dos preceitos de Ewka, num gesto de desprendimento, entregam o manto que era usado como paramento nos rituais de cura para vir a ser entregue ao Museu Nacional, evitando assim que o mesmo viesse a ser destruído pela entidade religiosa ocupada com a evangelização na área.

Imagem 1: Yammo

Fonte: acervo Simone Martins

Na perspectiva da escola materialista de Análise do Discurso, discutiremos esse acontecimento – o desprendimento do manto sagrado – tanto como gesto de resistência, quanto como salvação do manto, sempre alojado na guarda da memória.

Nosso corpus se constitui por relatos e entrevistas gravados e analisados por Martins (2023, 2025). Dados colhidos com descendentes e pessoas próximas a Ewka, no período de 2014 a 2024, num total de dezesseis pesquisas de campo na Aldeia Mapuera, localizada no Pará, e duas na aldeia Katuau, comunidades Anawa e Xaary, localizadas em Roraima.

A concepção de corpus aqui trabalhada atende ao que propõe a Análise de Discurso, como aquilo que se esgarça, no sentido de que o corpus não se constitui por uma quantidade **X** de dados, mas sim por um conjunto de materialidades discursivas e não se reduz ao visível ou ao explícito, ao contável: ele mobiliza também o não-dito, os silêncios e os esquecimentos, que estruturam os discursos (Souza, 1994).

2. MEVA

O processo de evangelização entre os povos originários não se difere de povo para povo. Um processo revestido de gestos de violência simbólica e/ou física versus gestos de resistência. A religião imposta aos povos Wai Wai foi a Cristã Evangélica e quem se incumbiu de levá-la aos Wai Wai foi a Missão Evangélica na Amazônia (MEVA), que, "é uma organização de direito privado, de natureza filantrópica, sem fins lucrativos, que atua com os povos tradicionais da Amazônia desde 1959", cuja missão "é glorificar a Deus, fazendo discípulos de Jesus Cristo e facilitando o surgimento de

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73673

igrejas cristãs indígenas"[4].

A organização social do povo que se chama Wai Wai[5] é composta pela reunião de várias etnias. Segundo Evelyn Schuler Zea [sd][6]

> A etnogênese Waiwai constitui – conforme a bibliografia etnográfica da região das Guianas e tal como ocorre também com vários outros etnônimos ameríndios – um complexo de relações entre visões sobre estas comunidades indígenas que se chamam Waiwai e visões destas comunidades sobre si e sobre outros. Usa-se aqui o nome "Waiwai" no sentido que lhe dão os índios que se identificam e são identificados atualmente por ele, ou seja, sabendo-se que ele não corresponde a uma única unidade étnica substancial que exista em si, mas sim a uma invenção motivada tanto por projetos políticos quanto intelectuais.
>
> Muitos índios que vivem atualmente nas comunidades Waiwai se reconhecem e são reconhecidos por denominações menos englobantes, como é o caso dos Hixkaryana, Mawayana, Karapawyana, Katuenayana e Xerewyana (*yana* designa «coletivo»), entre outros. Foram (e seguem sendo) as famosas expedições dos Waiwai em busca de "povos não vistos" (*enîhni komo*) que permitiram (e seguem permitindo) uma intensa troca com outros povos numa ampla rede regional. É desta rede que surgiram (e seguem surgindo) diversos casamentos e convites para famílias inteiras viverem nas comunidades Waiwai, como foi o caso dos índios acima citados.

Como uma só organização social, todos se reconhecem como Wai Wai, mas em suas casas se identificam individualmente por cada etnia. "Em todas as aldeias existem escolas indígenas, nas quais se ensina a língua materna, cuja língua escolhida é o wai wai e se ensina também a segunda língua – a língua portuguesa." (Martins, 2023, p. 53). Famílias de pertencimento

---

[4] Conferir: https://meva.org.br/#in%C3%ADcio. Acesso em: 13 de dezembro de 2024.

[5] Há diferentes grafias para Wai Wai, adotamos aqui a forma como os que assim se identificam adotam.

[6] Informações tiradas de: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Waiwai. Acesso em: 20 jan. 2025, 16h.

a outras línguas (não filiadas ao Caribe) ensinam suas próprias línguas aos filhos, no espaço de suas casas. O wai wai tem, assim, predominância como língua de comunicação, de ensino e de uso nas assembleias e nas comemorações. (*idem*)

Quanto à subsistência dessa complexa organização, os Wai Wai vêm contando com o apoio, a partir de 1950, da UFM (Unenvangelized Field Mission) que trabalha em conjunto com a MEVA, na forma de "apoio material (como a disponibilização de motores de popa e até mesmo esporadicamente do avião da missão) e imaterial (como o discurso da salvação evangélica) desta missão". (Zea, *op. cit.*)

> É importante ressaltar que esse apoio imaterial trazido pelo discurso da evangelização acaba por impor a censura a várias práticas religiosas e culturais, interferindo consideravelmente no silenciamento de várias línguas. Línguas que guardam uma gama de conhecimentos ancestrais sobre a fauna, a flora, a cura, o sagrado, sobre a forma de fazer seus artefatos culturais e sobre a própria identidade desses povos originários. (Ciito Wai Wai, 2023, p. 27)

A evangelização não é isenta de consequências, em nome da palavra de deus atacam e destroem o que consideram profano, a partir de relações de poder advindas de uma presença imposta – mas consentida pelo Estado – e pelos "benefícios" que fazem ao povo: motores de popa; vez por outra transporte aéreo e o discurso da evangelização!?

3. EVANGELIZAÇÃO E PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA

Algumas vezes, a evangelização agride os que têm poderes sagrados de curar, poderes para transmitir todo um vasto conhecimento de mundo para garantir a vivência do povo. Foi o que aconteceu com o grande pajé Ewka, retirado de suas terras para ser evangelizado e se tornar pastor.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73673

São muitas as formas de violência que se justificam pelo trabalho de evangelização. Os saberes e as crenças em outros deuses – que não o que a evangelização impõe - obrigatoriamente são silenciados. Os rituais de cura obrigatoriamente são esquecidos. Outros rituais sofrem interdição, a ponto de as vestimentas serem destruídas, queimadas.

Martins (2025) lembra aqui do episódio ocorrido na Mapuera, por ocasião do ritual do amor, que foi interrompido porque, como diz Sr. Iranildo, era um ritual de chamamento para o ato de acasalar, quando o pastor alegou que aquilo era coisa do demônio e ateou fogo à vestimenta.

Imagem 2: Yammo

Fonte: acervo Martins

Yammo é uma peça tradicional dos povos Wai Wai, grupo indígena amazônico que habita regiões do norte do Brasil, especialmente em áreas de Pará, Roraima e Guiana, além de territórios no Suriname. Entre os Wai Wai, a vestimenta não possuía apenas função prática, mas também expressava identidade cultural, pertencimento comunitário e relação espiritual com a

natureza. Nesse contexto, Yammo destaca-se como um elemento importante do vestuário wai wai em muitos eventos ocorridos nas aldeias e comunidades.

A peça acima, segundo senhor Iranildo Manassa Wai Wai, é confeccionada artesanalmente a partir de fibras vegetais retiradas do Buritizeiro e do açaizeiro; a primeira, palmeira majestosa e a segunda, delgada, todavia, ambas conhecidas pelos povos indígenas da região amazônica como a "árvores da vida". Recebem este nome forte, porque todas as suas partes podem ser aproveitadas: do tronco e folhas até os frutos e sementes. O preparo envolve conhecimento técnico para coleta de matéria-prima, raspagem, secagem, trançado e acabamento pintado com jenipapo e urucum, e em alguns casos, havia aplicação de sementes, penas e franjas, como o caso da peça da imagem acima. Tradicionalmente, yammo era usada em vários rituais, tais como a dança da Yammo, quando finalizavam a confecção da peça; nas festas de Natal, na dança do amor (dança de acasalamento, hoje é proibida entre os Wai Wai, pela evangelização). Yammo também funciona como um marcador de gênero, idade ou posição social, dependendo do contexto em que ocorriam os rituais nas comunidades Wai Wai.

Entre os Wai Wai, roupas e adornos comunicam mensagens sociais. Yammo representa o respeito às tradições ancestrais e a conexão com os espíritos da floresta, movimentos que foram ceifados pela imposição da evangelização. O pertencimento a determinada família ou grupo étnico também acabava por diferenciar o tamanho e trançados das peças, em certas cerimônias, por exemplo, a vestimenta muitas vezes é combinada com pintura corporal, colares de sementes de morototo e cocares[7].

[7] Com o contato crescente com a sociedade não indígena, muitos povos Wai Wai incorporaram roupas industrializadas ao cotidiano. Ainda assim, peças tradicionais como a yammo permanecem relevantes em festas, encontros culturais, apresentações identitárias e, ainda que velados e mais parcos, em processos de ensino às novas gerações, todavia, não mais realizados com o intuito de rituais de acasalamentos, de escolhas de parceiras e de cultos aos espíritos da floresta.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73673

Para pesquisadores como o Tuxaua Alexandre Wai Wai, antropólogo e cacique geral dos Wai Wai em Roraima, yammo não deve ser vista apenas como "roupa", mas como representação cultural da memória coletiva e espiritualidade, que reúne conhecimento botânico, técnicas artesanais, típicas dos povos originários. A yammo nos ilumina em compreender como os Wai Wai relacionam corpo, natureza e sociedade.

4. EWKA: O PODER ANCESTRAL

A figura de Ewka emerge como o ponto de condensação onde língua, história e sujeito se entrelaçam. Ele é o *pajé original*, uma figura cuja existência transcende o tempo biológico para se tornar um ancestral espiritual.

Não há uma data exata que marque o nascimento do Ewka. O irmão do Pajé Ewka, senhor Yakutá, afirma que ele nasceu "no final de outros tempos", ou seja, final do século XIX. É o Pajé considerado original das Aldeias Mapuera, Katuau, Xaary, Anauá entre outras, que por volta de 1930, aos 20 anos (acredita-se) foi levado da aldeia Mapuera para as Guianas Inglesas, pelos missionários ingleses, os irmãos Holkins, para ser evangelizado. Enquanto Pajé, Ewka demonstrava grande força espiritual, até o ponto de ser retirado de suas terras e levado para as Guianas Inglesas, a fim de ser evangelizado pelos representantes da MEVA, cuja entidade já está presente em Roraima desde 1949, fundada pelos missionários Mary e Neil Hawkins e em 1970, "foi reorganizada e é (segundo a MEVA), uma entidade missionária especializada em trabalho indígena". (Martins, 2025, p. 72)

Apesar do esforço em silenciar a força espiritual do Ewka, tal não logrou resultado. De volta às suas terras, o Pajé se torna Cacique e refunda a antiga aldeia, antes desestruturada pelos irmãos Holkins e agora denominada

Aldeia Mapuera. A razão para desfazer a antiga aldeia se deveu ao fato de os indígenas passarem por dificuldades de sustento, dificuldades essas atribuídas à ausência do "conhecimento da palavra de Deus". O deus reconhecido pela missão MEVA.

Ewka, ao se ver no contexto do advento das epidemias adoece, é constantemente persuadido *a conhecer a palavra do Deus cristão para ser curado e liberto dos malefícios do diabo*. Aos poucos vai perdendo suas forças e sucumbindo ao protestantismo.

Ewka perde sua força e fica cada vez mais enfraquecido, apesar de *ter virado crente*. E, assim, o deus do evangélico não salvou os Wai Wai nem das epidemias e, tampouco, das doenças que infortunaram o líder. Ewka morre ainda jovem, com 59 anos (não há precisão da idade que tinha quando morreu), de doença desconhecida. Os familiares relatam que ficou ruim da cabeça, da coluna, fraco das pernas, mas são somente conjecturas. Na época em que Ewka se converteu, houve uma conversão em massa, dada a força política do líder. Segundo relatos de Iranildo Manasa, ex-pajé, Ewka disse que

> Ia aceitar Jesus e se eu morrer agora, ninguém mais deve aceitar esse worokyjam (espírito) e assim foi a história que meu pai me contou [...] aí, quando ele aceitou, não morreu, logo, né? Aí depois o povo foi e aceitaram Jesus: Yakutá, irmão de Ewka, Mawaxa e Kirpaka que eram pajés, e depois mais outros povos. (Martins, 2025. p. 80)

Dissemos acima que a MEVA não logrou resultados, mesmo com a conversão de Ewka e sua morte. Até hoje, apesar de meio século depois do seu desaparecimento, muitos seguem, em silêncio, seus preceitos. São gestos de resistência, mesmo quando relatam em segredo quem foi o grande Pajé e como ele ainda está presente no dia a dia de muitos já evangelizados.

SOUZA, T. C. C. de. MARTINS, S. C. M. Evangelização e gestos de resistência: o caso do "manto" Yammo Waiwai. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 136-151, 2026..

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73673

Como se configuram esses gestos? Pelo silenciamento, pelo enfrentamento e por várias outras práticas**.** Práticas discursivas de atestação da força, ainda presente, de Ewka:

> É o caso de sua filha mais velha, Reccu, quando, em estado grave na uti, acometida com covid, aparece Ewka que a pega pela mão e a leva para as margens de um rio, onde se encontravam outros pajés. Ewka solta a mão dela, porque começaria o ritual de cura. Reccu, dias depois, está curada. (Martins, 2025)

Um dos gestos de resistência mais simbólicos reside na guarda do manto Yammo e, ao mesmo tempo, na renúncia a essa guarda. Os descendentes e ainda seguidores dos ensinamentos de Ewka agem em segredo. E em segredo, nunca se desfizeram do manto do qual emanava a força espiritual do Pajé.

Discutiremos, aqui, como os descendentes (familiares ou não) dos preceitos de Ewka, num gesto de desprendimento, entregam o manto, que era usado como paramento nos rituais de cura, à pesquisadora Simone Martins, evitando assim que o mesmo viesse a ser destruído pela MEVA.

5. GESTOS DE RESISTÊNCIA E CONFLITO

Todos os Wai Wai entrevistados se declararam evangélicos praticantes, mas falam dos ensinamentos de Ewka com reverência e saudosismo e, ainda, como seguidores de seus ensinamentos. Do ponto de vista da Análise do Discurso, podemos falar, então, de duas Formações Discursivas em conflito: uma FD como Wai Wai e outra FD como evangélico.

Como se constitui, dadas essas condições, o sujeito como efeito da interpelação ideológica?

O sujeito se constitui como efeito da interpelação ideológica. (Pêcheux, 1988 [1975]). Mas a interpelação, necessariamente, não pressupõe a filiação a uma FD, ou à outra FD. Há um complexo de Formações Discursivas que

tecem uma rede de formações ideológicas, dando lugar ao efeito de evidências e ao processo de identificação do sujeito.

A decisão de esconder a vestimenta silencia a presença de Ewka, o que funciona como um esquecimento voluntário. Essa decisão, como forma de negociação, traz a identificação do que vem a ser o *bom-sujeito* (Pêcheux, 1988 [1975]), frente à MEVA. A instituição religiosa desconhecia o fato de ainda guardarem o manto. Achavam que não sobrara "vestígio" de Ewka.

A guarda do manto por meio século e o desprendimento do mesmo são práticas discursivas do *mau-sujeito* (Pêcheux, *idem*). E são, ao mesmo tempo, gestos de resistência: trabalham aí duas formas de silenciamento, que não calam o Pajé.

6. AINDA, SOBRE O ESQUECIMENTO VOLUNTÁRIO...

No caso dos Wai Wai e dos povos originários, a interpelação instaura um lugar de conflito: há o imaginário que, por um lado, projeta Ewka como o verdadeiro pajé detentor de muita sabedoria; por outro lado, projeta também o poder do opressor. São relações de força em embate. Um embate marcado por práticas de violência: o silenciamento do Ewka com a imposição de um único deus versus as práticas de resistência: a memória dos ensinamentos do grande pajé, a cura de Reccu materializada em sonho e a salvação do manto, por guarda e por transferência dessa guarda.

É válido retomar a noção de evidencial, formulada por Franz Boas, primeiro teórico a propor essa noção: "um evidencial se refere a sufixos analisados como "modalidades do verbo"; remetem à fonte de um saber subjetivo, o qual pode ter como origem "por ouvir dizer, ou por sonhar"". (Boas, F. 1911, p. 400, *apud* Souza, 2024*)*.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73673

No campo da Antropologia, Limulja (2019), ao se dedicar ao estudo dos Yanomami[8] por 11 meses, teoriza sobre o sonho.

> [...] o sonho é concebido como acontecimento: não se trata de simbolismo ou representação, as coisas realmente acontecem, a imagem vital (*utupë*) das pessoas desloca-se para outro plano" (Limulja, 2019, p. 13).

> [..] o dia está para o corpo assim como a noite está para a imagem e que esta se constitui como o componente da pessoa responsável pelo surgimento dos sentimentos, da volição e do pensamento. De dia as pessoas se ocupam de suas atividades cotidianas. Com o início da noite, a imagem começa a se manifestar, alcançando seu ápice no momento do sonho. O fim da tarde é também o momento em que os Yanomami dizem que sentem saudades (Limulja, 2019, p. 14).

A imagem de Ewka em torno de sua filha Reccu, com outros pajés, não é abstração, nem delírio. É, de fato, um acontecimento, com a manifestação da cura total de Reccu, antes desenganada pelos médicos e com previsão de sua morte em breve. Reccu retoma a vida e é ela quem entrega o manto Yammo.

7. CONCLUSÃO: DO FATO AO ACONTECIMENTO

Há duas noções diferentes para gesto. Em Pêcheux (1990 [1969]), o gesto corresponde a um ato simbólico – o desaparecimento do manto aos olhos do opressor. Em Orlandi (2017), o gesto faz a passagem do fato ao acontecimento. O gesto, então produz a diferença, por isso acontecimento. Tomamos como acontecimento, não apenas a separação de um objeto de valor extremamente simbólico, pois o acontecimento está no papel e na movência da memória. "O silêncio fundante dos sentidos, no gesto de resistência, faz

[8] Em "O desejo dos outros - uma etnografia dos sonhos Yanomami", Hanna Limulja (2022) apresenta os relatos de mais de 100 sonhos em língua yanomae, registrados num trabalho de campo nas comunidades de Yanomami do Pya ú, na região Toototopi, na fronteira de Roraima (Brasil) com a Venezuela.

significar o silenciado" (Orlandi, *idem*). O papel e a movência da memória trazem o encontro do "acontecimento com a atualidade" (Pêcheux, 1990 [1969]).

Ao discutir os gestos de resistência à opressão adotamos a proposta acima de Orlandi. O fato com relação aos povos originários está no que vem sendo chamado de evangelização, ação necessária ao salvamento dessas *pobres almas* – enunciado que ecoa desde que aqui se instala o processo de colonização. O acontecimento se institui com o gesto inusitado dos Wai Wai de se apartarem de uma peça sagrada e, a o mesmo tempo, faz deslocar a memória. Ambas as atitudes – a do colonizador e a do oprimido, violentado – são permeadas pela salvação. Ambos, o evangelizador e o oprimido defendem o sagrado: por metáfora, transfere-se a violência para salvamento; também por metáfora, transfere-se a violência para a guarda da memória do que, de fato, é sagrado.

Uma palavra apaga outra, movência da metáfora, mas é então que o ritual se estilhaça. Os saberes, valores e crenças tomados como sagrados são queimados no fogo do terreno, para que não se queimem no fogo do inferno. Um gesto ritualístico cristão destrói os mantos, que simbolicamente significam o esteio de organizações sociais milenares. O jogo metafórico se faz por deslizamentos: a confecção de mantos sagrados → a destruição pelo fogo → a fuga do manto de Ewka.

O ritual se estilhaça e outros rituais são praticados: a resistência assegura a identidade etno-dicursiva (Souza, 2020; 2022, entre outros) dos Wai Wai guardada em muitos lugares de memória, nos cantos sagrados da mata onde os saberes estão ali discursivizados e nos museus onde se institucionaliza a memória.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.73673

REFERÊNCIAS

BOAS, Franz. **The Mind of Primitive Man**. Londres: The Macmillan Company, 1911.

LIMULJA, Hanna. **O desejo dos outros** – uma etnografia dos sonhos Yanomami. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

MARTINS, Simone Cristina Menezes. **O encantamento da Cobra Grande**. Curitiba, PR: Editora Appris, 2023.

MARTINS, Simone Cristina Menezes. **Ewka:** poder ancestral, rios da resitência nas tramas discursivas dos Wai Wai da Mapuera, Anauá, Katuau e Xaary. 2025. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2025.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **Eu, Tu, Ele**: Discurso e real da História. Campinas: Pontes, 2017.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). *In*: GADET & HAK (org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990 [1969], p. 61-162.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso** – estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes Editores, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* 2. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, (1988 [1975]).

ROBIN, Régine. **A memória saturada.** Tradução de Cristiane Dias, Graciely Costa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2016.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. **Discurso e Oralidade** - um estudo em língua indígena. 1994. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, 1994.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. Política linguística, política de línguas indígenas e identidade discursiva. Conferência de abertura do GT de Línguas Indígenas. Londrina, PR: **XXXV ENANPOLL**, 2020.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. Política Linguística, Política de Línguas Indígenas e línguas silenciadas. *In*: FIGUEIREDO, Alexandra A. de A. *et al*. (org.) **Políticas Linguísticas e as línguas indígenas brasileiras**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. Língua cantada Bakairi e estrutura enunciativa. Conferência no Encontro **On linguistics:** PPGLIN em movimento. Faculdade de Letras, UFRJ: 2024.

WAI Wai, Tito Ciitu. **Saberes e cultura do povo Wai Wai**. 2025. 74 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Línguas Indígenas) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

Revista Policromias
Volume 11 | Número 1

ARTIGOS

A UTILIZAÇÃO DO SILÊNCIO COMO DESLOCAMENTO DAS CONVENÇÕES NOS FILMES DE TERROR

THE USE OF SILENCE AS A DISPLACEMENT OF CONVENTIONS IN HORROR FILMS

Alexandre Remuzzi Ficagna[1]

Clarice Treml Gomes[2]

RESUMO

Caracterizado por estrondos e música dissonante, o gênero cinematográfico do terror tradicionalmente utiliza sons de baixa intensidade ou silêncio somente como antecipação do efeito de *jump scare*. Em filmes mais recentes, contudo, nota-se maior presença do silêncio, inclusive como tema central do enredo. Buscando identificar como o silêncio pode estar deslocando as convenções deste gênero, realizou-se uma análise audiovisual dos filmes "Um lugar silencioso" (2018) e "Hush" (2016), tomando como referência as formas de representação do silêncio cinematográfico, identificadas por Pires e Villa. Com base na análise realizada, recorremos aos conceitos propostos por Jacques Rancière, relacionados aos *regimes da arte,* buscando identificar o *modelo de eficácia* que prevalece em cada um destes filmes: a *eficácia de um efeito* ou a *eficácia de uma suspensão*, modelo este que perturba as convenções do gênero por renunciar à certeza de causar um efeito determinado. Identificamos o primeiro modelo em "Um lugar silencioso" e o segundo em "Hush". Ainda não é possível afirmar, contudo, se o que está em curso é uma transformação do gênero como um todo.

PALAVRAS-CHAVE

Terror. Silêncio. Convenção. Regimes da arte. Modelos de eficácia.

---

[1] Mestrado e doutorado em Música/Processos Criativos pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) -Universidade Estadual de Londrina (UEL), aficagna@uel.br, https://orcid.org/0000-0003-0902-3658.

[2] Bacharel em Artes Cênicas pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). clarice.treml@gmail.com.

FICAGNA, A. R.; GOMES, C. T. A utilização do silêncio como deslocamento das convenções nos filmes de terror. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 153-172, 2026..

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.66422

ABSTRACT

Characterized by loud bangs and dissonant music, the horror genre in cinema has traditionally employed low-intensity sounds or silence only as an anticipation of the jump scare effect. In recent films, however, silence has become more prevalent, even as a central theme of the plot. In order to identify how silence may be shifting the conventions of this genre, we performed an audiovisual analysis of the films "A Quiet Place" (2018) and "Hush" (2016), using as reference the forms of representation of cinematic silence identified by Pires and Villa. Based on the analysis data, we resort to the concepts proposed by Jacques Rancière, related to the *regimes of art*, in an attempt to identify the *model of efficacy* that prevails in each of these films: the *efficacy of an effect* or the *efficacy of a suspension*, the latter a model that disrupts genre conventions by renouncing the certainty of causing a determined effect. We identified the first model in "A Quiet Place" and the second in "Hush". It is not yet possible to say, however, whether what is underway is a transformation of the horror genre as a whole.

KEYWORDS

Horror. Silence. Convention. Regimes of the arts. Models of efficacy.

1. INTRODUÇÃO

Um dos gêneros cinematográficos que mais exploram o sonoro e o visual em posição de igualdade, o terror é considerado por vários pesquisadores de cinema o gênero em que o som é o principal protagonista (Hutchings, 2004; Carreiro, 2020; Shehan, 2017). Embora já existissem filmes de terror há mais tempo, sendo considerado o marco inicial do gênero os filmes *Drácula* e *Frankenstein*, de 1931, foi a partir de *Halloween*, em 1978, que o gênero consolidou a maioria das convenções que o caracterizam, em especial as convenções sonoras.

Amplamente utilizado na maioria dos filmes do gênero e uma de suas convenções mais consolidadas, a técnica do *jump scare* ou *startle effect* demonstra a importância do som para o cinema de terror. Esse artifício, que pretende "dar um susto" no espectador, levando-o a uma reação instintiva

FICAGNA, A. R.; GOMES, C. T. A utilização do silêncio como deslocamento das convenções nos filmes de terror. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 153-172, 2026.

(o “pulo de medo” ou sobressalto) funciona pela combinação de imagem e som, ambas igualmente indispensáveis para a eficácia do efeito.

Segundo Baird (2000, p. 14) toma-se como marco inicial desse efeito de susto uma cena específica do filme *Cat People*, de 1942, “em que Alice (Jane Randolph), sendo seguida por algo na tela à esquerda, é surpreendida por um ônibus vindo da tela à direita” (tradução nossa)[3]. Não por acaso muitas cenas similares em filmes de terror subsequentes foram chamadas de “*bus”* (ônibus), em referência a esse marco.

Baird destaca que o efeito se caracteriza por uma fórmula: uma personagem, uma ameaça implícita não visível, e uma perturbação no espaço próximo à personagem por meio de uma intrusão abrupta (Baird, 2000, p. 15). Carreiro, por sua vez, destaca a importância do som, em sincronia com a irrupção visual, para ressaltar o susto provocado no espectador:

> O papel do som fora de quadro, nas cenas de efeito surpresa, é sublinhar o susto, acentuando a reação emocional do espectador. Dessa forma, a irrupção do campo visual por um elemento estranho ocorre em sincronia com um efeito sonoro, uma nota musical ou um grito, quase sempre em volume bem mais alto do que os sons que se pode ouvir imediatamente antes ou depois (Carreiro, 2011, p. 48).

No cinema de terror os exemplos são abundantes. Basta lembrar de filmes em que há a súbita aparição de um monstro, ou do assassino, ou então de uma cena de horror (como a presença de um cadáver), sempre reforçada pela sincronia de uma irrupção sonora abrupta e de alta intensidade.

---

[3] No original: “The origin of this still viable startle effect is recognized as 1942, in the famous bus scene from Val Lew-ton and Jacques Tourneur’s B-movie surprise success, Cat People, where Alice (Jane Randolph), being followed by something from screen left, is surprised by a bus barreling in from screen right” (Baird, 2000, p. 14).

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.66422

Uma das características do cinema em geral, não sendo exclusividade do terror, é a utilização de trilha sonora para criar um **efeito empático**, como descrito por Chion (2008, p. 14). Este efeito se caracteriza pela presença de uma trilha sonora empática, que reforce ou amplifique emocionalmente o que é mostrado visualmente na cena.

Assim, o imaginário do horror[4] é povoado por uma ideia de trilha "assustadora", que nos deixaria tensos, inquietos, em expectativa. Hayward (2009, p. 10) destaca que o gênero terror "baseia-se e expande uma tradição estabelecida de dispositivos musicais desenvolvidos e exemplificados por compositores como Bernard Herrmann" (tradução nossa)[5], e cita Tétaz (*apud* Hayward, 2009, p. 246) para afirmar que a harmonia dissonante e atonal é característica da maioria das trilhas e efeitos sonoros do gênero.

Assim como elementos de enredo e aspectos como a presença do monstro e o afeto do medo ajudam a caracterizar o gênero, técnicas sonoras como as que descrevemos acima consolidaram-se como uma tradição sonora que se aglutina às convenções mais conhecidas do gênero.

Por outro lado, Carreiro (2020) destaca que em filmes de terror recentes como *O homem nas trevas* (2016), *Hereditário* (2018) e *Midsommar*

---

[4] Embora utilizados de forma equivalente, terror e horror são conceitos distintos. A distinção mais aceita atualmente é a da escritora gótica Ann Radcliffe, no ensaio *On Supernatural in Poetry* (1826). Segundo ela, o horror está mais relacionado ao choque ou ao susto diante de uma revelação horrível ou de uma ocorrência profundamente desagradável, enquanto o terror se refere à ansiedade ou ao medo que precede essa descoberta. Consideramos que os filmes aqui analisados apresentam os dois aspectos em diferentes momentos ao longo de sua duração, não limitando-se, portanto, exclusivamente a um ou outro tipo. Usualmente, "terror" é o termo utilizado para se referir ao gênero cinematográfico, enquanto "horror" refere-se a momentos específicos dentro desses filmes.

[5] No original: "The genre continues to draw on, and expand, an established tradition of musical devices developed and exemplified by composers such as Bernard Herrmann" (Hayward, 2009, p. 10).

FICAGNA, A. R.; GOMES, C. T. A utilização do silêncio como deslocamento das convenções nos filmes de terror. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 153-172, 2026.

(2019), há uma tendência do terror contemporâneo em privilegiar o som da respiração na banda sonora. Carreiro destaca a importância que este som tem adquirido nestes filmes, demonstrando como a utilização extensiva de ruídos de baixa intensidade é capaz de provocar uma conexão entre espectador e personagem, pois nossa respiração começa a sincronizar com aquela que acompanhamos no filme (Carreiro, 2020, p. 13-14).

Junto com os ruídos de baixa intensidade, nota-se em alguns filmes desta leva uma maior utilização do silêncio, cujo impacto, a nosso ver, parece exceder a dimensão puramente sonora e deslocar convenções mais gerais do terror. Com o intuito de entender como o silêncio tem funcionado no terror contemporâneo e até que ponto tem impactado as convenções do gênero como um todo, analisamos a relação da trilha com o enredo em *Hush* (2016), de Mike Flanagan, e *Um lugar silencioso* (2018), de John Krasinski.

Um fator em comum entre essas produções é que em ambas o som, quando surge de modo mais enfático, normalmente representa uma ameaça. Qualquer ruído mais forte pode alertar as criaturas que arrasaram o mundo pós-apocalíptico de *Um Lugar Silencioso*, levando uma família sobrevivente a encontrar meios de se adaptar a uma vida silenciosa, comunicando-se pela língua de sinais (um recurso já conhecido por eles, graças à filha surda). Em *Hush*, há também a presença de uma personagem surda, cuja casa é invadida por um homem mascarado; ela precisa evitar produzir ruídos, enquanto tenta se esconder ou escapar; por vezes o filme nos insere no ponto de escuta da personagem, como se pudéssemos ouvir o "silêncio" que ela experiencia.

Como referência para as análises, recorremos à identificação das diferentes formas de representação do silêncio cinematográfico, descritas por Pires e Villa (2019). Além disso, buscamos realizar uma análise "funcional" da

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.66422

banda sonora dos filmes, tendo como referência as proposições de Michel Chion (2008) em *A Audiovisão*. Para tentar compreender se a utilização do silêncio nos filmes recentes de terror está ou não deslocando (ou "perturbando") as convenções do gênero, confrontamos os dados analíticos com o referencial teórico elaborado pelo filósofo Jacques Rancière, de modo a subsidiar nossa reflexão: as noções de **regime representativo** e **regime estético**, ligadas respectivamente aos modelos de **eficácia de um efeito** e **eficácia de uma suspensão**.

2. OS SILÊNCIOS NO CINEMA

O silêncio no cinema não é um "vazio neutro" ou o "negativo do som", como nos lembra Chion (2008, p. 50). Na realidade, o que ocorre com frequência no audiovisual é uma "impressão de silêncio", normalmente como forma de acentuar ou prolongar uma situação de apreensão de uma personagem. Complementarmente, um *jump scare* tende a ser mais eficaz na medida em que for proporcionalmente contrastante (em intensidade) ao silêncio que lhe precede. Justamente por não ser o negativo do som, o silêncio que precede o susto muitas vezes precisa ser construído por meio de uma preparação da percepção auditiva, acostumando-a a sons de baixa intensidade, como no exemplo de *Alien, o 8º passageiro*, descrito por Chion:

> Encontra-se um bom exemplo em *Alien - O 8º Passageiro*, quando Ridley Scott quer criar — no grande plano do gato mascote na nave espacial — a impressão de um silêncio inquietante e anunciador de coisas sombrias. Os planos imediatamente anteriores são ricos em acidentes sonoros. Preparam o vazio que vai se seguir. Mas houve o cuidado de não fazer cair esse silêncio demasiado bruscamente: os três primeiros segundos da imagem do gato fazem ouvir brevemente um ruído tênue não identificado, semelhante a um tique-taque e cujo aparecimento, e depois o muito rápido decréscimo, formam uma ponte até o vazio total na banda sonora (Chion, 2008, p. 50-51).

Portanto, o silêncio audiovisual é muito mais um contraste com os sons que lhe sucedem ou precedem que algo em si mesmo, ou seja, ele existe na **relação** com os outros sons – relação esta que não se dá de maneira fixa.

Em *A representação do silêncio no cinema sonoro*, Pires e Villa (2019) partem desta concepção (algo que é **percebido** como silêncio) e identificam diferentes tipos de silêncio no cinema.

Chamaremos de **silêncio absoluto** o primeiro tipo de silêncio identificado pelos autores[6] que, segundo eles, é o mais intuitivo: trata-se da ausência completa de qualquer som na banda sonora. Apesar deste recurso ter sido experimentado por alguns cineastas, como Godard, o silêncio absoluto costuma causar uma impressão de falha técnica e é raro no cinema. É o que afirma Chion, quando argumenta que o "elemento zero" da banda sonora é espinhoso, pois simplesmente "interromper o fluxo sonoro e pôr no seu lugar alguns centímetros de película" daria a sensação de uma "ruptura técnica" (Chion, 2008, p. 50).

Apesar dos dois filmes analisados nos aproximarem do ponto de escuta de personagens surdas em alguns momentos, há silêncio absoluto apenas pontualmente em *Um Lugar Silencioso*: no primeiro encontro da personagem Regan com o alienígena e nas cenas em que ela tira o aparelho de surdez do ouvido. Perto do final, ela desliga o aparelho pois está sofrendo interferência do sonar do alienígena. Junto com o ruído de interferência, desaparece também a trilha e qualquer outro som. O espectador é imerso numa total ausência de som por cerca de dez segundos, observando as personagens presas dentro do carro enquanto o alienígena está sobre o capô. Só é possível

[6] Os autores não atribuíram nomes ou criaram conceitos para os tipos de silêncio que identificaram. Tomamos a liberdade de fazê-lo para uma melhor apresentação das ideias discutidas aqui.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.66422

ver a reação de seu irmão e em seguida de Regan, sem qualquer referencial sonoro que indique o que acontece fora deste espaço fechado. Esse referencial só aparece quando ouve-se o som de vidro sendo quebrado, depois que o alienígena quebra a janela do carro, num efeito de *jump scare*. Além de gerar um efeito de empatia com a personagem surda, a ausência do som elimina referências que poderiam ajudar o espectador a prever os desdobramentos da cena, ficando numa situação de imprevisibilidade e incerteza.

Tem-se na cena descrita um momento de máxima tensão, acentuado pela utilização do silêncio absoluto, mas que ao mesmo tempo provoca um distanciamento emocional no público. É interessante observar que o efeito é muito semelhante ao de outra categoria de silêncio apontada por Pires e Villa, em que a impressão de silêncio é provocada, paradoxalmente, pela inclusão de uma música extra-diegética que toma o lugar dos sons diegéticos do filme. Segundo os autores (2019, p. 19), a trilha sonora cria uma impressão silenciosa na medida em que elimina os sons que informam sobre a dimensão ficcional e as ações da narrativa.

Um outro tipo de silêncio identificado pelos autores se assemelha com a ideia de um **silêncio ambiente**. Trata-se da utilização de ruídos sutis em contraste com a profusão de ruídos das demais cenas, criando uma "impressão de silêncio" pela supressão de ruídos produzidos pela intervenção humana no ambiente (Pires; Villa, 2019, p. 18). Este tipo de silêncio também já foi descrito por Chion:

> Outra maneira de exprimir o silêncio – que pode ou não se associar ao procedimento antes evocado – consiste em fazer ouvir... ruídos; mas ruídos tênues naturalmente associados à ideia de calma, pois não chamam a nossa atenção e só são audíveis a partir do momento em que os outros – circulação de automóvel, conversas, vizinhança ou ruídos do trabalho – se calam. Por exemplo, quando ouvimos o tique-taque de um despertador (Chion, 2008, p. 50).

Como salienta Chion, o cinema é centrado na figura humana, e a banda sonora prioriza a fala acima de todos os sons. Como espectadores, estamos acostumados a procurar pela voz humana. Quando não há qualquer indício de som humano, temos a impressão de silêncio, ainda que outras forças da natureza produzam ruídos, muitas vezes de alta intensidade, como o da cachoeira em *Um Lugar Silencioso*, e o das cigarras do lado de fora da casa em *Hush*.

Utilizar sons e ruídos como sinônimos de silêncio é praticamente uma convenção geral do cinema. Chion (2008, p. 51) enumera diversos exemplos: "os apelos longínquos dos animais, os pêndulos do relógio num quarto ao lado, os roçares e todos os ruídos de vizinhança muito íntimos".

Em *Um Lugar Silencioso*, o som capaz de atrair alienígenas é, em geral, aquele realizado pelas personagens: a fala, o grito, passos muito fortes, o acionamento (intencional ou não) de um objeto outrora emudecido: o som que rompe o silêncio é todo aquele som que não é "do ambiente", realizado por meio de uma ação humana. Por exemplo, é o som de um brinquedo barulhento acionado por uma criança que chama a atenção de um alienígena logo no início do filme. Essa constante iminência de perturbação do silêncio ambiente é o que mantém a tensão da trama.

Pires e Villa mencionam ainda outras formas de silêncio cinematográfico, não tão relevantes no âmbito da nossa análise. Uma delas poderia ser chamada de **silêncio visual**, em que "a sensação de solidão e quietude é reforçada pela maneira como os elementos encontram-se organizados no enquadramento" (Pires; Villa, 2019, p. 19). Assim, planos estáticos ou planos-sequência, cenários rurais e de natureza, movimentos de câmera vagarosos, e edições com poucos cortes também seriam responsáveis por gerar uma sensação de silêncio no filme.

FICAGNA, A. R.; GOMES, C. T. A utilização do silêncio como deslocamento das convenções nos filmes de terror. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 153-172, 2026..

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.66422

Motivados pela proposta dos autores e diante das necessidades analíticas, percebemos a necessidade de criar mais duas categorias de silêncio, próprias aos filmes analisados.

Um tipo de silêncio não abordado por eles, porém o mais marcante nos dois filmes é o que denominamos **silêncio da surdez**: uma espécie de recriação cinematográfica da experiência da surdez. Diferente do silêncio total, trata-se de uma sonoridade que se aproxima da experiência da câmara anecoica descrita pelo compositor estadunidense John Cage: esperando encontrar o silêncio absoluto enquanto ausência de som em uma câmera anecoica da Universidade de Harvard, Cage percebeu que ainda podia escutar duas frequências: uma aguda (seu sistema nervoso) e uma grave (sua circulação sanguínea) (Pires; Villa, 2019, p. 7).

Em *Hush*, este tipo de silêncio aparece nos momentos em que o filme nos coloca no ponto de escuta da personagem surda: todos os sons que escutávamos dão lugar a um ruído abafado (análogo à experiência de ouvir sons embaixo d'água) somado ao som de batimentos cardíacos[7]. Trata-se de um som muito semelhante ao que nos mostra o ponto de escuta de Regan, a personagem surda de *Um Lugar Silencioso*, embora neste caso esteja vinculado ao uso de aparelho para surdez (uma vez que temos o **silêncio absoluto** quando ela tira o aparelho).

A primeira ocorrência do silêncio da surdez é bastante destacada nas cenas iniciais de *Hush*. Vários planos apresentam as atividades da protagonista cozinhando, focando em cada alimento sendo preparado,

[7] A escolha por um som "abafado" (com os parciais médios e agudos filtrados), ou então por sons agudos contínuos, remete à experiência de pessoas ouvintes quando perdem a audição temporariamente, como o que ocorre logo depois de um forte estrondo ocorrer próximo a nossos ouvidos.

visualmente e sonoramente: o crepitar do fogo, a rolha sendo retirada, os legumes descascados e a carne assando no forno. Quando a câmera foca em Maddie e se movimenta pela lateral de seu rosto, até alcançar seu ouvido, o som da fritura vai ficando cada vez mais abafado até sumir por completo. Revemos a mesma sequência (os alimentos e as atividades relacionadas ao cozinhar) agora sem seus respectivos sons diegéticos. Concomitantemente, um som abafado vai se tornando mais presente, consistindo no único elemento sonoro que predominará pelo restante da sequência, de modo que passaremos a compreendê-lo como relacionado à escuta da protagonista.

Por fim, identificamos em nossa análise outro tipo de silêncio muito semelhante ao silêncio ambiente, mas neste caso bastante característico do terror e do suspense: o **silêncio de supressão**. São sons sutis que criam uma impressão de silêncio, porém, neste caso, a impressão se dá pela frustração da expectativa: em situações em que se esperaria sons humanos com bastante volume, o que ouvimos são sons "contidos", em uma espécie de supressão da expressão.

Uma cena que demonstra bem o silêncio de supressão acontece na metade de *Um Lugar Silencioso*, quando a mãe pisa em um prego solto. Enquanto ela desce a escada para o porão, a trilha sonora vai aumentando e ficando mais intensa. No momento em que ela pisa no prego, a trilha é interrompida. Ouvimos o som do prego entrando no pé, um urro de dor que ela solta involuntariamente, mas que rapidamente reprime. É nítida a ausência deixada por este grito suprimido, o que parece acentuar a presença dos demais sons da sequência: os retratos na parede caindo no chão e o vidro se partindo, em seguida, o som da respiração da personagem e um choro contido à força, e por fim, reforçados pela imagem impactante, um som

FICAGNA, A. R.; GOMES, C. T. A utilização do silêncio como deslocamento das convenções nos filmes de terror. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 153-172, 2026..

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.66422

"viscoso" quando ela tira o pé do prego, a descida da escada com extrema dificuldade e a respiração afetada pela dor.

Esta supressão do grito (elemento central na maior parte dos filmes do gênero), ressalta a respiração como ponte empática para a dor da personagem. A cena parece terrivelmente silenciosa, enquanto acompanhamos os sons cuidadosos que a personagem produz, na tentativa de não emitir nenhum ruído forte demais. O silêncio se torna assim insuportável para o espectador, contribuindo com o contexto de tensão do filme, mesmo sem recorrer a gritos e sons fortes repentinos (considerados quase sinônimos de terror).

Em *Hush*, chama a atenção o uso pouco convencional do silêncio no momento da aparição do assassino no início do filme, quando este se revela à protagonista atrás da porta aberta. Ao invés do tradicional uso do reforço sonoro, induzindo ao susto, o que temos é a permanência inalterada dos sons da paisagem sonora, em uma espécie de supressão da expectativa de consumação da convenção.

Embora os dois filmes escolhidos tematizem o silêncio, e em muitos casos contenham os tipos descritos, há diferenças significativas no modo como o silêncio opera em cada um, principalmente no que se refere à menor ou maior aderência às convenções do gênero terror. Nesse ponto, trazemos a noção de regimes de identificação da arte, tal como formulados por Jacques Rancière, para observar essa diferença aparentemente sutil.

3. OS REGIMES DA ARTE E SEUS MODELOS DE EFICÁCIA

Em *A partilha do sensível*, Jacques Rancière busca identificar as mudanças nos regimes de identificação das artes, "entendendo-se por regimes de pensamento da arte um modo específico de conexão entre as práticas

FICAGNA, A. R.; GOMES, C. T. A utilização do silêncio como deslocamento das convenções nos filmes de terror. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 153-172, 2026.

e um modo de visibilidade e de pensabilidade dessas práticas" (Ranciére, 2009, p. 46). Assim, o regime de identificação da arte corresponde a uma determinada "distribuição do visível e do invisível, da palavra e do ruído" (Ranciére, 2012, p. 60) e em certas "formas de estruturação da experiência sensível" (2012, p. 64), refletindo-se, desse modo, nas formas de fazer, pensar e sentir arte. O autor identifica em sua teoria três grandes regimes, dos quais dois serão úteis à nossa análise: o **representativo** e o **estético**.

O **regime representativo** – também denominado **poético** por encontrar "suas legitimações teóricas primeiras na elaboração aristotélica da *mimesis*" (Rancière, 2009, p. 49), na *Poética* de Aristóteles – estabeleceu por muito tempo o regime de visibilidade das artes, tomadas como saber específico (de quem faz e de quem aprecia), separando-as das demais ocupações sociais e, segundo Rancière, privilegiando a ação trágica e o modelo dramático.

> Denomino esse regime *poético* no sentido em que identifica as artes – que a idade clássica chamará de "belas artes" – no interior de uma classificação de maneiras de fazer, e consequentemente define maneiras de fazer e de apreciar imitações bem-feitas. [...] *representativo,* porquanto é a noção de representação ou de *mimesis* que organiza essas maneiras de fazer, ver e julgar (Rancière, 2005, p. 31).

Neste regime, a arte (ou "as artes") refletem a hierarquia das ocupações sociais: por isso a consideração da tragédia como mais elevada do que a comédia, por exemplo, a primazia da narração sobre a descrição, a hierarquia de gêneros segundo a "dignidade de seus temas" (Ranciére, 2005, p. 32), etc.

Já o **regime estético** passa a "perturbar" as classificações, as hierarquias entre gêneros, "sujeitos, acontecimentos, percepções e encadeamentos" (Ranciére, 2012, p. 65), estabelecidas e perpetuadas durante o regime poético, "desmanchando relações estáveis entre nomes, ideias e coisas e as

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.66422

delimitações organizadas entre as artes, os saberes ou os modos do discurso" (Ranciére, 1995, p. 27).

"Estética", para Rancière, refere-se a uma determinada ideia de "efetividade do pensamento", que articula maneiras de fazer, suas formas de visibilidade, e o modo de pensabilidade das relações que estabelecem (*idem*, 2005, p. 13). A arte se distingue por um modo de ser sensível próprio aos seus produtos e não mais pela distinção no interior das maneiras de fazer (*ibidem*, p. 32), como era no regime representativo.

Em *O Espectador Emancipado*, Rancière (2012, p. 65-66) diferencia os tipos de eficácia implicados em cada regime: a **eficácia de um efeito**, própria do regime representativo, e a **eficácia de uma suspensão**, encontrada no regime estético, ou seja, "a lógica representativa que quer produzir efeitos pelas representações e a lógica estética que produz efeitos pela suspensão dos fins representativos".

Na mesma obra, ao apontar os paradoxos nos quais a arte política de viés "crítico" acaba recaindo, afirma que esta ainda se baseia num modelo de eficácia ligado à tradição representativa e ao modelo mimético, que, segundo ele, "supunha uma relação de continuidade entre as formas sensíveis da produção artística e as formas sensíveis segundo as quais são afetados os sentimentos e os pensamentos de quem as recebe" (Ranciére, 2012, p. 53).

Pela mediação representativa, haveria uma lógica causal entre a obra e o efeito que ela provoca sobre o espectador, apresentando-se "sempre como evidente a passagem da causa ao efeito, da intenção ao resultado, a não ser que se suponha o artista inábil ou o destinatário incorrigível" (Ranciére, 2012, p. 52).

FICAGNA, A. R.; GOMES, C. T. A utilização do silêncio como deslocamento das convenções nos filmes de terror. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 153-172, 2026.

Ainda que o artista afirme não querer instruir o espectador ou transmitir uma mensagem, nesta lógica de pensamento ele sempre supõe que o que concebeu será, de algum modo, percebido, sentido, compreendido, ou seja, existe uma pressuposição da "identidade entre causa e efeito" (*ibidem*, p. 18). Há, segundo ele, um "princípio desigualitário" que sempre supõe um mestre que conhece a "boa" distância e o meio de eliminá-la. A essa lógica "embrutecedora" Rancière opõe a "lógica da emancipação": nela, não há intenção de eliminar a distância entre o artista e o espectador, o produto artístico se mantém autônomo, sendo uma terceira coisa, da qual nem artista nem espectador são proprietários, "cujo sentido nenhum deles possui, que se mantém entre eles, afastando qualquer transmissão fiel, qualquer identidade entre causa e efeito" (*ibidem*, p. 19).

> A ruptura estética instalou, assim, uma singular forma de eficácia: a eficácia de uma desconexão, de uma ruptura da relação entre as produções das habilidades artísticas e dos fins sociais definidos, entre formas sensíveis, significações que podem nelas ser lidas e efeitos que elas podem produzir" (Ranciére, 2012, p. 59).

Rancière denomina este modelo como eficácia de uma **suspensão** ou neutralização, pois ocorre a suspensão de relações determináveis entre a intenção do artista, a forma sensível (obra de arte), e a experiência do espectador. Nela, "a distância não é um mal por abolir, é a condição normal de toda comunicação" (Ranciére, 2012, p. 15). O efeito, assim, é indecidível, indeterminável: não pode ser garantido ou antecipado.

Essa suspensão, ao mesmo tempo em que tira o controle do artista, abre espaço para que o espectador possa ser mais ativo e compor sua experiência, ou, nas palavras de Rancière, compor "seu próprio poema com os elementos do poema que tem diante de si" (*ibidem*, p. 17). Não mais visto

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.66422

como passivo, receptor dos efeitos pretendidos pelo autor com a obra, ele passa a ser construtor de significados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS EFICÁCIAS DO SILÊNCIO

A nosso ver, cada um dos filmes analisados utiliza o silêncio baseado num modelo de eficácia diferente. Logo, cada um revela em sua concepção a predominância de um dos regimes de identificação da arte descritos anteriormente.

É possível identificar em *Um lugar silencioso* a utilização do silêncio próxima da herança da tradição representativa, buscando a **eficácia de um efeito**. No filme, observamos *jump scares* frequentes, em que o silêncio é usado principalmente como antecipação de um som súbito, procurando direcionar a experiência do espectador quase o tempo todo. Além disso, efeitos sonoros aparecem para reforçar o perigo iminente de objetos, como por exemplo o prego em que a personagem se fere. Ele é mostrado em uma cena no início, destacado por um *close* da câmera, e acompanhado de um ruído forte como efeito sonoro. O silêncio encontra-se então convencionado, circunscrito a uma fórmula tradicional. Sem o recurso das falas dialogadas em boa parte do filme, a trilha e os efeitos sonoros acabam por compensar a ausência de diálogo, como garantia de que as convenções do gênero permaneçam intactas.

Hush, por sua vez, toma um caminho diferente e parece escapar à lógica de eficácia típica do regime representativo, ainda que não abandone completamente as convenções. O filme reforça situações com um uso mais sutil da trilha e efeitos sonoros, em comparação com outros filmes do gênero. Um exemplo radical da opção por um outro modelo de eficácia é a aparição

do assassino sem qualquer reforço sonoro, como pontuado anteriormente. Entendemos que, em situações como essa, o silêncio estabelece uma outra lógica, a de uma **eficácia de uma suspensão** ou de distanciamento, típica do regime estético. Em um gênero caracterizado por estrondos, efeitos sonoros ensurdecedores, e música dissonante ou ruidosa de alta intensidade, essa abordagem desloca algumas das principais convenções sonoras do terror. Onde espera-se um uso codificado, que nos antecipe o que vai acontecer, induzindo ao susto, o silêncio cria um efeito indeterminável, abrindo ao público possibilidades de sensação, ou "espaços de experiência", como sugerem Pires e Villa:

> Nesses espaços abertos pelo silêncio, cabe ao espectador desvendar o significado dos gestos e expressões dos personagens, e construí-los de forma que contribua no encadeamento causal da narrativa proposta [...] as "ausências" são oferecidas como espaços de experiência (Pires; Villa, 2019, p. 12).

O silêncio sempre fez parte dos momentos de maior tensão em filmes de terror, tradicionalmente como antecipação do *jump scare*, preparando o momento de susto. Contemporaneamente, entretanto, ele tem sido mais explorado, não só com o objetivo de atingir um efeito, mas como possibilidade de distanciamento, a ponto de filmes recentes quase não possuírem trilha sonora ou reservarem a ela um papel bem menos proeminente. O que tem ganhado espaço são os sons ambientais e sons sutis, como respiração, murmúrios, gemidos e passos.

Se no terror tradicional era comum algumas sonoridades já codificadas, como sons de cordas agudas em crescendo na trilha sonora, trazendo para o espectador informações da trama às quais a personagem não tinha acesso, a expectativa de que algo ruim iria acontecer, prevendo o efeito sobre o

FICAGNA, A. R.; GOMES, C. T. A utilização do silêncio como deslocamento das convenções nos filmes de terror. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 153-172, 2026..

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.66422

público, no terror atual o silêncio emerge cada vez mais como ruptura dessa fórmula, abrindo espaço para a incerteza e indeterminação.

Sendo assim, aparentemente, a simples utilização do silêncio no cinema de terror parece ser capaz de provocar alterações no gênero, de abrir esses espaços e permitir que o espectador participe ativamente. Contudo, ao analisarmos os filmes escolhidos, tendo como referência os diferentes modelos de eficácia descritos por Rancière, percebemos que só isso não é suficiente.

A cena que mais exemplifica isso é a última de silêncio absoluto de *Um Lugar Silencioso*, em que Regan tira o aparelho e perdemos a referência sonora do alienígena. Há sim um distanciamento emocional, porém essa suspensão ocorre de forma diferente do que acontece em *Hush*. Esse momento no filme não deixa de ser uma suspensão controlada, principalmente porque precede o *jump scare* que virá depois, com um estrondo quebrando o silêncio. O efeito é semelhante ao da inserção de uma trilha sonora que toma o espaço dos sons diegéticos. Logo, o silêncio no filme continua atrelado às convenções do gênero, sem abrir os "espaços de experiência" ou de suspensão de que falamos.

A análise de Rancière sobre os regimes da arte nos ajuda a compreender onde de fato há uma mudança de concepção e onde há a permanência de um pensamento ainda atrelado às convenções. Em *Um lugar silencioso*, identificamos a utilização do silêncio na tentativa de direcionar a experiência do espectador por meio de um modelo de eficácia de um efeito, vinculado à tradição do regime representativo. Já em *Hush*, identificamos que seu uso pode provocar, ao contrário, um distanciamento, abrindo espaço para a indeterminação da experiência sensível do espectador: a eficácia de uma suspensão, típica do regime estético.

FICAGNA, A. R.; GOMES, C. T. A utilização do silêncio como deslocamento das convenções nos filmes de terror. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 153-172, 2026.

Nos parece precipitado afirmar que *Hush* abandona completamente as convenções do gênero terror e opta conscientemente pela **eficácia de uma suspensão**, criando experiências de distanciamento para o seu público. Porém, podemos ao menos identificar, em alguns momentos, um outro modelo de eficácia em relação ao uso do silêncio, que parece no mínimo tensionar as convenções já estabelecidas.

REFERÊNCIAS

BAIRD, R. "The Startle Effect: Implications for Spectator Cognition and Media Theory". *In*: **Film Quarterly**, v. 53, n. 3, p. 12-24, 2000.

CARREIRO, R. "Sobre o som no cinema de horror: padrões recorrentes de estilo". **Ciberlegenda**, [S.l.], v. 1, n. 24, 2011. Disponível em: https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36853. Acesso em: 07 maio 2022.

CARREIRO, R. "O papel da respiração no cinema de horror contemporâneo". **E-Compós**, [S. l.], v. 23, 2020. Disponível em: https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1860. Acesso em: 05 maio 2022.

CHION, M. **A Audiovisão:** som e imagem no cinema. Lisboa: Edições Texto&Grafia, 2008.

HAYWARD, P. **Terror tracks:** music, sound and horror cinema. Londres: Equinox, 2009.

HUSH: A morte ouve. Direção de Mike Flanagan. Roteiro de Mike Flanagan e Kate Siegel. Interpretação de Kate Siegel e John Gallagher Jr. Estados Unidos: Blumhouse e Intrepid Pictures, 2016. 1 DVD (87 min).

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.66422

LERNER, N. **Music in the Horror Film:** Listening to Fear. New York: Routledge, 2010.

PIRES, Y.; VILLA, A. "A representação do silêncio no cinema sonoro". **Visualidades**, Goiânia, v. 17, p. 25, 2019. Disponível em: https://revistas.ufg.br/VISUAL/article/view/50269. Acesso em: 11 ago. 2023.

RADCLIFFE, A. "On The Supernatural In Poetry". **New Monthly Magazine**, v. 16, n. 1, p. 145-152, 1826.

RANCIÈRE, J. **Políticas da escrita**. Tradução de Raquel Ramalhete *et al*. São Paulo: Editora 34, 1995.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível:** estética e política. São Paulo: Editora 34, 2005.

RANCIÈRE, J. **O inconsciente estético**. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, J. **O espectador emancipado**. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

UM LUGAR silencioso (A quiet place). Direção de John Krasinksi. Roteiro de Scott Beck, Bryan Woods e John Krasinski. Interpretação de Emily Blunt, John Krasinski e Millicent Simmonds. Estados Unidos: Platinum Dunes, 2018. 1 DVD (91 min).

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.67584

O CORPO-*COMUN*(IDADE) DE *BACURAU* COMO MATERIALIZAÇÃO DO SUJEITO-*GENTE*[1]

THE BODY-*COMMUN*(ITY) OF *BACURAU* AS A MATERIALIZATION OF THE SUBJECT-*PEOPLE*

Daniel Macedo Lanes[2]

Renata Marcelle Lara[3]

Thiago Henrique Ramari[4]

RESUMO

Pela abordagem materialista do discurso, este artigo movimenta teórico-metodologicamente a formulação conceitual de corpo-*comun*(idade), delineada no trajeto de pesquisa do filme *Bacurau* (2019), com o objetivo de investigar o funcionamento da memória discursiva em espaços e práticas discursivas de resistência desse corpo *singular* – ao mesmo tempo uno e múltiplo. A inquietação sobre como se dá o atravessamento da memória no corpo-*comun*(idade) que resiste discursivamente em *Bacurau* possibilita, pelos entrelaçamentos conceituais de memória, corpo, comunidade e resistência, no confronto material, olhar para esse sujeito-*gente* como aquele que reclama sentidos em meio a um processo de luta contra o apagamento/silenciamento de sua existência material.

---

[1] Este artigo resulta de um desdobramento/aprofundamento teórico-analítico do percurso do Projeto intitulado "O atravessamento da memória em espaços e práticas discursivas de resistência do/no corpo-comun(*idade*) de B*acurau*" (PIBIC-CNPq/UEM), financiado pelo CNPq e desenvolvido na Universidade Estadual de Maringá entre 2022 e 2023.

[2] Licenciado em Artes Visuais na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestrando em Educação para a Ciência (PCM/UEM). Integrante do Grupo de Pesquisa em Discursividades, Cultura, *Mídia* e Arte (GPDISCMÍDIA-CNPq-UEM), macedolanesdaniel@gmail.com.

[3] Doutora em Linguística na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Pós-Doutora em Letras (UFRGS). Professora Associada do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Líder do GPDISCMÍDIA-CNPq-UEM, rmlara@uem.br.

[4] Doutor em Letras na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor da UNICESUMAR. Integrante do GPDISCMÍDIA-CNPq-UEM. thiagohenriqueramari@gmail.com.

LANES, D. M.; LARA, R. M.; RAMARI, T. H. O corpo-*comun*(idade) de *Bacurau* como materialização do sujeito-*gente*. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 173-198, 2026.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.67584

PALAVRAS-CHAVE

Corpo. Memória discursiva. Comunidade.

ABSTRACT

Through the materialist approach of discourse, this article moves, theoretically and methodologically, the conceptual formulation of body-*commun*(ity), outlined in the research path of the movie *Bacurau* (2019), with the aim of investigating the functioning of discursive memory in spaces and discursive practices of resistance of this *singular* body – at the same time one and multiple. The concern about how the crossing of the memory occurs in the body-*commun*(ity) that resists discursively in *Bacurau* makes it possible, through the conceptual intertwining of memory, body, community and resistance, in the material confrontation, to look at this subject-*people* as those who claim meanings in the midst of a process of struggle against the erasure/silencing of their material existence.

KEYWORDS

Body. Discursive memory. Community.

1. UM CORPO *SINGULAR*

Ao discorrer discursivamente sobre *quando o corpo acontece*, Leandro-Ferreira (2023, p. 49) situa, entre os corpos que observa em sua existência material – como é o caso do político, do social, do historicizado –, os *singulares,* "corpos impossíveis, que são lugar de gozo, de desejo, de angústia, de sofrimento e prazer". No filme *Bacurau* (2019), um menino simples, morador dessa localidade que dá nome ao longa-metragem de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles, em resposta à pergunta "Quem nasce em Bacurau é o quê?", feita por um casal de forasteiros (assassinos, disfarçados de motociclistas esportivos) que entra em um mercadinho na comunidade, afirma "É gente".

Bacurau (2019) apresenta uma comunidade, igualmente nomeada, localizada no sertão brasileiro, no interior de Pernambuco. Como território,

Bacurau está politicamente vinculada à cidade vizinha, Serra Verde, cujo prefeito, Tony Jr. (interpretado por Thardelly Lima), é responsável por sua administração. Ao mesmo tempo, ele se depara com dificuldades para exercer domínio político sobre Bacurau, com moradores insatisfeitos com sua administração, desprezando-o, como político, em diferentes ocasiões. É em meio a tais relações de força que os moradores começam a presenciar acontecimentos estranhos: um drone disfarçado de disco voador é avistado no céu; o caminhão pipa que abastece Bacurau é perfurado por tiros na estrada de acesso; o sinal de *internet* para de funcionar de repente; e a comunidade é apagada dos mapas *online*. Ao se depararem com o assassinato de alguns moradores, os habitantes percebem, então, que estão sendo perseguidos e que suas vidas correm perigo – o que os leva a se juntarem para combater o que ameaça a comunidade.

Os espaços que estruturam Bacurau, como espaços simbólicos, são atravessados pela memória de dizeres históricos do cangaço brasileiro, assim como pelas práticas de resistência envolvendo a luta de classes e o inconsciente frente às ameaças que se impõem, desdobrando-se em conflitos armados e sanguinários.

Pelo gesto de interpretação no trabalho com a materialidade fílmica, amparado pela vertente teórico-metodológica da Análise de Discurso (AD) materialista, que põe em movência as noções discursivas de corpo, memória e resistência, além de sentidos alhures de comunidade, este artigo compreende os corpos discursivos constituídos nas/pelas relações ideológicas/relações de força em/na comunidade de Bacurau do longa-metragem homônimo à localidade, lançado em 2019. Nos espaços estruturais-simbólicos que constituem Bacurau e(m) suas práticas de resistência, os corpos-sujeito significam e são significados pelo atravessamento da memória.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.67584

Dessa forma, da posição de analistas de discurso, o interesse pelo corpo que resiste/é resistência (corpo desejante), investido de memória, e o desejo por uma compreensão discursiva conceitual de comunidade levaram-nos à configuração do objeto discursivo corpo-*comun*(idade) como um corpo *singular*, constituído pelos sujeitos-*gente*. Corpo este que reúne sujeitos marcados por especificidades múltiplas/diversas ou mesmo divergentes, mas que no processo de luta contra a dominação/exploração, contra o apagamento/silenciamento de sua existência material, resiste no/pelo coletivo.

Como linguagem e forma de subjetivação, o corpo é a materialidade discursiva do sujeito. Tal compreensão de Leandro-Ferreira (2013, p. 78) nos desafia a olhar para os sujeitos moradores de Bacurau como um *corpo discursivo*, tanto em suas "formas de assujeitamento" ideológico nos espaços estruturais-simbólicos que significam a localidade, como para as práticas discursivas de resistência por eles materializadas. Ao passo que Orlandi (2004, p. 11) nos mostra que "todas as determinações que definem um espaço, um sujeito, uma vida, cruzam-se no espaço da cidade", Bacurau nos ensina que *é justamente o alhures* (Pêcheux, 1990) como o impossível do *mundo semanticamente normal* (Pêcheux, 1997) que faz os sujeitos-*gente* resistirem como corpo-*comun*(idade).

Assim, inscritos nos espaços e práticas discursivas de Bacurau, por atravessamentos da memória, os sujeitos-*gente* funcionam, como corpo-*comun*(idade), intrincados à formação social que demarca a especificidade de Bacurau, isto é, à "[...] 'sociedade concreta', historicamente existente, e que é *individualizada*, portanto, distinta de suas contemporâneas e de seu próprio passado, pelo modo de produção que domina aí" (Althusser, 2008, p. 41). Tal corpo é atravessado pela historicidade, relaciona-se à sociedade e à cultura

à qual pertence, e assim constitui-se discursivamente, significando e sendo significado nos/pelos espaços que habita e nas/pelas práticas que realiza.

Ao delinearmos, portanto, como tema de pesquisa, o atravessamento da memória em espaços e práticas discursivas de resistência do/no corpo-*comun*(idade) de Bacurau, objetivamos investigar o funcionamento da memória nesses espaços e práticas envolvendo esse corpo. Como fragmentos compositivos desse objetivo geral, objetivamos de forma específica: problematizar noções e sentidos referentes ao termo comunidade, na sustentação conceitual-discursiva de corpo-*comun*(idade); compreender o conceito de memória discursiva de modo a mobilizá-lo no percurso teórico-analítico sobre o corpo-*comun*(idade) de Bacurau; identificar os AIE, bem como o ARE, (*in*)operantes em Bacurau, de acordo com a teoria althusseriana; analisar as práticas de resistência dos sujeitos-*gente* de Bacurau, considerando o atravessamento da memória discursiva e as relações de forças imanentes dos AIE e do ARE.

O percurso que investigamos parte, desse modo, do incômodo que indaga sobre como se dá o atravessamento da memória discursiva no corpo-*comun*(idade) que resiste discursivamente em Bacurau, sendo movimentado pelas noções conceituais de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) e Aparelho Repressivo de Estado (ARE). Em meio a isso, a resistência tecida no/pelo corpo-*comun*(idade), entendida discursivamente a partir de Pêcheux (1995), é significada, sobretudo, na relação com a memória de dizeres do cangaço, investida de historicidade e ideologia, que atravessa determinados AIE, representados pela escola, pelo museu, pela igreja, pelo posto de saúde e pela rua/praça. Os AIE mantêm relações de força com o ARE, materializado no filme nas figuras do prefeito de Serra Verde, dos estrangeiros assassinos

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.67584

ligados a ele e que têm o objetivo de matar os moradores de Bacurau, e da polícia, que, por interdição do corpo-*comun*(idade), não entra nessa localidade. É esse trajeto que nos permite a configuração/investigação do corpo-*comun*(idade) de Bacurau.

2. O CORPO-*COMUN*(IDADE) DE BACURAU

Em Orlandi (2012, p. 93) vemos que o corpo do sujeito e o corpo social estão ligados de tal forma que "o sujeito relaciona-se com o seu corpo já atravessado por uma memória, pelo discurso social que o significa, pela maneira como ele se individualiza". Ao mesmo tempo, não se pode negligenciar, nesse processo, como lembra a autora, "a incompletude, a falha, o possível" (Orlandi, 2012, p. 93). Tal como ocorre com a língua e a ideologia, o corpo também é um ritual com falhas, esclarece Leandro-Ferreira (2013, p. 78), e estas "irrompem como sintomas sociais, como vestígios de historicidade".

Bacurau (2019) apresenta um corpo discursivo complexo, formado pelo individual (cada um dos moradores) e pelo coletivo (o conjunto deles) ao mesmo tempo. Como todo corpo é simbólico, em Bacurau cada corpo individualizado, com suas especificidades, também é simbólico da comunidade, assim como é enquanto corpo-*comun*(idade); cada sujeito-*gente* constitui e é constitutivo da historicidade de Bacurau, desenvolve práticas de organização comunitária de suas vidas, cuidando de si e dos outros – o que não significa apagamento ou silenciamento das diferenças.

Como retoma Blanchot (2013, p. 16) quanto ao *princípio de insuficiência* (ou *princípio de incompletude*, como nomeia) da comunidade, que é teorizado por Bataille, essa *falta* não está ao lado da necessidade de completude, já que "o ser, insuficiente, não busca se associar a um outro ser para formar

LANES, D. M.; LARA, R. M.; RAMARI, T. H. O corpo-*comun*(idade) de *Bacurau* como materialização do sujeito-*gente*. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 173-198, 2026.

uma substância de integridade". De fato, o que busca é ser contestado e não reconhecido, como esclarece: "ele vai, para existir, em direção ao outro que o contesta e por vezes o nega, a fim de que ele não comece a ser senão nessa privação que o torna consciente (está aí a origem de sua consciência) da impossibilidade de ser ele mesmo [...]" (Blanchot, 2013, p. 17). É assim que um chama o outro, outros, no plural, fazendo apelo a uma comunidade, como enfatiza o autor.

É dessa forma que, por ser discursivo, o corpo-*comun*(idade) que habita Bacurau materializa dizeres sócio-históricos que constituem e significam, em suas especificidades, os sujeitos daquela localidade, sendo atravessado, ideologicamente, pela memória do cangaço. Assim, esse corpo *singular*, que reúne corpos-sujeitos múltiplos como um e mesmo corpo(-*comun*idade), é significado e significa as práticas dessa comunidade, desestabilizando sentidos semanticamente estabilizados em torno do significante comunidade como se fosse um conjunto unificado, de sujeitos homogêneos.

A memória que abarca os dizeres históricos é atualizada pelo corpo-*comun*(idade) quando resiste discursivamente à tentativa de extermínio dos sujeitos-*gente*. Existem tensões entre o corpo-*comun*(idade) e sujeitos externos (não pertencentes à localidade), gerando conflitos armados e violentos que significam em relação à memória que atravessa tal corpo. Por isso, considera-se analiticamente a organização desse corpo-*comun*(idade), sua constituição e a ocupação que estabelece em Bacurau, nos espaços e nas práticas da comunidade. Cada espaço é potencialmente simbólico em Bacurau e, quando ocupado, significa e é significado pelo corpo-*comun*(idade) que ali reside e resiste discursivamente.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.67584

O filme mostra que, durante o período eleitoral, ocorrem visitas do prefeito de Serra Verde, responsável por administrar Bacurau, e os moradores da localidade, ao notarem sua presença, trancam-se em suas casas e demonstram revolta por serem "esquecidos" por ele fora da época das eleições. Logo, observa-se que, apesar do vínculo político-administrativo irrevogável, institucionalmente legitimado, não existe, de fato, vínculo legítimo de Bacurau com Serra Verde e, muito menos, motivações para que isso aconteça. Os sujeitos de Bacurau administram, assim, a comunidade de acordo com seus próprios parâmetros, existindo ali especificidades. Bacurau possui uma escola, um museu, uma igreja, um posto de saúde e uma rua/praça, espaços simbólicos apropriados em suas singularidades por esse corpo-*comun*(idade) que significa atravessado pela memória discursiva que constitui os sujeitos-*gente*. Corpo que confronta sentidos homogeneizantes de comunidade como um coletivo uniformemente estabilizado, cujo efeito de unidade silencia as singularidades que a constituem.

A problematização acerca do estabilizado social do termo comunidade é por nós movimentada, neste artigo, em meio às inquietações quanto aos sentidos de "indivíduo[5]" em comunidade, com base em Blanchot (2013) e Nancy (*apud* Paula; Balby, 2023). Tais autores nos mostram que o sentido do que, de fato, é uma comunidade foge do imaginário que congrega os "indivíduos" em torno de uma comunhão homogeneizante. Compreendida como uma noção paradoxal, a comunidade se estabelece sobre um dualismo

[5] Neste artigo, quando utilizamos o termo "indivíduo" na relação com "comunidade", estamos respeitando a nomenclatura empregada pelos autores por nós referidos, que problematizam os extremismos do individualismo e da homogeneidade em torno da sustentação do que seja comunidade, como base para chegarmos a uma noção discursiva de tal significante.

que remete tanto à particularidade dos sujeitos como ao coletivo formado por eles. Em tal cenário paradoxal, no qual o caráter individual, enquanto algo singular e não como algo autônomo ou independente, também se apresenta como via para se pensar a comunidade, noções do comum como igualitário e da partilha como consenso, entre os sujeitos, até então legitimadas como norteadoras desse pensamento comunitário, são desestabilizadas.

Ao movimentar o pensamento de Bataille, Blanchot (2013) discute que o existir para um indivíduo está relacionado com o outro, ou ainda os outros. O indivíduo, em sua existência singularizada, é insuficiente e sai à procura do outro para se fazer existir, mas não como parte de um "todo" que se completa, se encontra e se estabelece íntegro. No processo de exteriorização do indivíduo, o outro é quem perturba, desestabiliza o repouso e a banalização da existência do ser. É nessa relação de se colocar em direção ao outro, de saber que é impossível ser sempre ele mesmo e de estar sempre à procura de algo que falta e não é definível, que ele, o indivíduo, realmente existe. O ser que não é tomado pelo exterior se fecha, se tranquiliza e se satisfaz com a individualidade, que não é nula, mas requer algo mais. Do mesmo modo, Nancy (2016, p. 55 *apud* Paula; Balby, 2018, p. 114) enfatiza que os "seres singulares são eles mesmos constituídos pela partilha, eles se distribuem e se põem, ou mesmo se *espaçam* pela partilha que os fazem *outros* [...]".

Em decorrência disso, quando se considera, do lugar da AD, as abordagens de Blanchot (2013) e Nancy (*apud* Paula; Balby, 2018), é possível observar a relação dicotômica constitutiva das comunidades nos embates no/do social em Bacurau. Os sujeitos dessa localidade divergem entre si acerca de determinados aspectos, dando visibilidade a diferentes relações com a ideologia, bem como ao *político* do discurso, *a divisão constitutiva dos*

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.67584

sentidos (Orlandi, 1996). Ao mesmo tempo, ao confrontarem uma ameaça contra as suas existências, eles se revestem de um efeito de homogeneidade discursiva, produzindo um dos sentidos possíveis para comunidade.

Quando discute a organização da vida dos sujeitos nos espaços sociais, Orlandi (2004) trata das relações estabelecidas entre eles e com outros significantes constitutivos da cidade. Segundo ela, há uma heterogeneidade funcionando de forma padronizada e subordinada às "exigências da comunidade", ao mesmo tempo que também há dispersão e individualidade (Orlandi, 2004, p. 12). Nesse movimento entre o individual e o coletivo, como nos mostra a autora, o sujeito que ocupa seus espaços tem de lidar com a presença de uma instabilidade, que se explica pela presença de singularidades, mas também daquilo que é comum a todos diante dos acontecimentos e formas de organização da vida na cidade.

No que diz respeito a Bacurau, observamos no funcionamento do *corpus* de análise que se trata de uma comunidade constituída do particular e do coletivo dos sujeitos. Entre eles, há discordâncias, por exemplo, em relação às atitudes praticadas pelo personagem Lunga (interpretado por Silvero Pereira), um dos sujeitos-*gente*. No início, o filme mostra que Lunga está foragido da polícia por algum motivo e que alguns dos moradores de Bacurau reprovam os atos que ele cometeu no passado. Todavia, apesar de saberem do paradeiro dele, não o entregam ou revelam seu esconderijo. Além disso, Lunga nunca deixou de ser recebido na comunidade, tanto que retorna a ela quando solicitado: como sujeito-*gente* que compõe o corpo-*comun*(idade), para liderar o conflito que se desenha a partir dos acontecimentos estranhos vistos em Bacurau.

O sentido da coletividade em Bacurau é fortalecido potencialmente pela resistência – esta que, para Pêcheux, como dá a ver Leandro-Ferreira (2015, p. 161), "[...] se dá no interior mesmo da história (em seu motor – a luta de classes) e no interior do sujeito (em seu motor – o inconsciente)". Os dizeres históricos do cangaço mobilizados e atualizados nos espaços e práticas discursivas de/em Bacurau são incontestavelmente tidos/significados como comuns a todos os sujeitos que compõem e se fortalecem enquanto corpo-*comun*(idade). Resistir frente aos que atentam contra a cultura, a história e a organização social de Bacurau é essencial para todos os sujeitos-*gente* que vivem ali, a ponto de arriscarem suas próprias vidas para que a comunidade continue a existir exatamente como acreditam que ela deva existir.

É possível observar que os próprios moradores se referem a Bacurau enquanto comunidade ao mencionarem o termo em seus diálogos: "Dona Carmelita foi uma figura de muita importância na nossa *comunidade* e reúne aqui praticamente toda Bacurau [...]" (grifo nosso); "Num dia de tanto sangue e tristeza na nossa *comunidade*, damos adeus a Tony Jr. Que o diabo o carregue" (grifo nosso). Os diretores do filme também se preocupam em descrever Bacurau como comunidade em todos os cabeçalhos de cena, ações e diálogos presentes no roteiro: "Bacurau é um povoado pequeno e digno, com uma rua central semicoberta de areia, ladeada por casas modestas dos dois lados, uma igreja católica e outra evangélica e uma escola no limite da *comunidade*" (Mendonça Filho; Dornelles, 2020, p. 228, grifo nosso). Bacurau constitui-se, assim, em uma comunidade que entrelaça o particular e o coletivo dos sujeitos, demarcando-se tanto por aquilo que une, como por aquilo que divide os moradores. As diferenças existentes entre os sujeitos-*gente* é, também, um fator característico do corpo-*comun*(idade).

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.67584

3. O ATRAVESSAMENTO/FUNCIONAMENTO DA MEMÓRIA NO CORPO-*COMUN*(IDADE) DE BACURAU

> Meu Deus, os mortos que andam! Que nos seguem os passos e não falam. Aparecem no bar, no teatro, na biblioteca. Não nos fitam, não nos interrogam, não nos cobram nada. Acompanham, fiscalizam nosso caminho e jeito de caminhar, nossa incômoda sensação de estar vivos e sentir que nos seguem, nos cercam, imprescritíveis. E não falam (Drummond de Andrade, 2015, p. 33).

Só é possível dizer (falar, gesticular, sentir...) alguma coisa, porque "[...] 'algo fala' (*ça parle*) sempre 'antes, em outro lugar e independentemente', isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas" (Pêcheux, 1995, p. 162). E como a memória discursiva é inextricavelmente relacionada ao interdiscurso, os sentidos que recorta e atualiza são determinados por ele, como nos lembra Leandro-Ferreira (2012).

Pelo funcionamento da memória, os sujeitos tanto estabelecem entre si relações de pertencimento quanto de não pertencimento, como quando há questionamento do hegemônico e a procura por outras formas de significação. Logo, "falar em memória, na análise do discurso, é falar de um tecido, que ora se esgarça, se perde, se esburaca, se rompe, mas que nos constitui irremediavelmente [...]" (Leandro-Ferreira, 2012, p.143).

Ao discutir a cidade e a organização social dos sujeitos nesse espaço, Orlandi (2004, p. 26) enfatiza a presença da memória no discurso urbano, a qual "desenvolve-se em um espaço próprio, que se constitui por relações entre seres que se significam e significam as relações que sustentam a própria existência deste espaço como um espaço vivido/dividido com seus gestos de significação". Com base no que precede, em Bacurau, observa-se que a memória do cangaço atravessa todos os espaços da comunidade e os sujeitos-*gente* pertencentes àquele lugar, os quais se significam e significam

suas relações afetados por ela. É assim que pensamos Bacurau como espaço, simbólico-politicamente, com seus "sujeitos em vias de deslocamento, no movimento da (sua) história", tal como Orlandi (2004) compreende que deva ser pensado o espaço citadino.

De acordo com Santos (2018), o cangaço brasileiro caracterizou-se como um movimento social armado na região semiárida do nordeste brasileiro, abrangendo áreas dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Santos (2018) explica que a atividade cangaceira foi marcada por disputas políticas, de terras e lutas pela honra, sendo possível associar suas práticas, remetendo a Hobsbawm e a um estudo organizado Iokoi, a três formas de banditismo. A primeira delas é a vingança de sangue, embates pessoais ocasionados entre familiares. O segundo, banditismo puro ou simples, corresponde a assaltos à mão armada, quando o bandido rouba para si. E o banditismo social, caracterizado por práticas realizadas em forma de protesto às injustiças, às desigualdades e às hierarquias da sociedade.

Dentre os espaços abordados em Bacurau, o museu é o mais potente em relação à memória do cangaço que atravessa o corpo-*comun*(idade). O espaço é administrado pelos sujeitos-*gente* e exibe na fachada o próprio nome pintado em vermelho: "Museu Histórico de Bacurau". Seu acervo reúne uma variedade de artefatos pertencentes à atividade cangaceira da região – armas, facas, fotografias e recortes de jornal com notícias específicas sobre o cangaço. Há explicitamente uma valorização do museu pelos sujeitos de Bacurau. Esse espaço não é responsável apenas por abrigar um conjunto de artefatos históricos. É pelo museu e a historicidade nele materializada que o corpo-*comun*(idade) mantém sua tradição, estabelece suas relações e práticas

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.67584

e reaviva diariamente a história da comunidade consigo mesma e com o estrangeiro (não pertencente à comunidade) que adentra em seu território.

O valor atribuído ao museu pelos sujeitos-*gente* pode ser observado em um recorte discursivo do filme no qual dois visitantes, que mais tarde são descobertos como assassinos brasileiros aliados dos estrangeiros, chegam a Bacurau dirigindo motos esportivas para trilhas. Trata-se de um homem e uma mulher, vestidos com roupas específicas dessa prática. Eles entram em um mercadinho para comprar água e cerveja e a atendente questiona se o motivo da parada era para conhecer o museu. Os motoristas respondem que não foram com essa "intenção" e, ao retornarem para suas motos, são abordados por outros moradores da comunidade e, novamente, são questionados se estão ali para visitar o museu.

A insistência para que os visitantes conheçam o museu funciona como um mecanismo de aviso, como repetição, manifesto pelos próprios sujeitos-*gente*: para conhecer Bacurau (como espaços-sujeitos intrincados), é preciso adentrar no museu. Nele, a historicidade, o imaginário social e a ideologia que constituem os sujeitos-*gente* e, assim, constitutivamente Bacurau estão materialmente inscritos.

O arsenal de armas exposto nas paredes junto às fotografias e aos demais itens materializa a historicidade de uma comunidade marcada pelas práticas de resistência, atualizadas ao longo do tempo e que, no entanto, não são conhecidas pelos visitantes, que menosprezam o valor simbólico do museu/da comunidade e persistem no plano de extermínio. Quando os sujeitos-*gente* percebem que serão atacados, a resistência do corpo-*comun*(idade) se desdobra em um confronto armado, atualizando a memória do discurso do cangaço. Em outro recorte, o personagem Damiano (interpretado por Carlos

Francisco) está do lado de fora da própria casa, quando percebe que será atacado por dois dos assassinos estrangeiros. Ele então adentra à residência e já não podemos saber o que se passa lá. Os dois assassinos se certificam de que Damiano entrou na casa e se aproximam. Eles incendeiam o teto da residência revestido de folhagens secas e seguem para entrar nela e realizar o que a cena sugere: assassinar Damiano. Contudo, ao se posicionarem na porta, são surpreendidos por disparos de uma arma potente empunhada de maneira peculiar por Damiano, que demonstra habilidade inquestionável com o manuseio dela e efetua tiros mortais com a ajuda de outra moradora. A empunhadura utilizada por Damiano para realizar os disparos destaca uma das marcas de atualização da memória cangaceira. Esse gesto rapidamente se relaciona com cenas anteriores, nas quais se vê uma das fotografias expostas no museu que retrata um sujeito cangaceiro empunhando uma arma exatamente como Damiano.

Em outra cena em que se observa a atualização da memória do discurso do cangaço, Lunga espera dentro do museu pela invasão de um dos assassinos estrangeiros. Ele segura em suas mãos uma faca de porte grande e espera em posição de ataque atrás de uma parede do museu, até que o assassino passe. Quando isso acontece, Lunga dispara um golpe fatal e retoma uma das práticas simbólicas do cangaço, a decapitação. O sangue que mancha as paredes após o golpe violento que faz com que a cabeça do assassino role pelo chão do museu põe em funcionamento sentidos de violência sanguinária presentes nas práticas de justiça cangaceira.

A decapitação, que também é realizada em todos os outros corpos dos assassinos estrangeiros, retoma e atualiza a "[...] memória social inscrita em práticas [...]" (Pêcheux, 1999, p. 50) discursivas de resistência, conforme a

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.67584

tradição do cangaço. As práticas que marcam essa atualização são finalizadas com o ato do registro fotográfico, como se vê nos recortes de jornais e fotografias expostos no museu. As cabeças decapitadas são todas reunidas em frente à igreja, onde se encontra o corpo-*comun*(idade) para fotografar a cena. Do mesmo modo, no museu, a limpeza do sangue decorrente do confronto ocorre apenas no chão, pois as paredes devem permanecer com as manchas de sangue significadas pela resistência armada e que agora farão parte do acervo do "Museu Histórico de Bacurau", conforme destaca um sujeito-*gente*.

4. AS PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA FRENTE AOS/POR MEIO DOS AIE

No "Post-Scriptum" de sua teorização sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), Althusser (1980, p. 118) afirma que tanto o Estado quantos os seus Aparelhos "só têm sentido do ponto de vista da luta de classes, como aparelho da luta das classes, assegurando a opressão de classe e garantindo as condições de exploração e da reprodução desta". No entanto, conforme esclarece, essa luta não se dá sem classes antagônicas. Portanto, "quem diz luta de classe da classe dominante diz resistência, revolta e luta de classe da classe dominada (Althusser, 1980, p. 118). Logo, falar de resistência discursiva para Pêcheux (1995), que tem em Althusser forte referência materialista, significa compreender que não há dominação sem resistência.

Na formação social capitalista, todos os AIE trabalham a favor da "reprodução das relações de produção", ou seja, das "relações de exploração capitalista", conforme observamos em Althusser (1980, p. 62-63). Em *Bacurau* (2019), tanto o Aparelho Repressivo de Estado (ARE) quanto os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) funcionam, ao mesmo tempo, pela presença e

pela interdição/reapropriação. A organização social da comunidade impõe um funcionamento distinto aos AIE, diferente da ideologia capitalista, que domina no período sócio-histórico e ideológico retratado, bem como uma relação outra com o ARE. Ao ocuparem de modo muito específico os espaços dos AIE da comunidade, os sujeitos-*gente* de Bacurau resistem à dominação do Estado. Ao resistirem, "[...] deixa[m] materializados na linguagem suas falhas, suas contradições e seus enfrentamentos, e, assim, emerge[m] no fio do discurso" (Leandro-Ferreira, 2015, p. 165).

A resistência tecida pelo corpo-*comun*(idade) de Bacurau enquanto espaço simbólico pode ser compreendida pela tese althusseriana acerca dos AIE e do ARE, considerando o funcionamento e a relação de tais aparelhos na sociedade capitalista, bem como a especificidade discursiva desse espaço. De acordo com Althusser (1980), o Estado é uma máquina de repressão utilizada como forma de dominação e exploração da classe dominante sobre a classe operária. Portanto, o Estado é compreendido como ARE, também constituído pela polícia, pelos tribunais, pelas prisões e pelo exército. Com relação aos AIE, Althusser (1980, p. 43) os designa como "[...] um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob forma de instituições distintas", podendo ser religioso, quando relacionado a qualquer tipo de igreja; escolar, remetendo aos diferentes tipos de escolas públicas e privadas; político, considerando os partidos que compõem esse sistema; da informação, aludindo à imprensa, rádio, televisão etc; ou ainda cultural, familiar, jurídico e sindical.

Althusser (1980) destaca também que os aparelhos podem ser distinguidos a partir de suas composições: o ARE é apenas um, enquanto os AIE são um conjunto. Somado a isso, o ARE funciona predominantemente pela violência para atingir seus objetivos de dominação e secundariamente pela ideologia.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.67584

Já os AIE estabelecem seus funcionamentos centralmente pela ideologia e de modo secundário pela violência.

Na investigação do nosso *corpus,* observamos especificidades no funcionamento do aparelho escolar, representado pela escola da comunidade; do aparelho religioso, representado pela igreja local; e do aparelho cultural, representado pelo Museu Histórico de Bacurau. O ARE, por sua vez, é representado pela polícia, pelos assassinos estrangeiros associados ao prefeito de Serra Verde e pelo próprio prefeito, responsável por administrar Bacurau. Entre tais aparelhos, existe ideologicamente tensões que partem das relações de dominação, por isso, em Bacurau, os AIE estabelecem intensos conflitos com o ARE.

Em recortes de análise, vemos a escola, que serve de abrigo para os sujeitos de Bacurau durante um confronto armado com os assassinos estrangeiros, marcando-se como um espaço de resistência. Do mesmo modo, a igreja, ao funcionar, por determinação dos sujeitos-*gente*, apenas como depósito para armazenar coisas utilizadas no dia a dia da comunidade, perde a sua força enquanto AIE religioso capaz de interpelar dogmaticamente. O museu, por sua vez, é composto por fotografias e artefatos responsáveis por contar a história de Bacurau, remetendo a um passado de resistência armada e violenta à dominação externa. Para além desses espaços, há outros que também funcionam de modo diferente ao observado na formação social capitalista. No posto de saúde, por exemplo, a operação é peculiar, tendo em vista que serve, também, de abrigo temporário para quem não tem onde passar a noite. Em uma das cenas, um sujeito expulso de casa é autorizado a dormir em uma maca. Já a rua/praça é o ponto de encontro para debater e tomar decisões que organizam socialmente as vivências da localidade.

Como mencionado, a igreja tem um funcionamento diferente do que se espera de uma igreja católica enquanto AIE em uma formação social capitalista. Como é comum na organização de diferentes cidades, a igreja se localiza na região central, o que fortalece o sentido da relevância que ela representa para o lugar. Na discursividade urbana, estar no centro representa uma posição privilegiada que abarca o entorno, impõe respeito, significa ter destaque, ser visível e presente para os sujeitos dos arredores. Em Bacurau, a igreja também é localizada no centro territorial, fator que demonstra seu sentido de importância social, como elemento fundamental citadino. Contudo, na comunidade, tal espaço é ocupado e significado de modo contrário aos rituais religiosos e dogmas disseminados por essa instituição. Além de funcionar como depósito, ela não tem nem sequer um padre, não funcionando para assujeitar os sujeitos-*gente* à ideologia cristã. Ao ser ocupada nessas circunstâncias, a igreja subverte sua função enquanto AIE e passa, em vez de dominar, a ser ocupada pelos sujeitos, demarcando-se como um dos espaços de resistência do corpo-*comun*(idade).

Do mesmo modo, o museu, também considerado um AIE na perspectiva althusseriana, funciona, em Bacurau, como espaço de resistência. Todos os artefatos expostos nele são revestidos de sentidos da memória cangaceira que atravessa Bacurau. Ir ao museu é conhecer a historicidade da comunidade, que conta sobre a união dos sujeitos pela resistência armada. O museu é o espaço mais simbólico no funcionamento da memória do cangaço. Nele estão expostas as armas usadas pelo corpo-*comun*(idade) na luta contra os assassinos estrangeiros, armas que podem ter sido utilizadas também por grupos cangaceiros que viveram na região anteriormente. No interior do museu também ocorre parte do conflito armado. Lá se dá um dos maiores

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.67584

atos do cangaço enquanto discurso: um dos assassinos estrangeiros é decapitado por Lunga.

Como já mencionado, o museu também funciona como forma de aviso. Por ter como denominação "Museu Histórico de Bacurau", o espaço acentua o caráter da historicidade ali presente. As armas expostas, as fotografias, as facas e os demais artefatos representam a resistência contra o inimigo, o que acontece, indispensavelmente, pela violência. Tais artefatos simbólicos constitutivos do museu, como marcas entrecruzadas da memória histórica, social e mítica do cangaço, funcionam como uma espécie de lembrete/aviso a quem intenta contra Bacurau de que será violentamente perseguido e todo mal retribuído. Por isso a necessidade de se fazer conhecer o museu, demonstrada pelos sujeitos-*gente* quando percebem movimentações de estranhos na comunidade.

Os sujeitos de Bacurau são, desde o início, menosprezados pelo prefeito e pelos assassinos estrangeiros, vistos como sujeitos ignorantes e, portanto, fáceis de dominar. Os assassinos que atentam contra a comunidade não se preocupam com uma possível resistência por parte dos que vivem ali. Não conhecem a localidade e os espaços de Bacurau e, mesmo assim, exibem "controle absoluto" da situação, como se o plano de extermínio fosse ocorrer exatamente como planejado e não houvesse nenhuma possibilidade de complicações. Quando eles chegam a Bacurau, a localidade está esvaziada de moradores e, ao realizarem uma breve exploração, começam a perceber que podem encontrar dificuldades em relação ao que esperavam. Em uma das cenas, um assassino entra no museu e nota que todas as armas expostas em uma das paredes foram retiradas, sinalizando uma mobilização de resistência armada planejada pelos sujeitos-*gente*.

Por esse recorte, é possível delinear os sentidos atribuídos, pelo estrangeiro (como aquele que não faz parte da comunidade), aos moradores de Bacurau, referentes à figura do povo nordestino sertanejo enquanto sujeitos tidos como vulneráveis, facilmente domináveis por habitarem uma localidade interiorana e pequena, associada à dificuldade de desenvolvimento social, com um bioma e vegetação supostamente impraticáveis à manutenção da vida na atual sociedade capitalista. Nesse funcionamento de sentidos, destacam-se os assassinos estrangeiros, sujeitos brancos e falantes nativos da língua inglesa enquanto representação material do imperialismo europeu e norte-americano e sua política de dominação exploratória de territórios, incumbidos da tarefa de dominar Bacurau.

A escola, mais um dos AIE, é outro espaço de resistência buscado pelos sujeitos-*gente* no momento de confronto. Ela leva o nome de "Prof. João Carpinteiro". Em termos de funcionamento imaginário, que projeta, entre si, os sujeitos de Bacurau enquanto corpo-*comun*(idade), a figura simbólica de João Carpinteiro é parte da comunidade e, sobretudo, intrincado à escola, como saber popular, ao ponto de ser lembrado e nomeado nesse espaço. Ao serem atacados com tiros, os sujeitos-*gente* abrem as janelas e revidam, atirando de dentro da escola para derrotar os assassinos estrangeiros.

Conforme Althusser (1980, p. 64), na formação social capitalista, a escola é "um Aparelho Ideológico de Estado que desempenha incontestavelmente o papel dominante". Ela está presente durante muito tempo na vida dos sujeitos e, desde a pré-escola, já os afeta e os atravessa com os saberes práticos da ideologia dominante, que busca perpetuar os modos de produção. O AIE escolar é, assim, vital para a manutenção do regime capitalista e consegue desempenhar sua função partindo da ideologia universalmente difundida

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.67584

que concebe a escola como um espaço neutro, laico e desprovido de ideologia (Althusser, 1980). Em Bacurau, entretanto, os sujeitos-*gente* resistem à dominação por esse regime e, desse modo, ocorre uma apropriação outra desse aparelho, já que ele funciona de modo diferente ao esperado para esse AIE. O ato de atirar contra o inimigo de dentro da escola é extremamente simbólico na representação da resistência do corpo-*comun*(idade).

Em outras cenas que abordam a escola, nota-se a preocupação em ensinar, para além do que determinam as demandas escolares, sobre a própria Bacurau. É o que ocorre em um momento no qual o professor Plínio (interpretado por Wilson Rabelo), responsável pela escola, tenta mostrar, sem êxito, aos seus alunos, por meio de um *tablet*, onde se localiza a comunidade em um mapa digital. Sem saber da interferência dos assassinos estrangeiros que agiram para que Bacurau inexistisse no mapa, como forma de apagamento/silenciamento da comunidade, o professor se mostra, ao mesmo tempo, surpreso e incomodado por não conseguir encontrar a localidade no *tablet*. "Bacurau tem que aparecer no mapa" e "Bacurau sempre esteve no mapa" são comentários que ele faz, diante dos alunos, enquanto realiza a busca. Ao fim, ele deixa o dispositivo eletrônico e segue para um mapa físico presente na sala de aula, por meio do qual consegue, enfim, expor cartograficamente Bacurau aos estudantes, prática que funciona como uma marca da relevância simbólica de pertencimento à/da comunidade.

Tal gesto demarca a força do educar como instrumento de resistência à dominação, inclusive do próprio aparelho escolar. É assim que a escola é apropriada, em Bacurau, como espaço significante dos saberes da comunidade, dos dizeres do cangaço e do ideal de comunhão que ali funcionam e que se opõem à ideologia capitalista dominante do Estado.

LANES, D. M.; LARA, R. M.; RAMARI, T. H. O corpo-*comun*(idade) de *Bacurau* como materialização do sujeito-*gente*. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 173-198, 2026.

No trajeto de análise discursiva, portanto, vimos que em meio às relações de força tecidas entre o corpo-*comun*(idade), os AIE e o ARE destacam-se as práticas discursivas de resistência dos sujeitos-*gente*, sujeitos que tendem a "[...] não entender ou entender errado; não 'escutar' as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo; falar quando se exige silêncio; [...] mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases [...]" (Pêcheux, 1990, p. 17). O corpo-*comun*(idade) resiste discursivamente "[...] pela falha constitutiva no interior da língua, da história, do sujeito e da própria ideologia [...]" (Leandro-Ferreira, 2015, p. 160). Desse modo, atravessado pela memória cangaceira, os sujeitos-*gente* resguardam a continuidade da existência da comunidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso teórico-analítico foi desenvolvido tendo como objetivo central investigar o funcionamento da memória discursiva em espaços e práticas discursivas de resistência do/no corpo-*comun*(idade) de Bacurau, sendo movido pelo incômodo interrogativo de como se dá o atravessamento da memória discursiva no corpo-*comun*(idade) que resiste discursivamente em Bacurau, sustentado no batimento descrição-interpretação proposto pelo método discursivo-materialista, no entrelaçamento do dispositivo teórico com o dispositivo analítico.

As discussões mobilizadas apresentam os sentidos de comunidade que funcionam em Bacurau, uma comunidade que se constitui justamente pela diferença e pela diversidade que re(úne) os sujeitos-*gente*, estes que são parte e atualizam um trajeto histórico de luta, movidos pelo sentimento de pertencimento. São eles que compõem o corpo-*comun*(idade) de Bacurau,

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.67584

que se significa e é significado em suas práticas no/pelo atravessamento da memória de dizeres sócio-históricos e ideológicos do cangaço. É justamente por meio de tal atravessamento que ocorrem as práticas de resistência do corpo-*comun*(idade) na ocupação dos espaços de Bacurau, além dos desdobramentos em lutas coletivas, armadas e violentas, destacando as marcas de resistência no *interior na história* e no *interior do sujeito*.

Próximo ao que observou Neumann (2024) em sua tese de doutorado quanto ao funcionamento da figura do porta-voz em sua análise discursiva do Grupo *Vagas Arrombadas-Comunidade* (do *Facebook*), em Bacurau também não existe uma única pessoa que *fale em nome de* como se fosse seu *legítimo representante*, sustentando um *efeito consenso* (Lara, 2020). Enquanto no *corpus* investigado por Neumann (2024, p. 122), "a plataforma ou a própria comunidade digital funcionam como mediadores, uma espécie de 'porta-voz coletivo'", no corpo-*comun*(idade) de Bacurau esse "porta-voz coletivo" se materializa nos sujeitos-*gente*, cuja existência material se faz corpo(*comun*idade). E como afirma Althusser (1980, p. 94), "[...] a ideologia não é mais que o seu próprio funcionamento nas formas materiais da existência deste funcionamento".

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1980.

ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BACURAU. Direção: Kleber Mendonça Filho; Juliano Dornelles. Brasil: **Vitrine Filmes**, 2019. 1 Blu-Ray (133 min), son., color.

BLANCHOT, M. **A comunidade inconfessável**. Rio de Janeiro: Editora Lumme UnB, 2013.

DRUMMOND DE ANDRADE, C. Mortos que andam. *In:* DRUMMOND DE ANDRADE, C. **Corpo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 33-33.

LARA, R. M. Porta-voz. *In*: LEANDRO-FERREIRA, M. C. (org.). **Glossário de termos do discurso.** ed. aum. Campinas: Pontes, 2020. p. 235-240.

LEANDRO-FERREIRA, M. C. Memória discursiva em funcionamento. *In*: ROMÃO, L. M. S.; CORREA, F. S. (org.). **Conceitos discursivos em rede**. São Carlos: Pedro & João, 2012. p. 141-152.

LEANDRO-FERREIRA, M. C. O corpo como materialidade discursiva. **Redisco**, Vitória da conquista, v. 2, n. 1, p. 77-82, fev./mar. 2013. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/redisco/article/view/2697. Acesso em: 13 mar. 2023.

LEANDRO-FERREIRA, M. C. Quando o corpo acontece. *In*: LEANDRO-FERREIRA, M. C.; VINHAS, L. I. **O corpo na Análise de Discurso**: conceito em movimento. Campinas: Pontes Editores, 2023. p.35-56.

LEANDRO-FERREIRA, M. C. Resistir, resistir, resistir... primado prático discursivo! *In*: FERRARI SOARES, A. S. *et al.* (org.). **Discurso, resistência e...** Cascavel: Edunioeste, 2015, p. 159-167.

MENDONÇA FILHO; K.; DORNELLES, J. Bacurau. *In*: MENDONÇA FILHO, K. **Três roteiros**: O som ao redor: Aquarius: Bacurau. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. p. 221-319.

NEUMANN, K. R. **Palavras de ordem em deriva nas práticas discursivas sobre as reformas trabalhista e previdenciária no Grupo *Vagas Arrombadas-Comunidade*.** Orientadora: Dra. Renata Marcelle Lara. 2024. 273 f. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2024.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.67584

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. P. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. P. Processos de significação, corpo e sujeito. *In*: ORLANDI, E. P. **Discurso em análise**: sujeito, sentido e ideologia. Campinas: Pontes, 2012. p. 83-96.

PAULA, J. R. de; BALBY, L. F. A comunidade dos que escrevem a comunidade. **Alea**: Estudos Neolatinos, v. 20, p. 105-120, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/alea/a/M3LZG94h7fY4Fm4TNbQ7Gcw/?lang=pt&format=html. Acesso em: 29 de ago. 2023.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, jul./dez. 1990. p. 7-24.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. *In*: ACHARD, P. *et al*. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-55.

SANTOS, W. A. dos. Cangaço: um movimento social. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, p. 1-9, 2018. Disponível em: https://www.eumed.net/rev/caribe/2018/02/cangaco-movimento-social.html. Acesso em: 28 de ago. 2023.

ANTAGONISMO DE CLASSES SOCIAIS EM DISCURSIVIDADES PRESENTES EM TIRAS DE MAFALDA

ANTAGONISM OF SOCIAL CLASSES IN DISCURSIVITIES PRESENT IN MAFALDA STRIPS

José Antônio Teixeira de Morais[1]

Sóstenes Ericson Vicente da Silva[2]

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar discursividades que versam sobre a sociedade capitalista contemporânea, a partir de tiras de Mafalda, selecionadas de Quino (2006). Considerando as contribuições de Pêcheux (2009), Orlandi (2007) e Marx (2011), são analisadas discursividades que materializam os efeitos do capital em diversos aspectos da vida em sociedade. A análise possibilitou abordar questões relacionadas aos papéis que as mulheres vêm desempenhando historicamente no âmbito do trabalho, conforme abordado por Federici (2021), Allegretti, Rodrigues e Gross (2018) e Cisne (2016). Esperamos contribuir para o debate sobre os efeitos do capital em uma sociedade marcada por contradições, tendo no horizonte a necessidade histórica de sua superação.

PALAVRAS-CHAVE

Discurso. Classes sociais. Tiras. Mafalda.

[1] Doutorando do Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas - PPGLL/UFAL, morais.jatde@gmail.com, https://orcid.org/0000-0003-0299-9906.

[2] Doutor em Letras e Linguística/Análise do Discurso. Universidade Federal de Alagoas (UFAL), sericson.ufal@gmail.br, https://orcid.org/0000-0003-0905-1376.

MORAIS, J. A. T. de.; SILVA, S. E. V. da. Antagonismo de classes sociais em discursividades presentes em tiras de Mafalda. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 199-220, 2026.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.66361

ABSTRACT

This work aims to analyze discourses that deal with contemporary capitalist society, based on Mafalda strips, selected from Quino (2006). Considering the contributions of Pêcheux (2009), Orlandi (2007) and Marx (2011), discourses that materialize the effects of capital in different aspects of life in society are analyzed. The analysis made it possible to address issues related to the roles that women have historically played in the workplace, as addressed by Federici (2021), Allegretti, Rodrigues and Gross. (2018) and Cisne (2016). We hope to contribute to the debate on the effects of capital in a society marked by contradictions, having as its horizon the historical need to overcome them.

KEYWORDS

Discourse. Social classes. Strips. Mafalda.

1.CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As tiras humorísticas de Mafalda apresentam um campo produtivo de discursividades, representando um gênero textual/discursivo que se materializa em sequências narrativas de quadrinhos, produzindo sentidos através do verbal e do imagético. De acordo com Ramos (2017), as tiras apresentam o uso da linguagem dos quadrinhos através de recursos de ordem verbal escrita e visual, compondo histórias em narrativas, cuja marca central está na criação de um desfecho inesperado que levará ao humor.

É relevante dizer que nas tiras humorísticas a ação posterior é determinada pela anterior, com o objetivo de contar uma história curta, cujo efeito de humor não necessariamente provoca o riso, mas consiste em uma quebra da expectativa do que se espera na sequência narrada e que, geralmente, esse efeito se encontra no último quadro. Dessa forma, a linguagem verbal e não-verbal estão sempre interligadas e associadas a todos os quadros da tira para poder produzir sentidos.

MORAIS, J. A. T. de.; SILVA, S. E. V. da. Antagonismo de classes sociais em discursividades presentes em tiras de Mafalda. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 199-220, 2026.

Do ponto de vista discursivo, enfatizamos a importância do imagético para a produção de sentidos, em acordo com a compreensão de Lagazzi, para quem:

> a compreensão da imagem como uma "tecnologia política de linguagem" vem marcar seu lugar como dispositivo ideológico, concebido a partir da perspectiva materialista à qual me filio. Justamente na consequência dessa filiação, importa dar visibilidade à "potência de captura simbólica" desse dispositivo tecnológico em circulação, analisando o funcionamento da ideologia nos processos de identificação suscitados pela imagem (Lagazzi, 2021, p. 5891).

Além disso, cabe considerer que "o espaço da interpretação no qual o autor se insere com seu gesto – e que o constitui enquanto autor – deriva de sua relação com a memória (saber discursivo), interdiscurso" (Orlandi, 2020, p. 15). Para tanto, "a melhor maneira de atender à questão da construção do *corpus* é construir montagens discursivas que obedeçam critérios que decorrem de princípios da análise de discurso, face aos objetivos da análise, e que permitem chegar à sua compreensão" (Orlandi, 2007, p. 63),

Com base nesses pressupostos, o presente trabalho tem por objetivo analisar discursividades que versam sobre a sociedade capitalista contemporânea, a partir de tiras de Mafalda, selecionadas de Quino (2006). Para esta análise, foram selecionadas três tiras que estarão dispostas em cada tópico de abordagem, em diálogo com os dispositivos teórico-analíticos da Análise materialista do discurso.

2. DIANTE DE "UM POBRE": ANTAGONISMOS DE CLASSES NAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO

A Análise do Discurso materialista foi inaugurada na França por Michael Pêcheux, na década de 1960. Suas bases epistemológicas estão relacionadas a três regiões do conhecimento: a Linguística, o Marxismo e a Teoria do

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.66361

Discurso, cabendo "[...] explicitar aqui ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade, de natureza psicanalítica" (Pêcheux; Fuchs, 2010, p. 160).

Tendo em conta as contribuições de Eni Orlandi para o desenvolvido da Análise do Discurso no Brasil, são realçados três domínios disciplinares, reclamando da Linguística a opacidade da língua; do Materialismo o legado de que o homem faz história; e da Psicanálise o deslocamento da noção de homem para sujeito Orlandi (2007). Desse modo, "assumir a perspectiva marxista é ir além do entendimento de conceitos de um programa teórico do materialismo histórico e extrapolar a natureza pragmática da linguagem" (Amaral, 2013, p. 113).

De acordo com Florêncio *et al.* (2009, p. 64), o discurso é considerado como práxis, "produzido nas relações sociais, em determinado momento histórico e traz em si o histórico e o ideológico". Tal compreensão dialoga com o pensamento de Pêcheux, para quem "só há prática através e sob uma ideologia; Só há ideologia pelo sujeito e para os sujeitos" (Pêcheux, 2009, p. 135). Assim, não há como dissociar o discurso do histórico e do ideológico, como também o sujeito da ideologia.

Visto que os discursos são constituídos nas relações sociais e que vivemos em uma sociedade capitalista, a existência do sistema capitalista está relacionada à ideologia de uma sociedade de classes. De acordo com Pêcheux e Fuchs (2010, p. 163),

> Esta reprodução contínua das relações de classe (econômica, mas também como acabamos de ver, não econômica) é assegurada materialmente pela existência de realidades complexas designadas por Athusser como "aparelhos ideológicos do Estado", e que se caracterizam pelo fato de colocarem em jogo práticas associadas a lugares ou a relação de lugares que remetem às relações de classes, sem no entanto, decalcá-las exatamente. Num dado momento histórico, as relações

> de classes (a luta de classes) se caracterizam pelo afrontamento, no interior destes mesmos aparelhos, de posições políticas e ideológicas.

Nesta perspectiva, "compreende-se, então, por que em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas [...], o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas, são práticas de lutas de classes" (Pêcheux, 2009, p. 132), embora, na superficie do dizer, o antagonismo de classes pode se materializer em formas distintas, a exemplo da relação riqueza e pobreza, conforme observado na tira 1.

Tira 1

Fonte: Quino (2006, p. 3).

Levando em consideração a superfície do dizer materializado no 3º quadro ("Deviam dar casa, proteção e bem-estar aos pobres!"), é imprescindível perguntar: numa sociedade capitalista, quem deveria dar casa, proteção e bem-estar aos pobres? Qual é a instância ou instituição que deveria garantir as condições de moradia, proteção e bem-estar aos cidadãos, independentemente de serem pobres, senão o Estado? Nesse sentido, a afirmação de Mafalda corporifica a incapacidade do Estado em garantir condições básicas como moradia, trabalho e lazer.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.66361

Por sua vez, ao contrário da aparente identificação (“eu também”) no quadro 2 com o “coração apertado” de Mafalda, o quadro 4 apresenta não apenas um questionamento (“Pra que tudo isso?”) às sugestões de Mafalda, mas uma solução na perspectiva de Susanita: “Era só escondê-los!”. Assim como são suscitadas questões com relação ao quadro anterior, aqui também é indispensável perguntar: a quem convém esconder os pobres? Quais os sentidos possíveis do verbo “esconder” nesse enunciado?

De acordo com Pêcheux (2009, p. 134),

> a objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com o dominante” das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes.

Desse modo, a prática de esconder os pobres retrata uma expressão da luta de classes instaurada ideologicamente na sociedade, tendo em conta que “a ideologia da classe dominante não se torna dominante pela graça do céu...” (Pêcheux, 2009, p. 131). Vejamos que em determinado momento da história, a exemplo do XIX, na Inglaterra, essa prática já havia sido descrita por Marx (2011, p. 522-523):

> Como exemplo dos métodos dominantes no século XIX, bastam aqui os “clareamentos” realizados por ordem da duquesa de Sutherland. Essa pessoa, instruída em matérias econômicas, decidiu, logo ao assumir o governo, aplicar um remédio econômico radical, transformando em pastagens de ovelhas o condado inteiro, cuja população já fora reduzida a 15 mil em consequência de processos de tipo semelhante. De 1814 até 1820, esses 15 mil habitantes, aproximadamente 3 mil famílias, foram sistematicamente expulsos e exterminados. Todos os seus vilarejos foram destruídos e incendiados; todos os seus campos transformados em pastagens. Soldados britânicos foram incumbidos da execução dessa tarefa e entraram em choque com os nativos. Uma anciã morreu queimada na cabana que ela se recusara a abandonar.

Compreendemos que há uma luta ideológica de classes, em que o antagonismo é materializado nas relações sociais. Retomando a pergunta e, consequente, a resposta de Susanita, "Pra que tudo isso? Era só escondê-los!", tem-se, então, o interesse das classes dominantes de que os "pobres" não tenham moradia, trabalho, proteção e bem-estar; e quanto à sugestão de que os pobres sejam escondidos, fica demonstrada a necessidade de perpetuar a exclusão, ratificando que na sociedade capitalista a classe dominante goza de privilégios que as demais não desfrutam, sendo organizada a partir de classes sociais antagônicas. Eis, portanto, a base material de constituição dos sentidos que materializam na linguagem as contradições de classe do capitalismo contemporâneo, as condições amplas de produção do discurso.

De acordo com Courtine (2009, p. 49), "a noção de Condições de Produção conhece sua primeira definição empírica geral nos trabalhos de Pêcheux, [...] a partir de lugares determinados na estrutura de uma formação social". Ainda, sob a ótica de Courtine (2009, p. 54-55):

> A definição das Condições de Produção do discurso age, portanto, no que se refere às sequências discursivas que comporão o *corpus* discursivo à maneira de um funil, ou melhor um filtro que opera por extrações sucessivas: extração de um campo discursivo determinado de "um universal de discurso", extração ou isolamento de sequências discursivas, uma vez delimitando o campo discurdivo de referência.

Para Orlandi (2007, p. 30), "[...] as condições de produção [...] compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso", apontando uma relação entre as condições históricas de produção do discurso e a memória discursiva. Ainda conforme a referida autora, "podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico" (Orlandi, 2007, p. 30).

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.66361

Em sentido estrito, o recorte da tira 1 materializa um diálogo entre Mafalda e Susanita, ao se depararem com um morador de rua, exemplificando "um pobre". No primeiro quadro da tira, a imagem do homem sentado na esquina, sua vestimenta desgastada e a sua "trouxa de roupa" possui uma carga semântica muito forte, que concatenada com as palavras "pobre" e "pobres", respectivamente do segundo e terceiro quadros, ratifica o sentido de se tratar de um mendigo, abaixo até da linha da pobreza. Por sua vez, as condições de produção em sentido amplo incluem o contexto sócio-histórico, ideológico, apontando o que não é dito, silenciado e até mesmo apagado.

3. NA CIRCULAÇÃO DO DINHEIRO: SENTIDOS ANTAGÔNICOS DE FELICIDADE E DE EXPLORAÇÃO

Uma das formas de classificação dos distintos extratos de classe no capitalismo é através do estabelecimento de padrões financeiros, o que no Brasil é levado em consideração de acordo com a renda familiar mensal em salários mínimos, a exemplo do que é apontado a seguir, considerando as estimativas para o Brasil no ano de 2024:

> A renda das classes A e B deve crescer mais que o dobro dos ganhos das classes mais baixas neste ano, segundo cálculos da Tendências Consultoria. Juros altos, renda de empregadores e rendimentos do trabalho devem beneficiar as faixas mais altas, enquanto a falta de reajuste no Bolsa Família e a revisão cadastral de benefícios assistenciais tende a afetar os mais pobres. A empresa adota a seguinte classificação de faixas de renda, assumidamente arbitrária devido à falta de medida oficial: . classe A: renda total do domicílio superior a R$ 24,8 mil, situação de 3,9% dos lares brasileiros; . classe B: renda domiciliar entre R$ 8 mil e R$ 24,8 mil, caso de 15% das residências; . classe C: entre R$ 3,3 mil e R$ 8 mil (31,2% dos lares); . classe D/E: até R$ 3,3 mil (49,9% dos lares) (Kramer, 2024, s/p).

Tendo em conta a base das formas de circulação do capital, cabe destacar que "qualquer um sabe, mesmo que não saiba mais nada além disso, que as mercadorias possuem uma forma de valor em comum que contrasta do modo mais evidente com as variegadas formas naturais que apresentam seus valores de uso: a forma-dinheiro" (Marx, 2011, p. 105). De fato, ao longo da história, o capital assumiu algumas expressões e, indubitavelmente, a forma-dinheiro é a mais importante no processo de circulação do capital. Ainda de acordo com Marx (2011, p. 168), "historicamente, o capital, em seu confronto com a propriedade fundiária, assume invariavelmente a forma do dinheiro, da riqueza monetária, dos capitais comercial e usuário".

As expressões contemporâneas de circulação da forma do dinheiro ganham contorno expressivo, quando associadas ao ideal de felicidade que é buscado pelos sujeitos nas distintas classes sociais, conforme observamos a seguir:

Tira 2

Fonte: Quino (2006, p. 3).

A afirmação "Essa pombinha não sabe o que é dinheiro e mesmo assim é feliz" (quadro 1) faz uma associação de felicidade atrelada ao dinheiro, reproduzindo uma lógica de que para ser feliz é preciso consumir cada vez

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.66361

mais, e que para consumir é preciso ter dinheiro, tendo em conta que a circulação do dinheiro é a marca central para o desenvolvimento do capital. Para Marx (2011, p. 168),

> a forma imediata de circulação de mercadorias é M-D-M, conversão de mercadoria em dinheiro e reconversão de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. Mas, ao lado dessa forma encontramos uma diferente: D-M-D, conversão de dinheiro em mercadoria e reconversão de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. O dinheiro que circula deste último modo, transforma-se, torna-se capital e, segundo sua determinação, já é capital.

Dessa maneira, através da circulação das mercadorias, o dinheiro transforma-se em capital, impulsionando o desenvolvimento do sistema capitalista, baseado na exclusão, uma vez que a classe dominante detém o poder do capital, enquanto a classe trabalhadora é explorada para que, com o pouco que recebe, esteja consumindo sempre mais (nos limites dos produtos e serviços a ela destinados). Isso, quando a classe explorada trabalha, pois há uma parte dela que não tem acesso ao emprego e, por consequência, às condições mínimas de uma sobrevivência digna, como destacamos na análise da tira 1.

No entanto, a produção e circulação do capital não é uma relação apenas do modo de produção capitalista. Entre os séculos X e XV, havia uma produção agrária e de subsistência, em que prevalecia o regime monárquico, contexto no qual os servos e os camponeses trabalhavam nos feudos em troca de alimentação e moradia, para enriquecer a nobreza, a realeza e o clero. Conforme Huberman (2017, p. 12),

> o clero e a nobreza constituíam as classes governantes. Controlavam a terra e o poder que delas provinha. A Igreja prestava ajuda espiritual, enquanto a nobreza, proteção militar. Em troca exigiam pagamento das classes trabalhadoras, sob a forma de cultivo das terras.

Assim, a força de trabalho dos agricultores e a troca dos produtos fortaleciam o capital. Ainda sobre o fortalecimento do capital, anteriormente ao capitalismo, Huberman (2017, p. 126) destaca que "antes da era capitalista, o capital era acumulado principalmente através do comércio – termo elástico, significando não apenas a troca de mercadorias, mas incluindo também conquista, pirataria, saque, exploração".

Vejamos que, ao falar sobre a gênese do Estado ateniense, Engels (2021, p. 137) afirmou:

> os atenienses, porém, deviam aprender, e rapidamente, como, ao nascer a troca entre indivíduos e ao se transformarem os produtos em mercadorias, o produto vem dominar o produtor. Com a produção de mercadorias, surgiu o cultivo individual da terra, e em seguida, a propriedade individual do solo. Mais tarde veio o dinheiro, a mercadoria universal pela qual todas as demais podiam ser trocadas; mas quando os homens inventaram o dinheiro, não suspeitavam que estavam criando uma força social nova, um poder universal único, diante do qual a sociedade inteira iria se inclinar.

Desse modo, iniciou-se a troca entre indivíduos, momento em que produtos se transformaram em mercadorias, até que a circulação dessas mercadorias atingiu a forma dinheiro e se complexificou até o momento contemporâneo.

Como representante da classe dominante, nesse caso específico por ser filho do dono de um supermercado, Manolito reproduz a ideia que interessa a burguesia, de que o dinheiro é tudo, ainda quando supõe negar ("Não, claro que dinheiro não é tudo."), e mesmo que o dinheiro assuma outras expressões, como no caso do cheque. Na sociedade atual, além dos cheques, circulam as notas promissórias, os cartões de crédito e de débito e mais recentemente o pix. Essas são formas atrativas, através das quais o capital tem feito circular a forma de dinheiro, também para atrair a classe trabalhadora ao endividamento e gerar lucro para os dominantes, que

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.66361

consequentemente aumentam seu capital e suas riquezas, ao passo que a classe trabalhadora vai sendo explorada.

Para além da noção de que é possível ser feliz sem saber o que é dinheiro (quadro 1), a pergunta feita por Mafalda abre possibilidade para distintas compreensões sobre a afirmação "o dinheiro é tudo na vida", deixada a cargo de Manolito expressar o que "acha". Assim como visto na Tira 1 com a Susanita, a resposta de Manolito produz primeiro um efeito de identificação com o que se espera, na perspectiva da posição-sujeito assumida por Mafalda, para, em seguida, subverter o que seria o próprio dessa lógica.

A partir daí, o uso do pronome indefinido "tudo" possibilita perguntar, por exemplo, "tudo o quê?" e "na vida de quem?" Do ponto de vista das classes sociais principais (burguesia e proletariado), o dinheiro é a expressão do capital que mais gera riqueza para a classe dominante e contribui para o estabelecimento do padrão financeiro elevado, característica utilizada pelos economistas para classificar a condição da elite, da "classe A" (com renda total do domicílio superior a R$ 24,8 mil), conforme visto acima. Por sua vez, no exato oposto estão situados os extratos mais baixos da classe trabalhadora (D e E), incluindo as pessoas situadas abaixo da linha de pobreza (tira 1).

Do ponto de vista metafórico, a imagem da "pombinha" feliz faz circular um sentido de que é possível ser feliz sem dinheiro, reforçando um ideário social de que dinheiro não traz felicidade, algo comum ao imaginário do conformismo a ser reforçado entre a classe trabalhadora, guardando relação com o discurso religioso cristão tradicional, a exemplo do "voto de pobreza", numa aversão às riquezas deste mundo, expressa em dizeres como "é melhor o pouco com Deus do que o muito sem nada". Todavia, a base material desta formulação remete à condição do trabalho na sociedade do capital, conforme

veremos adiante. Por enquanto, pomos em relevo que é preciso reproduzir para a classe explorada que o dinheiro não traz felicidade, enquanto a classe dominante perpetua a sua exploração e mantém a própria felicidade, reforçando a concepção de que dinheiro compra tudo.

De acordo com Huberman (2017, p. 125), "o dinheiro só se torna capital quando é usado para adquirir mercadorias ou trabalho com a finalidade de vendê-los novamente com lucro", realçando a ideia de que o dinheiro também se torna capital, sobretudo quando a força de trabalho é vendida com a finalidade de gerar lucro para o/a capitalista.

4. SENTIDOS DISTINTOS DA EXPLORAÇÃO CAPITALISTA EM FAMÍLIA

Nesse momento, interessa refletir sobre a exploração que a classe dominante exerce sobre a classe trabalhadora, assim como pensar a respeito do papel das mulheres no trabalho, tendo em conta a sociedade capitalista. Para tanto, passaremos a tira 3.

Tira 3

Fonte: Quino (2006, p. 147).

Do ponto de vista da descrição, a tira acima traz uma cena do cotidiano em que se tem a representação de um modelo dito tradicional de família, em

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.66361

que o homem representa a figura paterna e de provedor, que trabalha fora de casa e está chegando à casa depois de um dia de expediente no trabalho. Nesse espaço representado, estão: a mulher, que representa a figura materna, pondo à mesa, cuidando das atividades do lar (quadro 3); enquanto os filhos – Mafalda e seu irmão mais novo (Guile) – estão sentados no tapete (quadro 2). O caçula está brincando com o que parece ser um alfabeto móvel, enquanto Mafalda está lendo. Ambos percebem que o pai está retornando para casa, após um dia de trabalho, quando a chave é introduzida por ele na fechadura da porta pelo lado de for a (quadro 1).

No 3º quadro, imagético e verbal se relacionam de modo constitutivo no dizer: "Todos os dias mandamos um pai e é isto que esse maldito escritório devolve?" Desse modo, o pronome demonstrativo "isto" faz referência ao pai, que se mostra um homem cansado, esgotado pelas horas de trabalho no escritório, para tentar garantir o sustento da família. Trata-se de dois processos (ida e vinda), através dos quais o pai é mandado para o trabalho e, por conta da exploração da sua força de trabalho, ao final da jornada é devolvido como "isto", esvaziado da sua condição humana no processo de exploração/expropriação das suas capacidades física e mental, conforme expressão observada no quadro 3.

Por esta via, considera-se tratar-se de uma representação da classe trabalhadora que, ao vender a sua força de trabalho para a classe dos capitalistas, recebe um salário. De acordo com Marx (2011, p. 399), "na superfície da sociedade burguesa, o salário do trabalhador aparece como preço do trabalho, como determinada quantidade de dinheiro paga por determinada quantidade de trabalho".

Em se tratando de aspectos ideológicos relacionados à mulher, na sociedade capitalista contemporânea, o 3º quadro mostra a mãe de Mafalda arrumando a mesa para o jantar, enfatizando uma imagem de mulher como dona de casa, responsável pelos serviços do lar, que cuida da casa enquanto o marido sai para trabalhar. Tem-se, então, uma representação funcional para a reprodução de uma ideologia machista, de base patriarcal.

Allegretti, Rodrigues e Gross (2018, p. 1) destacam que "a representação do feminino perante a sociedade sempre foi dualista, [...] as mulheres não tinham voz nem vez e nada podiam fazer além de aceitarem seu destino perante os detentores do poder patriarcal". Esse dualismo retrata concepções filosóficas e, sobretudo, religiosas em referência à mulher numa sociedade de classes. Sobre a visão da mulher nas diferentes sociedades, Allegretti, Rodrigues e Gross (2018, p. 1) afirmam:

> Historicamente a mulher tem sido vista como uma acompanhante para o homem, seu papel era entreter e servir, assim como um objeto inanimado e não um sujeito com sentimentos e desejos. Essa posição secundária é datada de milhares de anos, o discurso religioso reafirma o lugar inferior para a mulher. Tomando, por exemplo, o catolicismo e a sua teoria de criação de Adão e Eva, é possível compreender o papel da mulher, segundo as passagens bíblicas ela vem cumprir o papel de companheira, de alento para os dias difíceis do homem; nesse sentido, já nasce na posição de dependência, visto que sua gênese remete à costela do homem.

Desse modo, o contexto sócio-histórico-ideológico do papel da mulher na sociedade, ao longo da história, tem sido pensado no sentido de favorecer aos detentores do poder patriarcal, reproduzindo a visão de uma ajudadora, de alguém que não tem voz nem vez, um sujeito que não possui sentimentos e desejos, situado em posição de subserviência. Infelizmente, essas concepções se arrastam ao longo dos séculos, apoiadas, por exemplo, em conceitos e crenças religiosas, atualizadas pelo efeito da memória discursiva.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.66361

De acordo com Leandro Ferreira (2001, p. 19), a memória discursiva consiste em

> possibilidades de dizeres que se atualizam no momento da enunciação, como efeito de um esquecimento corresponde a um processo de deslocamento da memória como virtualidade de significações. A memória discursiva faz parte de um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para acontecimentos presentes já ocorridos. [...] Há uma memória inerente à linguagem e os processos discursivos são responsavéis por emergir o que em uma memória coletiva é característico de um determinado processo histórico.

Nesse sentido, as concepções ideológicas que realçam a mulher em posição de subserviência, como a de "rainha do lar", constituem uma imagem do sujeito-mulher com um perfil feminino que interessa à reprodução do progresso de uma sociedade capitalista, de base patriarcal. Sobre isso, Federici (2021, p. 28) ressalta:

> Comecemos por nós mesmas, que, como mulheres, percebemos que o trabalho para o capital não resulta necessariamente em um contracheque, nem principia ou termina nos porões das fábricas. [...]. O trabalho doméstico, na verdade, é muito mais que limpeza da casa. É servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepara-la para batalhar dia após dia por um salário. É cuidar de nossas crianças – futura mão de obra –, ajudá-las desde o nascimento e ao longo de seus anos escolares e garantir que elas também atuem da maneira que o capitalismo espera delas. Isso significa que por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina existente o trabalho oculto de milhões de mulheres, que consomem sua vida reproduzindo a vida de quem atua nessas fábricas, escolas, escritórios e minas.

Essas reflexões mostram o ciclo de um perfil feminino, da mulher dona de casa, que exerce um trabalho oculto e fortalece o desenvolvimento do capital ao cuidar do lar, do marido e dos filhos, que futuramente também vão ser trabalhadores em potencial a serem explorados, vendendo sua força de trabalho, quer seja braçal ou intellectual, por um salário que não faz

jus aos seus esforços e ao tempo trabalhado, pondo em questão expressões como “preço justo”, “salário digno”, entre outras.

Cabe destacar que

> na análise de discurso, há noções que encapam o não dizer: a noção de interdiscurso, a de ideologia, a de formação discursiva. Consideremos que há sempre no dizer um não-dizer necessário. Quando se diz “x”, o não-dito “y” permanece como uma relação de sentido que informa o dizer “x”. Isto é, uma formação discursiva pressupõe uma outra [...]. Além disso, o que já foi dito mas já foi esquecido tem um efeito sobre o dizer que se atualiza em uma formulação. Em outras palavras, o interdiscurso determina o intradiscurso: o dizer (presentificado) se sustenta na memória (ausência) discursive (Orlandi, 2007, p. 83).

Conforme Orlandi (2007), existe uma relação entre o já dito e o que se diz, o que a Análise do Discurso considera com base nos conceitos de Interdiscurso e Intradiscurso. Este último se refere ao que está sendo dito em determinada situação e aquele se refere ao já dito antes, noutro lugar, possibilitando outros sentidos. Dessa forma, observa-se que ambos são indissociáveis. O não dito é percebido através do dito, sendo aberta aqui a possibilidade de identificar os processos que envolvem as metáforas, as metonímias, os lapsos, os equívocos, as possibilidades de significação que constituem o campo ideológico materializado no discurso.

Assim, a tira 3, ao enfatizar o perfil feminino apenas de dona de casa, nega-se o fato de que os espaços e papéis que, até então, eram ocupados e desempenhados tão somente por homens, hoje também podem ser ocupados por mulheres. Por exemplo, vem crescendo cada vez mais o número de engenheiras, arquitetas, advogadas, médicas, cientistas, dentre outras. Todavia, atualmente, as mulheres possuem outras identidades sociais que não são ditas na tira analisada e esse não dizer também reforça a concepção ideológica dominante.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.66361

É relevante dizer que, apesar das mulheres desempenharem outros papéis no mercado de trabalho, a ideologia de base patriarcal ainda se sobressai em aspectos relacionados ao salário recebido, principalmente quando se leva em consideração às questões de gênero, raça e idade. Cisne (2016, p. 59) reitera que:

> [...] Em termos de classe e das relações de exploração, o "trabalho desvalorizado" ou "trabalho considerado feminino", tipo de trabalho proletário que não teria atingido o estágio de desenvolvimento completo, permite fazer uma relação entre sexo e classe por um lado, entre "raça" e classe por outro. Na verdade, este trabalho desvalorizado obriga que a mão de obra desfavorecida se deixe apropriar precisamente para completar o salário muito baixo obtido por meio da exploração.

Ainda sobre as desiguldades de rendimentos relacionadas à questão de gênero, de acordo com o informativo do IBGE (2024, p. 4):

> As características de inserção no mercado de trabalho também impactaram o rendimento das mulheres que, em 2022, foi equivalente a 78,9% do rendimento dos homens. Entre pessoas com deficiência, a desigualdade foi ainda maior, com mulheres recebendo cerca de 72% dos homens. A desigualdade de rendimentos do trabalho medida pelo indicador CMIG 1.13 era maior entre os Profissionais das ciências e intelectuais, grupo nos quais as mulheres receberam 63,3% do rendimento dos homens. Da mesma forma, entre os Diretores e gerentes, grupo que possui trabalhadores entre aqueles com os maiores rendimentos médios do País, as mulheres receberam 73,9% do rendimento dos homens. Por outro lado, entre os Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares, o rendimento médio das mulheres foi maior do que o dos homens em 2022, o que pode estar relacionado ao fato de as mulheres estarem mais presentes em postos de comando e carreiras especializadas, como médicas, arquitetas etc.

Entendemos que há um avanço quando, entre os membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares, o rendimento das mulheres foi maior do que o dos homens em 2022, podendo isso estar relacionado aos postos de comando e a carreiras especializadas, como médicas e arquitetas, e que é possível que as mulheres possam desempenhar outros papéis na sociedade.

Não menos importante é observer que, enquanto saiu "um pai" para trabalhar e voltou um homem exausto, a imagem parece não apontar que a mulher que ficou em casa estava cansada ou houvera mudado a sua condição em razão do trabalho doméstico – como um não-trabalho. Além disso, tem-se também um funcionamento semelhante às tiras 1 e 2, tendo em conta o que, em tese, poderia se esperar do pai que foi trabalhar, que este retorne ao lar feliz pelo trabalho realizado, mas "é isto que esse maldito escritório devolve?".

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na Análise do Discurso materialista, demonstramos que o antagonismo de classes é um fator que impulsiona as desigualdades sociais, expressas na pobreza, na busca pela felicidade através do dinheiro e na exploração do trabalho de homens e mulheres. Para tanto, a ideologia atravessa os sujeitos e se manifesta na luta de classes que viabiliza e reproduz as contradições da sociedade do capital.

Nesse sentido, a partir de tiras de Mafalda, foi possível demonstrar como, para além da superfície do dizer, os dilemas sociais contemporâneos são representados pelo humor que surpreende, ao contrário do que se espera, para produzir sentidos alinhados ao pensamento dominante, para o qual interessa esconder os pobres, comprar felicidade com o dinheiro obtido através da exploração da classe trabalhadora e manter a mulher desta classe no trabalho doméstico para garantir as condições de reprodução e a força de trabalho de seu companheiro e filhos. Face aos desafios daqui apontados, esperamos contribuir para o debate sobre os efeitos do capital em uma sociedade marcada por contradições, tendo no horizonte a necessidade histórica de sua superação.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.66361

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, F. E.; RODRIGUES, A. P. K.; GROSS, C. B. O papel feminino através dos tempos a partir do estereótipo de gênero: uma pesquisa bibliográfica. *In*: **Anais** do XXVI SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2018, p. 1-5, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: file:///C:/Users/DELL/Downloads/10099Texto%20do%20artigo40408-1-10-20181019.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

AMARAL, M. V. B. "O marxismo inconcluso da análise do discurso: um legado de Michel Pêcheux". **Revista Signoy Seña**. Dossier: "Análise del Discurso em Brasil: teoria y práctica", editado por Monica Graciela Zoppi Fontana. Número 24, *diciembre* de 2013, p. 3-9. Facultad de Filosofia y Letras (UBA). Disponível em: http://revistas.filo.uba.ar/index.php/sys. Acesso em: 20 out. 2024.

CISNE. M. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

COURTINE, J. J. **Análise do discurso politico:** o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos - SP: EDUFSCar, 2009.

ENGELS, F. **A origem da Família, da propriedade privada e do Estado.** Tradução de KONDER, L.; ABRANCHES, M. A. 10. ed. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2021.

FEDERECI, S. **O patriarcado do salário:** notas sobre Marx, gênero e feminismo, volume 1. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

FLORENCIO, A. M. G.; MAGALHÃES, B. R.; CAVALCANTE, M. S. A. O.; SILVA SOBRINHO, H. F. **Análise do Discurso:** Fundamentos & Práticas. Maceió: EDUFAL, 2009.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem.** Tradução de DUTRA, W. 22. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil". *In*: **Estudos e Pesquisas:** Informação demográfica e socioeconômica. 3. ed. Rio de Janeiro, n. 38, p. 1-15, 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

KRAMER, V. Ganhos das classes A e B devem crescer mais que o dobro da renda dos pobres. **Gazeta do Povo**. 09/08/2024 às 21:15. Atualizado em 09/08/2024 às 21:16. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/economia/renda-classes-a-b-cresce-mais-que-pobres-2024/. Acesso em: 30 nov. 2024.

LAGAZZI. S. "A imagem em sua pontência de captura simbólica". **Forum Linguistic**. Florianópolis, v. 18, número especial. v. 18, p. 5890-5902, jul. 2021. https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/79657/46890. Acesso em: 20 out. 2024.

LEANDRO FERREIRA, M. C. **Glossário de termos do discurso.** Porto Alegre: UFRGS. Instituto de Letras, 2001.

MARX, K. **O Capital:** Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso:** Princípios e Procedimentos. 7. ed. Campinas - SP: Pontes, 2007.

ORLANDI, E. P. **Interpretação:** Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas - SP: Pontes, 2020.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. São Paulo: EdUNICAMP, 2009.

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.66361

PÊCHEUX M.; FUCHS C. “A propósito da Análise Automática do Discurso”. *In*: GADET F.; HAK T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas - SP: Ed. Unicamp, 2010, p. 159-250.

QUINO, J. **Toda Mafalda:** da primeira à última tira. Tradução de Andrea Stahel M. Silva *et al*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

RAMOS, P. **Tiras no Ensino.** São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

MORAIS, J. A. T. de.; SILVA, S. E. V. da. Antagonismo de classes sociais em discursividades presentes em tiras de Mafalda. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 199-220, 2026.

Revista Policromias
Volume 11 | Número 1

ENTREVISTA

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72067

A MATERIALIDADE DA VOZ: PEDRO DE SOUZA E A ENUNCIAÇÃO DO PODER VOCAL

THE MATERIALITY OF THE VOICE: PEDRO DE SOUZA AND THE ENUNCIATION OF VOCAL POWER

Jonathan Ribeiro Farias de Moura[1]

PEDRO DE SOUZA

Possui graduação em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo (1979), mestrado em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1987) e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1993). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso, enunciação, subjetividade, escrita e voz. É professor titular aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, além de estar como pesquisador emérito na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, onde realiza pesquisa sobre visita mediada em museus do Rio de Janeiro, com apoio da FAPERJ.

Jonathan Moura - *Pedro, obrigado primeiro pela possibilidade de te entrevistar. Já gostaria de começar perguntando... A sua tese de doutorado aborda a questão da materialidade da língua e a sexualidade, o público e o privado e a confissão e a confidência. Há um ponto aí, principalmente, para*

[1] Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)- Fundação Oswaldo Cruz, jrfm_88@hotmail.com, https://orcid.org/0000-0002-6635-8828

SOUZA, P. de. A materialidade da voz: Pedro de Souza e a enunciação do poder vocal. [Entrevista concedida a] Jonathan Ribeiro Farias de Moura. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 222-247, 2026.

as pesquisadoras e pesquisadores que estudam sobre sexualidade nesse batimento entre língua e sexualidade. O que se expressava na época sobre o discurso homossexual que você escreveu em sua tese e o que se expressa nos dias atuais? Há muitas diferenças em relação à subjetivação dos sujeitos homossexuais nesse passar dos anos?

Pedro de Souza - Quando você diz que a tese trata da materialidade da língua no batimento com a sexualidade, é bem justamente na forma da enunciação. Ou seja, a questão ali que envolve a língua era de como o sujeito homossexual ia falar de si, como é que ele ia se referir a si, ou a sua própria prática homossexual, num contexto em que ainda não havia espaço para este lugar de fala.

Então, o que me fez desenvolver essa pesquisa foi justamente a percepção de que era muito difícil, tanto no privado, quanto no público, o *gay* encontrar palavras para se descrever, para falar de si na sua experiência homossexual. Embora houvesse um movimento de expansão de espaços de frequência *gay* – vários locais onde homens e mulheres homossexuais podiam se encontrar – era difícil falar disto. Muito notório na época que mesmo alguém, uma celebridade, um artista, um ator, ainda que fosse sabido publicamente que ele tinha orientação homossexual, não se permitia falar de sua vida e suas relações amorosas nas entrevistas. Na imprensa, falar da privacidade de um ou uma artista, especialmente, se fosse de orientação homossexual, era passível de processo.

Então, isso é que me chamou a atenção. Os movimentos do direito homossexual já vinham acontecendo, no estilo do feminismo, que começou também em meados dos anos 70. As mulheres começaram a se organizar para protestar e poder reivindicar o direito da mulher. Eu, na minha tese,

SOUZA, P. de. A materialidade da voz: Pedro de Souza e a enunciação do poder vocal. [Entrevista concedida a] Jonathan Ribeiro Farias de Moura. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 222-247, 2026..

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72067

vou percorrendo essa história e mostrando como aconteceu não só aqui no Brasil, mas na Alemanha, depois nos Estados Unidos o grande boom do ativismo homossexual nos Estados Unidos. Digamos assim, esse é o momento, o contexto dessa pesquisa. Por isto quando você me pergunta se havia diferença do processo de subjetivação homossexual nesta época e agora, respondo que esta é a grande diferença: mais liberdade hoje para se dizer publicamente como homossexual do que nos anos de 1980. Eu fiz parte da militância homossexual. Militei, gosto de lembrar disso! É uma boa memória que eu tenho, eu estava saindo da vida que eu levava até então. Eu na época, tinha acabado de deixar a batina, como religioso, e já fui entrando na militância homossexual. Curioso, porque eu já entrei para o grupo no momento em que o movimento homossexual já estava enfraquecendo. Quer dizer as grandes bandeiras do direito da homossexualidade, elas continuavam. Em 1978, oGrupo Somos foi criado em São Paulo e Rio de Janeiro, tinha duas sessões sob o mesmo nome ***Grupo Somos de afirmação homossexual.*** Nessa época, eu não frequentava o grupo. Eu comecei a ter notícias de que existiam movimentos de militância nesta direção, pelos jornais. Já aparecia nos jornais, a chamada imprensa nanica da época, imprensa de esquerda, de protestos. Mas eu ainda era religioso, ainda eu era frade.

Vivi uma vida de religioso, sabendo que era homossexual, mas tendo a opção de que não ia colocar isso em ato por conta do voto de castidade, com a tranquilidade que me era possível naquela circunstância. Mas a partir do momento que eu resolvi que não queria mais ser frei, eu resolvi ver como é que era viver desse outro jeito. Interessante que eu fui mais pelo jeito político, militante. Eu lembro que nessa época eu já tinha leitura do Michel Foucault - História da Sexualidade - especialmente o primeiro volume, *A vontade de saber*, já era uma espécie de cartilha pra mim.

SOUZA, P. de. A materialidade da voz: Pedro de Souza e a enunciação do poder vocal. [Entrevista concedida a] Jonathan Ribeiro Farias de Moura. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 222-247, 2026.

Me interessei por esse ativismo, por essa militância. Só que eu entrei no grupo *Somos* já no momento em que ele já estava encaminhando para o fim, no final de 1981. De 81 pra 82. Mas eu cheguei a tempo de ver como o grupo funcionava. O que percebi nesse grupo é que ele tinha um funcionamento – na minha tese eu descrevo –, que é um funcionamento parecido com o grupo feminista: os grupos de identificação. Desta maneira, o grupo trazia os *gays* para a luta pelos seus direitos. O antropólogo Edward MacRae, o escritor João Silvério Trevisan e outros grandes nomes de intelectuais nesta época junto com várias outras pessoas criaram esse grupo com esse modelo. Todos os domingos, na casa do Edward MacRae, havia uma reunião chamada: o grupo de identificação homossexual, quando as pessoas vinham contar sobre a dificuldade de viver a sua homossexualidade, o que sofria de preconceito em casa, no trabalho, na rua.

Isso começou na casa do Edward. Depois se criou uma sede ali no centro da cidade de São Paulo, uma rua ali bem no centro da cidade de São Paulo – Rua da Abolição – onde todos se reuniam. E aconteceu o seguinte: o primeiro, os grandes nomes que tinham criado o grupo Somos tinham se cansado e foram fazer outras coisas. No Rio, o grupo ainda continuava ativo, mas também os grandes nomes tinham meio que tomado distância.

Aguinaldo Silva, que é o grande roteirista da Globo, foi um dos inauguradores do grupo Somos aqui no Rio. Mas o que aconteceu em São Paulo? Começou-se a perceber o grupo estava meio que perdendo um pouco o seu objetivo, porque começou a haver um boom de vivência homossexual em São Paulo. Os *gays* não precisavam mais de um lugar para eles poderem se expressar para poderem conviver. E também foi um momento – já estamos no meio dos anos 80, de 83 pra 84 – em que já não era mais tão mistério a vida *gay*. Muitos não tinham mais receio, não tinham mais constrangimento

SOUZA, P. de. A materialidade da voz: Pedro de Souza e a enunciação do poder vocal. [Entrevista concedida a] Jonathan Ribeiro Farias de Moura. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 222-247, 2026..

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72067

de dar entrevistas publicamente, se dizendo homossexual. Então, começou a haver uma ambiência em que a bandeira do movimento homossexual foi ficando meio obsoleta e as próprias pessoas passaram a não procurar mais o grupo com esse objetivo, o de encontrar nele um apoio para lutar contra preconceito.

Antes disso, o grupo já tinha uma atividade, que era de identificação, mas voltada para as pessoas que tinham vergonha de entrar na sede do grupo. Só que as pessoas não tinham muita vontade de serem vistas entrando nesse grupo, era dar bandeira. Aí se criou, então, o grupo de correspondência, inclusive procurado por pessoas de outras cidades do interior da cidade de São Paulo, até do estado e até de outros estados. Nas cartas as pessoas podiam dizer como estavam vivendo, como estavam difíceis os preconceitos e tudo. E aí, foi que se criou um arquivo de cartas.

Eu não participei do grupo que auxiliava em responder as cartas. Tinha lá duas ou três pessoas militantes que faziam esse trabalho. O meu trabalho, no final, quando o grupo resolveu fechar as portas, foi o de fazer o arquivo.

Eu já era doutorando na Unicamp, no IEL. Ali estava se criando o arquivo Arquivo Edgard Leuenrothé. O arquivo Edgard Leuenrothé sediado no IFCH, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, criado em 1974 e justamente voltado para memória dos movimentos de minoria. E aí, eu fui um que tive a iniciativa de juntar tudo o que nós tínhamos, juntar as publicações, os boletins. Eu queria trabalhar com as cartas e fui tive o cuidado de organizar direitinho as cartas, catalogar, para depois eu fazer a pesquisa, tendo o Edgard Leuenrothé como fundo dessas cartas.

Fiz essa longa explanação só para dizer, o que eu diria hoje é que a grande diferença é esta, a gente está num momento no final dos anos 70 até meados dos anos 80, de início do movimento homossexual, em que é muito difícil falar de si enquanto homossexual.

SOUZA, P. de. A materialidade da voz: Pedro de Souza e a enunciação do poder vocal. [Entrevista concedida a] Jonathan Ribeiro Farias de Moura. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 222-247, 2026.

E eu considero, entre várias outras coisas que o Somos era um movimento de criação de campo enunciativo, porque não se tinha palavras para falar de si como homossexual. “Eu sou viado”, “eu sou bicha”...Então, é interessante que o Grupo Somos criou um campo de discurso homossexual, o campo enunciativo, porque as pessoas de repente encontravam palavras para falar de si. Isso é nessa época. Mas quando a gente vai passando, de 83 pra 84, isso já não era mais problema...

Mas a verdade é que o tipo de ativismo que o Somos, e outros grupos também, eu estou citando mais o Somos, porque foi o mais conhecido e que pulou a fileira de outros grupos como: o Grupo *gay* da Bahia, também aqui no Rio, foi acabando que foi se desdobrando em outras formas de ativismo, ou seja, as formas de ativismo de luta contra a AIDS acabaram sendo uma extensão do movimento homossexual.

O que faz a diferença, hoje, é que a homossexualidade, ela tem sua linguagem, ela tem os seus modos de enunciação, tem as suas maneiras de falar. Há preconceito sim, a gente sabe que tem ainda, é um problema. Mas ela não é alguma coisa que se esconde. Michel Foucault usa essa noção que é: o custo da enunciação. O custo enunciativo da confissão. Porque uma coisa é você se entender, é você se identificar numa certa posição, no caso da orientação sexual. Outra coisa, é você se afirmar, é você dizer, é você dizer: *eu sou*. Para Michel Foucault, isso é um elemento muito forte da confissão, que não tem tanto a ver com o conteúdo do que você diz, mas tem a ver com ato: custo da enunciação em Michel Foucault tem a ver com o preço a pagar quando alguém faz coincidir o que ele diz com ele mesmo. Eu brincava com os meus alunos e dizia: Poxa, na minha época era muito difícil você chegar pra família e dizer que você era homossexual ou lésbica.

SOUZA, P. de. A materialidade da voz: Pedro de Souza e a enunciação do poder vocal. [Entrevista concedida a] Jonathan Ribeiro Farias de Moura. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 222-247, 2026..

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72067

Hoje em dia, é muito engraçado, o menino com 15 anos de idade escolhe exatamente o dia de Natal e anuncia para família que ele é *gay*.

Esse é o cenário de hoje. Isso começou a aparecer nos folhetins televisivos. Dizer-se *gay* virou um problema como outros de identidade quaisquer. Então, eu digo que não é que não haja problema. digo que esse cenário, pelo menos falando do ponto de vista da pesquisa que eu fiz, esse cenário da afirmação homossexual, da auto-afirmação homossexual, não é mais um problema. O que faz problema hoje, na subjetivação homossexual, na diferença com década de 60, 70, início de 80 é que naquela época não se podia dizer. Agora, por mais difícil que seja, por mais constrangedor que possa ser a palavra está aberta. Hoje se pode encontrar um *gay* ou uma lésbica que tenha dificuldade de falar de si.

Pode ser que eu esteja simplificando um pouco, porque o problema ainda existe. Ainda existe nessa conjuntura dos ódios, das polarizações. É claro que problemas ainda existem, essas nomenclaturas todas: heterossexual, heteronormativo. São coisas que estão aí como problema, mas dentro de um cenário em que essas coisas podem ser faladas, podem ser expostas.

Jonathan Moura - *Como se deu o encontro teórico entre os "Michéis", Pêcheuxe Foucault, em seus estudos? Como trabalhar em Análise de Discurso e como trabalhar filosofia foucaultiana? Sem dúvidas a Análise de Discurso bebeu das reflexões do Foucault, mas como operar com quem funda uma teoria do discurso e outro que não é analista do discurso, mas tem o discurso como objeto de reflexão?*

SOUZA, P. de. A materialidade da voz: Pedro de Souza e a enunciação do poder vocal. [Entrevista concedida a] Jonathan Ribeiro Farias de Moura. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 222-247, 2026.

Pedro de Souza - É, eu não localizo tanto esse ponto em mim. Na verdade, uma vez entrando no doutorado, como a minha orientadora era a Eni Orlandi, então os meus primeiros estudos mais aprofundados e mais direcionados para Análise do Discurso foi a partir do Michel Pêcheux.

Na verdade, eu trabalhei com o Michel Pêcheux já no mestrado, mas muito misturado com Teoria da Argumentação. Eu fui mais para Análise do Discurso como lugar de formação sobre discurso, sobre teoria do discurso. Tudo aquilo que eu fui aprendendo sobre o que é o discurso, como se analisa, como se constitui, como se forma, tudo isso estava muito feito no campo da vertente chamada naquela época de escola francesa de Análise do Discurso, a do Michel Pêcheux. Já existiam aqueles números famosos da (Revista) Langages. Os textos do Courtine, Marandin eram todos muito interessantes. Eu fiquei mais com a Semânticada Enunciação. Essa parte me interessava muito. Achava tudo muito interessante. Eu tinha muita dificuldade de lidar com a noção de ideologia na imbricação com a língua, com linguística. Fui dando o meu jeito.

Na verdade, o que me interessou muito no Michel Pêcheux, foi esse atravessamento da psicanálise. Essa maneira, muito engenhosa, que ele fazia a língua comparecer em discurso. E essa maneira de pensar o discurso como processo de produção de efeitos de sentido. Antes Michel Pêcheux viu que a base do discurso não é a sintaxe, a base do discurso é enunciação, ou seja, é o fato de falar. O fato de falar, justamente, pressupõe um sujeito que se constitui aí. Pressupõe um sujeito mobilizando formas da língua. Tudo isso está em Análise do Discurso de linha francesa, nesse cruzamento Michel Pêcheux, Émile Benveniste e Jacques Lacan. Isto sempre foi muito interessante para mim! Quando eu comecei a trabalhar o meu projeto, eu

SOUZA, P. de. A materialidade da voz: Pedro de Souza e a enunciação do poder vocal. [Entrevista concedida a] Jonathan Ribeiro Farias de Moura. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 222-247, 2026..

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72067

queria trabalhar com sexualidade, eu queria trabalhar com essa questão da enunciação em sexualidade. Como eu disse antes, estava em foco para mim essa questão de ser muito difícil o homossexual falar de si, sem ter que se apropriar de um discurso do outro.

E aí, a questão que eu trabalhei na minha tese, ou seja, quando um indivíduo vai se identificar como homossexual é a partir do discurso médico, o discurso outro. É, portanto se referindo a si como um doente, como anormal e tudo mais. E eu queria investigar como é que pela enunciação, pelo discurso, o sujeito podia sair disso. A Eni Orlandi compreendeu bem, ela estranhou no início, quando eu fiz a primeira versão do projeto: "É muito Foucault, né?"

É porque ela tinha medo que eu entrasse por uma vertente muito militante. Mas depois, ela foi vendo que não. Tinha ali uma investigação envolvendo enunciação, sujeito e linguagem que estava no foco do meu projeto. Tem muito do Michel Pêcheux naquilo que é da linguagem, da enunciação, sobretudo, na vertente da psicanálise.

Daí vem a relação do Michel Pêcheux com Jacqueline Authier-Revuz. E ela que trouxe para dentro do grupo que estudava discurso com Pêcheux, uma maneira de pensar a língua. Para isto, Jaqueline Authier trouxe a enunciação, heterogeneidade enunciativa, nesse viés lacaniano, essa coisa do Não-Um. Toda essa coisa da heterogeneidade que implica fazer uma análise em que o analista vê o falante se constituindo em sujeito a partir de estratégias enunciativas.

Então, esse Michel Pêcheux foi o que eu peguei. Só que a minha tese de doutorado ficou dividida. Isso que eu acabei de te dizer, agora, está desenvolvido na segunda parte da tese. Quando a tese foi publicada, fez muito sucesso, sobre tudo, para quem tem interesse pelo assunto. E aí tem

SOUZA, P. de. A materialidade da voz: Pedro de Souza e a enunciação do poder vocal. [Entrevista concedida a] Jonathan Ribeiro Farias de Moura. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 222-247, 2026.

muitas filigramas, detalhes, tem um primeiro capítulo que eu fiz que é: "A Suspensão da Palavra"; esse eu gostei, porque fica bem marcada a dificuldade que o indivíduo tem de usar a palavra homossexual para falar de si mesmo. Na análise das cartas, eu encontrei, pela Jaqueline Authier, estratégias enunciativas de como essa palavra aparece, mas sem que aquele que está dizendo se implique. Enquanto escrevia a primeira parte pensava que fazia mais historiografia... Mas não era análise de discurso.

Hoje sabe, Jonathan, sem sombra de dúvida, pensando com o Michel Foucault me convenci de que já fazia Análise do Discurso da história dos movimentos homossexuais, já que ligava não à história em si, mas na maneira com que a história da militância homossexual era escrita por militantes e mesmo por historiadores. Assim justifica meu trabalho, preferencialmente, fazendo Análise do Discurso a partir da ótica do Michel Foucault.

A diferença entre a primeira parte da minha tese e a segunda, é que na segunda parte eu estou muito preocupado com a língua, com a forma com que a língua aparece nas cartas. Mas ela não está ali à toa, ela não está ali por ela mesma, está ali porque há um pressuposto histórico, há uma historicidade. Então, a primeira coisa, quando se vai fazer em Análise do Discurso pelo viés foucaultiano é qual é a questão? Qual o problema? Porque para o Michel Foucault, por exemplo, História da Loucura, quando ficou internado por um dia em um grande hospital psiquiátrico, Foucault ouvia os gritos daqueles loucos por detrás do muro, para os quais a medicina não tinha na sintaxe, não escutava o discurso médico. Pois bem, ele saiu dali e foi investigar isto. Ele foi levado por essa questão, e ele queria ver como é que certa escuta da loucura começou a se dar na história como discurso. E essa era questão dele. Isso foi motivo de briga entre ele o Derrida, inclusive.

SOUZA, P. de. A materialidade da voz: Pedro de Souza e a enunciação do poder vocal. [Entrevista concedida a] Jonathan Ribeiro Farias de Moura. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 222-247, 2026..

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72067

E o Michel Foucault mostrou que não havia alguma coisa que ao longo da história sempre se chamou de loucura. O que se passou a chamar de loucura foi uma certa maneira de ver e de dizer comportamentos idiossincráticos, aqueles comportamentos e coisas que ele cita na tese dele. Você percorrer na passagem da Idade Média para a Idade Clássica, você percorrer as ruas? Gente jogada pelo chão.

Michel Foucault chama a atenção que esses eram os chamados insensatos, eram os esquisitos, tidos como estranhos. Michel Foucault vai usando esses termos para fazer ver como os discursos nomeavam essas figuras na rua, esses jeitos diferentes de se comportar. E ele vai descrevendo, ao longo da história, todo jeito estranho de dançar na rua, cantar de qualquer jeito, sair à época do Carnaval. Estou só dizendo isso para mostrar como que tudo isso, para o Michel Foucault, desenha, descreve um processo discursivo, ou seja, a maneira de olhar para o que é estranho, para o que é esquisito, na esfera da rua, no público de falar. E é uma maneira de falar que não é de qualquer jeito. Fala-se de uma maneira que se cria uma formação discursiva. Então aí, que Michel Foucault vai mostrando como que na passagem da época Clássica pra época Moderna, a loucura ganhou um nome de doença. Em síntese, para Michel Foucault o discurso é um operador de investigação. Nada se dá sem história. Tudo que se passa a pensar, tudo que se passa a problematizar tem uma história. O que importa é saber como é que essa história se dá como é que ela se recorta.

O Michel Foucault define o discurso de uma muito evasiva, o discurso não é nada mais que a massa das coisas ditas. Mas não deixa de considerar as formulações linguísticas e capazes de fazer discurso com essa propriedade de constituir aquilo de que fala. Então, quem é dessa vertente de Análise do

SOUZA, P. de. A materialidade da voz: Pedro de Souza e a enunciação do poder vocal. [Entrevista concedida a] Jonathan Ribeiro Farias de Moura. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 222-247, 2026.

Discurso mais da escola francesa, hoje materialista, tem muita dificuldade de entender isto. No Michel Foucault, não pode misturar o discurso que vai dizer respeito àquilo que se quer saber, e o que ele constitui isso que eu entendo como objeto de saber.

É claro que o analista passa pela língua, mas a língua é só um dos elementos constitutivos, é fundamental, mas não é o único. Porque o que importa é a maneira de, ao estruturar discursos, ao mobilizar a língua. Isso está muito bem desenvolvido na primeira aula inaugural do Michel Foucault, (o livro) *A Ordem do Discurso*, isso que ele vai chamar de ordem do discurso. O que ele vai mostrando que isso não pode ficar assim, é aquilo de que se trata quando você começa a falar é preciso que você encontre os elementos pelos quais se vai constituir aquilo de que você quer falar. Aí estão os princípios Internos/Externos do discurso. Nos princípios externos: quem é que é capaz de falar, quem é que pode falar, quem é que pode assumir uma posição naquela ordem do discurso. E uma vez estabelecida a posição de quem pode falar, como ele vai falar, aí vêm os princípios internos que tem a ver com a língua, não só strito senso, palavra por palavra, mas da maneira como a língua se distribui nesse dizer que é discurso. Nesse dizer que faz ordem do discurso.

Eu não sei se eu consigo responder, mas eu acho importante apontar que o viés de AD pêcheuxtiana não concebe fazer análise de discurso sem pressupor esse linguístico. Mas o pressuposto para Michel Foucault não é a língua, o pressuposto é a história e o pressuposto está na maneira com que as coisas fazem problema na história. Então, a maneira com que as coisas fazem problema na história diz respeito ao discurso do ponto de vista do ato. Claro que para falar é preciso um ato. E isso é muito novo, o próprio

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72067

Michel Foucault admitiu que para ele pensar o discurso do jeito que ele queria pensar e analisar quem deu a bola para ele foi a escola anglo-saxã, principalmente, Austin.

Eni Orlandi fez uma vez uma formulação muito interessante: para o Michel Pêcheux discurso é efeito de sentido, para o Michel Foucault o discurso é enunciado. Mas o enunciado de que fala Michel Foucault é o enunciado como efeito, efeito de um ato. É preciso ter muito cuidado. Não há, em Michel Foucault, uma teoria do discurso. Não que seja um defeito, não que isso seja um impedimento pra fazer análise de discurso na ótica dele. É que o discurso não é um ponto de partida. Não é isto! Existe uma problemática. A loucura, por exemplo, como é que eu vou saber o que que é isso? Aí eu faço apelo ao discurso. Se existe entre Michel Foucault e Michel Pêcheux um ponto indiscutivelmente em comum, para pensar o discurso ou a formação discursiva, esse elemento é a história. Isso é muito importante, porque pensando em termos da historicidade, é importante pensar que tudo está sendo pensado em trabalhos diversos da análise de discurso é uma história do dizer. Quando Michel Pêcheux elabora toda a sua teoria do discurso, é pensando em luta de classes, é pensando na formação materialista da história. Michel Foucault não está nesse lugar. Mas de qualquer modo ele está sim na história. Isto corresponde ao que Foucault propôs no texto *O sujeito e o poder* sobre: pensar o poder que subjetiva em termos de lutas outras é não só as de classe ou de disputas políticas em sentido estrito. Daí ele mencionar diferentes lutas na história como a do feminismo por exemplo.

Jonathan Moura - *Saindo um pouco da questão da Análise de Discurso, você entrou na UFSC na Universidade Federal de Santa Catarina*

SOUZA, P. de. A materialidade da voz: Pedro de Souza e a enunciação do poder vocal. [Entrevista concedida a] Jonathan Ribeiro Farias de Moura. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 222-247, 2026.

na década de 90, quando ainda não se falava de forma tão ampla de cotas (nem na graduação e nem nos concursos do magistério). Nesse sentido, como foi ser um pesquisador negro na universidade? Como foi reivindicar a intelectualidade negra em um espaço predominantemente branco? Com o avanço das cotas, foi possível encontrar pares que pudessem dialogar com você sobre essa questão?

Pedro de Souza - Essa pergunta até eu respondi uma vez pro Rogério (Modesto) e pro Phellipe (Marcel) numa entrevista. Na verdade, eu nunca tomei diretamente a questão da negritude nos meus trabalhos.

É interessante que, até no começo, às vezes, as pessoas até me faziam pergunta. Eu falava muito de homossexualidade, falava muito de sexualidade em termos de subjetivação. Mas eu nunca tocava muito na problemática da negritude. Houve um tempo que eu resolvi tocar. E é interessante que você me faça essa pergunta, porque quando eu cheguei em Florianópolis, já tinha até escrito alguns textos sobre negritude. E aí, eu encontrei lá uma colega que tinha um projeto de pesquisa no centro de Ciências Humanas; era sobre a invisibilidade do negro em Florianópolis. E comecei a me interessar. Do meu jeito, fui tentando produzir umas coisas que tocassem nessa questão, se bem que não produzi muito.

Sua pergunta me põe num lugar bastante difícil de responder. Por exemplo, como é que foi para mim reivindicar o espaço da minha subjetividade de intelectual negro... Eu sabia que eu era o diferente sendo negro. Por exemplo, no departamento que eu trabalhava, eu era o único negro. Eu sabia o quanto me custava, a cada manhã, a cada tarde e a cada dia assumir uma sala de aula, numa população de hegemonia branca, Florianópolis.

SOUZA, P. de. A materialidade da voz: Pedro de Souza e a enunciação do poder vocal. [Entrevista concedida a] Jonathan Ribeiro Farias de Moura. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 222-247, 2026..

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72067

Hoje está até mais misturada (a população), a imigração cresceu um pouco mais, mas é predominantemente de brancos. Era muito difícil para mim enfrentar esta questão do meu lugar enquanto negro, eu só conseguia trabalhar muito individualmente na análise. Difícil para mim deslocar o fato de eu ser negro e a desconfiança que eu tinha de que não estava dando uma boa aula. Era um problema do que fazer da impressão de preconceito por parte dos meus alunos. Para atravessar este dilema, procurava fazer muito mais do que era preciso fazer; aquelas aulas competentes em que eu tinha que mostrar um intelectual raro, um professor inteligente, que sabia o que estava fazendo. Você é o primeiro que eu vou falar, só me dei conta disso agora. Acabei trabalhando isso contra mim. Demorou muito para eu entender. Comentava com outros colegas de departamento: "os alunos não leem. Eu fico dando aula e ninguém fala, ninguém dialoga". Os colegas reagiam dizendo que os estudantes eram assim mesmos, com eles também eram assim. Mas eu percebia que esses colegas que diziam isso, sabiam que era diferente com eles. Sim, eles lidavam com as mesmas turmas, com as mesmas dificuldades de atenção, de interesse, mas não era como eu. Eu sentia uma espécie de ignorância a meu respeito. O que estou dizendo agora é que, de repente, eu me dei conta de que, durante muito tempo, ao invés de buscar meios de aproximação, de ser eu mesmo ali, eu me afastei mais. Mas veja bem: era a armadilha na qual eu caí. Ao longo do tempo, já no fim da minha carreira na universidade, eu fui sacando isto. É que na verdade, todo o meu problema, é que se os outros (professores) tinham que mostrar competência, eu por ser negro tinha que mostrar muito mais. Porque não quis enfrentar um espaço de maioria branca, de uma maneira assertiva, afirmativa. Era uma atitude auto-inibidora. É claro que eu acabava entre

SOUZA, P. de. A materialidade da voz: Pedro de Souza e a enunciação do poder vocal. [Entrevista concedida a] Jonathan Ribeiro Farias de Moura. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 222-247, 2026.

um ou outro aluno sendo tido como professor mais inteligente ou muito inteligente. Isso me devolvia, digamos, essa coisa de reivindicar um espaço para eu ser aquilo que eu era... Negro. E é engraçado que a homossexualidade não me incomodava, já tinha militado muito. Não tinha essa preocupação. Mas eu sentia que, veladamente, com a negritude eu tinha inibições porque parecia um lugar de menor valor. Para estar ali, eu tinha que provar que eu podia estar ali. Na cidade, eu via reverberação disto. Quando eu andava pela cidade. Uma vez eu contei para vários amigos essa situação. Morava numa região de beira-mar, muito classe média alta, e na primeira semana fui levar minhas roupas para lavar. Roupas de grife. E aí, a moça que pegou a roupa para lavar, falou assim: "Nossa, que roupas boas o senhor tem, né? Nem as pessoas mais ricas que frequentam essa lavanderia tem roupa desse tipo." Eu me senti, literalmente, discriminado. Mas eu não consegui falar nada sobre esta coisa de a gente saber que pertence a um extrato racializado de uma maneira muito pouco valorada, discriminada negativamente. Isso está em todo o país. Numa região como aquela do sul do país a coisa fica muito mais forte, muito mais patente.

Jonathan Moura - *Você vem pesquisando bastante sobre a voz cantada: da MPB, das cantoras do rádio, entre outras, e fazer desse registro um arquivo de memória da língua. Quais os desafios e as contribuições de se analisar/pesquisar sobre essa materialidade? E quais as diferenças com a voz estudada pelos pesquisadores da linguística que remete à questão da prosódia e dos atos de fala?*

Pedro de Souza - É, para mim é muito tranquilo, e por isso eu me enveredei, por minha conta e risco, por esse caminho. Porque a questão de

SOUZA, P. de. A materialidade da voz: Pedro de Souza e a enunciação do poder vocal. [Entrevista concedida a] Jonathan Ribeiro Farias de Moura. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 222-247, 2026..

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72067

partida já estava dada em todos os meus trabalhos, que trata da questão do sujeito: a questão de o sujeito não ser o dono de si, enquanto sujeito, não ser a origem de si mesmo e dessa questão do sujeito só se fazer pela linguagem. Eu já vinha trabalhando muito isso antes. Houve um tempo que eu trabalhei muito sobre a problemática do tempo. Mas naquilo que no registro se chama suprassegmento. Marcação de pausa, de ritmo. Isso é um trabalho que eu fiz, durante um tempo, como pesquisador do CNPq. E, de repente, eu criei junto com uma outra colega, um núcleo de pesquisa no departamento no Centro de Comunicação e Exposição, um núcleo de pesquisa que chamava NEPOM, Núcleo de Estudos Poéticos Musicais. Éramos três: eu a Teresa Virgínia e o Emílio Pagotto. Todos os três interessados em música.

Bem, pela minha vertente de pesquisa, tinha que encontrar um jeito de me inserir naquele grupo. Aí, eu escrevi um texto a partir do que eu já tinha falado sobre marcações de pausa, ritmo... Escrevi um texto escutando as marcações entonativas na voz de Billie Holiday. Mas pensando o sujeito, ali mulher, que se constitui naquele canto. Nesse artigo eu tematizo as várias formas com que ela gravou a mesma canção, e cada vez com uma interpretação que se marca pela voz. Na palavra cantada há uma voz carnal. Tanto que eu chamei esse texto de "Subjetivação e Vibrações corporais". Fui mostrando como esses pontos de vibrações corporais que se marcam na voz têm um processo de constituição de sujeito. Então, isso é que sempre me motivou a trabalhar com voz. A partir daí,eu ampliei e descobri que eu podia fazer isso ouvindo as cantoras de rádio que tinha feito história na minha infância.

Eu cresci ouvindo minha mãe cantando Dalva de Oliveira, Ângela Maria e colocando o bom som no rádio. E comecei a ver que eu podia analisar essa voz da maneira como era articulada nas canções. Então, eu não tinha

SOUZA, P. de. A materialidade da voz: Pedro de Souza e a enunciação do poder vocal. [Entrevista concedida a] Jonathan Ribeiro Farias de Moura. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 222-247, 2026.

muita pretensão. Isso foi uma coisa que me encantou muito, mas sempre nessa esteira, por mais que eu tentasse encontrar as modulações sonoras de colocação da voz, o que eu tava sempre buscando era isso, aqui tem sujeito, mas não é qualquer sujeito. Não é o indivíduo, não é a Ângela Maria, não é Maria Bethânia, é sujeito.

Claro que eu precisei estudar um pouco do que é a voz e, claro, tem uma passagem pela teoria lacaniana, sobre voz que me ajudou muito a compreender, porque está sempre na linguagem, está sempre na enunciação.

E aí, eu adorei porque a enunciação veio para mim de um jeito que não tinha vindo antes lendo Benveniste. Essa coisa de a enunciação, antes de mais nada, ser vocal, ela é realização vocal. Então, esse é o meu interesse. Tive conversas, alguns flertes de conversas com pessoas que são especialistas em música e em teoria musical. Explorei um jeito de falar da voz que nem eles falam, porque eles estão preocupados na coisa da técnica, na coisa da marcação, mesmo enquanto linguagem, o que diferencia uma certa tonalidade de outra. Na música tem diferença. A música é escala. Então na escala tonal o que diferencia uma nota da outra é a distância. Todo esse conjunto de distância que faz a diferença.

Tem um elemento, que eu consegui pegar, que é a fala: assim como a música, tem melodia. Eu digo a palavra cantada, como a palavra falada tem melodia. Então, o que eu tenho buscado, quando vou trabalhar com a voz na canção, é buscar o que o Luiz Tatit fez no trabalho dele. Para falar da grande diferença em termos de gêneros musicais, sobretudo popular, a grande diferença da enunciação na música, Tatit diz que a canção só é canção porque ela é fala. Mas, ela é fala naquilo que ela traz de próprio da prosódia da língua, isto é, musicalidade da língua.

SOUZA, P. de. A materialidade da voz: Pedro de Souza e a enunciação do poder vocal. [Entrevista concedida a] Jonathan Ribeiro Farias de Moura. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 222-247, 2026..

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72067

Meu projeto, que eu estou acabando no CNPq é, justamente, sobre isso: o que da musicalidade da fala vai para as canções. Então, um outro modo de estruturar, por exemplo, SV, SVP essas coisas. Outra maneira de você pegar a estrutura de uma frase, não só pela distribuição dos elementos dentro dela, sujeito, verbo, complemento, mas pela distribuição prosódica.

É lindo isso! Eu comecei a estudar, a professora Ruth Lopes, que é muito amiga minha, me mostrava experimentos que se fazem nos Estados Unidos. Por exemplo, como é que você acompanha a aquisição de linguagem num bebê. E como é que você percebe que antes de perceber palavra por palavra, ele percebe ritmo, o que vai fazer com que ele afirme, com que ele interrogue, com que ele se exclame. Eu acho isso muito bonito! Mas só que os linguistas fazem isso preocupados com o sistema formal da língua. Eles não estão preocupados com a enunciação, eles estão preocupados em detectar, pela prosódia, aquilo que é do sistema formal da língua.

O projeto que eu estou fazendo agora, inclusive, visa isso, como é que você pode pegar uma descrição que alguém faz da fala que está numa canção, que elementos são esses que ele retira e que não são da propriedade formal da língua. É daquilo que ele escuta, é da enunciação. Estou preocupado com a língua enquanto ela efetivamente acontece. E uma das formas dela acontecer é, sem sombra de dúvidas, no cantar.

Jonathan Moura - *Continuando sobre a questão da voz, estamos percebendo um campo importante de estudo quando se percebe que a inteligência artificial (IA) vem ocupando o lugar de relacionamentos, dos analistas, das relações interpessoais nas ruas para tirar dúvidas, fazendo simulacro de personalidades (imitação da voz) conhecidas do grande público, etc... O que*

SOUZA, P. de. A materialidade da voz: Pedro de Souza e a enunciação do poder vocal. [Entrevista concedida a] Jonathan Ribeiro Farias de Moura. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 222-247, 2026.

a voz da IA representa para os sujeitos contemporâneos? Aprisionamento ou salvação? Podemos fazer uma leitura tão fatalista, ou podemos ver essas ferramentas como formas de potência dos sujeitos contemporâneos?

Pedro de Souza - É uma questão bem complicada! Eu não sei te responder. A única coisa que vem é que tudo isso que a gente vê como possibilidade do fazer da IA é o que já está inscrito na cultura. Eu fico pensando: nada do que a IA propõe ela inventa. Já está na cultura. Agora há uma preocupação, especialmente, de psicanalistas e também de escritores, de quem trabalha com escrita, de quem, enfim, trabalha com linguagem:a questão do sujeito. Menciono o problema muito entre aspas, porque também não acredito mais na autenticidade do sujeito. Eu prefiro falar em singularidade!

A única coisa que tem reverberado muito é essa coisa de a IA substituir o fazer humano. No caso do uso da linguagem é mais complicado, porque você tem a profissão do jornalista, você tem a profissão do psicanalista... enfim o que passa pelo uso da linguagem. Você não chega em casa e liga o seu computador numa plataforma de IA terapêutica para ter uma sessão de terapia ou de análise, sem que seja através da linguagem. É preciso que alguém fale para que você possa se sentir atendido, se sentir escutado. Só que o que a IA não pode fazer é constituir o tempo dessa fala. Você liga naquela plataforma, você faz a pergunta a IA está pronta para te responder. A IA tem pronto lá, no acúmulo de coisas ditas sobre, por exemplo, a solidão, ao longo de toda a época. A IA pode te dizer coisas que um amigo diria: "Por que você não dá uma volta? Para que você tem que ficar aí sozinho? Vai na esquina, quem sabe você encontra alguém?" Há alguém que pergunta no tempo X, há alguém que responde no tempo X. Só que esse tempo em que

SOUZA, P. de. A materialidade da voz: Pedro de Souza e a enunciação do poder vocal. [Entrevista concedida a] Jonathan Ribeiro Farias de Moura. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 222-247, 2026..

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72067

se constitui a pergunta é sim do interlocutor, é daquele que pergunta, mas o tempo que a IA responde é um tempo qualquer virtual, nunca atual. Pode ser que pelo imaginário, esse tempo que a IA traz para responder, corresponda ao tempo da resposta que você precisa, mas nunca pergunta e resposta se dão na mesma temporalidade. O que estou querendo dizer é que há uma singularidade no contexto, que a IA não pode dar conta. Eu estou falando até mais de psicanálise, nesse sentido, mas eu quero estender isso para toda e qualquer situação. Porque você pode ligar a IA, porque você não tem ninguém para conversar em casa. Mas o tempo de quem demanda presença de ouro pela IA nunca coincide com o tempo que vem neste contexto de interlocução virtual. Aí tem outras questões éticas que é preciso cada um ver no contexto em que aparece. No estoque de respostas que a IA tem, ela não sabe se, de fato, que outras coisas estão envolvidas na inquirição de quem a procura. Ela responde com o que ela tem. Essa é uma questão ética, né? É uma questão preocupante nesse sentido.

Mas é, justamente, por esse elemento, é preciso que a gente preste atenção que por mais que a IA tenha a resposta, ela não responde dentro do seu tempo, o da sua história mobilizada no instante da procura, seja para que necessidade for, por exemplo, escrever um romance que cause um impacto inusitado. E uma concepção muito bonita do Émile Benveniste que é o tempo embreado. Ou seja, aquele tempo do enunciado, da pergunta que coincide, ou o tempo da resposta que coincide, com o tempo da pergunta. Há um processo de constituição de sujeito ali que é muito singular. Ou seja, há um elemento que não concorre ali, porque a IA é uma máquina. E por mais que ela tenha estoques de sentimentos para expressarem palavras, em linguagem que até pode não ser verbais. Eu acho que para quem escreve, para

SOUZA, P. de. A materialidade da voz: Pedro de Souza e a enunciação do poder vocal. [Entrevista concedida a] Jonathan Ribeiro Farias de Moura. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 222-247, 2026.

quem gosta de escrever, e falo tanto dos escritores de literatura, até mesmo de poesia, como de ensaio, até ensaios científicos. Aquele que está muito imbuído do que ele quer fazer, pode sim usar dos recursos que existem para ele fazer um texto. Eu gosto de trabalhar com processos criativos. Fiz uma vez, uma oficina criativa em literatura, em parceria com uma orientanda. E essa coisa de trabalhar o processo criativo é muito interessante, porque você vai vendo é que, no processo criativo, as pessoas não estão só usando o que nunca aconteceu, o que nunca ouviu, mas o que acontece no ato de escrever. Pensar em música, por exemplo: eu já vi muitos compositores falando que quando senta começam a dedilhar uma música, ela vem de outra sonoridade. Isso qualquer IA pode te dar. Agora o que você faz disto? Você não vai poder copiar. Eu estou falando tudo isso, porque o que está incomodando é o fato de que não há criação ex-nihilo, do nada. O que é nada, o que é novo não é o ponto de onde vem, não é o originário. Se você pensar em termos de lugar originário isso é nada. Mas aquilo que você faz com esse nada é que é o produto da criação.

É que a gente está muito num tempo em que a problemática da escola está muito para baixo. Outro dia, por exemplo, o Christian Dunker dizendo problema nas redes sociais, é que não te dá escolha. Eu escolho o que eu quero ver. Você sabe como é que é o Instagram. Tem coisa que eu paro para ver, coisa que eu não quero ver. E tem coisa que diz algo para mim e eu quero ver e tem coisa que não. Mas, quem critica, demoniacamente, diz que não. Esses tipos de dispositivos, de redes sociais estão matando a criatividade. Como se pegar um livro, sentar e agora eu vou ler um livro, fosse mais criativo, mais independente, mais autônomo do que se eu fosse buscar na *internet*. São maneiras de escolher.

E é claro, se eu sento e pego o primeiro livro, eu não estou escolhendo.

SOUZA, P. de. A materialidade da voz: Pedro de Souza e a enunciação do poder vocal. [Entrevista concedida a] Jonathan Ribeiro Farias de Moura. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 222-247, 2026..

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72067

Mas se ele tem alguma coisa a dizer para mim aí eu quero. É o movimento do sujeito. É o ato do sujeito que é criativo e não o objeto que vem para demanda.

Jonathan Moura - *Recuperando a reflexão sobre voz cantada, como essas vozes da IA se contrapõem a voz cantada, que representa uma expressão artística de um determinado tempo sobre determinadas condições de produção?*

Pedro de Souza - É a voz sintetizada. Você sabe que isso começou a ficar bastante forte na virada dos anos 90. Um momento, inclusive, que eu estava estudando sobre voz.

Eu me interessei muito por essa coisa da sintetização. Eu tenho um aplicativo de leitura que eu uso e posso sintetizar a minha própria voz. Eu gravo a minha voz e ela fica ali. Aí, quando eu quero que essa minha voz leia um texto, eu ponho um texto para ela ler, e ela lê com a minha voz, com a minha entonação. São processos de sintetização que precisam ser muito sofisticados. Eu não sei se é possível chegar a um estágio tão aperfeiçoado que você possa por uma voz sintética fazer ela dizer com todo o sentimento, com toda a emoção, que uma voz natural. Mas eu sei que isso está na mira.

Eu fiz um trabalho sobre um filme chamado "Ela" com Joaquim Phoenix. Lindo aquele filme! Eu me arrisquei a pensar os meandros pelos quais aquela voz fazia sujeito para aquele que a escutava. Não é o que está na voz, mas é o que a voz é capaz de mobilizar de imaginário e simbólico. A voz transmitindo uma memória, mesmo que você nunca tenha estado lá, ela é capaz de produzir essa ambiência. Então, quando você escuta essa voz e você descreve a ambiência que ela te suscita na escuta, você está justamente

SOUZA, P. de. A materialidade da voz: Pedro de Souza e a enunciação do poder vocal. [Entrevista concedida a] Jonathan Ribeiro Farias de Moura. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 222-247, 2026.

operando com a memória, com imaginário que corresponde, exatamente, a esse tempo, lugar da produção desta voz.

Então, o que um processo de sintetização pode fazer é isto. Que sintetização a IA é capaz de reproduzir essa realização carnal na voz que seja capaz de trazer a ambiência que esta voz, do jeito que ela está sendo colocada e emitida, está trazendo? Esse é o grande desafio! Mas o elemento não é só material.

Eu passei, uma vez, a discutir um pouco sobre isso, lendo o Michel Foucault, que é muito interessante. Há um momento em que ele fala da materialidade do enunciado. O enunciado é aquilo que produz aquilo de que fala. Isso é o discurso como enunciado, aquilo que produz, aquilo de que ele fala.

E aí, o Michel Foucault começa a fazer uma série de tergiversações, inclusive, sobre formulações linguísticas. Tem um momento que ele fala: e se mudar a voz? Se alguém dizendo o mesmo enunciado numa voz X e depois dizendo o mesmo enunciado numa voz Y, trata-se do mesmo enunciado? O Michel Foucault quer dizer que é indiferente.

Jonathan Moura - *Poderia explicar um pouco sobre os seus estudos do momento enquanto pesquisador emérito na UERJ.*

Pedro de Souza - Eu sou pesquisador emérito com base institucional na UERJ e a bolsa é da FAPERJ. A FAPERJ dá essa bolsa a pesquisadores que se candidatam a esse edital, mas tem que ter uma instituição que recebe e aí aqui é a UERJ, no Instituto de Letras. O Bruno Deusdará que me supervisiona em termos formais. Essa pesquisa, especificamente, que eu faço aqui, nesse projeto, me interessou muito trabalhar com o museu.

SOUZA, P. de. A materialidade da voz: Pedro de Souza e a enunciação do poder vocal. [Entrevista concedida a] Jonathan Ribeiro Farias de Moura. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 222-247, 2026..

DOI: 10.61358/policromias.2026.v11n1.72067

E, primeiro, porque para atender ao edital, eu tinha que propor um projeto que falasse da cidade. E aí, como eu tinha lido coisas, que eu tinha visto sobre o museu do Michel Foucault. O quarto ano vai começar agora 2026.

Aí, eu comecei a pensar em como trabalhar o museu como discurso. Ou seja, como é que eu defino o museu discursivamente. Não é pelos objetos que eu encontro lá, mas é pela maneira com que esses objetos estão ordenados, a maneira com que acervos quaisquer constituem objetos de museu. Minha pergunta écomo a maneira dos objetos estarem ordenados por determinados espaços é falada. Tomei o procedimento de seguir a fala do guia. O meu interesse, então, é ficar observando como que o guia coloca os visitantes em contato com os objetos de que ele fala. Isso pra mim tem a ver com o acionamento da memória. Nesse momento, estou trabalhando com um tipo de museu que não é museu de objetos, de acervos. É o chamado Museu Social de território ou comunitário que são museus construídos, desenvolvidos, a partir de uma questão que é da memória daquela comunidade, daquele lugar. Às vezes, pode ter sido um evento traumático como é do Museu das Emoções ali na Zona Oeste. Em que depois de ter sofrido uma violenta remoção, em 2016, por conta da especulação imobiliária, a população foi enxotada violentamente do lugar. Isso fez memória, isso fez história. Eles guardaram o lugar para nunca esquecerem. Houve muita luta, muita resistência. Até que chegasse a uma negociação. Então, a prefeitura deu uma opção quem quisesse sair, quem quisesse comprar um lote, um apartamento em outro lugar. Mas quem quisesse ficar ali, tinha que derrubar aquelas casas, então, ficava ali num galpão. Tudo isso eles registraram e está lá no museu. E nesse mesmo espaço, essas casas derrubadas, esses contêineres onde as famílias tiveram que ficar. As padarias que foram fechadas. Dos restos da remoção,

SOUZA, P. de. A materialidade da voz: Pedro de Souza e a enunciação do poder vocal. [Entrevista concedida a] Jonathan Ribeiro Farias de Moura. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 222-247, 2026.

eles construíram uma expografia que conta essa história, essa memória. Eu tenho o cuidado de dizer que não é só todos esses elementos ali marcados, mas é a voz do guia que vem ali contar essa história.

Porque aquele toco, aquele poste, a padaria de seu fulano, pode ser só uma sinalização. Mas quando um mediador se põe diante dela e a partir daquele elemento conta a história, isso é o museu. Então, eu falo muito da museologia social que não pode se dar sem testemunho *in loco*.

Como pesquisador emérito, eu posso ter os dois projetos, continuo trabalhando com musicalidade das canções pelo CNPq. Por isso agora vou analisar o programa de rádio.

Jonathan Moura - *Muito obrigado, Pedro. Gostaria de deixar uma mensagem ou falar alguma coisa para finalizar?*

Pedro de Souza - Eu só quero agradecer, me sinto honrado. Esse interesse pelo meu trabalho. É claro que isso muito me orgulha, mas é também essa experiência de poder, a cada vez que eu sento para falar um pouco das minhas histórias, das minhas memórias, é um pouco eu me localizando. Não no que eu fui lá, mas no que eu estou sendo agora. Muito obrigado!

SOUZA, P. de. A materialidade da voz: Pedro de Souza e a enunciação do poder vocal. [Entrevista concedida a] Jonathan Ribeiro Farias de Moura. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 222-247, 2026..

Revista do Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som
LABEDIS - www.labedis.mn.ufrj.br
Museu Nacional, UFRJ

LABEDIS

Laboratório de Estudo do Discurso, Imagem e Som

Museu Nacional • Universidade Federal do Rio de Janeiro • Rio de Janeiro

www.labedis.mn.ufrj.br